

UNIVERSIDADE DO VALE DO PARAÍBA
INSTITUTO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO
PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

Maria Helena Alves da Silva

**Produção do espaço urbano e impactos gerados pela instalação de uma
Universidade: o caso da UNIVAP e o bairro Urbanova em São José dos
Campos – SP (1973 – 2021)**

São José dos Campos - SP
2021

Maria Helena Alves da Silva

**Produção do espaço urbano e impactos gerados pela instalação de uma
Universidade: o caso da UNIVAP e o bairro Urbanova em São José dos
Campos – SP (1973 – 2021)**

Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade do Vale do Paraíba, como complementação dos créditos necessários para obtenção do grau de Doutor em Planejamento Urbano e Regional na linha de pesquisa: Planejamento Regional Espaço e Cultura.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Aparecida Chaves Ribeiro Papali

Co-orientador: Pedro Ribeiro Moreira Neto.

São José dos Campos - SP
2021

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE DIVULGAÇÃO DA OBRA

Ficha catalográfica

Silva, Maria Helena Alves da

Produção do espaço urbano e impactos gerados pela instalação de uma Universidade : o caso da UNIVAP e o bairro Urbanova em São José dos Campos - SP (1973 - 2021) / Maria Helena Alves da Silva; orientadora, Maria Aparecida Chaves Ribeiro Papali; co-orientador Pedro Ribeiro Moreira Neto. - São José dos Campos, SP, 2021.

1 CD-ROM, 235 p.

Tese (Doutorado) - Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional.

Inclui referências

1. Planejamento Urbano e Regional. 2. São José dos Campos. 3. Universidade. 4. bairro Urbanova. I. Papali, Maria Aparecida Chaves Ribeiro, orient. II. Moreira Neto, Pedro Ribeiro, co-orient. III. Universidade do Vale do Paraíba. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. IV. Título.

Eu, Maria Helena Alves da Silva, autor(a) da obra acima referenciada:

Autorizo a divulgação total ou parcial da obra impressa, digital ou fixada em outro tipo de mídia, bem como, a sua reprodução total ou parcial, devendo o usuário da reprodução atribuir os créditos ao autor da obra, citando a fonte.

Declaro, para todos os fins e efeitos de direito, que o Trabalho foi elaborado respeitando os princípios da moral e da ética e não violou qualquer direito de propriedade intelectual sob pena de responder civil, criminal, ética e profissionalmente por meus atos.

São José dos Campos, 11 de Março de 2022.



Autor(a) da Obra

MARIA HELENA ALVES DA SILVA

Produção do espaço urbano e impactos gerados pela instalação de uma
Universidade: o caso da UNIVAP e o bairro Urbanova em São José dos Campos –
SP (1973 – 2021)

Tese aprovada como requisito parcial à obtenção do grau de Doutor, do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, do Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento da Universidade do Vale do Paraíba - Univap, pela seguinte banca examinadora:

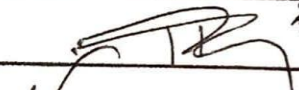
PROF.ª DR.ª ADRIANE APARECIDA MOREIRA DE SOUZA



PROF.ª DR.ª MARIA APARECIDA CHAVES RIBEIRO PAPALI



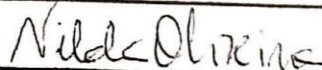
PROF. DR. PEDRO RIBEIRO MOREIRA NETO



PROF. DR. MARIO VALERIO FILHO



PROF.ª DR.ª NILDA NAZARÉ PEREIRA OLIVEIRA – ITA



PROF. DR. MOACIR JOSÉ DOS SANTOS – UNITAU



Prof.ª Dr.ª Lúcia Vieira

Diretora do IP&D – Univap

São José dos Campos, 09 de dezembro de 2021.

"A UNIVAP é hoje uma realidade graças ao trabalho de gente idealista, profissionais competentes e comunidade, que se uniram para colocar a cidade no rol das mais importantes no setor da educação. Com efeito, se aqui temos o ITA e faculdades como a EEI e Odontologia, era preciso que o sonho acalentado pelos que, há anos, criaram o curso de Direito, que marcou época na região, não fosse doce quimera, mas palpável realidade. O embrião foi a Faculdade de Direito e o surgimento, mais tarde, de outros cursos superiores (...) que as condições foram criadas para nascer a UNIVAP - Universidade do Vale do Paraíba (...) E o presente dado pela Instituição à cidade é o campus avançado do Urbanova, que consagra salas mais amplas e arejadas, áreas de lazer e tudo mais".

Requerimento da Câmara Municipal nº1089, 03 de Abril de 1995.

"Num futuro não muito distante, morar na Urbanova será um privilégio. Como "cidade" planejada, além da segurança que poderá ser bem elaborada, o espaço destinado aos moradores dará a quem nela viver a chance de criar as crianças com mais liberdade, sem falar nas paisagens que poderão ser apreciadas do alto das colinas, manchadas pelo pôr-do-sol".

Jornal Vale Vivo, 27 de agosto de 1995.

AGRADECIMENTOS

Primeiro, agradeço meus pais e minha família, pelo seu apoio incondicional a meus estudos.

Agradeço a Prof.^a Dr.^a Maria Aparecida C.H. Papali, minha orientadora desde 2016 e minha chefe desde 2013: tem sido uma experiência incrível contar com seu conhecimento e ensinamentos. Também agradeço ao Prof. Dr. Pedro Ribeiro Moreira Neto, meu coorientador, pela paciência e generosas discussões.

Meus agradecimentos a todos os professores do Programa de Planejamento Urbano e Regional que, em diversos momentos, contribuíram para a construção dessa tese: Adriane Aparecida Moreira de Souza, Cilene Gomes, Fabiana Felix do Amaral e Silva, Lidiane Maria Maciel, Mario Valério Filho, Paulo Romano Reschilian, Sandra Maria Fonseca da Costa, Viviana Mendes Lima e Valéria Zanetti.

Ainda na UNIVAP, quero estender meus agradecimentos aos funcionários: Rúbia Gravito, da Biblioteca; Jorge Silva, da TV; Rodolfo Nogueira, do Setor Pessoal; Sylvia Leds do Diálogo e Tércio Ueda, do setor de Planejamento. Meus profundos agradecimentos aos reitores da UNIVAP, Jair Cândido de Mello e Milton Beltrame, e ao Presidente da FVE, Eduardo Brito Bastos, pela bolsa que me permitiu cursar tanto o mestrado quanto o doutorado na Universidade.

Não teria sido possível ter o acesso as fotografias aéreas do Urbanova se não fosse pelo incentivo inicial do Prof. Mário Valério Filho. Também agradeço imensamente a Jener F. L. de Moraes, do Instituto Agronômico, pela cessão das fotos; assim como aos funcionários João Roberto e Maiara Resende Ribeiro, da Secretaria de Urbanismo e Sustentabilidade da Prefeitura de São José dos Campos. Também agradeço a Fabiana Pupio da Revista UNIVAP, além dos moradores que abriram suas casas para mim durante a realização das entrevistas.

Não poderia faltar meus agradecimentos aos colegas da classe pela convivência durante esses quatro anos – infelizmente, além de outras coisas, a Pandemia do Covid-19 também nos tirou os dois últimos anos de encontros presenciais: Aline Cristina Gomes da Costa, Cláudia Maria de Moraes Santos, Clayton

Galdino, Eduardo Guadgnin, Gláucio Jorge, Lincoln Augusto Taddeo Firoozmand, Paládia de Oliveira Romeiro da Silva e Tatiana Marchetti Panza.



RESUMO

Esta tese tem como objetivo discutir a instalação do campus da Universidade do Vale do Paraíba no Bairro Urbanova, em São José dos Campos. Sabe-se que as universidades ocupam uma posição de importância na dinâmica das relações no local onde se inserem, impactando o mercado imobiliário, influenciando na especulação e criando eixos de comércio e serviço, sendo um elemento atrativo e criando uma territorialidade. O Bairro Urbanova, criado a partir de um empreendimento imobiliário em 1973, recebeu a instalação do Campus Urbanova da UNIVAP no final da década de 1980. Atualmente, o bairro é marcado pela existência de condomínios horizontais e loteamentos fechados, e tornou-se um tema para reflexão se a Universidade teve algum papel como agente indutor de expansão urbana. Faz-se necessária uma discussão sobre a análise do real papel da Universidade como agente indutor, se ela foi ou não um fator de urbanização e qual foi o seu impacto no bairro Urbanova. Para essa pesquisa, além de autores que discutem o papel das universidades no local onde estão inseridas, foram utilizadas documentações primárias do Centro de História & Memória da UNIVAP, entrevistas com moradores e comentários da rede social *Facebook*. A partir do referencial teórico escolhido e das fontes, foi possível compreender o papel da Universidade como um elemento impulsionador, que aqueceu o mercado imobiliário e pressionou o Poder Público a realizar investimentos no bairro, intensificando o uso do espaço e se colocando como elemento que contribuiu para a configuração do espaço desse local, participando da organização do espaço e influenciando diretamente o fechamento do bairro em loteamentos e condomínios fechados.

Palavras-chave: Planejamento Urbano e Regional; São José dos Campos; universidade; bairro Urbanova.

PRODUCTION OF URBAN SPACE AND IMPACTS GENERATED BY THE INSTALLATION OF A UNIVERSITY: THE CASE OF UNIVAP AND THE URBANOVA NEIGHBORHOOD IN SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - SP (1973 - 2021)

This thesis aims to discuss the installation of the campus of the University of Vale do Paraíba in Bairro Urbanova, in São José dos Campos. It is known that universities occupy an important position in the dynamics of relationships in the place where they operate, impacting the real estate market, influencing speculation and creating centers of commerce and service, being an attractive element and creating territoriality. Bairro Urbanova, created from a real estate development in 1973, received the installation of the UNIVAP Campus Urbanova in the late 1980s. Currently, the neighborhood is marked by the existence of horizontal condominiums and closed gates, and it has become a theme for reflection on whether the University had any role as an inducing agent for urban expansion. It is necessary to discuss the analysis of the real role of the University as an inducing agent, whether or not it was an urbanization factor and what was its impact on the Urbanova neighborhood. For this research, in addition to authors who discuss the role of universities in the place where they are located, primary documentation from UNIVAP 's History & Memory Center, interviews with residents and comments from the social network Facebook were used. From the theoretical framework chosen and the sources, it was possible to understand the role of the University as a driving element, which heated up the real estate market and pressured the Public Authorities to make investments in the neighborhood, intensifying the use of space and placing itself as an element that it contributed to the configuration of the space in this place, participating in the organization of the space and directly influencing the closure of the neighborhood in closed gates and condominiums.

Keywords: Urban and Regional Planning; São José dos Campos; university; Urbanova neighborhood.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Vídeo institucional de 1993, mostrando os arredores do terreno da FVE. .	13
Figura 2. Representação da cidade de São José dos Campos no país e as cidades ao seu redor.	29
Figura 3. A cidade de São José dos Campos e as cidades ao seu redor com o bairro estudado em vermelho; o bairro Urbanova, com destaque para a área conturbada com Jacareí.....	30
Figura 4. De São Paulo ao Rio de Janeiro pela Via Dutra (BR-116), uma distância de 450km, com uma marcação para a cidade de São José dos Campos.	33
Figura 5. Projeto da Universidade do Vale do Paraíba, por Roberto de Cerqueira Cesar, 1968.	53
Figura 6. Projeto do "Campus" Universitário da FVE por Rino Levi e Associados. ...	54
Figura 7. Fotografia aérea do antigo prédio de Engenharia, hoje pertencente ao Colégio Técnico da UNIVAP, em 2001.....	54
Figura 8. A Universidade da Virgínia, 1826.	58
Figura 9. A ilha do Fundão, formada a partir de um arquipélago.....	59
Figura 10. O Minhocão, na década de 1960.....	62
Figura 11. Maquete do Plano Diretor da Cidade Universitária.	67
Figura 12. Imagem de satélite do campus Urbanova da UNIVAP, com a distribuição parcial e atual dos prédios e seu ano de inauguração. Sem escala.....	69
Figura 13. Fotografia do Estudo Preliminar para o Plano da Cidade Universitária de São José dos Campos.	71
Figura 14. Comparação das duas maquetes de 1984	72
Figura 15. Comparação da fotografia da segunda maquete com uma imagem de satélite atual do campus Urbanova. Sem escala.....	73
Figura 16. Fotografia dos Campi Urbanova e Aquarius em São José dos Campos e os campi das cidades de Jacareí e Caçapava.	74
Figura 17. A comunidade 'Barrinho' em destaque em vermelho, e a 'Beira Rio', em amarelo.	78
Figura 18. Fotografia aérea do bairro Urbanova, nos anos de 1962 e 1972. Sem escala.....	80
Figura 19. Estrutura Urbana do Projeto Urbanova por Jorge Wilhelm Arquitetos Associados.	85
Figura 20. Novo Plano Diretor da NOVAURBE.....	94
Figura 21. A evolução do perímetro e ocupação urbana entre 1971 e 2006	101
Figura 22. Fotografias do evento de inauguração do Campus Urbanova, em 01/04/1995.....	104
Figura 23. Fotografia aérea do bairro Urbanova no ano de 1985. Sem escala.....	106
Figura 24. Fotografia aérea do bairro Urbanova no ano de 1997. Sem escala.....	107
Figura 25. Destaque da localização da cancela em vermelho à esquerda; à direita, fotografia da cancela.....	113
Figura 26. Fotografia da placa de entrada do bairro do Urbanova, no final da década de 1980.	123
27. Imagens de satélite do bairro Urbanova nos anos de 1997, 2006, 2015 e 2020.	127
Figura 28. Vias públicas asfaltadas, de acesso controlado e da Universidade no bairro Urbanova. Sem escala.	133
Figura 29. Mapas de áreas de ponderação do IBGE, 2010.....	135
Figura 30. Foto Panorâmica do Bairro Pedra Branca, com destaque para seu limite com a cidade.....	141

Figura 31. As principais repúblicas utilizadas pelos estudantes da Univap, em imagem de satélite.....	148
Figura 32. Comércio do ramo alimentício no trecho da Universidade no bairro Urbanova. Imagem de satélite.	151

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. População da Região e São José dos Campos (1950 a 1970).	35
Tabela 2. Loteamentos fechados no Urbanova entre 1983 e 2019.	97
Tabela 3. Planta Genérica de Valores de São José dos Campos em m ² , de 1998 a 2019.	121
Tabela 4. Faculdade de Ciências da Saúde	154
Tabela 5. Faculdade de Engenharias, Arquitetura e Urbanismo	154
Tabela 6. Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas e Comunicação.....	154
Tabela 7. Faculdade de Direito	154
Tabela 8. Faculdade de Educação e Artes	155

LISTA DE SIGLAS

AJE - Associação Joseense de Ensino
CFE - Conselho Federal de Educação
CEHVAP – Centro de História & Memória da UNIVAP
CTA - Centro Técnico Aeroespacial
FVE – Fundação Valeparaibana de Ensino
IAC - Instituto Agrônômico de Campinas
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ITA - Instituto Tecnológico de Aeronáutica
IVE - Instituto Valeparaibano de Ensino
MEC - Ministério da Educação
SJC - São José dos Campos
SP - São Paulo
UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais
UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNB - Universidade de Brasília
UNESP - Universidade de São Paulo
UNIVALE - Universidade do Vale do Paraíba
UNIVAP – Universidade do Vale do Paraíba

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	13
1 INTRODUÇÃO	15
1.1 Referencial Teórico.....	17
1.2 Objetivos.....	20
1.3 Hipótese.....	20
2 METODOLOGIA	22
3 DELIMITAÇÃO TEMPORAL E ESPACIAL.....	27
4 AS TRANSFORMAÇÕES URBANAS E EDUCACIONAIS EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS ATÉ A DÉCADA DE 1970	31
4.1 O processo de urbanização.....	31
4.2 O panorama educacional na cidade.....	36
4.3 A criação de uma Universidade para São José dos Campos.....	40
5 UM CAMPUS UNIVERSITÁRIO EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS.....	51
5.1 A localização da Universidade da FVE.....	52
5.2 Um breve histórico dos Campi Universitários no Brasil.....	56
5.3 Os planos da cidade Universitária da FVE no bairro Urbanova.....	65
6 O BAIRRO URBANOVA: UMA CIDADE DENTRO DA CIDADE.....	77
6.1 Urbanova: o projeto de uma nova Urbe.....	81
6.2 A implantação do plano.....	91
7 A UNIVERSIDADE COMO FATOR DE MUDANÇAS	99
7.1 “A Marcha para o Oeste”: do início do campus ao fechamento do bairro...99	
7.2 A universidade no bairro de alto padrão	118
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	159
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	162
ANEXO A – JORNAIS	177
ANEXO B - LEIS E DECRETOS MUNICIPAIS	206

APRESENTAÇÃO

A importância da Universidade e do ensino tem sido tema de discussões há anos. No entanto, apenas recentemente começaram a surgir estudos explorando não apenas o impacto da Universidade no ensino, mas o impacto da Universidade no local onde está inserida. Há sete anos, frequento a Universidade do Vale do Paraíba, localizada no campus Urbanova, no bairro de mesmo nome, na cidade de São José dos Campos - SP. Primeiro, entre os anos de 2014 e 2015, como estágio no Centro de História & Memória da UNIVAP; quando cursava a minha graduação em História. Depois, entre 2016 e 2017, ao fazer o curso de mestrado em Planejamento Urbano e Regional. Ainda em 2016, fui efetivada no Cehvap, onde hoje trabalho como Gestora de Documentos, e lá tive contato com diversos documentos, fotos, vídeos e entrevistas que mostraram como o bairro mudou desde a instalação da Universidade no início da década de 1990. Lembro-me que fiquei espantada quando vi as fotos pela primeira vez descobrindo que aquele bairro não fora sempre cercado por muros, mas sim com casas e ruas abertas como qualquer outro lugar na cidade.

Figura 1. Vídeo institucional de 1993, mostrando os arredores do terreno da FVE.



Fonte: Acervo do Cehvap

No meu mestrado, em 2016, me dediquei a pesquisar as relações de poder e a elite joseense na criação da Faculdade de Direito, primeira faculdade da FVE, criada em 1954 – embora o projeto original de estudos era a Universidade inserida no bairro Urbanova. Mas por conta do curto tempo e a dificuldade de reunir materiais, decidi deixar esse tema para outro momento e, em 2018, ingressei no doutorado, focando

meus estudos, desta vez, no bairro. Esse trabalho é, portanto, o resultado de um tema que já vem sendo pesquisado e pensado por mim há algum tempo, tendo como objetivo explorar essa relação entre a universidade e o local onde ela se inseriu.

Além dos diversos autores que escolhi como referencial teórico e que foram importantes para o aprofundamento do tema, não teria sido possível realizar essa pesquisa sem a documentação do CEHVAP, que tem sido recolhida há anos com a contribuição de diversos setores da Universidade e da FVE, desde a Biblioteca até o Setor Jurídico. Grande parte desse material, da instalação do Campus, plantas, fotografias, documentação administrativa e atas da Presidência foram adquiridos pelo CEHVAP em 2018, quando da desocupação de um dos prédios pertencentes à antiga administração da FVE. O conhecimento adquirido com esse material me permitiu não apenas estender as discussões feitas nessa tese, mas também contribuiu para a elaboração de diversos artigos publicados em revistas científicas, escritos juntos com a Prof. Papali, Valéria Zanetti e Ana Enedi.

Sabe-se que a escolha de um tema como objeto de pesquisa não é algo que surge espontaneamente, mas sim é decorrente "de interesses e circunstâncias socialmente condicionadas [...] fruto de determinada inserção do pesquisador na sociedade" (GOLDENBERG, 1999). De fato, tenho minhas dúvidas se trabalharia o tema Urbanova/ UNIVAP se não ficasse pelo menos 120 horas por mês no campus. No entanto, depois de sete anos de vivências nesse bairro, tornou-se quase impossível não torná-lo um objeto de pesquisa. Assim, ao escolhê-lo como tema, segui a recomendação de diversos autores que sugerem que o tema de um objeto de investigação seja do interesse e afinidade do autor. Embora outros autores tenham trabalhado a influência da Universidade onde se inserem, poucos trabalhos estão localizados no interior de São Paulo, e menos ainda tem como tema uma universidade privada, sem fins lucrativos e comunitária. Dessa forma, a pesquisa permitiu um certo tom de ineditismo e aprofundamento desta temática por meio de uma pesquisa qualitativa, utilizando também de depoimentos orais e etnografia digital, além da documentação encontrada no Centro de História & Memória da Univap, como recortes de jornais, fotografias, entrevistas e documentação acadêmica, que foram de grande importância para a elaboração desta tese.

1 INTRODUÇÃO

O Brasil chegou à Independência sem ter nenhuma Universidade, em contraste com o restante da América Latina. Em 1940, havia no Brasil apenas 21.235 estudantes de nível superior; dez anos depois, as matrículas subiram para 37.548 estudantes, 600 cursos e 15 universidades (RIBEIRO, 1975, p. 91). Em 1960, o número de estudantes chegou a 100 mil de nível superior, em contraste com 70 milhões de habitantes. A discrepância do número de matrículas em relação a outros países nesse mesmo período (14 matrículas por 10 mil habitantes no Brasil, comparado com 76 na Argentina, Uruguai e Chile e 201 nos Estados Unidos) se dava, de acordo com Darcy Ribeiro, a diversos fatores, entre eles, por causa da política brasileira de utilizar de concursos seletivos de ingresso extremamente exigentes, de forma que apenas as camadas ricas, egressas de boas escolas secundárias, conseguiam ter acesso à Universidade e completar os cursos (idem, p.96 - 142).

A partir da década de 1970, um novo padrão de educação de ensino superior estabeleceu-se no Brasil, expandindo o acesso à educação das instituições privadas. Carlos Benedito Martins, em seu trabalho sobre a Reforma Universitária de 1968, sugere que essa expansão foi uma consequência da Reforma, que tinha como objetivo modernizar e expandir as instituições públicas, mas visto que essas instituições de ensino superior públicas não conseguiam ampliar suas matrículas e estruturas para atender a crescente carência de acesso ao ensino, o atendimento à essa demanda passou a ser atendida por escolas privadas (MARTINS, 2009, p. 16). A Reforma do Ensino Superior, em 1968, também se insere em um longo histórico de lutas por uma escola única, laica e pública que, embora não tenha sido totalmente conquistada, fez com que as instituições privadas a se inserirem no ensino superior. A criação de novas instituições superiores eram demandas de cidades médias e emergentes do interior do Brasil, onde a classe média ansiava por essa instalação e contribuiu para a criação de universidades comunitárias, confessionais, autarquias e fundações, como a própria Fundação Valeparaibana de Ensino.

Conforme foram se instalando na cidade de São José dos Campos, no interior de São Paulo, estabelecimentos de ensino superior como o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), a Faculdade de Direito, Faculdade de Farmácia e Odontologia, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Faculdade de Serviço Social, Faculdade de

Engenharia Elétrica e Eletrônica, o município passou a adotar cada vez mais um discurso voltado para a criação de uma Universidade na cidade, que somente aconteceria em 1992, quando os cursos das Faculdades Integradas da Fundação Valeparaibana de Ensino (FVE) se conglomerariam na UNIVAP – Universidade do Vale do Paraíba.

A relação da FVE, mantenedora das Faculdades Integradas e futura Universidade, com a cidade, teve momentos conflituosos - onde os principais atores da cidade e da instituição pareceram disputar espaços econômicos, políticos, sociais e culturais - e momentos de desinteresse mesclados com momentos de orgulho e destaque sobre alguns alunos, cursos e eventos promovidos.

Embora haja muita discussão sobre a história da educação e sua relevância social, existe pouca pesquisa sobre a ocupação dos espaços físicos que as instituições educacionais ocupam na cidade, além da relação que elas estabelecem na localidade onde estão inseridas.

O fato de os campi universitários estarem localizados em ambientes urbanos fazem com que seja necessário que estes sejam devidamente planejados, pois seus espaços estão destinados à formação, educação e investigação, e é necessário que seus espaços físicos interliguem todas as funções específicas e inerentes à vida no Campus (MATOS, 2009, p.1-3). Recentemente, algumas universidades como a Universidade Federal de Uberlândia e a Universidade Federal Fluminense de Niterói elaboraram o EIV - Estudo de Impacto de Vizinhança para explorar os possíveis impactos em relação a campus universitários e suas instalações. Embora instaladas em locais diferentes, ambas confirmaram que a instalação de um novo campus impacta os eixos de comércio e serviço, prevendo-se um aquecimento do mercado da construção civil e demanda indireta por novas áreas de comércio e prestação de serviços no entorno, além da ampliação da pressão inflacionária e especulação da terra; impactos na geração de tráfego, demanda por transporte público e de moradias estudantis.

Embora não tenha sido elaborado um estudo do impacto da instalação do Campus Urbanova da UNIVAP na década de 1990, ainda é possível estudar seu impacto nos arredores. A Universidade se instalou em uma área doada pela Prefeitura Municipal dentro do complexo “Urbanova - Comércio e Urbanização e Desenvolvimento”, localizado na zona oeste da cidade. Atualmente, o bairro é

marcado pela existência de loteamentos fechados e condomínios horizontais, que foram legalizados perante a lei nº 5441, promulgada em São José dos Campos em 1999 pelo presidente da Câmara Municipal, que autorizou o fechamento de loteamentos, vilas e ruas sem saídas, com acesso controlado de pessoas e veículos (SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, 1999).

Essa área faz parte de um empreendimento que havia sido iniciado em 1973, quando os participantes da Fukuoka Jisho Bank escolheram a cidade de São José dos Campos para fazer um novo investimento: a criação de uma nova “cidade” dentro da cidade de São José dos Campos. A concepção do Urbanova coincide com o lançamento do Alphaville Industrial e Empresarial, também no ano de 1973, nas terras da família Penteado em Barueri por meio de uma incorporação com a Construtora Albuquerque Takaoka. Seu surgimento é concebido e produzido como um dos desdobramentos da emergência da época metropolitano-financeira, sendo um produto imobiliário que representa, no território nacional, "a transição do urbano ao metropolitano, a produção pioneira de loteamentos fechados, a modernização da região metropolitana", a fragmentação regional e a homogeneização local (LEOPOLDO, 2018, p. 96).

Em relação ao bairro onde se instalou no início de 1990, a Universidade vista pelos moradores parece ora ignorada e ora vista como algo que, embora tenha impulsionado o bairro, parece que nada contribuiu em relação ao saber criado nela que, poucas vezes, é posto a serviço do local onde se insere. Nesse contexto, é necessário, além de uma análise do impacto urbano, uma reflexão sobre as relações entre a Universidade e o bairro, no contexto entre a Universidade e a cidade onde se localiza.

1.1 Referencial Teórico

Os principais autores utilizados como fundamentação teórica para o trabalho são Flávio Vilaça, Milton Santos, Zygmunt Bauman e Teresa Pires do Rio Caldeira, além de autores que discutem a influência da Universidade onde está inserida, como Regina Célia Lopes de Araújo, Moema Maria Badaró Cartibani Midlej e Christine Ramos Mahler. Para Mahler, em seu estudo sobre os campi universitários e seus territórios, os campi expressam, em sua forma física, a relação da universidade com

a comunidade que a cerca. Para a autora, após uma análise de diversos campi universitários do Brasil e do mundo, as interações entre os campi e a comunidade se intensificaram desde os anos 1960 estimulando questionamentos sobre a expressão dessas relações. Mais importante do que os edifícios, é preciso que a universidade tenha uma ambientação estimulante e que encontros casuais e imprevisibilidade alimentem o espaço para tornar a universidade mais atraente (2015, p. 295). Como observa a autora,

Universidades podem estar inseridas nas cidades, construídas e produzidas para expressar uma função social, determinando ritmos de vida, exercendo influências e transformando bairros. Enquanto complexos urbanos que são, muitas vezes, lugares privilegiados, cuja localização geralmente permite a permeabilidade com a *urbe* e com a *polis*. Territórios universitários urbanos são, ao mesmo tempo, reservados e integrados, inscritos em sua especificidade e permeados pela espontaneidade dos encontros (MAHLER, 2015, p. 151).

Encontros casuais e imprevisibilidade também fazem parte do pensamento de Bauman que serão utilizados nessa tese. No que se refere a condomínios e comunidades fechadas (*gated community*), Bauman afirma que é a crescente intolerância à diferença, suspeita e ressentimento em relação a estranhos que levam comunidades a se isolarem em comunidades fechadas, tendo uma ilusão de igualdade (1999, p.54). Em seu livro "Cidade de Muros", Teresa Pires do Rio Caldeira explora como os "enclaves fortificados" estão transformando cidades contemporâneas como um resultado de um novo padrão de organização das diferenças sociais no espaço urbano, padrão esse que têm sido adotado pelas classes médias e altas gerando um diferente tipo de espaço e interações da população com ele (2000, p. 11).

Destaca-se aqui a tese de Doutorado em Planejamento Urbano e Regional, "A Universidade no Contexto Urbano: as representações presentes na relação socioespacial entre a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e a cidade de Seropédica" (ARAÚJO, 2011) de Regina Célia Lopes Araújo, professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, e diversos artigos que ela escreveu sobre a temática; além da tese de Moema Maria Badaró Cartibani Midlej, professora do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Santa Cruz, "Universidade e Região: Territorialidade da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC", de 2004, e outras publicações que ela

fez sobre o tema. Ambas as pesquisadoras notam que a relação entre universidade/cidade/bairro tem despertado o interesse de diversos pesquisadores e, conforme Araújo destaca,

Os estudos e análises desenvolvidos sobre a produção e a configuração do espaço universitário - tanto do ponto de vista morfológico e urbanístico, como simbólico e ideológico; tanto no que se refere à sua localização e organização, quanto à sua relação com as cidades - apontam para um padrão morfológico e ideológico de forte perfil segregacionista. Especificamente no caso brasileiro, a territorialização da universidade, quando calcada no paradigma do campus universitário, que, considerado sob o aspecto urbanístico, é muito próximo do modelo de cidade universitária, aprofunda, na relação, o caráter de distanciamento e estranhamento para com o seu entorno urbano (ARAÚJO, 2011, p. 17).

Para Midlej, a Universidade tende a ocupar uma posição fundamental na dinâmica dos processos de desenvolvimento da região onde ela se estabelece, criando um conjunto de interesses e relações de poder e hegemonia e ganhando contornos socioespaciais ao incorporar-se no contexto econômico, político, cultural e histórico da região. Como uma instituição com múltiplas funções, a Universidade empreende processos que a levam a ocupar um lugar estratégico no desenvolvimento socioeconômico, de forma que a região de influência da Universidade contribui para a sustentação de suas ações e, ao mesmo tempo, é alvo das ações da Universidade no que se refere à criação de conhecimentos (2004, p. 25 e 26).

A instalação de uma Instituição Universitária em determinado lugar ganha contornos socioespaciais pela incorporação do contexto econômico, político, cultural e histórico do seu entorno nas funções que exerce, assumindo importância singular na dinâmica dos processos de desenvolvimento, articulados com a utilização dos espaços regionais. (...) A articulação entre Universidade e contexto regional remete à consideração de que a localização geográfica constituiu-se de um importante indicador da inter-relação existente entre os fatores que particularizam as Instituições Universitárias quando analisadas nos seus contextos locais (MIDLEJ, 2004, p.39-41).

Pilar C. C. Bahamón também descreve que a Universidade, ao interagir com o contexto local e suas determinantes espaciais, econômicas, históricas, culturais e políticas, adquire compromissos socioespaciais e assume um papel importante na dinâmica dos processos de desenvolvimento (BAHAMON, 2010, p. 34). Para a autora,

as universidades na segunda metade do século XX passaram a se utilizar da 'lógica do mercado', privilegiando no âmbito regional, determinadas regiões em uma lógica de 'oferta e demanda', instalando-se em locais com perspectiva de desenvolvimento:

As universidades hoje no âmbito urbano privilegiam sua ocupação em setores exclusivos das cidades, em bairros e áreas nobres, porém ao mesmo tempo fechados a seu contexto, isolados pelas grandes grades, desvinculados dos espaços públicos pelos grandes estacionamentos de carros (idem, p. 117).

A partir das discussões potencializadas por esses autores, será possível investigar se a Universidade gerou ou não impactos pela sua instalação, além de fomentar subsídios para melhor compreender as relações socioespaciais entre o espaço da Universidade do Vale do Paraíba e seu entorno.

1.2 Objetivos

Esse trabalho tem como objetivo inferir se a Universidade teve ou não algum impacto na grande procura por terrenos no bairro nas décadas de 1980 e 1990 e, de forma geral, qual foi o papel da Universidade como agente indutor de expansão urbana no local onde ela se inseriu. Dessa forma, considera-se o problema dessa tese, se a Universidade pode ou não ser tomada como um fator ou agente de urbanização. A partir desse problema, foram levantados os seguintes objetivos:

- Investigar quais impactos, se existiram, foram gerados pela instalação da Universidade no bairro e de que forma sua instalação impactou a produção do espaço urbano,
- Caso a Universidade tenha impactado no bairro, investigar se ela: (1) pode ser tomada como um fator de urbanização (2) foi responsável pela proliferação de condomínios fechados no bairro.

1.3 Hipótese

A hipótese utilizada neste trabalho parte da premissa de que a Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP) teve um papel ativo no impulsionamento inicial do bairro, ou seja, foi um fator para a dinamização de sua urbanização.

Essa hipótese poderá ou não ser comprovada por meio de depoimentos de moradores, alunos e funcionários da instituição durante este período; assim como dados primários, tais como jornais, publicações de dados da Prefeitura e documentação administrativa da Universidade, de forma que essa pesquisa primará pelo uso de dados qualitativos.

2 METODOLOGIA

As duas principais técnicas para obtenção de dados para a tese serão a análise de dados primários, fornecidos pelo Acervo do CEHVAP – Centro de História & Memória da UNIVAP, que contém coleções de jornais e documentação administrativa da Universidade; e a história oral, a partir de entrevistas realizadas pelo CEHVAP, que tem como um de seus objetivos reconstruir a história da FVE e UNIVAP recolhendo depoimentos de alunos, funcionários e pessoas que fizeram parte da sua história. Todas as entrevistas fazem uso do Termo de Esclarecimento Livre e Esclarecido elaborado pela coordenadora do CEHVAP, Prof. Maria Aparecida Chaves Ribeiro Papali. As entrevistas se inserem no Projeto “A História oral como fonte para as linhas de pesquisa do Núcleo Pró-memória SJC” (Plataforma Brasil pelo CAAE 46505115.5.0000.5503 e nº de Parecer 1.254.073).

Para a escolha das entrevistas, foi feita uma pesquisa em relação ao seu conteúdo qualitativo. A pesquisa qualitativa tem como objetivo compreender o significado que acontecimentos e interações têm em relação aos indivíduos. Foram escolhidos os depoimentos de pessoas que conheceram e frequentaram a UNIVAP (e o bairro) antes e depois da instalação da Universidade, ou seja, no início da década de 1990. A partir desses critérios, foram escolhidas cinco entrevistas, realizadas pelo CEHVAP entre os anos de 2012 e 2016. Como observou Rosália Duarte, psicóloga e doutora em Educação, as entrevistas são fundamentais quando se deseja mapear valores, sistemas, crenças e práticas de um universo delimitado em que as contradições e os conflitos não estejam evidenciadas de modo claro (2004, p. 215). Dessa forma, com esses depoimentos, é possível que o pesquisador colete indícios de como os sujeitos percebem e significam a sua realidade e, assim, é possível levantar informações que permitam a discussão, compreensão e descrição da "lógica que preside as relações que se estabelecem no interior daquele grupo", informações essas que seriam difíceis de obter com outra forma de coleta de dados.

Alessandro Portelli, professor italiano de literatura e que dedicou muitos de seus estudos à História Oral, observou que a metodologia de pesquisa da história oral revela aspectos ou facetas de eventos desconhecidos, e que elas nos contam “não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o

que agora pensa que fez”, de forma que a história contada através do depoimento, adiciona mais informações aos dados primários que conhecemos (PORTELLI, 1997, p. 31).

Quanto às transcrições das entrevistas, Portelli indica que durante a transcrição é necessário inserir sinais de pontuação, distribuídas de acordo com as regras gramaticais e que podem “terminar por confinar o discurso dentro de regras gramaticais e lógica não necessariamente seguidas por ele” (PORTELLI, 1997, p. 28). Uma vez que isso pode ser percebido apenas ouvindo o áudio e não durante a leitura da transcrição, os áudios originais das entrevistas ficam disponíveis no Acervo do CEHVAP para consulta em relação a essa tese.

Também serão utilizados os conceitos de Michael Pollack sobre memória e identidade. Como observa o autor, a memória é uma operação coletiva de acontecimentos e interpretações do passado, e que se integra em tentativas conscientes ou não de definir e reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades. Portanto, na análise sobre a Universidade e o Bairro por meio das entrevistas, notar-se-á que, como Pollack, a referência ao passado “serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõe uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também oposições irreduzíveis” (POLLAK, 1989, p. 9). Dessa forma, é necessário fornecer um quadro e pontos de referência, assim como um “enquadramento”, uma vez que toda memória de grupo tem limites, não podendo ser construída de forma arbitrária. Para isso, como observa o autor, é necessário ter exigências e justificação – se alimentando do material fornecido pela história, o enquadramento da memória pode ser interpretado e combinado por referências, cuja credibilidade depende da coerência de discursos sucessivos (POLLAK, 1989, p. 10). É por isso que variadas entrevistas serão utilizadas na tese.

Com as entrevistas, espera-se conseguir depoimentos de como a UNIVAP impactou ou não o bairro pelo ponto de vista dos moradores e, pelo ponto de vista dos alunos e funcionários, como foi essa transição para um novo campus em um local que, na época, era desconhecido e afastado da cidade.

Como forma de complementação dos depoimentos orais, também serão utilizados comentários publicados em grupo fechado na rede social *Facebook*. Criado em 2014, o grupo conta com atualmente dois mil membros, em sua maioria moradores

e trabalhadores do bairro. A partir da observação etnográfica do grupo em seu contexto-online, foi possível tecer diversas análises sobre a posição dos membros do grupo em questões relacionadas à Universidade. Por meio da opção de pesquisa de publicação, foi possível perceber que as publicações que têm relação com a Universidade foram feitas principalmente entre os anos de 2014 e 2019 – nos anos de 2020 e 2021, devido à da pandemia do Coronavírus, houve uma diminuição considerável da ida de alunos e funcionários para a instituição, gerando menos comentários em relação à Universidade. As publicações sobre a Universidade foram catalogadas por *screenshots* (fotos da tela), e seus links são acessíveis por meio da busca do *Facebook* no grupo, embora este seja privado. Um grupo com categoria de privado no *Facebook* significa que apenas seus membros podem ver suas publicações; e que só se pode entrar no grupo sendo convidado. Eu entrei no grupo em meados de 2016, quando o grupo ainda era público, assim como todas suas publicações. O grupo só foi fechado no ano de 2018; portanto, as únicas publicações avaliadas neste trabalho serão as publicadas entre os anos de 2014 e 2018, quando o grupo e suas publicações ainda eram públicas.

Não é possível determinar qual o índice de representatividade dos membros do grupo do *Facebook* ou até mesmo dos depoentes de História Oral, em relação ao número total de moradores e sua opinião sobre o impacto ou não da instalação da Universidade. É por isso que reiteramos que tanto os depoimentos quanto os comentários selecionados no grupo do *Facebook* foram selecionados de acordo com seu conteúdo qualitativo, ou seja, que contribuísse para a discussão. É quase impossível quantificar quantas publicações ou comentários foram feitos no grupo do *Facebook*, e as mais de cem entrevistas do CEHVAP, juntos, formam uma quantidade imensa de dados. Essa quantidade de informações "não pode nem deve ser tomada como um todo": conforme observa Duarte, é necessário que os pesquisadores usem apenas aquilo que está diretamente relacionado ao seu objeto de pesquisa, retirando dos depoimentos informações que nos permitam pensar a dimensão coletiva, ou seja, informações que tornam possível ao pesquisador compreender a lógica das relações estabelecidas dentro dos grupos sociais dos quais o depoente participa ou participou em determinado lugar e tempo (2004, p. 2019).

A utilização das publicações da rede social ainda é discutida em relação a seus aspectos éticos. Sobre isso, diversos autores têm utilizado a Resolução nº 510 de 7

de abril de 2016 do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2016), colegiada ao Ministério Saúde que contém uma comissão responsável pela instalação de normas e diretrizes de pesquisas que envolvem seres humanos, o CONEP - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa. Esse tipo de pesquisa, com coletas de dados (em grupos públicos, mas sem se apresentar como pesquisador) é definida como "pesquisa encoberta": quando a pesquisa é conduzida sem que "os participantes sejam informados sobre objetivos e procedimentos do estudo, e sem que seu consentimento seja obtido previamente ou durante a realização da pesquisa". Essas pesquisas encobertas têm como uma de suas justificativas quando acredita-se que a informação sobre a realização da pesquisa e da atuação do pesquisador "alteraria o comportamento alvo do estudo" (BRASIL, 2016). Além disso, tratando-se de publicações de anos passados, não é possível utilizar o termo de consentimento relativos a períodos anteriores.

A etnografia digital e sua aplicação são temas de constantes estudos e discussões. Em 2020, o Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP ministrou um curso chamado "Minicurso Introdução às pesquisas em/dos/sobre contextos digitais". A terceira aula, sobre "Teoria, Método e Ética", ministrado pelas sociólogas Bárbara Castro e Carolina Parreras, descreve que um dos principais cuidados no tratamento e discussão dos dados das redes sociais é a privacidade do usuário e não colocá-lo em risco. Por isso, todos os comentários discutidos nessa tese foram colocados de forma a não se identificar o autor, fazendo referência apenas as iniciais (assim como nas entrevistas de História Oral) e a data em que o comentário foi publicado.

Para a análise histórica, será utilizada a noção de tempo empírico em relação ao conceito de "evento", conceituado por Milton Santos, considerando que o evento aqui em análise seria a instalação da Universidade. Para Santos, o que permite datar os eventos é ver se o que está em questão é ação do fato, sua caracterização em geral e particular e como ele incide sobre uma sociedade e lugar (SANTOS, 1999, p.16). Santos utiliza do termo "evento" como uma chave para unir as noções de tempo e espaço, de forma a possibilitar o estudo de uma "história já feita" trabalhando as possibilidades que são conhecidas pela história e possibilitando reconstituir um território a partir de mosaicos (idem, p. 17). O autor também explora os elementos do espaço (homens, firmas e instituições) e suas demandas em um determinado espaço,

como suas relações podem se tornar íntimas e extensas dependendo das interações desses elementos no espaço (SANTOS, 1985, p.7). Em "Pensando o espaço do homem", Santos também observa que cabe aos autores fazer com que os fatos se tornem fatos históricos, identificando as relações que os definem seja por meio "da observação de suas relações de causa e efeito", ou seja, sua história, seguindo a constatação da ordem segundo a qual elas se organizam (2007). Sem essas relações, não há fatos, e é pela existência histórica definida no interior de uma estrutura social que é possível reconhecer categorias de análise e de realidade.

3 DELIMITAÇÃO TEMPORAL E ESPACIAL

Dentro do contexto da compra do terreno da "Urbanova" (1973) e da criação da Universidade do Vale do Paraíba (1992) e a inauguração de seu campus (1995), além das diversas mudanças ocorridas no bairro durante esse período, decidiu-se delimitar o recorte temporal deste estudo para entre os anos de 1973 até o ano de 2021. No entanto, já no final do ano de 2019, havia a preocupação de que o novo Coronavírus chegasse ao Brasil e que houvesse repercussões de ordem biomédica e epidemiológica, além dos impactos sociais, políticos, econômicos e culturais. Até julho de 2021, o Brasil havia registrado 551.906 mil mortes pela Covid-19. E até julho, as aulas na Universidade do Vale do Paraíba ainda não haviam retornado integralmente, tendo sido paralisadas em março de 2020. Diversos autores têm tratado sobre o impacto da pandemia no cotidiano escolar e a mudança da rotina de pais, alunos e funcionários que agora não mais precisam ir presencialmente à escola ou Universidade para trabalhar, receberem seus materiais ou terem aulas.

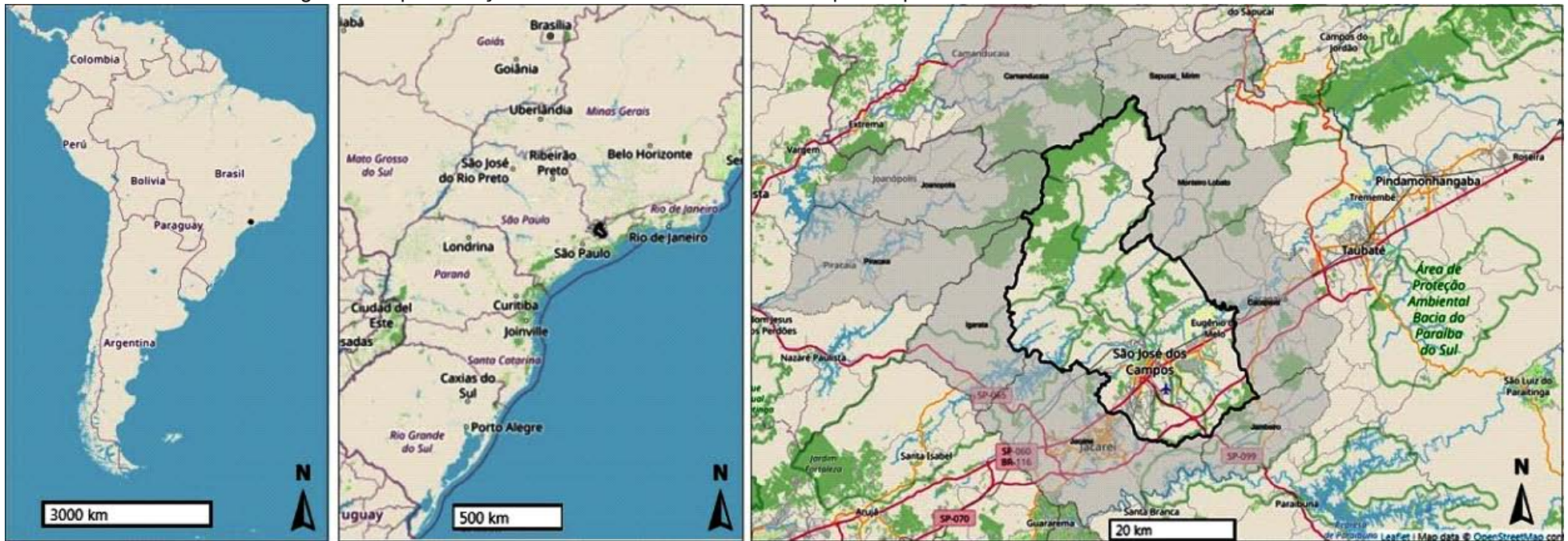
A pandemia do coronavírus também reacendeu discussões sobre a aprendizagem a distância. Como notou Boaventura de Souza Santos, o impacto das novas tecnologias de comunicação e informação têm abalado a universidade nos anos recentes, pois ela é uma entidade “com forte componente territorial bem evidente no conceito de campus” (2013, s.p.). A territorialidade da universidade e o regime de estudos torna a comunicação presencial intensa, e as tecnologias da informação colocam em causa esta territorialidade, que passa a sofrer com essa nova ‘concorrência’. Diversas disciplinas que antes eram oferecidas apenas em modo presencial na UNIVAP, hoje já são oferecidas no formato EAD, sem dúvida como uma influência do período de mais de quinze meses tendo aulas na modalidade a distância.

Nesse contexto, a localização física da escola e seu entorno deixaram de ser elementos importantes. Dessa forma, como se trata de uma nova dinâmica entre a universidade e a localização onde ela se insere, decidiu-se por delimitar a discussão entre a Universidade e os moradores até o momento da pandemia, ou seja, até o ano de 2019. No entanto, entre os anos de 2020 e 2021 foram publicados novos dados em relação ao bairro Urbanova. Portanto, serão utilizados os dados mais recentes para esta análise.

A delimitação espacial para essa tese se dá dentro do bairro Urbanova, localizado na zona oeste da São José dos Campos, no interior de São Paulo, conforme

é possível ver nas Figuras 2 e 3. Desde o início dos anos 2000, o bairro está passando por um processo de expansão de condomínios de alto padrão. Diversos estudos produzidos por estudantes da Universidade do Vale do Paraíba, com destaque para Canizza Filho (2009) e Bastos (2016) que discorreram sobre como o meio físico onde o bairro está inserido não é favorável ao tipo de ocupação que tem ocorrido, com terrenos de "alta suscetibilidade à erosão laminar, em sulcos, ravinas e até voçorocas; desagregação superficial; movimentos de massa e obviamente assoreamento e sedimentação dos corpos d'água" (2016, p. 6). Além disso, nota-se que parte da margem esquerda do bairro está localizada na cidade de Jacareí, causando o fenômeno de conurbação urbana.

Figura 2. Representação da cidade de São José dos Campos no país e as cidades ao seu redor.



Fonte: Mapa Interativo de São José dos Campos, Prefeitura Municipal, 2021. Editado pela autora.

Figura 3. A cidade de São José dos Campos e as cidades ao seu redor com o bairro estudado em vermelho; o bairro Urbanova, com destaque para a área conturbada com Jacareí



Fonte: Mapa Interativo de São José dos Campos, Prefeitura Municipal, 2021. Editado pela autora.

4 AS TRANSFORMAÇÕES URBANAS E EDUCACIONAIS EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS ATÉ A DÉCADA DE 1970

4.1 O processo de urbanização

O Vale do Paraíba teve seu início econômico no século XVIII, passando por uma primeira fase de desenvolvimento no século XIX com a cafeicultura. Durante o século XIX, a região foi um grande centro cafeeiro, tendo entrado em decadência ainda nesse século, especialmente pelo esgotamento das terras. A cidade de São José dos Campos havia ficado à margem das atividades produtivas no Brasil até a primeira década do século XX, quando uma fase de intensa prosperidade geralmente era seguida de estagnação e decadência. Em São José dos Campos, a queda da produção do café para 1/5 em 1920 do que era produzido em 1886 foi consequência da substituição da mão de obra e do caráter itinerante da lavoura. Mas enquanto em outras cidades as fazendas de café foram transformadas em criação de gado, em São José dos Campos as terras foram subdivididas em lotes de 10 à 30 alqueires, onde o café continuou a ser cultivado por pequenos produtores (CENTRO DE PESQUISA..., 1964).

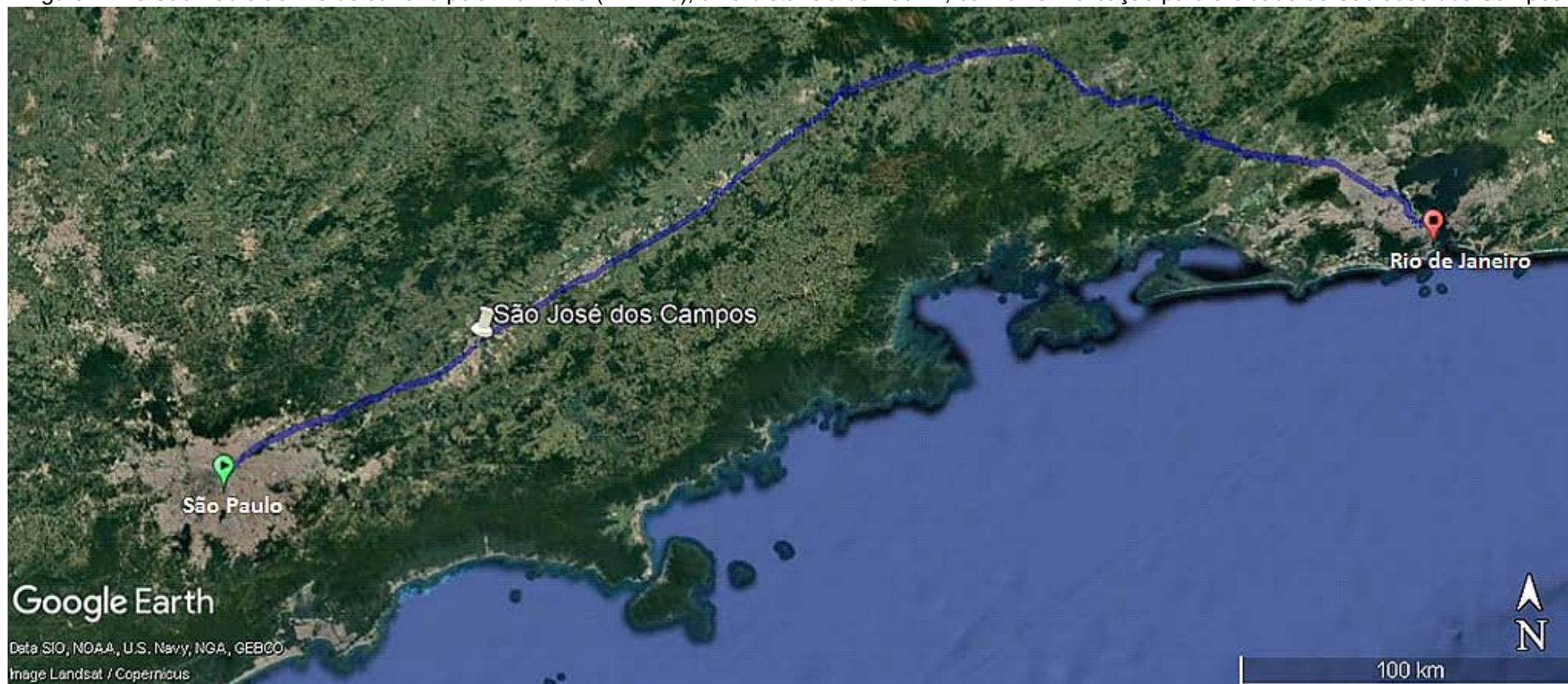
Conforme observado no estudo preliminar para o primeiro Plano Diretor para a cidade, "tudo aquilo que pudesse facilitar a vinda de novas fábricas foi utilizado como recurso e pôsto em prática", tendo como objetivo conseguir a instalação do maior número possível – mas, nessa ânsia de não perder oportunidades para outros municípios, ignorou-se os efeitos sobre o ritmo da vida na cidade (CENTRO DE PESQUISA, 1964, p. 56). Entre essas instalações da primeira metade do século XX destaca-se em 1922 a Cerâmica Bonádio, que marcou o início da atividade fabril em São José; e a Tecelagem Paraíba em 1927, que acentuou o abandono do campo da cidade, já que as duas companhias ofereciam salários muito mais elevados do que os do meio rural. Apesar das instalações de novas empresas, a cidade se industrializou tardiamente em relação a outras cidades da região como Jacareí, Taubaté e Guaratinguetá, que continham atividades industriais mais relevantes.

Em março de 1935, em razão do Decreto nº 7007 (SÃO PAULO, 1935), a cidade foi considerada Estância Climática e de Repouso. Durante esse período, a cidade pôde beneficiar-se dos recursos propiciados pelas condições climáticas, consideradas propícias para o tratamento da tuberculose. A partir da década de 1940,

com a descoberta dos antibióticos e quimioterápicos que trariam a cura da doença, os redutos para tratamento da doença diminuiriam cada vez mais: em 1948, das 21 hospedagens na cidade, 13 eram pensões sanatoriais; em 1950, das 16 pensões, 9 eram sanatoriais; em 1952, das 20, 10 eram sanatoriais e, em 1959, havia apenas dois estabelecimentos de pensões sanatoriais, embora ainda existissem hospitais especializados para o tratamento da doença. Ou seja, "mesmo no auge do desenvolvimento industrial do presente" ainda havia "persistência da função como estância de repouso e tratamento" (PLANO PRELIMINAR, 1961, p. 54).

Acompanhando o movimento do Estado, a região do Vale do Paraíba voltou-se a industrialização na década de 1940, aproveitando-se principalmente da sua posição geográfica entre os dois centros nacionais - São Paulo e Rio de Janeiro, ligados pela Via Dutra, conforme mostra a Figura 4. A evolução demográfica do Vale do Paraíba acompanhou esse esquema econômico, tendo 85 mil habitantes em 1836 e 334.798 em 1900. Pelos próximos 40 anos o número de população se estabilizaria, com 369.911 habitantes em 1940. Apenas com a industrialização das regiões do Vale que a evolução populacional retoma um ritmo de crescimento, com 449.732 habitantes em 1950 e 571.058 mil em 1960 (CENTRO DE PESQUISA..., 1964).

Figura 4. De São Paulo ao Rio de Janeiro pela Via Dutra (BR-116), uma distância de 450km, com uma marcação para a cidade de São José dos Campos.



Fonte: Google Earth, 20220, Editado pela Autora.

Posteriormente instalaram-se na cidade a Cerâmica Weiss, a Rodosá de Raion, indústrias tradicionais têxteis e alimentares. Em 1951 foi inaugurada a Rodovia Presidente Dutra, considerado um fator importante para a atração de indústrias nesse período, como Johnson & Johnson, Ericsson, Kanebo e General Motors. A partir da década de 1960, a concentração industrial da Grande São Paulo inicia uma dispersão a outros municípios do interior do estado, atingindo os municípios de Campinas, São José dos Campos e Sorocaba. Na década de 1940 foram instalados o CTA – Centro Técnico de Aeronáutica e o ITA - Instituto Tecnológico de Aeronáutica; em 1961 foi criado o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), e chegaram na década de 1960 as indústrias Alpargatas (1960), Matarazzo e Amplimatic (1964), Avibrás (1965), Embraer (1969) e a National e Bundy Tubing (1970).

Neste contexto, São José dos Campos se afirma pela especialização produtiva definida pela concentração de instituições de ensino e pesquisa e de empresas do segmento espacial, conforme análise de Adriana A. M. de Souza (2008). Vinculando o conhecimento científico com a produção industrial, a cidade se apresentou como um novo espaço de produção, abrigando instituições de ensino e pesquisa científica internacionalmente reconhecidos, além de instalações voltadas para o desenvolvimento de produção e projetos tecnológicos (idem, p. 36).

Em 1954 ocorreu a promulgação do primeiro Código de Obras e Edificações na cidade. Em 1957, o governador Jânio Quadros autorizou o Decreto Estadual nº 28.399 que exigia que todas as Estâncias Hidrominerais tivessem Planos Diretores. No ano seguinte, deu-se início a elaboração do primeiro Plano Diretor da cidade sob a coordenação do Centro de Pesquisas Urbanísticas (CPEU) da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP). De acordo com o Plano Preliminar, a população desejava esquecer de forma definitiva o período sanatorial, tendo orgulho de ter conseguido expulsar do centro da cidade as casas que recebiam os doentes e apreciando a afirmação de que "a cidade se transformou de maneira radical e nada mais conservava das características anteriores" (PLANO PRELIMINAR, 1961, p. 54). Tal atitude de repúdio se devia ao fato de que alguns problemas decorreram da situação da cidade como Estância, entre eles o estabelecimento de pessoas doentes que ficavam na cidade sem condição financeira de manter-se, em posições de mendicância ou prostituição (idem).

Como observou Valéria Zanetti, o discurso do Plano Diretor parece manter e construir a identidade industrial da cidade baseada no esquecimento do período sanatorial, de forma que este foi, ao longo dos anos, sendo apagada da memória coletiva. Para Zanetti, o passado é rejeitado quando a inovação é identificada como socialmente desejável, principalmente quando está ligada ao “progresso”, inovação tecnológica e ciência. A destruição da memória do passado, causada quando a mudança social acelerou e transformou a cidade, substituindo o “velho” pelo novo, uniformiza e generaliza saberes sobre a cidade e “o caráter de impessoalidade do contexto urbano” (2012, p. 199-201).

O período de industrialização a se seguir produziria consequências mais sensíveis no núcleo urbano e no estilo de vida da cidade. Entre 1949 e 1967, o valor da produção industrial aumentou 330% no Vale do Paraíba. De acordo com um relatório de reconhecimento feito pela Comissão de Desenvolvimento do Vale do Paraíba (Codivap), a industrialização foi mais intensa no período de 1959 a 1967 do que de 1949 a 1959, seguindo uma tendência oposta do plano nacional onde o ritmo da industrialização diminuiu na década de 1960 (1972, p.20). Essa tendência teria se dado pelo movimento da indústria da Grande São Paulo para o interior, atingindo o Vale do Paraíba de modo mais intenso, refletindo no número populacional de São José dos Campos e da Região.

Tabela 1. População da Região e São José dos Campos (1950 a 1970).

Região do Vale do Paraíba		1940	1950	1960	1970
Total:		456.225	585.772	782.556	830.421
Urbana:		207.308	351.443	601.2011	607.423
Rural:		248.917	234.329	181.345	222.998
São José dos Campos					
Total:		36.279	44.804	77.533	148.332
Urbana:		14.474	26.600	56.882	132.482
Rural:		21.805	18.204	20.651	15.850

Fonte: Adaptado de Maksoud e SÃO JOSÉ EM DADOS 2016.

De acordo com o plano preliminar da elaboração do Plano Diretor, São José dos Campos sofria, desde a última década, um crescimento acelerado e desordenado, com afluência de novas indústrias "sem qualquer critério racional de localização", prejudicando os interesses das populações locais, com loteamentos invadindo as

zonas rurais e periféricas do núcleo urbano, transformando "áreas produtivas em lotes pseudo urbanos que dificilmente serão habitados" (PLANO PRELIMINAR, 1961, p.7). Dessa forma, era necessário ordenar o crescimento e tentar planejar o desenvolvimento do município.

Em 1970 a população de São José dos Campos dobrou em relação a década anterior, chegando a 148.332 mil habitantes, sendo 132.482 mil localizados na área urbana. Já a Região do Vale do Paraíba teve um aumento menor, de 782.556 habitantes em 1960, para 830.421 mil em 1970. Nesse período, também percebe-se um aumento da população rural no Vale do Paraíba paulista como um todo. De acordo com Perillo e Aranha (1993), a partir da década de 1970 nota-se uma desaceleração no ritmo de crescimento urbano no Estado de São Paulo e um crescimento da população rural de diversas regiões (p. 144). No entanto, acredita-se que esse crescimento rural tenha acontecido pela alteração do critério de áreas urbanas definidas pelo Censo, e não um aumento real da população de áreas rurais, cuja tendência de taxas negativas de crescimento continuou ao longo das décadas (idem).

4.2 O panorama educacional na cidade

Entre 1889 e 1930, São José dos Campos teve dois Grupos Escolares e uma dúzia de Escolas Isoladas. Embora muitas vezes precários, o número de alunos formados foi aumentando com o tempo, assim como novos professores e profissionais liberais que dinamizaram a "pacata São José dos Campos", iniciando a ocupação de cargos públicos e atividade de imprensa (ROQUE, 2007, p. 12-13).

Duas décadas depois, o número de classes e escolas em São José dos Campos havia aumentado em uma "aparelhagem quase completa", como afirmou Napoleão Monteiro, diretor do jornal local Correio Joseense, com escolas de Ginásial, Colegial Clássico e Científico, Normal, Básico, Comercial e cursos preparatórios (RAMOS, 1953, p. 76). Apesar da grande quantidade, as escolas muitas vezes eram utilizadas apenas pelas "classes mais afortunadas", ficando as "classes desprovidas de recursos em situação de completo abandono" (idem). De acordo com o jornal:

Possuímos, no ensino Primário, os Grupos Escolares, "Olímpio Catão, Ângelo Siqueira Afonso, Francisco João Lemes (Santana do Paraíba), Educandário Padre Fortunato, Externato São José, Escola Evangélica, Curso Primário Anexo ao Colégio Estadual e diversas escolas municipais. Desses estabelecimentos de

ensino, dos que possuem o 4º ano Primário, poderemos contar com umas 12 classes, num total de mais de 500 alunos (RAMOS, 1953, p. 76).

Essas deficiências no ensino básico não eram exclusivas da cidade. O desenvolvimento do Estado de São Paulo a partir da metade da década de 1950 exigiu atualizações no sistema educacional, implicando na ampliação de oportunidades educacionais e intensificação de preparo de recursos humanos. As eliminações da barreira dos exames de admissão do ginásio acarretaram em uma demanda crescente de vagas no nível de ensino superior, que aliado à melhoria do rendimento escolar, implicava no crescente volume de egressos. Dessa forma, procedeu-se a universalização do ensino médio, com características profissionalizantes e preparo para técnicos de nível médio.

A instalação de indústrias no município foi um grande estímulo à abertura de escolas técnicas, propiciando formação de recursos humanos necessários para o desenvolvimento industrial regional. Nesse aspecto, São José dos Campos concentrava a maior parte das matrículas do ensino técnico no Vale do Paraíba no final da década de 1960 (MAKSOUND, 1970, p. 23). O desenvolvimento urbano e industrial acarretava não apenas na demanda de profissionais de nível técnico, mas também de nível superior. Conforme observou Henry Maksoud na década de 1970, no relatório do Projeto de Estruturação e Estudo e Viabilidade Econômica da Universidade de São José dos Campos,

Realmente, acompanhando essa tendência, eleva-se o nível de aspiração educacional de toda uma população que hoje já não se contenta em dar aos seus filhos apenas uma instrução primária, pressionando sempre mais por oportunidades de ensino de nível médio e mesmo superior (MAKSOUND, 1970, p. 24).

A estrutura do ensino superior existente no país não tinha condições de absorver o acréscimo das demandas, com déficit de vagas e excedentes alarmantes. Como resultado dessa pressão, deu-se a gradativa expansão do número de escolas e cursos superiores pela iniciativa privada. De acordo com um estudo realizado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo, mais de 70% das faculdades existentes no país na década de 1960 haviam sido criadas depois de 1951 (MAKSOUND, 1970, p. 26). Com essa expansão de ensino ocorreu também a descentralização, com oportunidades educativas sendo oferecidas no interior.

Repetindo a estatística, 70% das 130 Faculdades criadas de 1951 a 1968 estabeleceram-se fora da região metropolitana.

As publicações da imprensa local servem para compreendermos as expectativas do papel da educação na sociedade brasileira e joseense. Pode-se observar que a escola era vista como principal elemento para a constituição de uma “sociedade industrializada” ao transmitir valores de ordem social, ética, crenças e valores. Quando, por exemplo, o ITA foi instalado na cidade junto ao CTA, no final da década de 1940, destacava-se a dedicação exclusiva dos professores e alunos, a ética estudantil, aconselhamento e incentivo de práticas e encontros culturais, além do seu regime de tempo integral - que acabaria por provocar um isolamento da comunidade científica em relação à cidade de São José dos Campos.

A crescente instalação de instituições de ensino superior não foi diferente em São José dos Campos. Em 1954 criou-se a Faculdade de Farmácia e Odontologia. Como noticiado pelo jornal ‘Correio Joseense’, a notícia da criação dessa faculdade havia causado “grande contentamento à população”, que via nessa escola superior,

mais um grande fator em favor da cidade que caminha a passos largos na conquista dos mais alevantados elementos de progresso, em todos os setores. No terreno educacional, a nossa cidade já se pode considerar a vanguardeira desta zona do Vale do Paraíba (CORREIO JOSEENSE, 1954, p. 7).

Embora criada pela Lei Estadual Paulista nº 2.631, de 20 de Janeiro de 1954 (SÃO PAULO, 1954), a Faculdade de Farmácia e Odontologia foi iniciar suas atividades apenas seis anos depois de sua criação, em 28 de março de 1960. O curso de Farmácia nunca foi inaugurado e nunca se soube, ao certo, os motivos (KOGISO; PAGANI, 2010, p. 15 e 34). Oficialmente o curso de Farmácia foi extinto em 1970.

Outra Faculdade, com uma história bem diferente, foi criada no mesmo mês: a Faculdade de Direito do Vale do Paraíba, mantida inicialmente pela Escola Técnica de comércio de São José dos Campos. A Faculdade de Direito se mostraria a encarnação física dos desejos da elite joseense, tendo uma instalação rápida e início das aulas apenas três meses após a autorização do presidente Getúlio Vargas. A Faculdade teve sucesso em seu início não apenas devido ao do apoio da elite local, mas porque, diferente da Faculdade de Farmácia e Odontologia, carecia de menos investimentos para instalação de laboratórios e equipamentos específicos.

Conforme discussão feita na dissertação "Elite e Legitimação: A criação da Faculdade de Direito em São José dos Campos", a criação dessa Faculdade fez "parte de uma política que aliava educação e progresso, e que reforçava a imagem de uma cidade não mais ligada ao período sanatorial, mas sim ao período da industrialização e do conhecimento científico" (SILVA, 2017, p. 110). Nessa dissertação, foi demonstrado com documentos do CEHVAP, entrevistas e depoimentos de pessoas da época, que a Faculdade de Direito era vista pela elite da cidade como uma forma de aumentar sua importância e influência com os novos bacharéis, possibilitando uma nova formação para os "filhos da terra", criando uma maior representatividade na cidade.

Cinco anos depois seria criado o IVE - Instituto Valeparaibano de Ensino, com o objetivo de criar, instalar e manter cursos superiores, secundário, normal e primário na cidade, iniciando com a Faculdade de Direito. Em 1963, o IVE transforma-se em FVE - Fundação Valeparaibana de Ensino. Desde seu início a FVE funcionou ao lado do poder público, recebendo incentivos fiscais e doações de terrenos. Nos anos seguintes, a FVE se tornaria a instituição com mais Faculdades na cidade, com os cursos de: Direito (Faculdade de Direito, 1954); curso de Ciências Econômicas (Faculdade de Ciências Econômicas, 1961), cursos de História, Letras e Pedagogia (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1967); cursos de Engenharia Civil e Elétrica (Faculdade de Engenharia, 1967); Arquitetura e Urbanismo (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo 'Elmano Ferreira Veloso', 1969) e curso de Serviço Social (Faculdade de Serviço Social Ministro Tarso Dutra, 1969).

Em relação ao ensino profissionalizante, embora o poder público estadual fosse responsável pelo aumento de matrículas, no final de 1960 as entidades particulares eram responsáveis por 42% do total de matrículas do ensino industrial do Estado de São Paulo. Na região do Vale do Paraíba, no entanto, a distribuição de matrículas mostrava uma grande concentração no ensino secundário e normal (32,4% e 53,3% em 1968) e apenas uma pequena participação no ensino industrial (3,6% em 1968) (MAKSOU, 1970, p. 22). O mesmo se repetia com o ensino superior: apenas 16% dos cursos superiores da região do Vale do Paraíba em 1968 eram mantidos pelo Governo Estadual, sendo 40,5% mantidas por instituições particulares e as outras mantidas por autarquias ou fundações.

4.3 A criação de uma Universidade para São José dos Campos

De acordo com Darcy Ribeiro, não existe, no Brasil, uma “verdadeira tradição universitária” (2012, p. 11). A Universidade mais antiga foi instituída depois de 1920, só conseguindo se estruturar anos depois e, as Universidades que se seguiram eram constituídas por um conglomerado de escolas já pré-existentes que, mesmo após serem reunidas em uma “Universidade”, permaneciam isoladas e autossuficientes. Dessa forma, a tradição brasileira universitária é de escolas independentes, autônomas, que recebem alunos do ensino médio para ministrá-lhes uma formação profissional (idem).

Para Boaventura de Souza Santos, o marco ideológico universitário no início do século 20 era de uma autonomia na busca da 'verdade' e da investigação científica, havendo uma dicotomia entre a teoria e a prática. Segundo esse processo, eram os investigadores quem determinavam os problemas científicos que queriam resolver, definiam sua relevância e estabeleciam suas metodologias e ritmos de pesquisa, com uma autonomia que, de certa forma, produzia um conhecimento relativamente descontextualizado em relação aos problemas e questionamentos da sociedade. Era um conhecimento organizado de acordo com hierarquias bem definidas, traduzidas numa “certa irresponsabilidade social deste ante os resultados da aplicação do conhecimento” (2013, s.p.).

Apesar dos problemas universitários no início do século 20, a criação de uma Universidade, ou a instalação de uma escola de ensino superior, ainda era vista como um dos principais elementos para a constituição de uma "sociedade industrializada", já que transmitia valores, crenças, éticas e ordens sociais estabelecidas pela elite da época (BERTANI, 2008, p. 6).

A primeira menção da criação de uma universidade para São José dos Campos foi feita em 16 de março de 1952 pelo vereador Onadir Marcondes, que apresentou ao presidente da Câmara Municipal um pleito dirigido ao Ministério da Educação para a criação da Universidade de São José dos Campos. Essa era uma meta distante, já que era necessário um determinado número de Faculdades para a implantação de uma Universidade. De acordo com uma publicação posterior do jornal O Vale, a ideia desse projeto "deve ter partido do pressuposto da cidade já possuir o ITA, um curso de nível universitário" (O VALE, 1978).

Em uma publicação de 1956, o jornal Correio Joseense confirma essa ideia. Congratulando o elevado número de escolas primárias, secundárias e superiores, acreditava-se que São José dos Campos já formava "um centro universitário digno de aplausos", obtendo "uma fama de cultura e saber que vem se alastrando por todo paiz", com um elevado "padrão de vida intelectual" e uma população estudantil crescente,

Integrando uma perfeita Universidade já contamos com a Escola de Engenharia cuja importância é supérflua destacar. A Faculdade de Direito estabelecimento que goza de elevado conceito, numerosos ginásios e outros cursos, que tanto honram e dignificam a cidade. Infelizmente a encantada Faculdade de Farmácia e Odontologia já criada e autorizada a instalar-se não deu ainda o ar da sua graça. Mesmo assim já contamos como parte integrante da nossa Universidade (MONTEIRO, 1956, p.61).

No mesmo ano, começam os discursos que comparam a situação educacional do ensino superior de São José dos Campos aos de outras cidades, quando se promovia a transferência de um curso de Medicina Veterinária:

Já algumas cidades candidataram-se para obter esse grande benefício, oficiando ao governador pedidos e propostas. Entretanto diversas das cidades candidatas são menores e inferiores a São José dos Campos (...) Certamente a nossa proposta merecerá do ilustre governador uma atenção toda especial, visto que São José dos Campos é a capital do Vale do Paraíba, e a transferência dessa Faculdade atenderá toda essa região, uma das maiores do estado em número de estudantes, e a que oferece melhores recursos no que diz respeito a instalação de estabelecimentos de ensino (MONTEIRO, 1956, p.61).

Em 1970, a FVE, tendo como presidente Clemente Fagundes Gomes, enviou para o Conselho Federal de Educação um projeto de estrutura e viabilidade econômica da implantação da Universidade de São José dos Campos. O projeto foi elaborado pela HidroService - Engenharia de Projetos Ltda, cujo diretor e presidente era o engenheiro Henry Maksoud. De acordo como projeto, a criação de uma nova universidade era resultado de um imperativo do atual estágio de desenvolvimento econômico e social do país, que exigia a preparação de novos técnicos qualificados e novos centros de investigação científica e criação tecnológica (MAKSOUND, 1970, p. 1). Como observou Maksoud na apresentação do projeto, esta necessidade era percebida pelo Governo Federal, que em seu Plano Decenal de Desenvolvimento

Econômico e Social, havia colocado as tarefas educacionais e preparação de recursos humanos no âmbito prioritário de investimentos.

No entanto, o projeto de estruturação de uma Universidade não foi aceito pelo CFE que declarou que, embora "em atitude louvável, a Fundação fez realizar tal memorial espontaneamente, dando provas de sua intenção de alicerçar seu crescimento em estudos e pesquisas e profundida", a metodologia utilizada para a criação do estudo da possível viabilidade econômica da Universidade não tinha "valor específico para servir como prova de viabilidade" (DOCUMENTA 119, 1970). O relator aconselhou que fosse feito um novo estudo e uma pesquisa sobre os profissionais diplomados pela FVE até o momento para "formar juízo mais perfeito acerca dos benefícios econômicos advindos dos conhecimentos que ministra aos alunos que atende". Uma vez que não foi comprovada a viabilidade econômica da Universidade, o CFE aconselhou que FVE permanecesse na situação de Faculdades isoladas ou que assumisse um sistema de unidades integradas de forma a assumir uma "estrutura de transição para a instalação da futura Universidade de São José dos Campos" (DOCUMENTA 119, 1970).

Quatro anos depois, em razão de irregularidades administrativas, o CFE fecharia o curso de Arquitetura e Urbanismo da FVE. Nesse momento, que coincidiu com a criação da Universidade de Taubaté em 1974, o prefeito Joaquim Bevilacqua disse que isso revelava "duas mentalidades políticas antagônicas e conflitantes" na cidade:

Enquanto Taubaté corajosamente o prefeito Milton de Alvarenga Peixoto, do MDB, e a Câmara Municipal, resolveram aplicar bilhões de cruzeiros na criação de uma Universidade Municipal, em São José dos Campos a história [é] diferente (...). É que se eles tivessem aplicados em obras públicas, os bilhões que destinaram para a Universidade, teriam, evidentemente, maiores rendimentos eleitorais. Contudo, preferiram pensar em termos de cultura e educação (AGORA, 20/03/1976).

As notícias de jornais continuavam associando a criação da Universidade de São José dos Campos à FVE. No Jornal O Vale, publicou-se a nota de que, apesar do pequeno número de cursos, a ideia da instalação da Universidade persistia e a Câmara Municipal "não poupou esforços no sentido de apoiar a Fundação Valeparaibana de Ensino" (O VALE, 1978). No entanto, a Universidade ainda não tinha sido criada "devido talvez ao bairrismo, pois outras cidades começaram a criar

suas Faculdades, não propiciando a concentração de esforços para que surgisse a Universidade do Vale do Paraíba, que seria o ideal” (idem).

Em 1978, o último prefeito nomeado de São José dos Campos, Ednardo José de Paula Santos, também fez declarações sobre a importância da criação da Universidade de São José dos Campos, chegando a autorizar o Decreto nº2588 de 8 de maio de 1978 criando uma “Comissão para Criação, Organização e Implantação da Universidade de São José dos Campos”, nomeando os professores Pedro Barbosa Pereira (advogado e docente da Faculdade de Direito do Vale do Paraíba), Marco Antônio Guglielmo Cecchini (docente do ITA), Sérgio Antônio dos Reis Valle (Coronel Aviador, graduado pelo ITA na turma de 1966), Clélio Marcondes e Hugo Benatti Junior (ambos docentes da Fundação Valeparaibana de Ensino). Santos também declarou:

Não é possível que São José dos Campos ainda não vive aquele ar saudável de cidade universitária, sabendo-se que uma Taubaté a poucos quilômetros daqui, tem sua universidade, embora municipal (SEREMOS, 1978).

Dois anos depois o presidente da FVE faria a mesma comparação, lembrando "que outras cidades menores que São José, como Mogi das Cruzes e Taubaté, já possuem a sua Universidade" (AGORA, 23/01/1980).

A Comissão de Criação, Organização e Implantação da Universidade de São José dos Campos criada pelo prefeito Ednardo em 1978 não deu frutos. No Acervo do CEHVAP, consta um Livro de Atas que mostra que a Comissão teve 15 reuniões entre os anos de 1979 e 1980. Na última Ata, sem data, o registro descreve que, em razão da Intervenção Judicial que ocorria na FVE no momento, a Comissão perdia "o seu objetivo" e que o Prefeito pediu que se aguardasse o término da Intervenção "para dispor o rumo a ser seguido" (UNIVERSIDADE DO VALE DO PARAÍBA, 1980).

Ainda em 1978, no mês de outubro, o Prefeito Municipal instituiu a "Fundação de Ensino e Pesquisa de São José dos Campos", com a finalidade de "manter estabelecimentos de ensino superior, e outros, reunindo-os em Federação de Escolas como degrau para a Universidade de São José dos Campos" (SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, 1978). A Lei 2089/78 estabelecia um prazo de doze meses para que as instituições que comporiam a Universidade declarassem seus bens móveis e imóveis - especificamente a FVE e a AJE - Associação Joseense de Ensino. Com os bens declarados, o próximo passo seria a integração das duas escolas "como um passo

intermediário antes da efetiva criação da Universidade" (UNIVERSIDADE, s.d., s.p). No entanto, o prazo passou, as instituições não declararam seus bens e a lei não foi prorrogada.

Em 1978, oito anos após a recusa do MEC em permitir que a FVE juntasse seus cursos em uma estrutura de Universidade, o presidente da FVE, Pedro Barbosa Pereira, pediu ao CFE permissão para alterar os regimentos dos cinco estabelecimentos de ensino superior que mantinha: a Faculdade de Direito do Vale do Paraíba; a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José dos Campos; a Faculdade de Serviço Social "Ministro Tarso Dutra"; a Faculdade de Engenharia de São José dos Campos e a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo "Elmano Ferreira Veloso", a fim de permitir "maior dinamização da estrutura administrativa" em um regimento unificado (DOCUMENTA 209, 1978). O Regimento Unificado seria aprovado três anos depois, e as Faculdades mantidas pela FVE passaram a se conglomerar em três institutos: a Faculdade de Ciências Humanas de São José dos Campos (Ciências Sociais, História, Letras e Pedagogia), a Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas (Direito, Ciências Econômicas e Serviço Social) e a Faculdade de Ciências Exatas e Tecnologia de São José dos Campos (Engenharia Civil e Elétrica, Arquitetura e Urbanismo). Assim, a FVE criou a estrutura das Faculdades Integradas de São José dos Campos, que seria o primeiro passo para a criação da Universidade.

Em 1979 Joaquim Bevilacqua foi eleito prefeito de São José dos Campos. Assim como Santos, ele também desejava ver criada a Universidade de São José dos Campos e, assim, pelo Decreto Nº2865/79, criou uma nova Comissão de Criação, Organização e Implantação, nomeando os seguintes professores: Marco Antônio Guglielmo Cecchini, Clélio Marcondes, Baptista Gargione Filho, Darwin Bacci e Sérgio de Oliveira Miguel.

Nota-se, portanto, que até o momento da eleição de Bevilacqua, em 1979, não havia referências claras ao incentivo da Prefeitura de que fossem os cursos da Fundação Valeparaibana de Ensino que se transformariam na Universidade de São José dos Campos. Isso muda com a gestão Bevilacqua.

Consta no acervo do Cehvap uma Ata de reunião entre a Prefeitura e a "Urbanova - Comércio e Urbanização e Desenvolvimento S/A", realizada no dia 21 de fevereiro de 1979. O Presidente Shigetaka Enomoto, os Diretores Nelson Kenji Takitani e Shigeru Nishikawa, junto do Assessor Ruy Carlos M. Martins e dos

representantes da Prefeitura Municipal Peter Nadas (Chefe de Assessoria Planejamento Coordenação), José Fábio de Moura (Assessor de Urbanismo) e Airton de Oliveira Campos (Coordenador de Projetos) reuniram-se na Sala da Assessoria de Planejamento e Coordenação, onde foi decidido que a Urbanova destinaria para a futura Cidade Universitária uma área "de no mínimo 50 ha.", e que um projeto de aproveitamento da área seria feito entre a Comissão de Estudos-Formação e Implantação da Universidade de São José dos Campos. Em troca, a Prefeitura destinaria uma área para a implantação de um cemitério municipal e construiria uma ponte sobre o Rio Paraíba, além de realizar outros estudos para "viabilizar o acesso à futura Cidade Universitária e ao cemitério" (UNIVERSIDADE DO VALE DO PARAÍBA, 1979, p. 2). É possível que a Comissão mencionada na Ata fosse a mesma criada pelo Decreto Nº2865/79, mas em nenhum momento a FVE é citada.

Em uma carta escrita pelo prefeito para o Presidente da Câmara Municipal, José Luiz Carvalho de Almeida, em 13 de maio de 1982, quando a FVE ainda mantinha as Faculdades Integradas, o prefeito deixa claro que a Universidade da cidade seria composta pelos cursos da FVE, e que o município deveria ajudá-la com novas instalações para seu novo status:

[...] entre as demais cidades do Estado e do País, pela avançada e sofisticada mão de obra [...] ocupada pelas suas indústrias e pelos seus centros de pesquisa, não pode, como "Capital da Tecnologia", ver-se privada de conquistar a sua Universidade, não só reunindo num conglomerado todos os cursos já existentes na FVE, mas igualmente outros indispensáveis à criação dessa Universidade. E, fora qualquer dúvida ou cogitação é a Fundação Valeparaibana de Ensino, quer pelo seu passado, pelo seu presente ou mesmo pelo destino grandioso que lhe reserva o futuro, a entidade que poderá, com o esforço conjugado de todas as forças vivas do Município, proporcionar o alcance já próximo e antevisto dessa meta que deve ser procurada, qual seja, repito, a criação de nossa Universidade, a par de instalações mais próprias e adequadas ao seu melhor e mais eficiente funcionamento (MONTEIRO, 2002, p. 79).

Nesse mesmo período inicia-se a discussão da possibilidade da estadualização de pelo menos duas entidades do Vale do Paraíba: a FVE ou a Unitau. De acordo com um encontro feito em setembro de 1988 para a viabilização da futura Universidade do Vale do Paraíba, apenas com a estadualização de uma das duas seria possível que os alunos do Vale do Paraíba fossem beneficiados com a estadualização do ensino superior (SANTOS, 1988). Também foi cogitado que, com a estadualização das duas, a Unitau e os cursos da FVE fossem transformados numa única instituição nos moldes

da Unicamp de Campinas (VALEPARAIBANO, 18/09/1988). Mas a ideia não era nova: mais de dez anos antes já havia sido sugerido que as faculdades da FVE fossem municipalizadas ou absorvidas pela Universidade Júlio de Mesquita Filho, ou que os cursos da FVE fossem incorporados com os da AJE – Associação Joseense de Ensino, atual ETEP (Escola Técnica "Professor Everardo Passos").

Para o presidente da FVE na época, Baptista Gargione Filho, a estadualização da FVE poderia ser um 'desserviço', já que correria o risco de que os próprios estudantes da região ficassem fora da Universidade devido ao vestibular unificado que teria que ser feito:

(...) Corre-se o risco de ver a Universidade assumida por pessoas estranhas à região, já que o vestibular é unificado para todos os estudantes do Estado, e dessa forma não servirá a classe média baixa do Vale, mas sim aqueles que tem condições de vir até mesmo de outros estados (VALEPARAIBANO, 17/09/1988).

De acordo com o reitor da Unitau na época, Milton de Freitas Chagas, a estadualização da Unitau só valeria a pena se Taubaté fosse escolhida como sede da Univale (VALEPARAIBANO, 1988a). Posteriormente Taubaté foi descartada como sede, embora o secretário de Assuntos Fundiários, deputado estadual Ary Kara José, ainda insistisse que Taubaté deveria ser a sede por ter sido o "berço do ensino na região e contar atualmente com uma estrutura própria" (idem).

Em 1989, o presidente da FVE, Baptista Gargione Filho, enviou para o Conselho Federal de Educação uma carta consulta para a criação da Universidade de São José dos Campos, a se chamar UNIVALE. De acordo com o relator, a FVE tinha "com maturidade acadêmica, o elenco de cursos necessários à criação da UNIVALE", comprovando sua experiência e sempre destacando a sua localização num "polo científico-tecnológico por excelência no setor aeroespacial".

Na década de 1980, a cidade de São José dos Campos contava 287.289 mil habitantes, concentrados predominantemente na área urbana "devido à extraordinária demanda de mão-de-obra decorrente do elevado surto de industrialização", de acordo com a Documenta do Conselho Federal de Educação (DOCUMENTA 348, 1989). Destaca-se, nesse documento elaborado como resposta à proposta da criação da Universidade da FVE, as referências às indústrias localizadas na cidade, como a General Motors do Brasil S.A., Philips do Brasil e a Rhodia Indústria Químicas e Têxteis, que formavam um "imenso parque industrial" que produzia produtos que iam de "aviões, materiais bélicos, automóveis, caminhões, telefones, gasolina, produtos

farmacêuticos, material fotográfico, televisores, equipamentos de rádio e produtos têxteis" (DOCUMENTA 348, 1989).

A subseção 3.2 da Documenta 348, ao descrever a área de influência da futura UNIVALE, destaca que

Com um atendimento pleno no 1º e 2º graus São José dos Campos é uma cidade universitária por excelência com estabelecimentos de ensino superior que se situam entre os melhores do País, não só em nível de graduação como de pós-graduação, mantidos pela União, pelo Estado e pela iniciativa privada, destacando-se o Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), a Faculdade de Odontologia (UNESP) e a Fundação Valeparaibana de Ensino, que é objeto deste parecer (DOCUMENTA 348, 1989).

A FVE mantinha nesse período 3.479 alunos matriculados no ensino superior e 2.004 no ensino de primeiros e segundo grau, totalizando 5.483 alunos regularmente matriculados (DOCUMENTA 348, 1989). Tendo em vista as razões expostas na Documenta 348 que comprovaram que a FVE tinha meios efetivos de manter e gerenciar o funcionamento da UNIVALE, o Relator aprovou a constituição de uma comissão para prosseguir o projeto de transformação das Faculdades Integradas em Universidade.

Embora seja notado pelos jornais em circulação da época que muitos se congratulavam pela criação de uma Universidade na cidade, diversas críticas foram publicadas em relação ao caráter privado da instituição, discutindo que a municipalização ou federalização da FVE poderia sanar diversos problemas relacionados ao acesso à educação superior. Essas críticas eram feitas desde antes da criação da Universidade, pois a cidade, apesar de ter o ITA e a UNESP, não recebeu do governo a instalação de uma universidade pública como Campinas, Ribeirão Preto, Bauru, entre outras.

As críticas da criação de uma Universidade pela FVE remontam a década de 1970. De acordo com um pronunciamento do deputado Robson Marinho em 1976, na gestão do prefeito Sérgio Sobral (1970 – 1975) a cidade "nada fez pelo ensino superior, nada planejou, nada conheceu",

Politicamente traiu os próprios ideais nacionais no campo de ensino, pois é sabido que a implantação da Universidade de S. José dos Campos não mereceu a conscientização daquele prefeito cuja administração conheceu e experimentou às orgias orçamentárias, entretanto, comprometendo e abandonando por completo a área do ensino superior (VALEPARAIBANO, 19/03/1976).

Dessa forma, o prefeito Ednardo José de Paula Santos tinha "a obrigação moral de dizer a São José dos Campos porque a Universidade não foi implantada" durante a sua gestão (VALEPARAIBANO, 19/03/1976).

Em 1978, os alunos do Diretório Acadêmico da Faculdade de Engenharia reivindicaram em nota a criação de uma Universidade Municipal em face da regência do interventor judicial José de Carvalho Florence na Fundação Valeparaibana de Ensino, que estaria causando "falta de autonomia e insegurança por parte dos diretores e principais assessores":

O Diretório Acadêmico da Faculdade de Engenharia de São José dos Campos, Órgão Representativo dos Alunos desta Faculdade, depois de acompanhar as diversas situações pelas quais passou a Fundação Valeparaibana de Ensino, vem a público pedir o apoio das autoridades e da população em geral, especificamente ao Ilmo. sr. Ednardo de Paula Santos, e à Câmara Municipal, para que se estudem as viabilidades da criação de uma Universidade Municipal para São José dos Campos (...)

Nossa luta é para a criação de uma universidade dirigida por elementos idôneos, que possuam ideais coletivos, que acreditamos haver entre os atuais diretores e funcionários da FVE, mas que não são sejam atingidos pelos raios autoritários de um presidente absolutista (VALEPARAIBANO, 1978).

Em 1984, um estudante da FVE publicou no ValeParaibano uma crítica sobre o processo de privatização das universidades brasileiras e como, dentro do sistema capitalista, a educação passou a ser considerada uma mercadoria de consumo. Enquanto em 1964 as vagas em escolas públicas representavam 60% do total, na década da publicação representava apenas 30%, causando uma alta concorrência nos vestibulares das escolas públicas (VALEPARAIBANO, 1986).

Como observou Valdemar Sguissardi em seu trabalho sobre o modelo mercantil/privado da expansão da educação superior no Brasil, no ano de 1964, as matrículas da educação superior brasileira se concentravam 61,6% em escolas públicas e 38,4% nas privadas. Na década seguinte o índice se inverteria, com apenas 36,4% das matrículas em instituições públicas e 63,5% em instituições privadas. Embora diminuísse um pouco, nas décadas de 1984 e 1994 o índice se manteria com quase 60% de matrículas em instituições privadas (2008, p. 997).

Em 1975, Darcy Ribeiro, em "A Universidade Necessária", expôs que a Universidade é de grande importância no processo histórico e evolutivo de uma sociedade, sendo local de produção e difusão do conhecimento científico. Para o autor, as estruturas universitárias daquele período refletiam as relações com a

sociedade global onde foram enxertadas, além das "vicissitudes provocadas pelos acontecimentos históricos que mais a afetaram", dotando-as, dessa forma, uma grande capacidade de autopropetuação, sendo um conglomerado de interesses institucionais e societários. Entretanto, para o autor, é comum que surjam crises estruturais, que fazem com que instituição repense e se proponha a criar mudanças em sua estrutura para alcançar uma "fórmula nova e viável" (1975, p. 48). Essas crises estruturais, para o autor, acontecem quando a sociedade e instituição se divergem, andam em ritmos distintos, criando uma situação em que a universidade precisa fazer uma reflexão sobre si mesma e seu papel no cenário educacional.

Ainda para Darcy Ribeiro, o modelo inspirador das universidades latino-americanas foi o padrão francês de escolas autárquicas, que eram posteriormente unificadas em universidades. Assim, a estrutura das universidades era composta inicialmente por federações de faculdades independentes, autossuficientes, isoladas e, muitas vezes, hostis umas às outras. Nesse sentido, o estudante ingressava e vivia toda sua existência acadêmica, até a graduação, com poucas atividades interuniversitárias, sem o sentido de comunidade solidária que, de acordo com ele, deveria advir de uma formação superior. Como observou Ribeiro,

Não há comunidade universitária alguma. Os professores mal se conhecem. Os estudantes, isolados em suas faculdades, não tem oportunidade de convivência fora dos centros acadêmicos e, mesmo esta, só compreende a minoria. Deste modo, os membros de cada corpo acadêmico não se conhecem nem convivem com os das outras escolas. [...] Permanecem na escola o mínimo de horas possível - ou porque trabalham e ganham a vida longe dali [...] ou porque a própria Universidade, em sua organização tradicional, não saberia o que fazer para ocupar, utilmente, estudantes e professores que quisessem permanecer nela. (1975, p. 107).

A ausência da FVE e suas Faculdades Integradas na vida cultural da cidade também era uma crítica frequentemente feita, pois se considerava ser um sério problema para uma instituição que queria tornar-se Universidade, pois esta necessitaria "de uma vida acadêmica mais intensa, refletindo sobre os grandes problemas da cidade e da região" (JORNAL DO VALE, 03/02/1986).

Ao mesmo tempo, havia discussões que relacionavam a criação da Universidade com interesses políticos. Em 1988, Ary Kara declarou que era o governador quem teria que assumir o compromisso de criar a UNIVALE, que não seria composta necessariamente por cursos da FVE - cogitou-se que ela fosse fundada em outras cidades do Vale (VALEPARAIBANO, 25/09/1988). Essa declaração repercutiu

nos estudantes que acreditavam que a criação da Universidade não deveria estar junto das discussões eleitorais, e Kara declarou que o anúncio feito de uma universidade regional não estava vinculado ao momento político (a proximidade das eleições municipais) mas que essas reivindicações e estudos estavam sendo feitos pelo governo estadual há pelo menos um ano, e que "o projeto teria sido incrementado devido à reforma tributária aprovada na Constituinte" que deveria proporcionar mais arrecadação para o Estado e fornecer maiores condições de criar a Universidade (idem).

Em 1990, Kara deu outra declaração reiterando o projeto da Univale:

A proposta que temos defendido prevê a constituição da Univale como órgão direto do Governo ou pessoa jurídica de Direito Público, ou seja, Autarquia ou Fundação. Criada e mantida pelo Estado.

A Univale abrangeria, pelo processo de encampação, as instituições públicas da região, como a Universidade de Taubaté e cursos da Unesp existentes em municípios da região. (...) A Univale, constituída como órgão direto do Governo ou sob a forma de autarquia, seria por ele mantida, oferecendo conseqüentemente ensino universitário gratuito a todos os seus alunos.

Sob a forma de Fundação, poderiam ser chamados a dela participar, além do Governo do Estado, o Governo Federal, bem como os Governos Municipais e a própria iniciativa privada que gozaria, em contrapartida, de inventivos fiscais (KARA, 1990).

De acordo com a proposta defendida por Kara, a Universidade seria administrada por uma reitoria e Conselhos Universitários de Ensino, Pesquisa e Extensão e Administrativo com sede em Taubaté "por ser a única cidade da região que já mantém uma Universidade há mais de dez anos" (KARA, 1990). O corpo administrativo da Univale seria composto quatro Coordenadorias Regionais em São José dos Campos, Guaratinguetá, Ubatuba e Campos do Jordão (idem).

Na mesma publicação, Kara, que era deputado estadual e já havia sido vereador em Taubaté, disse que Luiz Antônio Fleury Filho, eleito governador do Estado de São Paulo, havia feito uma visita então recente à região, onde se reuniu com estudantes e líderes comunitários, garantindo que uma de suas prioridades seria a criação e instalação da "Univale" (KARA, 1990). Mas a Universidade pública e gratuita nos moldes definidos não saiu do papel.

Em 1992 o CFE aprovou a criação da Universidade da FVE, a partir dos cursos das Faculdades Integradas de São José dos Campos, com o nome de UNIVAP - Universidade do Vale do Paraíba, destacando o caráter comunitário da instituição com "participações de entidades de classe, Institutos de Ensino e Pesquisa

governamentais, clubes de serviços e representações da Prefeitura e Câmara Municipal", além do patrimônio e da saúde econômico-financeira da FVE, e também a comparabilidade entre as atividades a serem desenvolvidas pela Universidade e a realidade da região DGE-31

considerando as seguintes características dessa região; - o seu espaço cultural e suas tradições; - o seu parque industrial, os seus institutos de ensino e pesquisa, com suas tecnologias altamente sofisticadas, voltadas predominantemente para o setor aero-espacial; - o seu sindicalismo atuante; - a sua intensa participação política; - seus bolsões de pobreza, contrastando com seu padrão típico de renda média per capita de um polo tecnológico, bem distribuída e de valor acima da maioria de outras regiões do Brasil (SOUZA, 1992).

A notícia foi recebida com sentimentos mistos em São José dos Campos, uma vez que claramente a universidade pública tão comentada nas últimas décadas não sairia do papel tão cedo - no jornal Valeparaibano há a notícia de que São José dos Campos e Taubaté ainda disputavam a localização pela universidade estadual, e que o deputado Bernardo Ortiz defendia a transformação da Unitau - Universidade de Taubaté em uma instituição de ensino público estadual; enquanto o presidente da Fundação Pedroso Horta, Luiz Carlos Miranda, defendia a instalação de uma universidade estadual em São José dos Campos (MARIA, 1992).

5 UM CAMPUS UNIVERSITÁRIO EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

5.1 A localização da Universidade da FVE

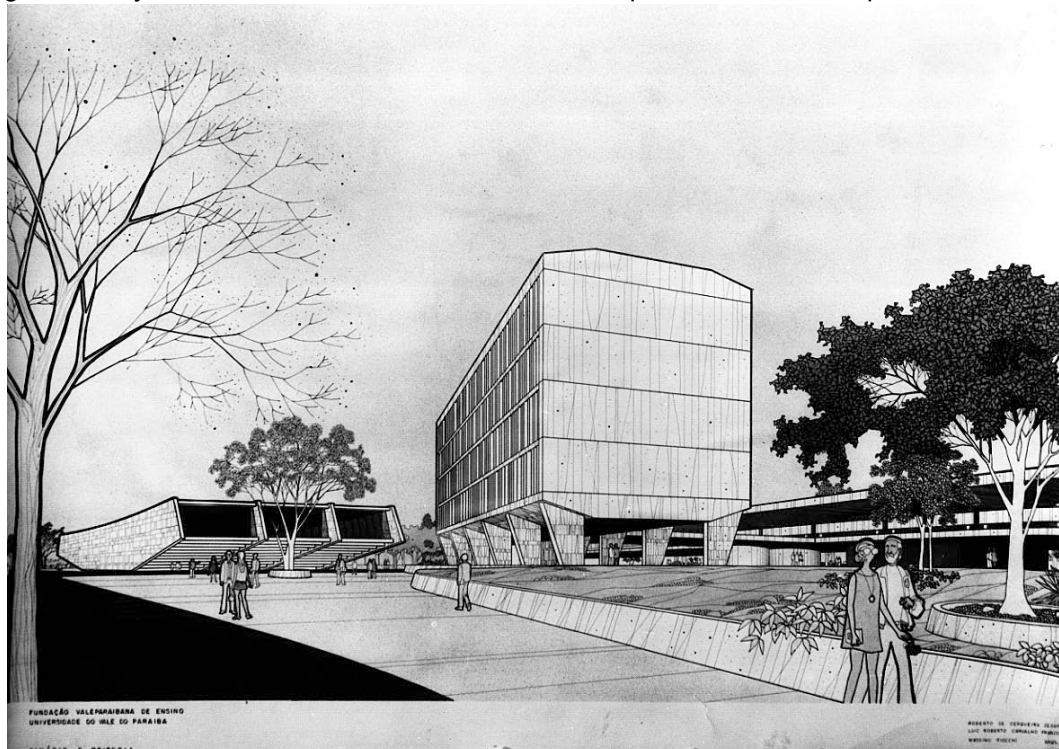
Em 1968 o prefeito de São José dos Campos, Elmano Ferreira Veloso, fez a doação de "um terreno, com área de 30.264.00m² [...] constituída de prédio principal, residência, granja, alojamento, barracão, lavanderia e portaria" na Rua Paraibuna nº 75, onde havia funcionado o Sanatório Vila Samaritana. O imóvel foi doado com o objetivo de serem instalados cursos de ensino superior mantidos pela FVE "que venham a integrar a Universidade do Vale do Paraíba" (S, 09/09/1968).

De acordo com uma Ata do Conselho Diretor da FVE, o Prefeito Elmano Ferreira Veloso estava "bastante interessado no assunto" da criação da Universidade do Vale do Paraíba, porque a criação de novas Faculdades e a efetivação da Universidade teria "condições para emprestar a este seu período de administração dimensões capazes de coroar sua atuação na vida pública de São José dos Campos" (UNIVERSIDADE DO VALE DO PARAÍBA, 1967). Em 1969, Veloso aprovou a Lei Municipal nº1526 sobre a criação de um "Fundo Universitário", com vigência por dez anos contando a partir do ano de 1972, onde o Executivo Municipal doaria uma subvenção de dez milhões de cruzeiros novos para a Fundação Valeparaibana de Ensino, divididas em dez parcelas, para ajudar no planejamento da criação da Universidade (SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, 1969)¹. No entanto, após o fim do mandato de Veloso em 1970, o prefeito seguinte, Sérgio Sobral de Oliveira, decidiu não dar continuidade no Fundo Universitário, e a FVE não recebeu nenhuma parcela.

Meses antes da doação do terreno na Paraibuna, em maio de 1968, foi citada em uma reunião do Conselho Diretor da FVE uma proposta do arquiteto Roberto Cerqueira Cesar para o campus da futura Universidade. Em outubro do mesmo ano, o arquiteto foi convidado para uma reunião do Conselho, onde "expôs brilhantemente o seu projeto de construção das obras da futura Universidade do Vale do Paraíba, apresentando desenhos, plantas e quadros elucidativos" (UNIVERSIDADE DO VALE DO PARAÍBA, 1968). Infelizmente, não sobreviveram muitos documentos desse período, e do projeto de Roberto Cerqueira Cesar existe apenas uma fotografia que mostra o Ginásio e o prédio da Reitoria:

¹ Utilizando o índice INCC, NCr\$10 milhões de cruzeiros novos do ano de 1969 seriam equivalentes a R\$81.898.779,75 reais no valor de Janeiro de 2020. (Fonte: Site de Atualização de Valores da Fundação de Economia e Estatística - FEE).

Figura 5. Projeto da Universidade do Vale do Paraíba, por Roberto de Cerqueira Cesar, 1968.



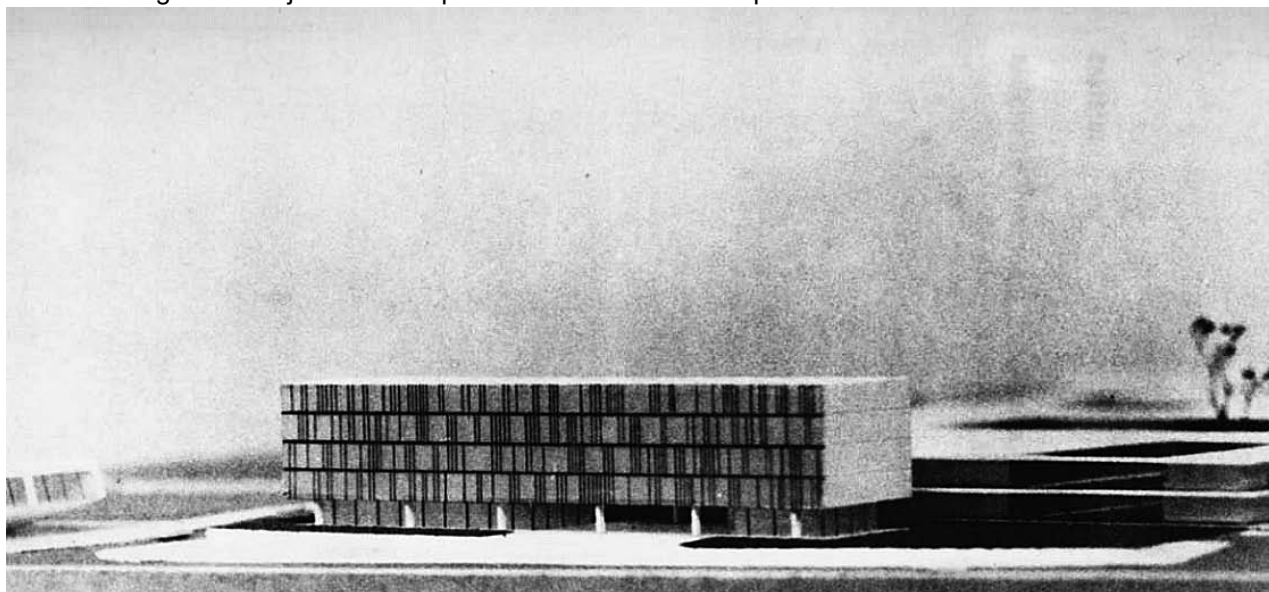
Fonte: CEHVAP.

Não se sabe o motivo pelo qual o projeto de Cerqueira Cesar não foi implantado. Poucos anos depois, a FVE comissionou o "Projeto de Estruturação e Estudo de Viabilidade Econômica da Universidade de São José dos Campos" pela HidroService, publicado em 1970, que continha um projeto da Rino Levi – Arquitetos Associados para um novo prédio da Universidade da FVE. Os planos desse conjunto arquitetônico contêm a data de 30 de Janeiro de 1969, ou seja, pouco mais de três meses após a apresentação do projeto de Cerqueira César. O prédio projetado pelo escritório de Rino Levi seria instalado na unidade da Rua Paraibuna, atrás do edifício do antigo hospital sanatorial “Vila Samaritana”. Originalmente, o “Campus” da FVE seria composto por dois prédios: um, já existente de dois andares que abrigaria o Instituto de Ciências Humanas e parte do Ensino Médio; e o outro, que abrigaria os demais institutos e o restante do ensino médio, serviços administrativos e ginásio de esporte (MAKSOU, 1970).

No entanto, o projeto de criação da Universidade foi recusado pelo MEC ainda na década de 1970 e, com a criação da Faculdade de Engenharia de 1967, a FVE necessitava de um local para instalação de novas salas de aula e laboratórios. Assim, o prédio que seria ocupado pelo Campus Universitário foi ocupado pela Faculdade de Engenharia, com a construção finalizada em 1977. De acordo com um jornal interno

da FVE, o prédio da Engenharia foi construído com recursos fornecidos pela Prefeitura Municipal de São José dos Campos, e a FVE forneceu o piso e as instalações elétricas (SANTOS, 1977).

Figura 6. Projeto do "Campus" Universitário da FVE por Rino Levi e Associados.



Fonte: MAKSOUD, 1970.

Inaugurado em 1977, o edifício foi supervisionado pelo Engenheiro Paulo Smorigo, contendo três pavimentos e 12 salas de aula, tendo sido construído com lajes pré-fabricadas "que deu um aspecto leve a estrutura" (SANTOS, 1977). O jornal informa ainda que esse prédio seria o primeiro de cinco a serem construídos

Figura 7. Fotografia aérea do antigo prédio de Engenharia, hoje pertencente ao Colégio Técnico da UNIVAP, em 2001.



Fonte: CEHVAP.

O local onde a futura Universidade seria instalada já era motivo de preocupações em 1977. Durante a gestão de José de Carvalho Florence como presidente e interventor na FVE, acreditava-se que a construção do Campus seria responsabilidade da Prefeitura e que possivelmente se daria nas cercanias do Banhado (O VALE, 1977). No ano seguinte, o novo presidente da FVE, Clélio Marcondes, declarou que o local onde a Universidade seria instalada era um ponto a ser discutido, pois ela não poderia funcionar nos campi Paraibuna ou Castejón:

Já temos problema de espaço com os alunos, veja o que está acontecendo com os automóveis dos alunos, assaltos e tudo mais. Já pensou se colocarmos mais mil alunos aqui? Acabaremos com o trânsito de São José. Vejo a necessidade de sair, mas tudo depende de estudos que ainda serão realizados (VALEPARAIBANO, 30/05/1978).

Em 1984, foi realizado o primeiro vestibular para o curso de Arquitetura e Urbanismo, reaberto após seu fechamento pelo CFE na década de 1970. De acordo com professores da Faculdade, a principal motivação para reabertura do curso seria o

fortalecimento da construção da futura universidade de São José dos Campos, oferecendo a essa primeira turma a possibilidade de estudar e desenvolver o plano diretor que já foi iniciado por alunos concluintes do curso de engenharia civil, orientados por arquitetos, feito com trabalho de pós-graduação e que são estudos preliminares para a implantação da futura universidade (...) Acreditamos que essa será uma ótima oportunidade que terão os interessados no novo curso de

Arquitetura e Urbanismo que terão o privilégio de terem uma participação efetiva nesse processo (VALEPARAIBANO, 1984).

Apesar das discussões sobre estadualização, municipalização ou federalização da FVE tivessem ocorrido na década de 1980, em 1990 Luiz Antônio Fleury Filho disse ao jornal Valeparaibano que tinha sugestões para romper com a fase de estagnação econômica do Vale do Paraíba e, entre diversas medidas, estava a da criação da Universidade Estadual do Vale do Paraíba, "com a encampação da Fundação Valeparaibana de Ensino e a implantação de 'campus' universitários nas sub-regiões de acordo com suas potencialidades" (VALEPARAIBANO, 1990).

No Parecer do CFE de 1992 que finalmente permitiu a criação da Universidade do Vale do Paraíba pela FVE são feitas referências apenas aos dois campi na área central da cidade (Praça Cândido Dias Castejón nº116 e na Rua Paraibuna), mencionando "outras duas áreas de terrenos, uma de 500.000m² no loteamento NovaUrbe e outra de 8.541 m² no loteamento denominado Aquarius" (SOUZA, 1992).

Não há detalhes de como se construiria o campus nesses dois terrenos, apenas é mencionado que seria implementado um parque tecnológico no Campus Urbanova visando reunir e incentivar a criação de empresas de base tecnológica que impactariam na sociedade pelos benefícios dos investimentos dirigidos a pesquisas científicas-tecnológica, o emprego de mão de obra, criação de produtos, consultorias. No momento, de acordo com o documento, as instalações 'simples' dos edifícios da FVE da rua Paraibuna seriam suficientes para a implantação da Universidade.

Junto das notícias da autorização do MEC para a transformação das Faculdades Integradas em Universidade passou-se a publicar nos jornais notícias sobre o campus universitário. Em março de 1992, o ValeParaibano publicou que o campus seria instalado em uma área de 500 mil metros quadrados "localizada dentro do condomínio NovaUrbe" na região oeste de São José dos Campos, embora não houvesse previsão para início das aulas (MARIA, 1992).

5.2 Um breve histórico dos Campi Universitários no Brasil

Até o início da década de 1960, as universidades instalavam-se predominantemente em edifícios dispersos no centro da cidade. Na década de 1950 e especialmente em 1960, a partir da Reforma Universitária no Brasil, as universidades passam a se organizar de acordo com um novo modelo, mais moderno,

adotando a tradição americana de campus universitário. Foi um momento de transformações econômicas, políticas, sociais e culturais no país, tendo como consequência a expansão do ensino superior voltadas para impulsionar o seu desenvolvimento tecnológico e científico.

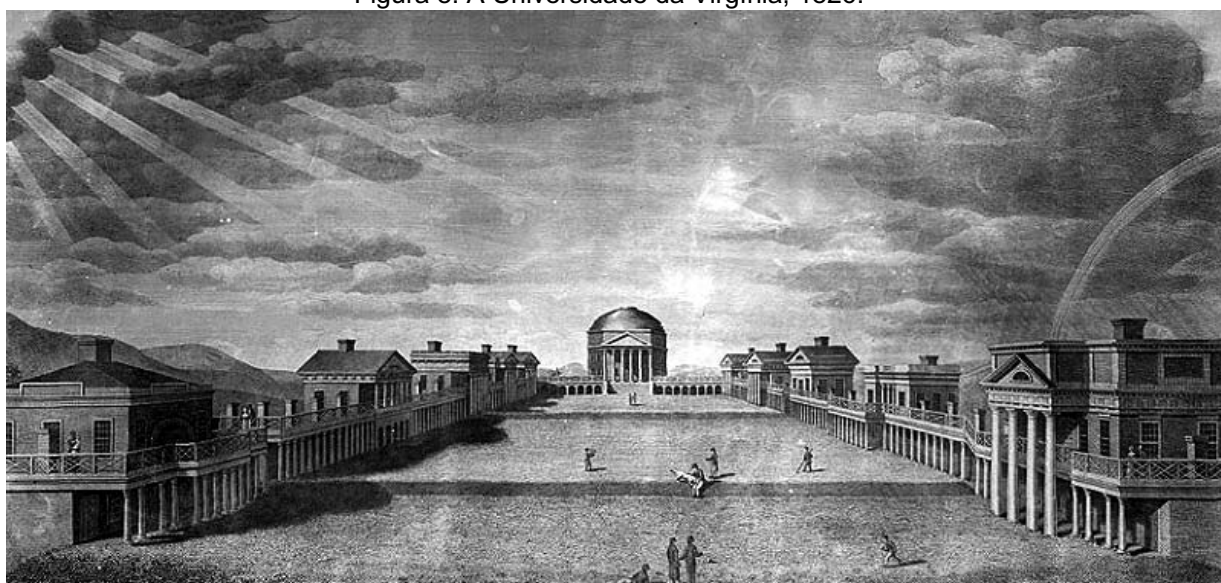
Em 1968, o Conselho Federal de Educação - CFE publicou o parecer 848/68, em que definia o Campus universitário como um conceito vindo diretamente dos Estados Unidos, como "uma área onde se encontram as instalações de uma universidade ou College", conceito esse "ligado a uma certa concepção da Universidade como todo integrado e formando uma comunidade de mestres e alunos, situada fora das grandes cidades" (PARECER CFE 848/68 *apud* CABRAL, 2004). O parecer fornece um breve histórico da tradição norte-americana de campus universitário, dizendo que estes remontavam a Universidade de Virgínia, cujo campus havia sido projetado por Thomas Jefferson entre 1817 e 1825, formando uma "vila acadêmica" com pavilhões para aulas, gramados, biblioteca, residências para professores e dormitórios para estudantes. Para Jefferson, a prática tradicional de hospedar alunos, professores, salas de aulas e refeitórios em um único prédio, não era satisfatório:

O maior perigo será sua construção excessiva, com a tentativa de construir uma grande casa no início, suficiente para conter toda a instituição. Casas grandes são sempre feias, inconvenientes, expostas a acidentes de fogo e, em casos graves, de infecções. Uma casinha simples para a escola e alojamento de cada professor é o melhor. Seria melhor conectá-los por caminhos cobertos pelos quais as salas dos alunos deveriam ser abertas. Estes podem então ser construídos como quiserem. Na verdade, uma Universidade não deve ser uma casa, mas uma aldeia. Isso diminuirá muito suas primeiras despesas [...] O plano de construção não é para erguer um único edifício magnífico para abrigar tudo e todos, mas para torná-lo uma vila acadêmica em que cada professor deveria ter sua casa separada [chamada de 'pavilhão'], contendo sua sala de aula com duas, três ou quatro salas para seu próprio alojamento consoante tenha família ou não, com cozinha, jardim, etc .; dormitórios distintos para os alunos, não mais do que dois por sala; e pensões separadas [chamadas de hotéis] para a alimentação deles, feitas por governantas particulares² (THOMAS, 2021).

² Original em inglês: "...the greatest danger will be their overbuilding themselves by attempting a large house in the beginning, sufficient to contain the whole institution. Large houses are always ugly, inconvenient, exposed to accident of fire, and in bad cases of infection. A plain small house for the school & lodging of each professor is best. These connected by covered ways out of which the rooms of the students should open would be best. These may then be built as they shall be wanting. In fact, an University should not be a house but a village. This will much lessen their first expenses.[...] The plan of building is not to erect one single magnificent building to contain everybody and everything, but to make of it an academical village in which every professor should have his separate house [called 'pavilions'], containing his lecturing room with two, three, or four rooms for his own

Jefferson produziu diversos desenhos neoclássicos, incluindo os pavilhões para abrigar professores e alunos. Embora com um orçamento apertado, oposições políticas e críticas à Universidade, quando inaugurada em 1825, a Universidade da Virgínia representou uma grande inovação na educação americana, com um modelo de ensino voltado para a educação no serviço público e a formação de líderes. Essa proposta de ensino e de desenho urbano de campus foi reproduzida pelos Estados Unidos como um todo, também servindo de modelo para países na América Latina. Quando da sua inauguração, 10 pavilhões haviam sido construídos para abrigar os primeiros professores e suas famílias.

Figura 8. A Universidade da Virgínia, 1826.



Fonte: Thomas, 2021.

De acordo com o parecer do MEC de 1968, independente da concepção anglo-saxônica residencial da universidade, o

Campus representa, hoje, a integração espacial que é uma condição altamente conveniente para realizar-se a integração estrutural e funcional da universidade, concebida como totalidade organicamente articulada, em vez de simples coleção de estabelecimentos auto-suficientes (PARECER CFE 848/68 *apud* CABRAL, 2004).

Fernandes, escrevendo em 1974, descreveu que o campus universitário deveria permitir a integração com a população não-universitária, tornando-se parte

accommodation according as he may have a family or no family, with kitchen, garden, etc.; distinct dormitories for the students, not more than two in a room; and separate boarding houses [called hotels] for dieting them by private housekeepers.”

integrante da cidade, com o campus definindo-se “pelo conjunto dado de edificações destinadas ao ensino superior, somado aos seus equipamentos e aos serviços que em função de sua presença lhe são agregados naturalmente” (p. 72). Essa definição, de acordo com Fernandes, conferia ao campus um “caráter de continente”, ou seja, ele deveria conter todos os elementos que formam a universidade oficialmente incluindo as “edificações, ruas, praças e equipamentos urbanos que, mesmo não vinculados à universidade, encontram-se dentro de seus entornos, ou seja, em seu campus” (idem).

Ainda para Fernandes, os novos campi universitários que estavam surgindo nas décadas de 1960 e 1970 não conservavam as mesmas relações com o meio urbano e com a população não-universitária ao entorno como os antigos. Na cidade universitária moderna, o campus tornava-se um apêndice da cidade e poderia acabar sendo isolado da cidade, pois se limitava a um espaço geograficamente exclusivo e as antigas relações eram então substituídas por um elenco de atores e de relações.

Das novas universidades instaladas no Brasil na época, a Cidade Universitária 'Ilha do Fundão', situada na zona norte do Rio de Janeiro é icônica, tendo sido instalada em uma ilha criada a partir da união de oito arquipélagos (Figura 9). A UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro foi a primeira universidade do país, criada em 1920 por meio da fusão de diversas faculdades³. Ela recebeu, em 1937, o nome de Universidade do Brasil (UB), renomeada UFRJ em 1965 (FREIRE, 2013). Em 1929 o engenheiro Eduardo Vasconcellos Pederneiras apresentava ao público o plano da Universidade de Minas Gerais; e cinco anos depois, o decreto de fundação da Universidade de São Paulo previa a sua instalação em uma 'cidade universitária' (idem). Em um momento em que o espaço físico das cidades se reorganizava, os planos urbanos das cidades brasileiras passaram a reservar uma área específica para a universidade.

Figura 9. A ilha do Fundão, formada a partir de um arquipélago.

³ Há uma certa disputa sobre qual universidade no Brasil leva o título de Universidade mais antiga. As Universidades de São Paulo, de Manaus e do Paraná também disputam esse título.



Fonte: Google Earth, 2020.

Freire, em seu artigo sobre o campus universitário da UFRJ (2013) descreve que desde os anos de 1930 haviam estudos para elaborar o projeto de construção do campus universitário e que, em meio a diversos atores e ideologias envolvidas na sua construção, prevaleceu a proposta da construção de um campus seguindo o molde do urbanismo moderno racionalista, reunindo todos os setores num único conjunto dividido em zonas funcionais. Os autores Buffa e Pinto fazem uma descrição desse campus:

Toda a área deveria ser um parque contínuo, cortado por ruas para automóveis e pedestres que interligariam os edifícios construídos sempre isoladamente. Era o plano moderno. Mas não era propriamente o de uma cidade, não previa nem serviços nem espaços fundamentais que caracterizassem um núcleo urbano (2016, p. 817).

Outro campus universitário de destaque nesse período é o da Cidade Universitária de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, cujo plano piloto do início da década de 1960 foi configurado como uma "minicidade moderna", reproduzindo as ideias do urbanismo moderno de Le Corbuisier, Lúcio Costa e da Carta de Atenas, utilizando noções de hierarquia, monumentalidade, separação funcional e organização das edificações em cidades-parque. A arquitetura moderna era

considerada a arquitetura oficial do país, adotada pelo governo de forma a simbolizar as políticas de industrialização e centralização, de forma que para que a Universidade representasse intencionalmente esse avanço tecnológico, arquitetônico e social, era necessário que a arquitetura moderna fosse utilizada (ZAMPIERI, 2011, p. 20-21).

Em 1962, foi criada a UNB - Universidade de Brasília, apenas dois anos após a inauguração da nova capital federal do país. A ideia da criação da Universidade surgiu de Darcy Ribeiro, aliado a outros idealizadores, como Anísio Teixeira, enquanto ainda se construía a cidade de Brasília. A universidade foi inaugurada no dia 21 de abril e seu campus é considerado uma parceria intelectual de Ribeiro com Oscar Niemeyer, que desenvolveu os primeiros edifícios e o plano orientador da Universidade, além de ter sido nomeado o primeiro diretor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UNB; Lúcio Costa também participou, lançando o projeto de implantação do conjunto.

Como observou Soares, o planejamento do Campus Universitário da UNB foi objeto de várias ações que "mobilizaram profissionais de diferentes campos de conhecimento e demandaram coletas de dados relacionados a população universitária, ambiente construído e natural, acessibilidade, mobilidade urbana, parâmetros urbanísticos e topografia, entre outros" (2018 p. 3). Dentre as propostas de Niemeyer, a edificação mais conhecida da UNB é o "Minhocão", com 696 metros de extensão, reunindo diversos institutos (Figura 10). Como observou Klaus Chaves Alberto (2008), ao invés de institutos demarcados por edifícios, agora eles "passariam a ser parte de algo maior onde não se diferencia com clareza cada um de seus elementos", criando uma nova possibilidade projetual que seria a "síntese dos objetivos traçados pelos educadores que compuseram o plano da UNB", fazendo com que houvesse maiores possibilidades de comunicação entre os estudantes e os institutos, e com que estes reconhecessem a Universidade de forma ampla (ALBERTO, 2008, p. 264). Ainda para o autor, "há nessa proposta uma verdadeira quebra de paradigma projetual na temática universitária que só foi possível pela íntima afinidade entre o plano educacional e arquitetônico" (idem).

Figura 10. O Minhocão, na década de 1960.



Fonte: Arquivo Cedoc/UNB.

Como observa Motta, aqueles que compuseram o golpe civil-militar de 1964 tinham diferentes origens sociais (sendo empresários, religiosos, militares etc.) e ideológicas (nacionalistas, liberais, conservadores) que concordavam em um único ponto: barrar o processo de crescimento da esquerda e expurgar os comunistas (2008, p. 31). No que se referiu as Universidades, também não havia consenso dos donos do poder: as reformas implantadas resultaram em disputas e negociações de diferentes segmentos do governo, mas foi marcada por reformas com um viés modernizador que significou em uma expansão de vagas, racionalização de recursos, reforço da iniciativa privada, busca de eficiência, a criação de departamentos em substituição ao sistema de cátedras, organização da carreira docente e fomento a pós-graduação e a pesquisa (idem).

Algumas dessas medidas já eram defendidas desde o início dos anos de 1960, combinando também o combate e censura às ideias de esquerda - no entanto, em um paradoxo, a ditadura brasileira anticomunista permitiu a contratação de professores marxistas e também manteve “comunistas” em cargos públicos (MOTTA, 2014). No meio docente também havia apoio às demandas reformistas, uma vez que uma estrutura básica ao estilo americano poderia dinamizar as atividades de docência e pesquisa, extinguindo as cátedras. No entanto, os setores liberais, conservadores e moderados não tinham como objetivo popularizar as universidades, mas sim torna-las

produtivas e eficientes, voltadas para a administração pública e o desenvolvimento econômico do país (idem).

Havia o consenso de que o MEC não estava à altura do desafio de mudar as estruturas universitárias. Tomou-se então iniciativas no sentido de intensificar contatos científicos e acadêmicos com os países "ocidentais", em especial os Estados Unidos, que se tornou uma prioridade após 1964. O Estado brasileiro, neste período, com orçamento comprometido e pressionado a criar mais vagas para cursos de ensino superior, permitiu também que a iniciativa privada atuasse de forma decisiva no ensino superior, inserindo lideranças no CFE - Conselho Federal de Educação e, portando mecanismos para facilitar a abertura de cursos e campi universitários.

O Parecer 848/68, que forneceu uma definição do Campus Universitário, descreveu que os princípios da integração e organização da Reforma Universitária só poderiam "objetivar-se plenamente no campus ou seu equivalente", ou seja, na cidade universitária (PARECER CFE 848/68 *apud* CABRAL, 2004). No ano seguinte, em 1969, a Universidade de São Paulo e de Campinas submeteram ao Conselho Estadual de Educação, projetos de reforma de seus Estatutos. O Parecer fornecido pelo Conselho Estadual de Educação, nº 42/69, forneceu detalhes não apenas sobre a estrutura dessas universidades, mas também sobre o ordenamento e expansão do ensino superior no Brasil. De acordo com o documento, a condição indispensável para a circulação e intercâmbio de ideias e pesquisas era a concentração das atividades de ensino e pesquisa em um campus universitário. Sobre os campi existentes da USP na época, o documento define que a Universidade não poderia deixar de considerar os bairros limítrofes aos da sua Cidade Universitária como prolongamentos do próprio campus:

O conceito de "campus", que se liga à concepção de universidade como um todo integrado, não pode, porém, ser levado ao extremo de não se considerarem, como componentes do mesmo, áreas localizadas no próprio centro urbano da sede universitária e a ela ligados por todas as facilidades de comunicação (PASQUALE, 1969, p. 7).

Nesse momento, as universidades adotaram o conceito de campus universitário afastados das regiões urbanas onde havia maior área física. Como observou Pereira, isso adveio da tentativa de reprodução dos modelos norte-americanos de campus universitários: nos Estados Unidos, havia uma suspeita sobre a localização de institutos de educação em centros urbanos, por isso o ideal de

campus era “antiurbano” (PEREIRA, 2017, p. 19). No entanto, o ensino superior brasileiro era urbano e, desde o início, concentrou-se nos centros de cidades como São Paulo, Recife, Salvador e Rio de Janeiro, possibilitando que os professores de regime parcial atuassem profissionalmente nos centros urbanos.

Em 1970, Rufolf Aton publicou o "Manual sobre o planejamento integral de câmpus universitário", aprovado pelo Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB). Esse manual tinha por objetivo orientar a introdução da recém reforma universitária e orientar o planejamento de futuros campus universitários. Para Aton, era necessário um campus universitário que fosse homogêneo, fechado e com facilidade de controle e de administração, pensado de modo racional.

Ademais, as recomendações de Aton para que os campi ficassem fora das cidades eram baseados no que ele julgava uma "excessiva politização dos estudantes das universidades brasileiras" e que, além disso, tinha-se esperanças que o acelerado crescimento urbano chegaria, em até uma década, nos sítios universitários escolhidos, de forma que a cidade universitária seria reintegrada na cidade.

Houve um hiato entre os planos das cidades universitárias e as suas realizações, sendo alguns dos principais obstáculos as resistências internas contra a transferência para áreas afastadas e falta de recursos financeiros para as obras e, dessa forma, muitas universidades, embora já possuíssem o terreno para seus campi durante décadas, só construíram seus campi posteriormente, após o fim da ditadura civil militar.

Em São José dos Campos, o ideal de campus, a influência das ideias norte-americanas de universidade e o clamor por novas instituições tecnológicas concretizou-se no CTA e no ITA. Como observou Pereira, embora não tivesse a complexidade de uma universidade, a organização acadêmica do CTA/ITA se baseou no sistema de ensino superior norte-americano, o que repercutiu em seu espaço físico (PEREIRA, 2017, p.41).

Como observam Perry e Wiewel (2015), o modelo norte-americano de campus universitário após a Segunda Guerra Mundial tinha como objetivo ser um "quadrado verde" - onde o cotidiano acadêmico poderia ser feito a pé, entre os prédios universitários e os dormitórios, em um local geograficamente plano e sem o estresse da sociedade moderna, transformando-o numa espécie de enclave, removida das imediatidades e demandas da vida moderna para produzir conhecimento e

informação e, para que isso fosse alcançado, muitos acreditavam ser necessário que a Universidade e seus professores e alunos fossem removidos da turbulência da sociedade e livres da distração da sociedade moderna. Dessa forma, para os autores, a relação entre a universidade e suas imediações têm sido conflituosa e importante desde a sua origem.

Com um projeto arquitetônico de autoria de Oscar Niemeyer elaborado na década de 1940, o plano urbanístico do CTA e suas edificações são características da arquitetura e urbanismo moderno brasileiro. Niemeyer utilizou diversas propostas urbanísticas que haviam sido preconizadas pelo Movimento da Arquitetura Moderna, mas que não haviam sido aplicados em projetos reais. O projeto, no entanto, acabou sofrendo diversas mudanças, entre elas o fato é que as construções, estando dentro de uma área militar, ficou inacessível à grande parte da população da cidade, diferente do que Niemeyer preconizava, ao preocupar-se em promover uma forte integração com a cidade (ALMEIDA, 2009, p.219).

As duas primeiras unidades do Centro Técnico de Aeronáutica, o Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), o Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento (IPD) assim como alguns conjuntos de apartamentos foram completados em 1950, momento em que se chegaram as primeiras turmas do Rio de Janeiro para estudar na cidade. Como observa Oliveira, a dedicação exclusiva de todas as atividades acadêmicas e a moradia dentro do Campus provocou o isolamento da comunidade científica do ITA no campus do CTA em relação à cidade de São José dos Campos - o relacionamento com os professores era dificultado pelo idioma e, com os alunos, pela dedicação aos estudos (2008, p. 151).

5.3 Os planos da cidade Universitária da FVE no bairro Urbanova

A área determinada para a instalação da Universidade da Fundação Valeparaibana de Ensino havia sido doada pela Urbanova - Comércio e Urbanização e Desenvolvimento S/A (sendo seu diretor Sr. Shigetaka Enomoto) ao Poder Público municipal (cujo prefeito na época era Joaquim Vicente Bevilacqua) em 6 de maio de 1982. Era um terreno de 237.30.19m², designado como "Gleba A". O Poder Público municipal doou a área para a FVE para instalação e funcionamento de unidades escolares, com a obrigatoriedade de dar início às obras no prazo de cinco anos e concluir as obras em dez anos (SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, 1982). Em dezembro do

mesmo ano o Poder Público doou a FVE uma área de terra contígua à doação anterior, com uma Gleba Complementar de 263 mil metros quadrados, de forma a área total doada passa a totalizar 500.305,19 m².

Em janeiro de 1983, o presidente da FVE publicou um edital para prestação de serviços de topografia "em área de aproximadamente 500.000m² (...) local da futura Universidade de São José dos Campos (Cidade Universitária)". Em 1984, três alunos da Faculdade de Ciências Exatas e Tecnologia da FVE (Danilo Hardman, Flávio Bischoff do Amaral e José Ricardo de Oliveira Pimentel) desenvolveram junto dos orientadores Francisco Alberto Coutinho, João Luiz Teixeira Pinto e Reynaldo Silveira Frossard um estudo preliminar para o Plano Piloto da Cidade Universitária de São José dos Campos, tendo como objetivo não a "apresentação de detalhes de qualquer natureza", mas oferecer uma "visão ampla daquilo que a Universidade pretende oferecer" para seus alunos, funcionários e a população em geral. Na introdução do trabalho, os autores indicaram que o trabalho pretendia

atingir e motivar não só as Autoridades Competentes, como a própria Indústria Local, no sentido de obter o apoio moral e financeiro sem os quais tornar-se impossível realizar vultoso empreendimento [...] São de grande valor os subsídios que um Plano desta natureza proporcionará ao futuro e definitivo projeto (HARDMAN; AMARAL; PIMENTEL, 1984, p.6).

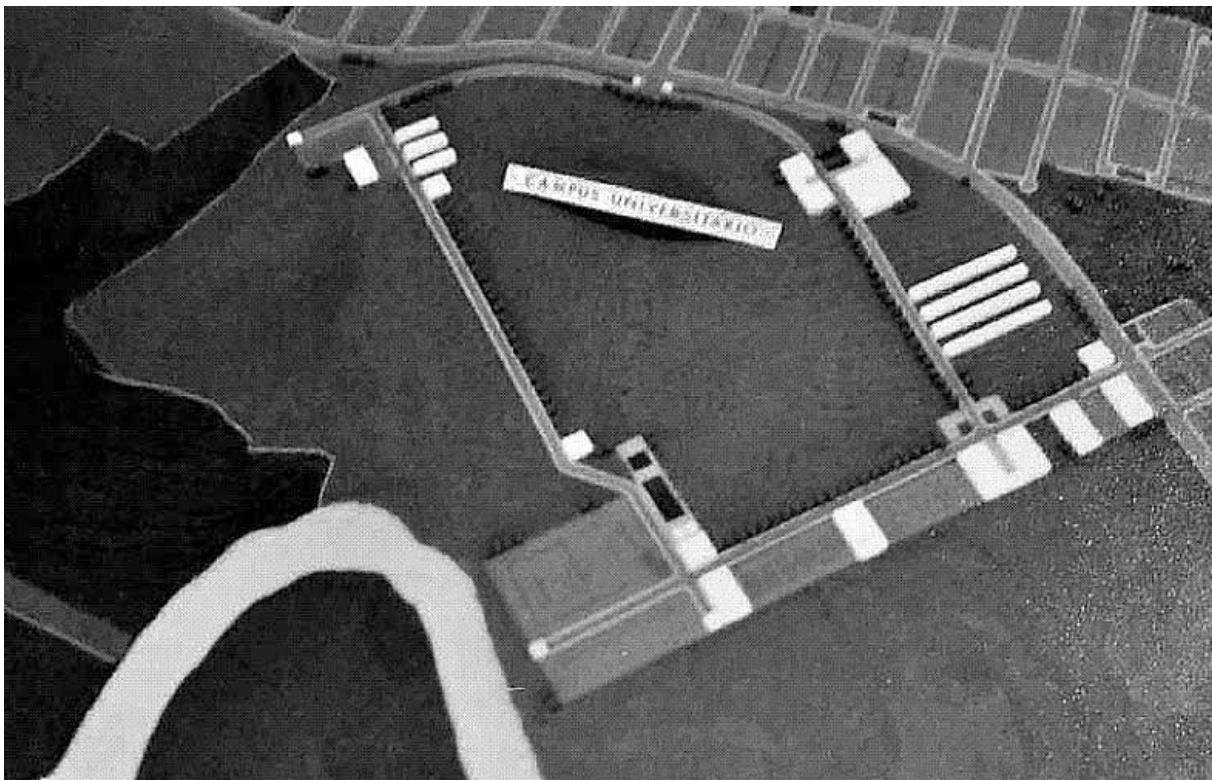
Os Planos Diretores foram concebidos originalmente como um instrumento de gestão para um território, estabelecendo ações e normas a serem empregados no que se refere o ordenamento urbano. A partir da Constituição Federal de 1988, o Plano Diretor se fortaleceu e, em 2001, com o Estatuto da Cidade, ganhou uma nova dimensão tendo como novos princípios as gestões democráticas e participações populares. Como observam Predes e Predes (2014), os Planos Diretores de Cidades Universitárias também recorreram a teorias, instrumentos e procedimentos do planejamento urbano, incorporando tendências e soluções no seu desenvolvimento e, da mesma forma, muitas vezes incorporou as críticas e desconfianças acumuladas nos Planos Diretores de cidades, uma vez que frequentemente eram incapazes de nortear prioridades, incorporavam visões tecnicistas e desvinculadas da realidade, além de carregar muitas normatizações e diretrizes que incluíam a participação da sociedade.

Embora as universidades não sejam obrigadas a realizar Planos Diretores, elas estão suscetíveis a outras políticas urbanas da cidade e são, por si só, um polo indutor

de crescimento das cidades, podendo trazer consequências positivas ou negativas para o município (TISCHER, 2013, p. 5). Além disso, por “vivenciar os mesmos problemas” da cidade, como “aumento da densidade populacional, conflitos entre diferentes demandas de usos do solo, congestionamento das vias de trânsito”, as universidades ao longo dos anos passaram a adotar essa forma de planejamento, uma vez que cresceu a demanda por novas formas de abordagem de planejamento que não fossem “limitadas a argumentos formais e estéticos” (PAVESI, 2010).

O Plano Diretor elaborado por Hardman, Amaral e Pimentel, descreve que o terreno da UNIVAP no campus Urbanova era de aproveitamento difícil por ser um terreno montanhoso, constituído de 20 a 30% de vegetação fechada em dois bosques principais. Destacou-se que durante a implantação da Universidade seria necessário ter atenção ao desnível “de quase 72 metros ao longo de uma extensão transversal de 650 metros, o que resulta em rampas com média de 11% de declividade” (1984, p. 15 - 16).

De acordo com esse plano, a “Célula Matter” do Plano Piloto seria o Centro de Convenções, “um conjunto de edificações de formato de setores de circunferências que serão plantados no ponto mais elevado do terreno”, tratando-se de um complexo de auditórios, teatro de arena e dois edifícios destinados a Administração do Campus. Na Figura 11 está a fotografia de uma maquete do Plano de Hardman, Amaral e Pimentel (1984).



Fonte: Hardman, Amaral e Pimentel, 1984.

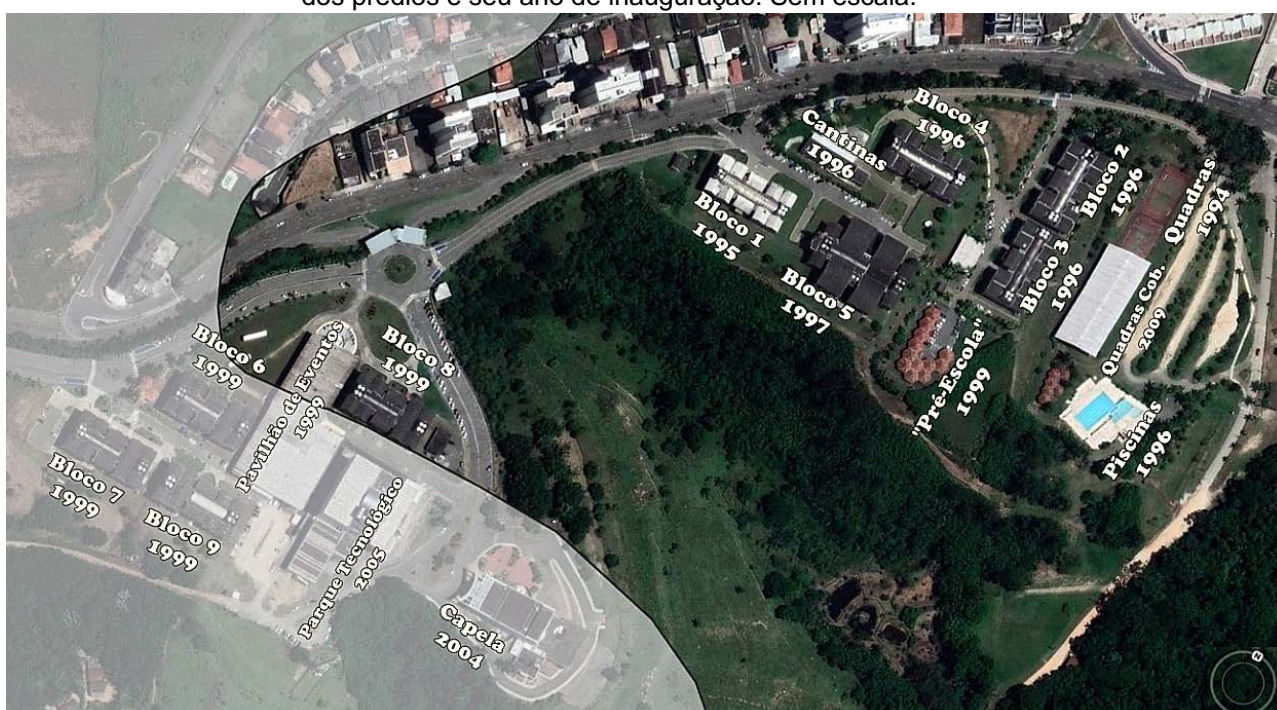
De acordo com Hardman et al, a ideia de se constituir um Centro de Convenções tinha vindo do Presidente da Fundação Valeparaibana de Ensino, na época o prof. Baptista Gargione, uma vez que a cidade não tinha um local para convenções ou apresentações de palestras e a FVE não dispunha de um local adequado para as solenidades de formatura dos alunos. De acordo com o Plano, o campus seria arranjado em torno desse primeiro platô,

que após a terraplanagem, acomodará o Centro de Convenções e a Faculdade de Ciências Humanas, que se localiza no ponto mais elevado do terreno [...]. Numa das extremidades desse platô será implantado o Centro de Convenções. Sobre seu auditório haverá um amplo salão, com gigantesca vidraça mostrando uma vista panorâmica da cidade de São José dos Campos [...]. Locado o Centro de Convenções no terreno, optou-se por dispor-se a Faculdade de Ciências Humanas num conjunto formado por 3 edificações de 3 pavimentos a serem construídos [...] ao lado do Centro de Convenções [...]. Nesse platô será também implantado um reservatório elevado de água que abastecerá toda a Universidade. O resto do platô será formado por jardins, passeios e estacionamentos para 600 veículos e ruas. Esse será o platô central da Universidade e em função dele é que foram projetados os outros platôs (HARDMAN; AMARAL; PIMENTEL, 1984, p. 38).

Essa descrição tem um pouco de semelhança com o atual complexo de prédios ao redor do Centro de Convenções inaugurado pela FVE em 1999. Previa-se que a

Reitoria, a Prefeitura do Campus e a Administração Geral se localizariam em um prédio contíguo ao Centro de Convenções. O Plano de Hardman et al previa, no Centro de Convenções, um restaurante para atendimento de alunos, funcionários e autoridades. Um restaurante-escola da UNIVAP, localizado nas proximidades do Parque Tecnológico, foi inaugurado em 2017. Na Figura 12, é possível ver todos os prédios inaugurados pela UNIVAP/FVE nas glebas doadas pela Prefeitura de São José dos Campos.

Figura 12. Imagem de satélite do campus Urbanova da UNIVAP, com a distribuição parcial e atual dos prédios e seu ano de inauguração. Sem escala.



Fonte: Mapa Interativo de São José dos Campos, Prefeitura Municipal, 2021. Editado pela autora. Sem escala, com destaque para as divisas com a cidade de Jacareí.

No entanto, as descrições seguintes feitas pelo Plano elaborado por Hardman et al são bem diferentes do que se vê hoje no campus. De acordo com o Plano Diretor, em um platô localizado em outra colina haveria duas edificações com as faculdades de Ciências Exatas e tecnologias; um terceiro platô acomodaria o Colégio Técnico Industrial e o Colégio Técnico Agrícola, próximos ao platô do Centro Poliesportivo; por último, o quarto platô abrigaria um Campo de Futebol e Pista de Atletismo; o quinto abrigaria jardins, área para carga e descarga de materiais e um prédio para a Faculdade de Ciências Biológicas (HARDMAN; AMARAL; PIMENTEL, 1984, p. 39).

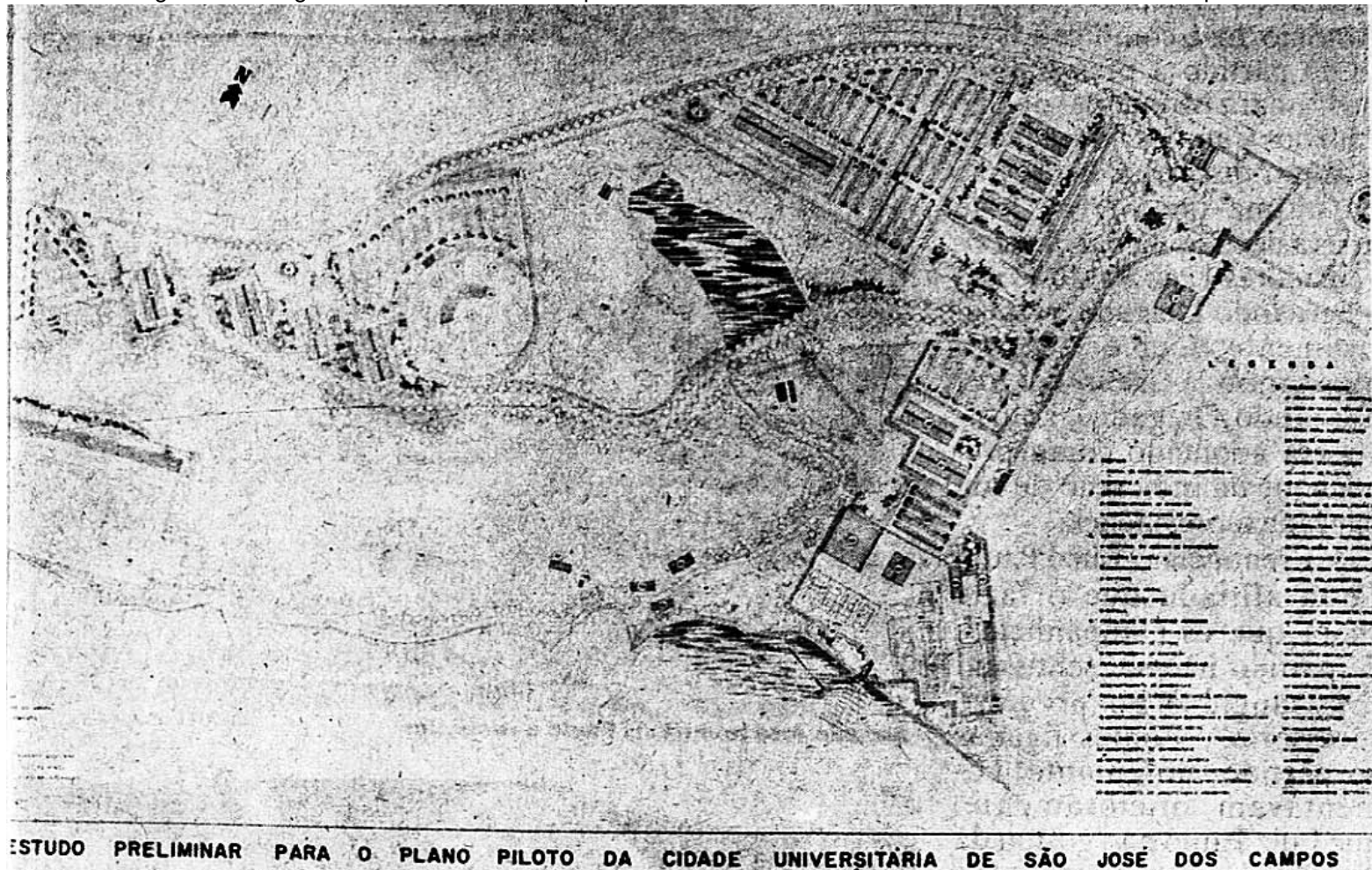
De acordo com o Plano elaborado por Hardman, Amaral e Pimentel, um aspecto que deveria ser tratado no futuro era a implantação de uma Estrada Municipal

que unisse a Avenida Shishima Hifumi da Urbanova à cidade de Jacareí, "dada a localização do terreno da Cidade Universitária estar a meio caminho [...] facilitando assim as idas e vindas dos alunos que moram na vizinha cidade" (1984, p. 42).

O plano elaborado por Hardman, Amaral e Pimentel também trata dos moradores do Bairrinho, comunidade pertencente a Jacareí, localizada próxima a área doada pela Prefeitura para a FVE, dizendo se tratar de "uma área na qual existem posseiros e trata-se conseqüentemente de um terreno que deverá ser negociado futuramente pela Fundação", "objetivando tornar a área destinada à Cidade Universitária uma área íntegra" (1984, p. 43). Em dezembro do mesmo ano, a Chefe do Departamento de Serviço Social da FVE enviou para o presidente da FVE um resumo das visitas efetuadas aos posseiros na área do Campus da FVE. O documento listou 24 posseiros, seus nomes, idade aproximada, número de filhos e se o morador aceitaria ou não negociar o terreno. Alguns dos moradores, entre 50 e 60 anos, relataram que seus pais já moravam no local. Algumas das observações notam que determinados moradores gostariam "de negociar e depressa"; "tem medo de mudanças"; "não está interessado em negociar"; "tem medo de mudanças, de morar na zona urbana, da violência e do desemprego"; "não quis conversar sobre negociação - acha que a FVE quer enganá-la e expulsá-la de sua terra"; "negocia se os outros negociaram" (CAIXA 157, 1984). Posteriormente, no processo de unificação das terras do campus da Universidade, a área de moradia do Bairrinho foi excluída da propriedade da FVE.

No mesmo ano em que foi publicado o Plano Diretor elaborado por Hardman et al, foi publicado em um jornal um outro plano para a Cidade Universitária:

Figura 13. Fotografia do Estudo Preliminar para o Plano da Cidade Universitária de São José dos Campos.



Fonte: VALEPARAIBANO, FVE quer ser universidade. 29/11/1984.

É possível que esse plano tenha sido feito a partir do projeto de Hardman, Amaral e Pimentel (1984), pois, conforme a notícia de jornal, havia a possibilidade, para os novos alunos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da FVE, de "estudar e desenvolver o plano diretor que já foi iniciado por alunos concluintes do curso de engenharia civil, orientados por arquitetos" cujo trabalho havia sido feito como "estudos preliminares para a implantação da futura universidade" - nessa mesma notícia, o estudo preliminar também é chamado de "anteprojeto" (VALEPARAIBANO, 1984).

Ainda em 1984, uma exposição na FVE mostrou um terceiro Plano da cidade Universitária (Fig. 14). Em comparação com a maquete de Hardman, Amaral e Pimentel (1984), a maquete apresentada mostra um complexo muito mais enxuto, com apenas quatro edifícios.

Figura 14. Comparação das duas maquetes de 1984



Fonte: CEHVAP.

Dado à similaridade da disposição dos prédios atualmente, é possível que a segunda maquete tenha sido o plano levado em consideração durante a construção dos prédios entre as décadas de 1980 e 1990, conforme Fig. 15.

Figura 15. Comparação da fotografia da segunda maquete com uma imagem de satélite atual do campus Urbanova. Sem escala.



Fonte: Acervo do CEHVAP e Google Earth, 2020.

Em 1987, um documento da Presidência da FVE fez referência a um Programa de Necessidade do Novo Campus. Esse programa para a instalação da Universidade no Campus seria um programa aberto, já que o novo campus, além de atender as atividades atuais teria também uma "estrutura flexível que pudesse comportar alterações qualitativas e quantitativas", tanto nos espectros organizacionais quanto pedagógicos, na criação de novos cursos, aumento de vagas, necessidade de novos prédios, laboratórios etc (CAIXA 271, 1987, p. 2). Para a definição do novo Campus, partiu-se para o levantamento estrutural das instalações físicas já existentes da FVE na Rua Paraibuna e na Praça Cândido Dias Castejón visando criar uma "caracterização" para as Faculdades Integradas. Essa caracterização viria somente nos próximos anos, com a elaboração do projeto do arquiteto José Roberto Damas Cintra.

Em 1993, foi inaugurado nos fundos do terreno do antigo sanatório "Vila Samaritana" o primeiro prédio construído pela Fundação Valeparaibana de Ensino, projetado pelo arquiteto José Roberto Damas Cintra e realizado pelo engenheiro Tércio Ueda Yaokiti. O novo edifício foi feito de frente para o antigo prédio da Faculdade de Engenharia, que era ocupado pelos cursos técnicos da FVE, inaugurado na década de 1970. Todos os outros prédios da UNIVAP pelas próximas décadas seguiriam esse mesmo modelo projetado por Damas Cintra, como podemos ver as fotos do Campus do bairro Urbanova; da cidade de Jacareí (inaugurado em 1999), do

bairro Aquarius, também localizado em São José dos Campos, inaugurado em 2001, e de Caçapava (inaugurado em 2005).

Figura 16. Fotografia dos Campi Urbanova e Aquarius em São José dos Campos e os campi das cidades de Jacareí e Caçapava.



Fonte: CEHVAP.

A partir de estudos dos principais modelos de Universidades nacionais e estrangeiras, nesse período chegou-se à conclusão de um modelo do tipo centralizado seria o mais adequado para as características da FVE pois, além de facilitar a integração e a conexão entre as pessoas, as características do terreno mostravam dificuldades topográficas e acessibilidade, oferecia poucas alternativas para localização do Campus (CAIXA 271, 1987). Nesse modelo centralizado o campus seria percorível a pé e os veículos entrariam apenas para serviço.

Nesse Plano, devido à declividade do terreno, o campus se localizaria no platô central

Basicamente, o modelo é o de uma figura com um centro, um módulo, em torno do qual se desenvolvem anéis ou camadas horizontais sucessivas e por vezes sobrepostas, fazendo com que as construções se acoplem o mais possível ao terreno, acompanhando as curvas de nível e procurando minimizar as interferências no terreno natural. Assim, o Campus pode ser composto por dois cortes simultâneos: um que se desenvolve em planos horizontais e outro que se desenvolve em planos verticais (CAIXA 271, 1987, p. 04).

O módulo teria como centro uma praça (a mais elevada no terreno), em torno da qual se situariam o Centro Administrativo, o Centro de Convenção, os Auditórios, o Centro Cultural, a Biblioteca e parte superior do Bloco de Departamentos. Com três níveis distintos, o Bloco de Departamentos seria o principal centro e núcleo do Campus: todas as atividades didáticas girariam em torno dele, “praticamente como segmento de anéis”: feito em formato de ferradura na praça, o Bloco Administrativo ficaria mais próximo à principal via de acesso do campus e mais distante das áreas didáticas. A praça “central” se abriria aos lados para se encontrar com outras praças, teria um anfiteatro ao ar livre em concha e um espaço coberto.

Os estudantes chegariam ao Campus por uma passarela que ligaria o complexo de edificações ao estacionamento e terminal de ônibus na avenida principal do Urbanova,

A passarela os conduz a um estreito belvedere natural que domina o terreno do Campus e as edificações do primeiro plano com vista para o banhado e o rio. A partir daí um sistema de praças cobertas e descobertas conduz os estudantes de um lado ao complexo das cantinas e bares e de outro lado ao pátio coberto de múltiplo uso. Seguindo-se em frente chega as áreas de atividades didáticas e ao bloco estudantil (CAIXA 271, 1987, p. 05).

Esse plano visava a ocupação máxima do terreno: uma extensão maior do campus seria inviável “pelas diferenças de cotas e distancias que isto acarretaria”, e os complexos mais longes do “centro” – o CSC, Centro de Serviços à Comunidade, e o complexo de Laboratórios – só seriam possíveis por serem locais com atividades isoladas e com pequeno inter-relacionamento. Essa ocupação concentrada liberaria a maior parte do terreno de outras construções evitando a dilapidação e destruição da paisagem, uma vez que a preservação paisagística era uma grande preocupação desse plano, principalmente em relação as “altas declividades, a cobertura vegetal existente, as áreas de várzea e baixada junto ao Rio Paraíba” (idem, p. 13)

As duas características fundamentais do plano diretor da cidade universitária de São José dos Campos seriam a flexibilidade e a construção em etapas, onde edificações poderiam ser alteradas e adaptadas à necessidade de cada etapa (CAIXA 271, 1987, p. 6 e 7).

Todos os setores e dependências do Campus formam um único complexo de edificações voltadas ou para o Vale (Banhado) desfrutando de suas vistas panorâmicas ou voltadas para a sucessão de pátios internos, cobertos e descobertos que se intercomunicam em níveis ou desníveis, pedestrianizados, e que interligam todas as

atividades entre si. O complexo do Campus foi concebido em escala humana, a exemplo das cidades medievais e renascentistas – modelos hoje altamente revalorizados e preconizados no Urbanismo – com os automóveis no entorno e não no centro, aí adentrando somente a serviço ou emergência (idem, p. 8).

No entanto, não consta em nenhum plano da Universidade de São José dos Campos a existência de alojamentos estudantis ou para funcionários. Em 1961, no I Seminário Nacional de Reforma Universitária, ocorrida em Salvador, destacou-se que a preocupação central dos estudantes nesse período era a assistência estudantil, a dedicação integral e um campus tradicional igual ao norte-americano, com a presença de alojamentos que propiciassem “a constituição de uma comunidade autônoma” (PEREIRA, 2017, p. 46).

Nesse período havia também uma crítica a 'suntuosidade' ou 'monumentalidade' das construções existentes nas cidades universitárias. Os altos custos e a grandiosidade das obras pretendidas eram incompatíveis com a necessidade da expansão do ensino superior - não somente em terreno, mas na suntuosidade dos edifícios, algumas delas, como no México e na Venezuela, que se inspiraram nos modelos de antigas instituições europeias (PEREIRA, 2017, p. 46-47). Darcy Ribeiro, no período da construção da Universidade de Brasília, tecia diversas críticas aos grandes campi universitários brasileiros. Em relação a Universidade do Brasil na Ilha do Fundão, Ribeiro considerou-a uma representação de "faraonismo do planejamento de campus universitário", além de uma "experiência lúgubre de autoritarismo educacional" (RIBEIRO, 1978, p.113).

6 O BAIRRO URBANOVA: UMA CIDADE DENTRO DA CIDADE

Os primeiros moradores da área onde se localiza o bairro Urbanova se estabeleceram em duas comunidades hoje conhecidas como "Bairrinho", ou Bairro dos Pinheiros e "Beira Rio" (Figura 17). Situada entre os municípios de São José dos Campos e Jacareí está a comunidade do Bairrinho, estabelecida na década de 1950. De acordo com o estudo elaborado por França em 2008, foi possível estabelecer relações do início dessa comunidade a partir dos trabalhadores das antigas Fazenda do Poço e Fazenda de San'Ana do Rio Abaixo, que avançavam sobre os dois municípios, compradas por Olivo Gomes, administrador da Tecelagem Parahyba. Por volta da década de 1950, os funcionários da fazenda vieram morar na localidade com suas famílias quando começaram a trabalhar, e ali se estabeleceram (FRANÇA, 2008). Em 2009, estimava-se que aproximadamente 100 famílias morassem no bairro (idem).

A Comunidade Beira Rio, estabelecida na década de 1960, é composta por ribeirinhos, com uma população aproximada de 135 habitantes distribuídos em uma média de 32 famílias (SANTOS, 2008, p. 44).

Ambas as comunidades contrastam com o restante do bairro, que hoje apresenta a menor taxa de desemprego e um nível de escolaridade e renda acima da média, além de concentrar loteamentos fechados de alto padrão. Embora configure-se hoje como bairro nobre, nenhuma das comunidades tem acesso aos benefícios e infraestruturas oferecidos pelo bairro, conforme observam França (2008)⁴, Santos (2008)⁵, Lopes (2010)⁶ e Cardoso (2017)⁷.

⁴ FRANÇA, Luciano Maciel Galvão de. Trabalho e poder: relações de trabalho na Fazenda do Poço - São José dos Campos (1930 - 1950). Trabalho de conclusão de curso da Faculdade de História da Universidade do Vale do Paraíba, 2008, 140 páginas.

⁵ SANTOS, Ed Carlos dos. Percepção do espaço e do meio ambiente por uma comunidade ribeirinha: estudo de caso da comunidade Beira Rio, São José dos Campos - SP. Trabalho de conclusão de curso da Faculdade de Geografia da Universidade do Vale do Paraíba, 2008, 93 páginas.

⁶ LOPES, Débora Tognozzi. Assentamentos subnormais em situações-limite: uma comunidade na área de conurbação entre Jacareí e São José dos Campos - SP. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade do Vale do Paraíba, 2010, 217 páginas.

⁷ CARDOSO, Flávia dos Santos. O rio é nosso quintal: as encruzilhadas de uma comunidade ribeirinha urbana. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade do Vale do Paraíba, 2017, 113 páginas.

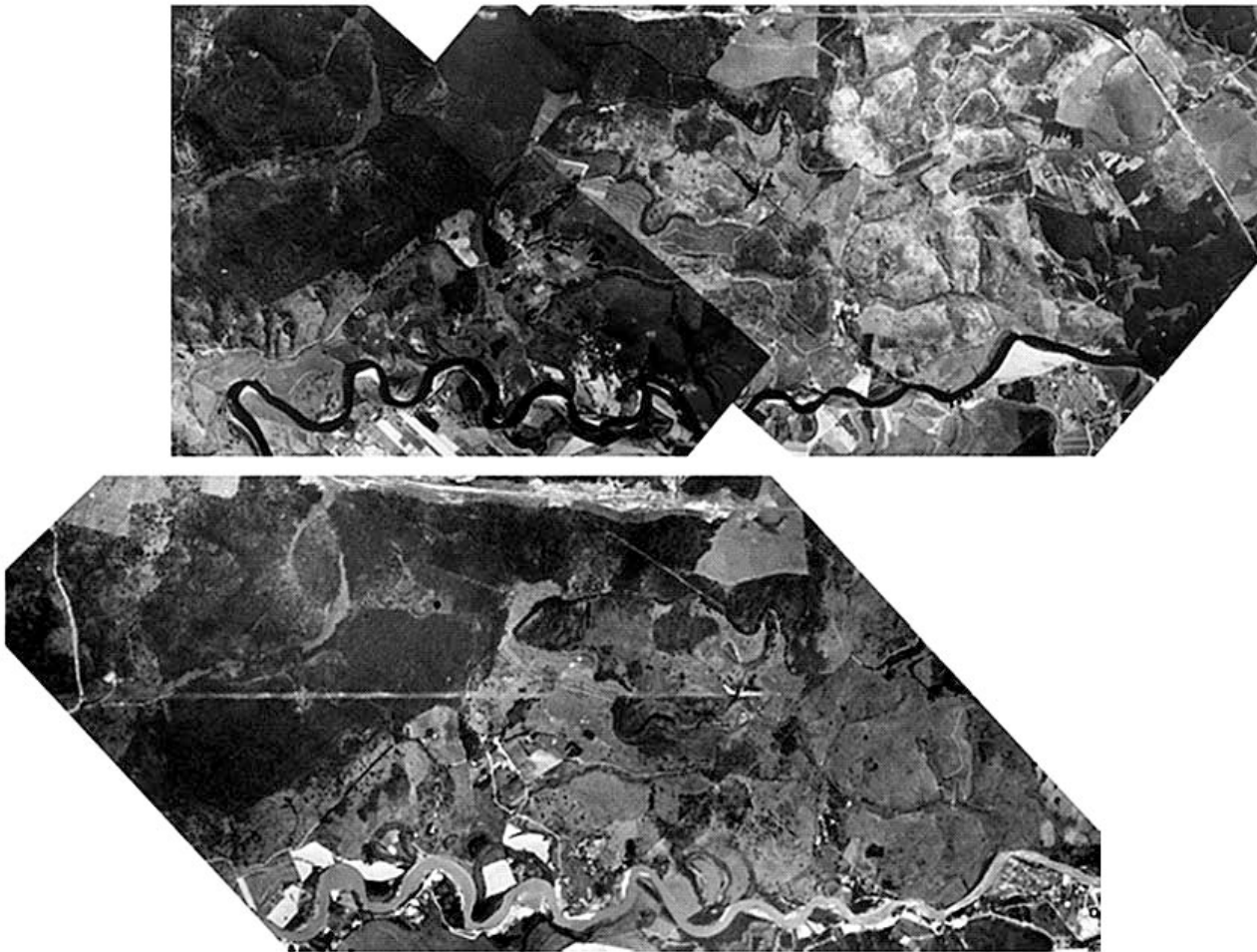
Figura 17. A comunidade 'Barrinho' em destaque em vermelho, e a 'Beira Rio', em amarelo.



Fonte: Mapa Interativo de São José dos Campos, Prefeitura Municipal, 2021. Editado pela autora.

Na década de 1950, não havia pelo bairro qualquer tipo de uso que pudesse ser caracterizado como urbano, tendo apenas poucas construções residenciais dispersas. Nesse período, o predomínio de uso da área era para pastagem, que representava 32% da área, com regiões com cobertura vegetal predominantemente de gramíneas; 19% de ocupação de campo antrópico, ou seja, áreas com predominância de gramínea sem atividade pecuária e 11% de áreas agrícolas e reflorestamento, havendo também uma grande representatividade de áreas de mata ciliar (BASTOS, 2016, p. 107). Na figura 18 é possível ver dois croquis de fotografias aéreas tiradas no local nos anos de 1962 e 1972. Nota-se o recorte feito pela linha do trem, das empresas E. F. Central do Brasil (1925-1975) e RFFSA (1975-1998), que tinha como destino a Estação Eng. Manoel Feio, em São Paulo. Nesse período, o principal acesso ao local era feito por barco.

Figura 18. Fotografia aérea do bairro Urbanova, nos anos de 1962 e 1972. Sem escala..



Fonte: Instituto Agrônômico (IAC), editado pela autora.

6.1 Urbanova: o projeto de uma nova Urbe

A descentralização industrial, promovida no estado de São Paulo na década de 1960, impactou o Vale do Paraíba e a cidade de São José dos Campos, que sofreu um rápido crescimento industrial. Como observaram Santos e Vieira, essa descentralização criou "ilhas de excelência com elevada produtividade" nas periferias das metrópoles, sendo cidades grandes, dotadas de infraestrutura e próximas da rodovia Presidente Dutra (2012, p. 170). Entre as décadas de 1960 e 1980 o Vale do Paraíba Paulista teve um crescimento econômico acelerado, criando um intenso fluxo migratório⁸.

Em 1973, os participantes da Fukuoka Jisho Bank escolheram a cidade de São José dos Campos para fazer novos investimentos. De acordo com o engenheiro Shigotaka Economoto, sobrinho do então presidente do grupo, Shishima Hifumi, a escolha do Brasil se deu pela "folga financeira", facilidades e estabilidade política que o país tinha, apesar do pessimismo que economistas europeus tinham em relação à economia e inflação brasileira (ENOMOTO, 1977). Depois da escolha do país, foi feita uma varredura em um raio de 100 km da cidade de São Paulo, onde surgiu interesse pela cidade de São José dos Campos. Shunji Ito, o primeiro presidente do futuro empreendimento Urbanova - Comércio, Urbanização e Desenvolvimento Limitada, foi à cidade acompanhado de Fábio Yassuda, ex-Ministro da Indústria e do Comércio e de Luziano Froés, corretor. Na cidade, encontraram-se com o prefeito Sérgio Sobral de Oliveira, que "forneceu todas as informações sobre a região" e chegou a acompanhar os empresários japoneses em alguns dos voos sobre a cidade (idem).

Os empresários compraram uma área de 529.11 alqueires na cidade, que pertencia à Mantiqueira S.A. Agropecuária e a Fazenda São José S.A., propriedades da família Gomes; de acordo com uma publicação posterior, a área adquirida em 1974 também integrava parte da Fazenda Santana do Rio Abaixo, pertencente ao grupo da Tecelagem Parahyba (NOVAURBE,[s.d]; ENOMOTO, 1977).

Ao mesmo tempo que era prefeito, Sobral também era assessor de diretoria da Fábrica Parahyba, uma das empresas da família Gomes. A compra foi legalizada

⁸ Em 1999, a Prefeitura de São José dos Campos encomendou uma pesquisa pela Univap para descobrir mais sobre a origem dos moradores da cidade. Publicada em 2001, a pesquisa descobriu que, dos 515.553 habitantes na época, apenas 49,83% (259.934 pessoas) eram nascidas na cidade. Do total de migrantes, 48,65% (71.052 mil) vieram de Minas Gerais. Fonte: População de São José é de migrantes. ValeParaibano, 18/09/2001.

no dia 29 de setembro de 1975 no 3º Cartório de Notas de São José dos Campos, tendo sido dados CR\$54.450.840 milhões pela Fazenda Jaguariuna e CR\$3.928.260 milhões pela Fazenda São José (ENOMOTO, 1977). As terras eram então limitadas pelo rio Paraíba ao norte e pelo Rio Jaguari ao leste. De acordo com o engenheiro Enomoto, “a escolha dessas terras obedeceu a um critério fundamental [...] É terra bruta. Uma nova cidade não se faz em terra retalhada. E o rio Paraíba salvou o local” (idem).

Em um primeiro momento, a firma não teve o nome de "Urbanova" e sim "Consultrade - Consultoria e Assessoria". Após as compras do terreno criou-se a Urbanova, sociedade mercantil registrada na Junta Comercial de São Paulo com o número 704.261 em 19 de março de 1974 e no Cadastro Geral do Contribuinte do Ministério da Fazenda com o número 44 011 690/0001 (ENOMOTO, 1977).

A primeira menção ao projeto Urbanova nos meios midiáticos foi em 1975 no jornal "O Estado de Mato Grosso", com o título: "Grupo Japonês Vai Montar uma Cidade", publicado em 30 de agosto. A notícia descrevia que o projeto previa uma cidade para 100 mil habitantes a ser construída na margem esquerda do rio Paraíba e do rio Jaguari em São José dos Campos em uma área de 13,5 milhões de metros quadrados, onde haveria "áreas reservadas para a implantação de indústrias não-poluentes e que empregassem [...] preferencialmente mão-de-obra feminina". A área em questão já era considerada privilegiada, pois ficava entre São José dos Campos e Jacareí, ambas apresentando "o maior crescimento urbano-industrial do trecho paulista do eixo Rio-São Paulo" (GRUPO.,1975).

Por sua localização, a futura cidade terá condições de absorver, a curto prazo, grandes empreendimentos imobiliários, além de se precaver contra as distorções provocadas por um crescimento urbano que, em outras áreas, é considerado caótico (GRUPO...,1975).

A obra seria executada pela "Urbanova", constituída pelas empresas japonesas Fukuoka Jisho S.A., do ramo da construção civil, a Fukuoka Mutual Bank, um dos maiores bancos privados do Japão na época, e a Obayashi-Gumi S.A., uma das quatro maiores construtoras do Japão. Também houve financiamento do The Export-Import Bank of Japan e assessoria da JICA - Japan International Cooperation Agency, sendo que essa última atuou em diversos programas de desenvolvimento no Brasil (NOVAURBE, 200?).

A subsidiária do Fukuoka Sohgo Bank, do Japão, havia gastado 4,5 milhões de cruzeiros no anteprojeto da obra⁹. Para que as obras fossem iniciadas faltava apenas a transcrição da transação feita entre a Urbanova e a fazenda Sant'Ana do Rio Abaixo SA em Cartório do Registro de Imóveis. As negociações haviam começado em 1973, e a aquisição teria sido realizada por 300 ou até 600 milhões de cruzeiros, de acordo com especulações (GRUPO..., 1975)¹⁰.

Em uma reportagem criticando os recursos criados pelo sistema financeiro de habitação que fazia a "classe média" vítima de especuladores, Neide Rocati descreveu que embora houvesse inúmeros prédios em São José dos Campos que não conseguiam ser vendidos nem com "artifícios" - decorrentes de construtoras que, no passado, acreditaram que ter um apartamento no interior conferia status - o grupo japonês investiria na construção de 40 mil casas de alto padrão, embora não fosse feito referência ao projeto Urbanova (ROCATI, 1975).

As informações sobre o Projeto Urbanova seriam escassas se não fosse por uma extensa reportagem feita pelo "Jornal do Brasil" em 1977. De acordo com essa reportagem, apesar de ser ligado ao Fukuoka Jisho Bank, a Urbanova havia nascido com um capital de apenas 2 milhões de cruzeiros: o dinheiro usado na compra das terras havia sido capitalizado na Europa por meio de bancos franceses e holandeses com a adição de um empréstimo feito com o aval da Fukuoka Bank dando, como garantia, as terras compradas (ENOMOTO, 1977)¹¹.

O projeto de 40 mil residências, conforme havia sido noticiado, já havia sido alterado: de acordo com a nova reportagem, seriam 22.727 mil unidades residenciais para compor a cidade; sendo ocupados por 126.363 mil habitantes (pouco mais do que o noticiado em 1975). A área agora tinha contornos mais exatos: não 13.5 milhões, mas sim 12 milhões, 804 mil e 471 metros quadrados.

Em 1975, a Urbanova encomendou a formulação de um plano diretor para sua "cidade" pela Jorge Wilhelm Arquitetos Associados, associado à COPLASA -

⁹ Utilizando o índice INCC, Cr\$4,5 milhões de cruzeiros do ano de 1973 seriam equivalentes a R\$20.423.138,70 reais no valor de Janeiro de 2020. (Fonte: Site de Atualização de Valores da Fundação de Economia e Estatística - FEE).

¹⁰ Utilizando o índice INCC, Cr\$300 milhões de cruzeiros do ano de 1975 seriam equivalentes a R\$854.316.618,13 no valor de Janeiro de 2020; enquanto Cr\$600 milhões seriam equivalentes a R\$1.708.633.236,27. (Fonte: Site de Atualização de Valores da Fundação de Economia e Estatística - FEE).

¹¹ Utilizando o índice INCC, Cr\$2 milhões de cruzeiros do ano de 1977 seriam equivalentes a R\$2.893.741,59 reais no valor de Janeiro de 2020. (Fonte: Site de Atualização de Valores da Fundação de Economia e Estatística - FEE).

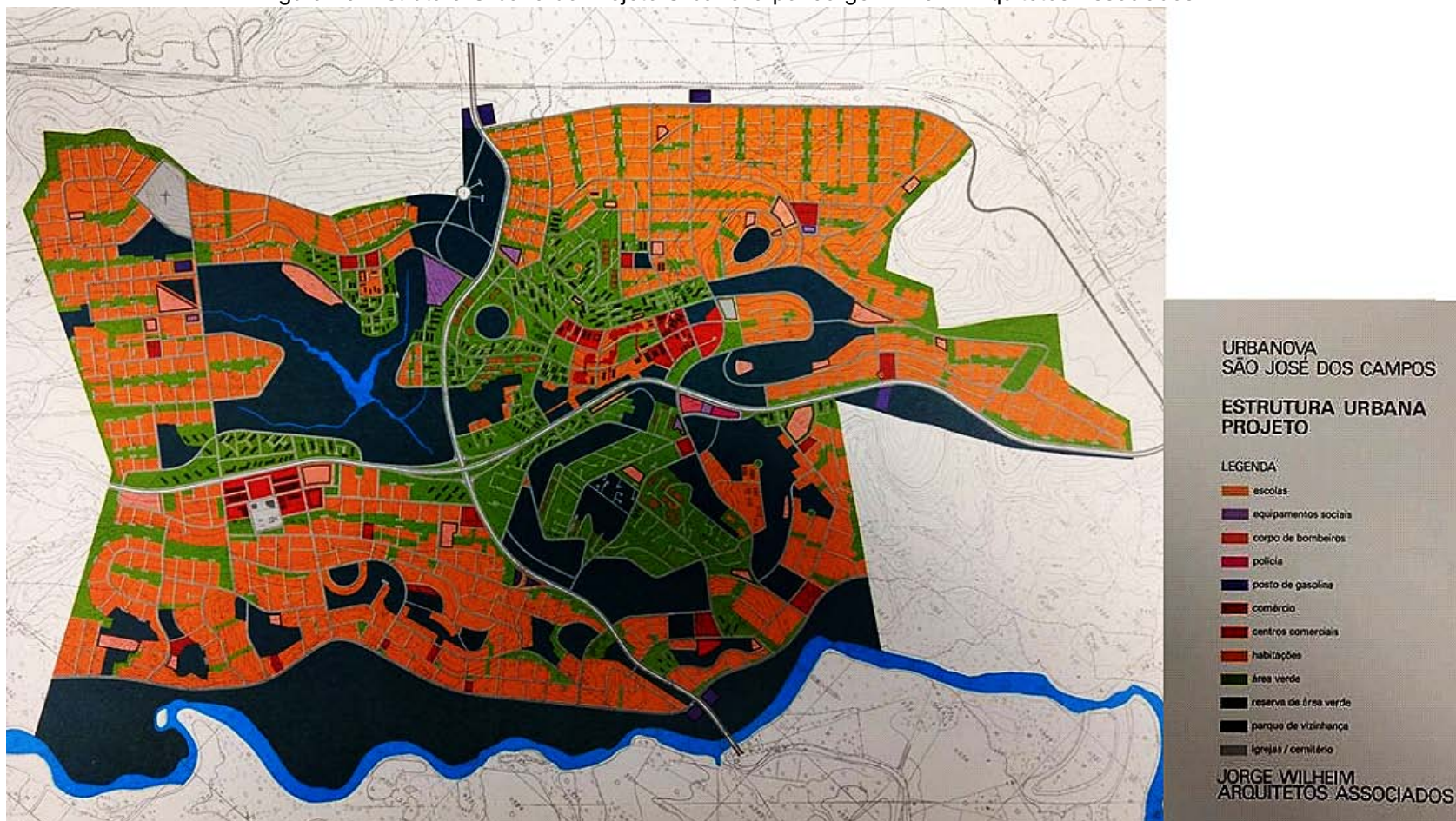
Engenharia de Projetos S.A., PLANASA - Planejamento e Assessoria S.A. e Rosa Grena Kliass - Paisagismo, Planejamento e Projetos LTDA. Os quatro grandes escritórios iniciaram com uma equipe de 70 profissionais os estudos necessários para a elaboração do Plano Diretor. Wilhelm, na época, era Secretário de Planejamento do Estado de São Paulo e diretor da Comissão de Desenvolvimento do Vale do Paraíba (Codivap).

O escritório de Jorge Wilhelm já tinha trabalhado anteriormente na cidade de São José dos Campos. Em 1969, o escritório havia sido contratado por um consórcio junto da SERETE-SD pela Prefeitura de São José dos Campos para a elaboração de um Plano Integrado para diagnosticar e prover soluções para os problemas habitacionais da cidade. No documento apresentado, além de algumas estratégias, já se mencionava uma "futura conurbação com Jacareí, prevendo-se obras de travessia da Dutra em desnível", além da proposição de uma diretriz leste-oeste para substituir a sul-norte, criando uma nova "espinha dorsal" da cidade (CONSÓRCIO..., 1972, p. 117).

Em 1973, a Prefeitura Municipal celebrou outro contrato com o escritório, para a elaboração do plano do Parque Regional do Banhado, com a intenção preliminar de urbanizar a área do Banhado por meio de um zoneamento disciplinado e um sistema viário interligado com a cidade. Pretendia-se, futuramente, a criação de uma Marginal do Banhado, que otimizaria os deslocamentos entre as zonas centro e oeste, além de fazer a ligação dos dois empreendimentos - Urbanova e o Parque Regional do Banhado (SILVA, 2020, p. 242).

O Plano Diretor do Urbanova demorou oito meses para ficar pronto, contendo um diagnóstico de toda a região, levantamento físico, socioeconômico e de mercado, de onde foram criadas alternativas de estruturas urbanas levando em consideração a possibilidade de um encontro com a zona urbana da cidade (ENOMOTO, 1977). O plano previa 515,8 hectares (sendo cada hectare 10 mil metros quadrados) para a área residencial, ou seja, 36,7% da área total. Um montante de 17,8% seria reservado a área verde; 38,1% seria reservado para equipamentos urbanos como ruas, avenidas, praças e parques; 6,7% do terreno para a área industrial e 14,5% para "eventuais necessidades de expansão da cidade" (idem). Na Figura 19 é possível ver a estrutura urbana do Projeto.

Figura 19. Estrutura Urbana do Projeto Urbanova por Jorge Wilhelm Arquitetos Associados.



Fonte: URBANOVA, 1975

Em relação à construção, a empresa cuidaria da parte central, comercial e das residências, que seriam dirigidas a consumidores que ganhassem acima de 14 salários-mínimos mensais. As construções de casas para pessoas de baixa renda também seriam atendidas, com 148,49 hectares oferecidos para a construção de 4.184 mil unidades residenciais com preços compatíveis para quem recebesse abaixo dos 14 salários-mínimos, cujas construções seriam atendidas por entidades oficiais como a CECAP - Companhia Estadual de Casas Populares, a COHAB - Companhia de Habitação e a INOCOOP - Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais de São Paulo. Também ficou destacado a construção de escolas em terrenos cedidos pela Urbanova, embora não fosse especificado qual tipo ensino.

Nesse período, a cidade de São José dos Campos crescia vertiginosamente. Entre as décadas de 1950 e 1970, a população total da cidade aumentou 237%, passando de 44.804 para 150.884 mil habitantes (SOUZA; COSTA, 2009, p. 9). A população urbana também aumentou em aproximadamente quatro vezes, passando de 26.600 para 134.896, representando 89% do total da cidade (idem). Em 1972, estimava-se que a população da cidade chegaria a 141.809 habitantes, mas atingiu 170 mil habitantes.

Diante desse crescimento, a cidade passou a ter diversos problemas, tais como a descontinuidade da trama urbana, problemas topográficos que dificultavam a drenagem e o esgoto e carência de pavimentação (SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, 2006, p. 24). A Prefeitura Municipal então começou a estimular a ocupação e o adensamento na zona oeste, especialmente nas áreas dos loteamentos do Jd. Aquarius e Alvorada, da via Dutra até o Bairro de Santana, de forma a estimular a ocupação de vazios urbanos e inserir uma linearidade na ocupação. A zona comercial passou a ser estendida do núcleo central para a região do Jd. São Dimas, Vila Adyana e Vila Maria; novos conjuntos habitacionais foram implantados na Vila Industrial e Jardim Ismênia. Até o final da década de 1970, o município continha 21,4% do total da população da Região do Vale do Paraíba, com uma taxa de urbanização de 96%.

Durante esse período, uma das principais propagandas do bairro Urbanova era a ideia de se morar em “uma cidade planejada”. Como observa Bauman, desde o século XIX a cidade perfeita esboçada pelos utopistas não se assemelhava em nada que realmente existia: a preocupação era transformar o mundo, e não representá-lo ou explicá-lo (BAUMAN, 1999, p. 44-46). Nas entrelinhas, a criação de cada cidade

implicava na destruição de uma já existente, e os pensadores e utopistas queriam conquistar o espaço urbano para o planejamento de uma cidade que deveria ser disposta de forma lógica, que pudesse ser a "encarnação espacial da liberdade" (idem). Essa cidade perfeita implicava em uma rejeição da história e demolição de todos seus vestígios, desmaterializando o espaço e tempo.

O exemplo mais claro desse momento é quando o arquiteto e urbanista Le Corbusier, de acordo com Bauman, conferiu uma sentença de morte contra as cidades já existentes, marcadas por uma história de mortes e acidentes, um lugar descuidado, infeliz e urbanisticamente ignorante. As cidades existentes não eram consideradas funcionais, sendo insalubres e ofendendo o senso estético com a sua confusão de estilos arquitetônicos. A melhor solução encontrada foi a de demolir as cidades e construir uma outra, planejada nos mínimos detalhes, transferindo seus habitantes para o lugar correto. Nessa nova cidade, a lógica e a estética pediam uma clareza funcional aos detalhes da cidade: assim como na vida pessoal, o espaço urbano pedia uma clara distinção dos locais de trabalho, vida doméstica, religião e compras. A principal estratégia é a padronização e pré-fabricação, já que a arquitetura era a inimiga nata da confusão, espontaneidade, desordem: a arquitetura tem que ser geométrica e harmoniosa, com linhas contínuas, paralelas e ângulos retos (BAUMAN, 1999, p. 49-51).

No Brasil, um dos principais exemplos dessa mentalidade pode ser vista no planejamento arquitetônico de Brasília por Oscar Niemeyer. Para Bauman, Brasília foi o paraíso para o arquiteto modernista, pois nesse local desabitado no planalto seria possível "moldar à vontade os habitantes da futura cidade", sem comprometer os princípios ou circunstâncias do tempo e lugar, poder-se-ia calcular com precisão e antecedência as necessidades dos futuros moradores, podia-se desenhar um lugar onde a surpresa e o acidente fossem eliminados (BAUMAN, 1999, p. 51).

Apesar do projeto, os moradores de Brasília, de acordo com Bauman, acharam a cidade angustiante, pois não havia multidões, as esquinas eram vazias, os lugares eram anônimos e monótonos: o plano da cidade eliminava a possibilidade de algo excitante ou que causasse perplexidade, eliminava as possibilidades de encontros com estranhos em locais fortuitos. Esse espaço era, para Bauman, desprovido de tudo que era "verdadeiramente humano". O local só poderia ser considerado ideal para

os residentes ideais e imaginários que identificassem a felicidade como uma vida sem problemas, uma vez que não comportava

situações ambivalentes, nenhuma necessidade de escolha, nenhuma possibilidade de risco ou possibilidade de aventura (BAUMAN, 1999, p. 52).

As diretrizes metodológicas que foram utilizadas no projeto de Brasília eram discordantes com as utilizadas por Jorge Wilhelm, para quem um diagnóstico inicial, com uma análise socioeconômica, plano e desenho eram relevantes. Para Wilhelm, a cidade de Brasília

foi erigida artificialmente, sem plano integrado, sem análise socioeconômica, sem equipe integrada e interdisciplinar, sem investigação de qualquer prognóstico, sem grupo local motivador, e sem fornecer qualquer programação imediata ou escalonada (1969, p.384).

Citando autores que teceram estudos sobre a experiência da vida urbana como Charles Abrams, Jane Jacobs, Marc Fried e Herbert Gans, Bauman também nota que a execução de tais planos modernos reduzia o espaço público e desintegrava as redes estabelecidas pelos laços humanos, uma vez que tentava-se homogeneizar o espaço urbano tornando-o lógico e funcional (BAUMAN, 1999, p. 53).

O aprendizado que deveria ser retirado com esses planos - os realizados e não – era de que a boa cidade era aquela que permitia que seus habitantes assumissem as responsabilidades de seus atos, e não que vivessem em uma ordem predeterminada e harmônica, de estética e razão. Para Bauman, as pessoas só assumem responsabilidades quando dominaram a arte de agir sob condições de incerteza e ambivalência, que nascem das diferenças e variedades: as pessoas moralmente maduras são aquelas que precisam do desconhecido e se sentem incompletos sem uma medida de anarquia e que amam a alteridade (1999, p. 54).

No entanto, a crescente suspeita em relação a outros, a intolerância a diferença, ressentimentos com estranhos e o desejo de bani-los e isolá-los, aliados com uma preocupação histórica pela lei e pela ordem, atingiram as comunidades locais que queriam ter uma ilusão de igualdade, que é garantida pela similaridade de todos dentro do campo visual (BAUMAN, 1999, p. 54).

Como observa Pesavento, as cidades passaram a ser o lócus da acumulação de capital, sendo o epicentro das transformações capitalistas no mundo, local de complexas transformações econômicas e de renovações das esferas estatais, de formas de ações políticas e de novos movimentos sociais urbanos (2007). Assim situam-se as transformações urbanas ocorridas no país a partir da segunda metade

do século XIX. A cidade como metrópole causou uma revolução no espaço, no tempo e na vida, criando novas identidades e diferenças visíveis no contexto urbano - a cidade, para Pesavento, constrói o seu futuro por meio de projetos e visões de mundo, seja como ficção científica ou como planejamento urbano:

A modernidade urbana propicia pensar tais tipos de representação: aqueles referentes aos planos e utopias construídas sobre o futuro da cidade, inscrevendo uma cidade sonhada e desejada em projetos urbanísticos [...] eles são a inscrição de uma vontade e de um pensamento sobre a cidade e, logo, são matérias da história, porque fazem parte da capacidade imaginária de transformar o mundo. Assim como pensa o seu futuro, a cidade inventa o seu passado, sempre a partir das questões do seu presente (PESAVENTO, 2007).

Tendo em vista um plano e uma equipe integrada e multidisciplinar, o bairro Urbanova pensado por Wilhelm levava em consideração todas essas críticas da cidade moderna urbana e tinha como intenção integrar o bairro à cidade. Conforme foi escrito na abertura do livro-texto do Projeto Urbanova,

Quando só há um caminho predominante que leve a certo destino, somente alguns pontos focais privilegiados, ou conjunto de ambientes separados por uma ferrenha rigidez, então haverá uma única maneira de ver a cidade. E essa pode nem responder à necessidade de todos, nem mesmo satisfazer uma só pessoa, que varia, ela mesma, segundo o tempo (URBANOVA, 1975).

Embora o projeto Urbanova tenha sido projetado como um todo, sua implantação foi idealizada em etapas. As datas pré-estabelecidas determinavam que a primeira fase de implantação se iniciaria em 1979, com a Cidade Urbanova atingindo um tamanho crítico. O ano de 1984 era o prazo de implantação, sujeito a flutuações dependendo do comportamento do mercado e 1994 foi definido como o último prazo. A execução do projeto começaria assim que as vias permitissem o acesso de um razoável volume de tráfego para a região. O plano era que a cidade estivesse pronta em 10 anos.

No entanto, de acordo com o presidente da Urbanova, Shigetaka Enomoto, havia vários problemas para a instalação da cidade projetada em São José dos Campos. O primeiro deles, "o mais sério", disse ele, era que "não entra na cabeça de ninguém que empresários da iniciativa privada possam pretender construir uma cidade completa" (ENOMOTO, 1977).

O problema central era a falta de uma estrada que ligasse a "nova cidade" a São José dos Campos e a Via Dutra: "o que existe atualmente é uma estreita estrada

de terra na qual mal cabem dois veículos", que ficava ainda mais estreita quando era necessário passar em uma "ponte de madeira, insegura e envelhecida, que atravessa o rio Paraíba" (ENOMOTO, 1977). A Urbanova estava esperando que a Prefeitura de São José dos Campos desapropriasse uma área em determinado ponto do Rio para que a própria empresa pudesse construir uma ponte "moderna e com duas mãos de direção", mas, até aquele momento, a Prefeitura não havia feito a desapropriação e a Urbanova se recusava a usar seu dinheiro para comprar as terras:

É uma questão de princípio. Uma espécie de teste. Se a Prefeitura vai ficar eternamente contra o projeto de nada adianta começar. Ela tem que estar favorável, pelo menos disposta a ajudar [...]. Nesses seis meses que estamos aguardando a ponte, parados, já perdemos dinheiro para construir três pontes iguais. Mas vamos continuar esperando, é uma questão de princípios (ENOMOTO, 1977).

Parte dessas dificuldades, de acordo com o Jornal do Brasil, era que o novo Prefeito indicado pelo Governador, Ednardo José de Paula Santos, em 1975, não tinha resolvido ainda "participar ativamente da nova cidade, como o prefeito anterior", ou seja, Sérgio Sobral de Oliveira. O Ministro da Indústria e do Comércio, que na época da elaboração do projeto era Severo Gomes e que havia apresentado os empresários japoneses ao Ministério do Planejamento, também não ocupava mais o cargo. A Prefeitura Municipal demonstrou sua posição pelo Decreto 1817, publicado em 1975 e sancionado pela Lei nº1873 em 1977. O artigo 9º e seu parágrafo único descrevem:

O projeto da estrutura viária deverá, obrigatoriamente, compatibilizar-se com a atual trama urbana, a fim de possibilitar o acesso por sobre o Rio Paraíba em local técnico e economicamente adequado, permitindo um fluxo de tráfego rápido, contínuo e fácil entre a cidade e a área a ser urbanizada. [...] A execução do acesso de que trata o artigo, será efetuada pela entidade privada, promotora da urbanização da área, sem ônus para o Município (SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, 1977).

A execução do projeto dependia da ponte sobre o rio, e da participação de organismos federais, municipais e estaduais para trabalhar na infraestrutura urbana e viária, como a SABESP e a Light, responsáveis pelo saneamento e energia elétrica, respectivamente.

O acesso ao Urbanova seria feito apenas com parcerias. A avenida de acesso ao bairro, hoje denominada Av. Lineu de Moura, teve sua abertura, asfaltamento e iluminação viabilizados em parceria com outros proprietários (embora o folhetim da

NovaUrbe indique que cerca de “85% dos custos” foi pago pela construtora). No início de 1980, iniciou-se a construção de ponte de acesso, com cem metros de comprimento por quinze de largura, transpondo o Rio Paraíba. A ponte foi finalizada em 1982.

6.2 A implantação do plano

Entre os anos de 1975 e 1995, a cidade de São José dos Campos não teve um Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado definido, tendo o último sido realizado em maio de 1970 (SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, 2006, p. 26). Nos anos anteriores, a Prefeitura havia tentado impedir a expansão horizontal, com exceção de vazios urbanos ou áreas já urbanizadas, incentivando o adensamento em áreas que já tivessem infraestrutura. No entanto, o processo de crescimento horizontal disperso voltou a acontecer, se agravando na segunda metade da década de 1980. Nesse período, as legislações passam a buscar soluções de problemas urgentes, sem fazer parte de uma política integrada e global para toda a cidade.

Em 1977, a Lei nº1873 (SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, 1977) fez outras disposições sobre a implantação do Bairro Urbanova, descrevendo que as áreas dessa nova "Zona de Expansão Urbana" seria feita junto a iniciativa privada, que deveria prever a instalação de áreas verdes, industriais, institucionais, comércio, parques públicos e as áreas de uso residencial, que seriam determinadas a critério do Poder Executivo. Os serviços e equipamentos urbanos seriam dimensionados e implantados de acordo com o desenvolvimento da ocupação que, deveria proceder-se por etapas iniciando-se, de preferência, "pela construção de habitações populares, por entidades privadas com ou sem a colaboração do sistema financeiro da habitação". Publicada três anos depois, a Lei nº2263/80 que dispôs sobre o uso e ocupação do solo do município determinou que o Urbanova era um perímetro único de zona de expansão urbana (Z.E.U.) constituído "exclusivamente da área do Projeto Urbanova".

A nova lei de parcelamento e zoneamento da cidade ampliou o perímetro de expansão urbana do município, abrindo-se para novos loteamentos e para a expansão horizontal. Entre os anos de 1980 e 1981 diversos loteamentos foram aprovados em áreas periféricas do município. Mas a maior parte dos loteamentos desse período não conseguiram executar as obras de infraestrutura, de forma que o Poder Público teve

que "intervir em muitos deles e executar as obras necessárias ao atendimento da população que já ocupava esses locais" (SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, 2006, p. 26).

Em 1981, após a promulgação de algumas leis e decretos municipais que dispunham sobre a ocupação das áreas do empreendimento, do memorial descritivo e das plantas, e da conclusão do Plano Diretor, começou a implantação do empreendimento "Urbanova". Em 1982 foram finalizadas as obras de acesso pela nova ponte e, em 20 de dezembro de 1983 a Prefeitura Municipal aprovou a primeira etapa do empreendimento, que seria conhecida como "Urbanova I", com prazo de entrega para 24 meses.

Nesse período, começa a haver novas relações entre os antigos proprietários japoneses e novos empresários e, em 1984 iniciou-se a comercialização dessa nova etapa à cargo da empresa Luiz Roberto Porto Imóveis. De acordo com Adriana Thaís da Silva Alves, nesse mesmo ano iniciaram-se a comercialização de lotes voltados para pessoas com renda média e menor poder aquisitivo, destinados à "trabalhadores que necessitavam o parcelamento do valor do terreno". Os lotes eram vendidos com aproximadamente 250 metros quadrados (2020, p. 73).

Diversos fatores nesse momento contribuíram para a saída total dos japoneses do empreendimento Urbanova: as obras iniciadas tiveram uma continuidade lenta, causando queixa dos compradores; os investimentos dos japoneses no Brasil tiveram uma desaquecida, aliados com os efeitos dos Planos Cruzado e Bresser nas prestações das unidades.

Os japoneses venderam o empreendimento e, em 20 de julho de 1989, a NOVAURBE S.A., empresa liderada pelas empresas Sérgio Porto Engenharia LTDA e Luiz Roberto Porto Imóveis, com a participação do empresário Rui Carlos Monteiro Martins, que já assessorava os japoneses, adquiriu parte do empreendimento. Após essa aquisição, deu-se início a um programa de reabilitação e "nacionalização" do empreendimento, cujo objetivo foi entregar rapidamente as obras da Urbanova I e melhorar a imagem junto ao mercado.

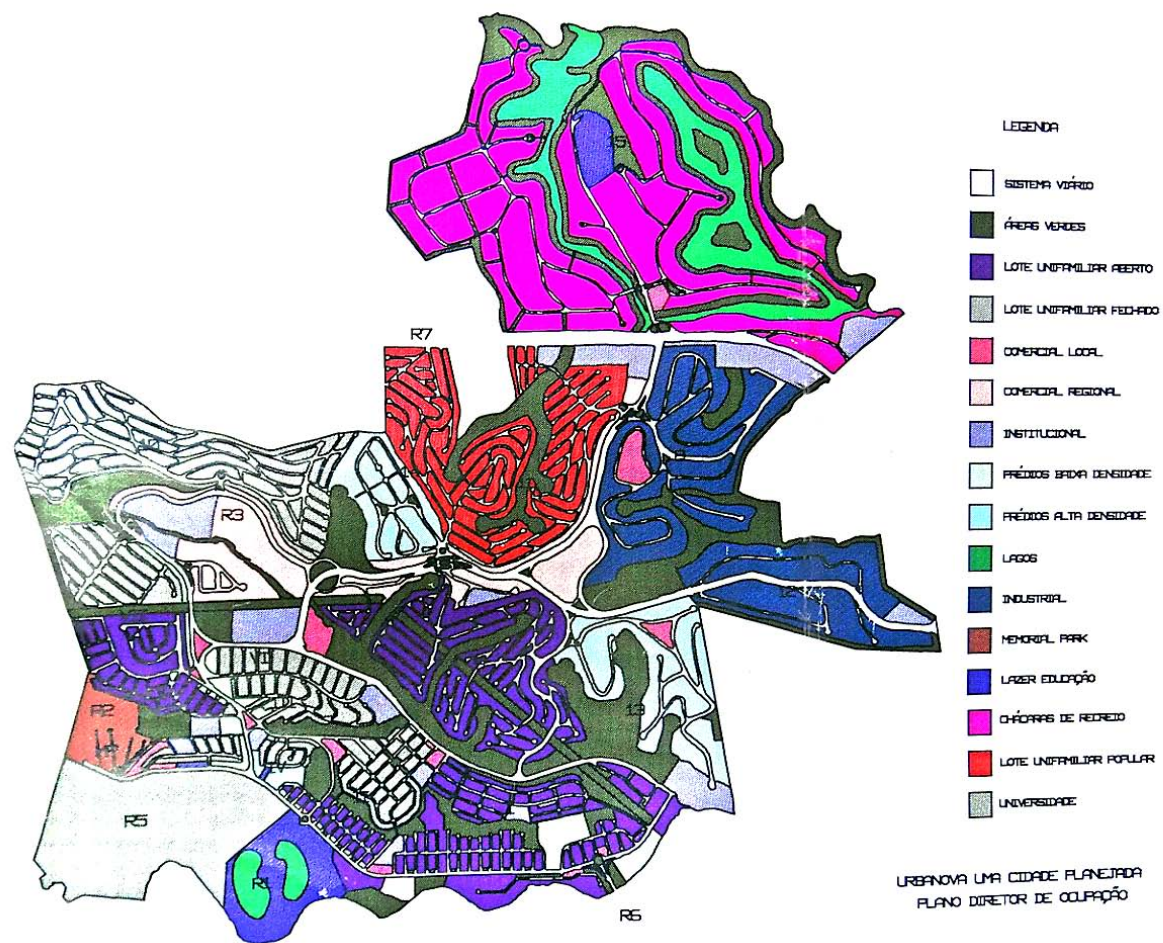
Em 1990 a SABESP iniciou a operação do sistema de distribuidor de água e esgoto e a NOVAURBE iniciou os serviços de pavimentação e colocação da rede de energia elétrica e domiciliar pública. De acordo com uma publicação feita pela NOVAURBE, investiu-se em amplo trabalho de marketing por diversos canais de comunicação e diversos eventos foram patrocinados, muitos deles realizados no

próprio bairro, como provas de hipismo, motocross, bicicross, e promoções de ações ligados ao meio-ambiente (NOVAURBE, [200?], p. 5).

Em algumas ações destacadas nessa publicação, está a manutenção de áreas verdes, sinalização das ruas e vias (com todo material fornecido pela Novaurbe e instalado pela Prefeitura), instalação de três pontos de ônibus (sendo um deles exclusivamente para atender ao "Bairrinho") e refizeram todo o paisagismo do Urbanova I, além de manter serviços de vigilância e controle do empreendimento para a segurança dos moradores "sem qualquer ônus". Além disso, o Plano Diretor foi "reavaliado" "visando adequá-lo a uma nova realidade urbanística".

Procurou-se Jorge Wilhelm para fazer esse novo adequamento, mas ele disse estar impedido legalmente de participar por ser secretário do Meio Ambiente do Governo do Estado de São Paulo. Liderados por Kazutoshi Shibuya e Issac Moyses Zilmelman, contratou-se uma equipe de 50 profissionais para definir novas diretrizes, principalmente um novo levantamento da topografia, vegetação, cursos e nascentes de água no local. Elaborou-se então um novo Plano Diretor, entregue à Prefeitura Municipal em maio de 1990. Na Figura 20, é possível ver a sua estrutura urbana.

Figura 20. Novo Plano Diretor da NOVAURBE.



Fonte: NOVAURBE, [200?].

Como indução para o desenvolvimento do empreendimento visando sua rápida ocupação e viabilização, adotou-se como medida (já prevista no Plano anterior) a doação de terrenos para a CIESP (Centro das Indústrias do Estado de São Paulo), para a SABESP, para um novo Fórum, para o SENAI, para a SECONCI e para a AAFLAP (Associação de Apoio ao Fissurado Lábios Palatais), além da doação de terreno de 500 mil metros quadrados para a construção do campus Universitário da UNIVAP, que já havia sido feito na em 1982, mas cuja escritura de doação precisou ser retificada em 1992.

A NovaUrbe promoveu um realinhamento do Plano Diretor, no entanto, não se consolidaram as obras do cemitério Memorial Park, o Hotel Campestre, Clube Social, Shopping Center, o Edifício da universidade e a Catedral que era prevista, além da criação do Distrito Industrial. Dessa forma, nota-se que havia uma intenção de se criar atividades econômicas dentro do bairro, para não torná-lo um “bairro dormitório”, como hoje se observa.

O projeto da NovaUrbe, elaborado na década de 1990, deixa melhor destacado a área que já havia sido doada pela UNIVAP pelo empreendimento (Fig. 20, cor cinza – “R5”). O projeto também descreve a criação de um edifício chamado "University", com 21.342,75m² de frente ao terreno da Universidade, contendo 223 apartamentos, possivelmente voltado para moradias estudantis.

De acordo com um relatório elaborado pela construtora, a doação do terreno de 500 mil metros foi retificado em 2 de Janeiro de 1992, pela lei nº4.130/92, sendo que a doação anterior, regulamentada pelas leis nº2.623/82 e 2.667/82, não pode ser devidamente registrada no Cartório de Registro de Imóveis "por vários problemas", não especificados no relatório. De acordo com atas das reuniões do Conselho Diretor da FVE, a reunião de 26 de março de 1991 descreve que foi realizada uma reunião na Secretaria de Planejamento e Obras da Prefeitura com o Engº Sérgio Porto, Profs. Baptista Gargione Filho e João Luiz Teixeira Pinto e do técnico Hansen; e Prefeitura Municipal, Engº Jakson, Dra. Irene e Sr. Takamura, onde foram discutidas as "pendências das áreas objeto de doação por parte da Urbanova/Prefeitura à Fundação Valeparaibana de Ensino, num total aproximado de 500.000m²". De acordo com a NovaUrbe, o problema estava no levantamento topográfico, que fazia ser necessária uma nova Lei que re-ratificasse a área total doada, pois havia uma diferença de

"aproximadamente 18.175,00m² e que tem sido motivo de inúmeras reuniões entre as partes interessadas". O levantamento topográfico da NovaUrbe foi contestado pela FVE e pela Prefeitura, mas, para pôr fim ao conflito e para a Prefeitura regularizar as pendências de forma definitiva, foi acordado que a área de 18 mil metros, parte da propriedade de um Sr. Mário Funio Aoki, seria comprada, sendo cinco milhões pagos pela FVE e os dois milhões restantes, pagos pela NovaUrbe.

Em 1995 a Empresa NovaUrbe foi vendida para a Imobiliária e Construtora Continental Ltda, de São Paulo, que alterou seu nome para Imobiliária e Construtora Novaurbe Ltda. A empresa deu continuidade aos projetos do Urbanova III até VII, sendo entregues as fases III, IV e IVA até 1995; desta data até meados de 2004 as partes V, VI e VII ficaram embargadas uma vez que o fornecimento de água seria insuficiente para atender à demanda final quando o empreendimento fosse consolidado. Após a regularização do fornecimento de água, as etapas V e VI foram liberadas para venda, enquanto a VII continuou embargada até 2005. Na Tabela 2 é possível observar o ano de aprovação dos loteamentos e suas características:

Tabela 2. Loteamentos fechados no Urbanova entre 1983 e 2019.

Nome	Loteamento	Ano de Aprovação	Data do fechamento	Decreto de autorização	Gleba (m²) do Loteamento	Nº de lotes fechados	Padrão do Lote em m²
Morada da Serra	Urbanova I	1983	25/03/2004	11.401/04	977.552,32	122	250 a 1.200
Residencial Eldorado	Urbanova I	1983	16/02/2007	12.441/07	977.552,32	406	250 a 1.200
Chácara dos Lagos	Urbanova I	1983	18/06/2008	13.148/08	977.552,32	34	250 a 1.200
Portal da Serra	Urbanova I	1983	20/08/2013	43.393/13	977.552,32	391	250 a 1.200
Residencial Beija-Flor	Urbanova II	1989	18/04/2007	12.521/07	524.808,64	40	250 a 500
Recanto da Serra	Urbanova II	1989	24/05/2007	12.565/07	524.808,64	186	250 a 500
Altos da Serra I	Urbanova II	1989	12/02/2015	16.239/15	524.808,64	399	250 a 500
Altos da Serra II	Urbanova III	1990	19/12/2014 30/12/2014	16.193/14 16.201/14	237.828,95	256	350 a 500
Altos da Serra III	Urbanova IV	1990	16/02/2009	13.452/09	191.993,28	87	250 a 300
Floradas da Serra	Urbanova V	1990	18/05/2016	17.015/16	272.987,34	432	250 a 400
Altos da Serra V	Urbanova VI	1991	17/01/2006	12.002/06	183.899,66	208	375 a 500
Floradas do Paratehy	Urbanova VII	1992	08/04/2015	16.292/15	628.556,99	223	250 a 1.000
Altos da Serra VI	Urbanova VII	1992	16/10/2017	17.599/17	628.556,99	Não consta	250 a 1.000
Residencial Jaguarý	Residencial Jaguarý	2004	24/02/2010	13.923/10	391.163,76	328	450 a 600
Residencial Monteserrat	Residencial Monteserrat	2007	19/04/2011	14.563/11	219.425,14	110	450 a 800
Colinas do Paratehy – Norte	Colinas do Paratehy	2009	14/12/2015	16.769/15	977.432,03	129	450 a 800
Colinas do Paratehy – Sul	Colinas do Paratehy	2009	14/12/2015	16.768/15	977.432,03	125	450 a 800
Colinas do Paratehy – P1	Colinas do Paratehy	2009	15/10/2015	16.669/15	977.432,03	80	450 a 800
Colinas do Paratehy – P2	Colinas do Paratehy	2009	15/10/201	16.668/15	977.432,03	1256	450 a 800
Colinas do Paratehy – P3	Colinas do Paratehy	2009	15/10/2015	16.670/15	977.432,03	132	450 a 800
Alphaville – Fase 1	Alphaville SJC	2010	13/05/2015	16.376/15	1.682.201,35	414	400 a 1.000
Alphaville – Fase 2	Alphaville SJC	2010	19/06/2013	15.412/13	1.682.201,35	533	400 a 1.000

Fonte: Adaptado de Costa, 2019, p.100.

Como observou Penido, durante a criação do loteamento Colinas do Paratehy, verificou-se que o Poder Público estava atuando em relação à urbanização do Urbanova, principalmente no que se referia aos recentes loteamentos, com obras de infraestrutura hidráulica pela SABESP com a finalidade de abastecer o bairro com água tratada. No entanto, de acordo com a autora, essas obras deveriam ter tido seus custos divididos entre os beneficiados com condomínio, e não pelos "munícipes e usuários do sistema de abastecimento que, indiretamente, pagarão a conta de uma obra que beneficia uma minoria" (PENIDO, 2005, p. 124). Para Penido, pode-se inferir sobre o papel do Poder Público no incremento da lucratividade dos negócios imobiliários e na produção da cidade ao privilegiar a região Oeste com investimentos públicos em infraestrutura Urbana (idem, p. 134).

No início do século 20, a classe de alta renda de São José dos Campos morava junto ao centro, onde havia proximidade com comércio, serviços, igreja e trabalho. A partir da década de 1940, a cidade tinha opções de se expandir para o norte, sul, leste ou oeste, mas para todas essas direções a expansão urbana teria que ultrapassar obstáculos como "várzeas, estrada de ferro, fundos de vales e córregos" (FERNANDES, 2002, p. 79). Começou-se o loteamento de bairros voltados para a ocupação de alta renda nos bairros Jd. Nova América, Nova Europa e Jardim Esplanada I e II e pela Avenida Anchieta, motivados pelo fato de que a área central começava a se tornar "agitada, barulhenta e inconveniente à moradia" - embora morar no centro ainda fosse caro (FERNANDES, 2002, p. 81-197).

Uma vez que essa área voltada para a classe de alta renda ainda não estava consolidada nas décadas de 1960 e 1970, não era necessário, ainda, transpor a várzea do Ribeirão Vidoca, "primeiro obstáculo natural na direção oeste no sentido do seu deslocamento" (FERNANDES, 2002, p. 94). Para a autora, a classe de alta renda seguia a direção oeste lentamente sem necessidade, até o momento, de ultrapassar nenhum obstáculo físico (idem, 2002, p. 100)

7 A UNIVERSIDADE COMO FATOR DE MUDANÇAS

7.1 “A Marcha para o Oeste”: do início do campus ao fechamento do bairro

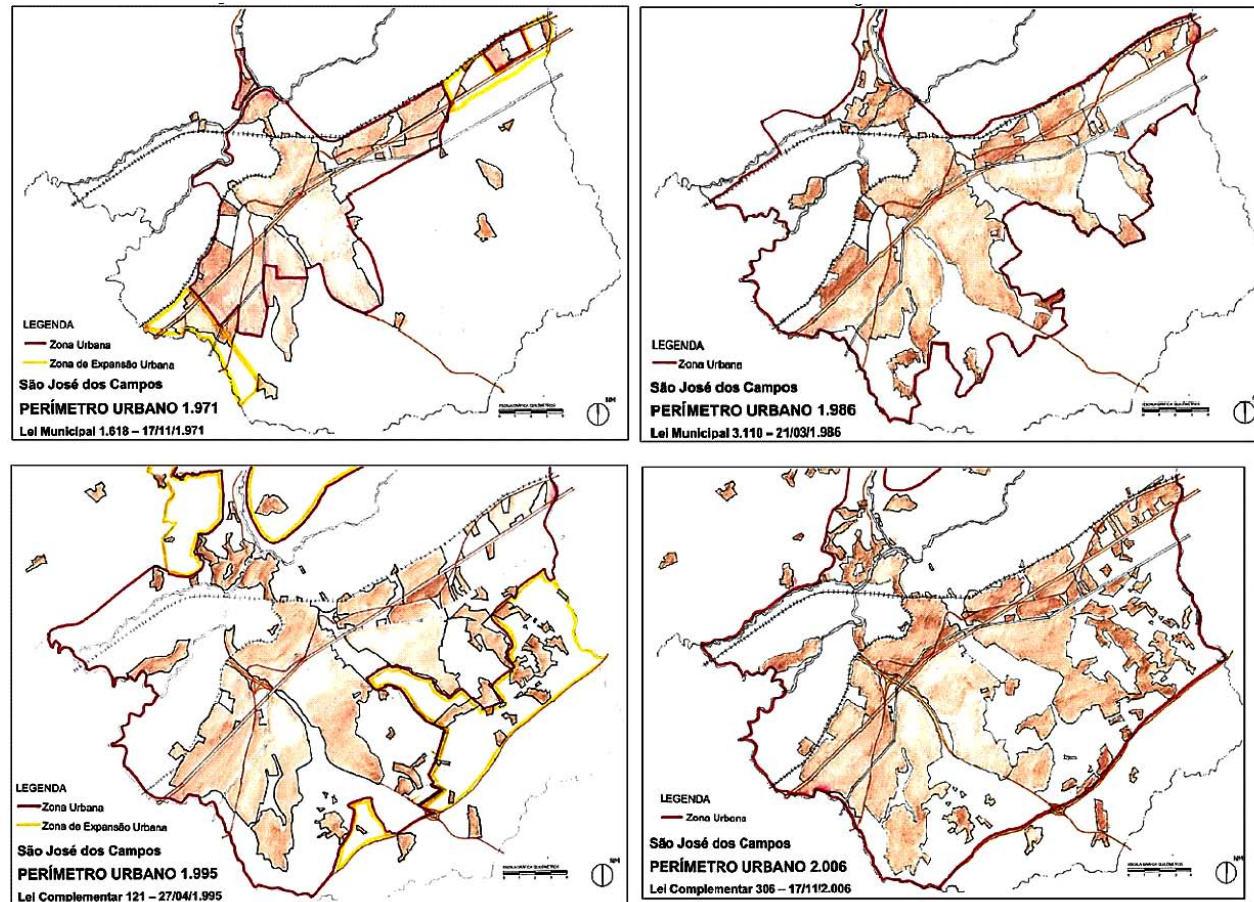
A partir da década de 1970, na cidade de São José dos Campos, houve um espraiamento e adensamento significativos das residências, com as camadas de alta renda ultrapassando as barreiras naturais do Rio Paraíba do Sul. Apesar das principais atividades comerciais, bancárias, serviços administrativos, parques e escolas ainda se encontrarem principalmente na zona central, a região oeste começou a atrair o comércio e os serviços, acompanhando a classe de alta renda. A Vila Adyana, São Dimas, Jardim Satélite, Jardim Apolo I e II e outros bairros adjacentes começam a ser ocupados por classes de alta renda; sendo este primeiro ocupado com grande rapidez e altamente verticalizado; surgiram os primeiros condomínios fechados no Jardim Colinas em 1975 e na Chácara dos Eucaliptos em 1980, todos localizados na zona oeste. Para Fernandes,

Desde o início da formação da cidade, a classe de alta renda expandiu-se na direção oeste e nela mantêm-se até hoje. Sabe-se que a tendência à segregação em uma única região da cidade não é necessária só para o controle do mercado e do Estado, ela é necessária também para o desenvolvimento de uma ideologia que ajude a dominação do Estado e do mercado pela classe alta, facilitando a melhoria da "sua" cidade (2002, p. 135).

Analisando a cidade de São Paulo, o arquiteto e urbanista Flávio Villaça descreve como a segregação urbana na produção da desigualdade está intimamente ligada ao da dominação social, pois a segregação é uma “forma de exclusão social e de dominação que tem uma dimensão espacial” (2011, p. 41). Escrevendo sobre a metrópole brasileira, Villaça descreve que o espaço urbano tem o valor da localização, que é definida pelos contatos diretos ou indiretos que propicia ou permite (1997, p.3). Os contatos diretos, que não incluem o transporte, são produzidas e reproduzidas pelo trabalho humano, ou seja, são as localizações caracterizadas pela disponibilidade da infraestrutura. Já os contatos indiretos incluem-se os deslocamentos, definidos por estar perto ou longe de determinado local. As classes sociais disputam as localizações mais valiosas da cidade e a segregação é um processo necessário para que haja controle, produção e consumo de um espaço urbano.

Na Figura 21, é possível observar a evolução do perímetro urbano, conforme estabelecido pelas leis de parcelamento, uso e ocupação do solo, entre os anos de 1971 e 2006 na cidade de São José dos Campos.

Figura 21. A evolução do perímetro e ocupação urbana entre 1971 e 2006



Fonte: Adaptado de Cunha, 2018.

Em 1992, de acordo com a lei complementar Nº48 de 21/05/1992, grande parte da área do Urbanova mudou de Zona Residencial Dois (ZR 2) para Zona Residencial Um (ZR 1). De acordo com a Prefeitura Municipal de São José dos Campos, Zona Residencial Dois – ZR 2 constitui-se de” áreas consolidadas ou glebas vazias destinadas ao uso predominantemente residencial unifamiliar, com área mínima de lote de 250,00m²”, admitindo o uso multifamiliar horizontal com até 50 (cinquenta) unidades habitacionais. A diferença para a Zona Residencial Um - ZR1 é a área de lote mínimo, que sobe para 450,00m². Nesse período, começa a haver um crescimento na mancha urbana do bairro Urbanova e em pontos mais isolados da malha urbana da cidade, contribuindo para a dispersão do território a partir do centro.

Diversas entrevistas foram realizadas com moradores antigos do bairro pelo CEHVAP – Centro de História & Memória da UNIVAP, com o objetivo de aprimorar seu acervo de história oral, com relatos sobre como os moradores perceberam a instalação da Universidade e como se deu a ocupação do bairro.

J.O., que mudou-se para o Urbanova no início de 1990, comparou a ocupação do bairro com a “Marcha Para o Oeste”, uma alusão ao processo de expansão territorial nos Estados Unidos no século XIX:

Isso aqui é coisa de pioneiro mesmo [...] eu fui exatamente pro lado Oeste né, de São José e fui desbravando, foi uma saga dos pioneiros norte-americanos [...]. Aqui é uma marcha para o oeste [...] a Zona Oeste aqui de São José era um negócio. Ainda mais que São José sempre cresceu na margem direita do rio, nunca tinha crescido pra margem esquerda (J.O., 2016, p.6).

M.F.A.G. concordou em depoimento com a precariedade do bairro ainda no fim de 1990, quando disse que o local para o qual se mudou, hoje o loteamento Portal da Serra, era uma zona rural:

Era muito ... precário assim... o transporte público não tinha quase, né se você tinha que depender de carro, quando eu me mudei pra cá não tinha nem coleta de lixo aqui, a gente tinha que tirar o lixo e levar no carro e deixar em algum lugar assim que tivesse já uns lixinhos né, às vezes eu deixava na frente do prédio da minha mãe que mora na Vila Adyana, levava o lixo até lá (*risos*) porque não tinha (M.F.A.G., 2016, p. 2).

R.B.S. e seu marido, M., também se mudaram para o bairro em 1990. Em entrevista, disseram que se mudaram do centro da cidade para o Urbanova por problemas relacionados a assaltos, e porque gostavam da área verde que o bairro proporcionava:

Pra você ter ideia eu troquei esse terreno por uma moto que eu tinha. E foi na correria, fizemos a edícula que é no fundo [...] e viemos pra cá morar na edícula sem muro, sem nada, só tinha a edícula no meio do pasto (risos) [...] E era um pasto mesmo, porque as vacas vinham passear no nosso quintal, porque tinha a Fazenda da Tecelagem né, então era tudo aberto (2016,p.2).

As entrevistas colhidas também demonstraram que os depoentes creditam à Universidade (UNIVAP) um incentivo à ocupação do bairro. De acordo com J.O., a Universidade realmente era usada como propaganda de venda: “Ah, você vai ter uma casa ao lado de uma universidade’, então, eu me lembro, a propaganda aqui era assim” (2016, p. 7). R.B.S. também se recordava da Universidade ser utilizada como parte da propaganda:

E no projeto da Urbanova quando a gente veio conhecer com o pessoal pra comprar, teria uma Universidade e uma escola próxima do nosso [loteamento] que não aconteceu, que na verdade é o GAAC ali né, naquele pedaço, falei “bom, se a gente pretende ter filhos então uma Universidade, uma escola, mesmo sendo longe do centro”, a gente achou que seria ideal (2016, p. 2).

O caso da instalação do campus da UFMG na Fazenda Dalva, na Pampulha, uma região ocupada na década de 1960, conforme analisado por Maciel e Malard, mostra uma situação similar com a UNIVAP. Como observaram os autores, a presença de um campus em uma região até então ocupada apenas por sítios e chácaras era uma garantia de que o Estado estava disposto a investir em infraestrutura e equipamentos, deixando claro um vínculo existente entre as forças socioeconômicas articuladoras e a posição do campus no território urbano, pois implicava "um determinado padrão de qualidade urbana, taxas baixas de ocupação do solo, a garantia de uma boa vizinhança" (MACIEL; MALARD, 2012, p. 206-2017). Além disso, a construção de um campus em um local isolado implica em grandes investimentos em um curto espaço de tempo.

O.Z.L., que se mudou para o bairro Urbanova em 1994, disse que não acreditava que a Universidade de fato se instalaria no bairro, e que considera que a sua instalação foi benéfica:

Interessante porque você é que morando aqui você não acreditava que isso fosse acontecer nunca, certo? Porque era promessa de político, eu falei assim “não vai acontecer, a UNIVAP nunca vem, nunca vai sair do centro da cidade pra vir pra cá, não vou acreditar nessa conversa”. E quando começou a surgir foi até um espanto, porque nossa vai sair mesmo e a gente precisava disso aqui né, de uma coisa pra alavancar assim. E a UNIVAP alavancou. Muito muito,

mudou, você não faz ideia do quanto mudou, porque era tudo... assim você tudo abandonado, nada nada, você podia sair pra fazer caminhada você não via, só lixo. Só lixo e tinha capivara, tatu, o "bagulho" e pássaros, e cobra (2016, p.14).

Funcionários da FVE também comentaram em entrevistas que não acreditavam que o campus universitário no Urbanova "sairia do papel". M.A.A, funcionária desde o final da década de 1980, disse que ela e outros funcionários, ao virem a maquete de madeira do Campus Urbanova apresentada pelo Presidente Baptista Gargione Filho, não acreditavam em sua concretização: "olhava aquele negócio de madeira, tudo desenhado e falava "ah, não vai, esse homem tá sonhando" (2015, p.4).

Com suas obras iniciadas na década de 1990, o Campus Urbanova da UNIVAP foi inaugurado no dia primeiro de abril de 1995, com um Centro Esportivo, Centro Olímpico, Área de Recreação de Lazer, Região dos Lagos e um Escritório de Planejamento. Na Área de Recreação funcionava uma escola primária e uma pré-escola, criada para atender crianças que moravam na área próxima conhecida como "Bairrinho". Uma notícia de jornal na época confirma que o projeto era "de ex-alunos da UNIVAP, assim como a equipe que o realiza", composta por quatro engenheiros, dois arquitetos e cinco estagiários (PIOVESAN, 1995). De acordo com Claudio Agenor dos Santos, engenheiro de obras na época, a segunda fase do projeto, pretendida ser entregue em meados de 1996, iria constituir-se de reflorestamento de algumas áreas, criação de um local para piscicultura e a construção de mais quatro prédios, sendo um deles destinado a ser um Centro de Pesquisas (PIOVESAN, 1995).

Figura 22. Fotografias do evento de inauguração do Campus Urbanova, em 01/04/1995.



Fonte: CEHVAP

O campus Urbanova teria outras inaugurações nos anos seguintes, como o Centro de Estudos da Natureza, as Incubadoras Tecnológicas e o Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento, em 1996, além da inauguração de outros prédios destinados a instalações das salas de aula e auditório das Faculdades. Cada vez mais, os funcionários dos campi centro eram enviados para o Urbanova, assim como toda a administração da Fundação Valeparaibana de Ensino, como a Presidência, Reitoria e os Conselhos, foram transferidos para o campus Urbanova, mesmo os prédios e o próprio bairro tendo pouca infraestrutura. Conforme observou a Prof^a Sandra Costa sobre a sua mudança para o prédio do IP&D,

Após a inauguração do prédio, o Reitor, naquele momento, estabeleceu que TODOS os doutores iriam para o IPD, que ainda não tinha adequação nenhuma, para receber os professores. Não existiam divisórias, apenas mesas, cadeiras e computadores, que foram distribuídos entre os professores que para lá foram (UNIVERSIDADE DO VALE DO PARAÍBA, 1996).

Nas figuras 23 e 24, é possível notar o aumento da ocupação do bairro entre os anos de 1985 e 1997.

Figura 23. Fotografia aérea do bairro Urbanova no ano de 1985. Sem escala.



Fonte: São José dos Campos, 1985.

Figura 24. Fotografia aérea do bairro Urbanova no ano de 1997. Sem escala..



Fonte: Acervo Privado de Mário Valério Filho

Na década de 1920, Alfred Weber criou um modelo de teoria de localização, apresentando uma teoria que analisava a influência dos custos de transporte, fato de mão de obra e forças aglomerativas, utilizando o que denominava de "triângulo locacional" e "curvas isodapanas". A teoria de Weber destacava a minimização de custos como princípio orientador da escolha da localização, e outros autores como Andreas Predohl, August Losch, Walter Isard, entre outros, contribuíram para um maior detalhamento da teoria da localização.

Recentemente, os fatores que inferem na escolha da localização de indústrias têm sido analisados sobre outros prismas. Diniz (1995), por exemplo, destaca que nos últimos anos a indústria necessita de outros fatores locacionais além de mão-de-obra diversificada e qualificada, infraestrutura de transporte e facilidade de acesso: os centros de pesquisa e ensino também tem sido levados em consideração. Rolim e Serra também discorrem sobre como a educação superior vem sendo identificada como o principal motor para o desenvolvimento cultural, social e econômico dos países e das regiões, sendo um fator decisivo na decisão locacional de empresas; tornando assim universidades "umbilicalmente ligadas às suas regiões" e sendo um importante elemento no desenvolvimento regional (2009, p.87).

Como observam Perry e Wiewel (2015), em seu livro "The University as Urban Developer", sobre as universidades na América do Norte, notou-se que embora tenha aumentado a quantidade de estudos sobre o impacto geral da universidade como desenvolvedores regionais, o papel da universidade no mercado imobiliário tem sido pouco explorado, devido à natureza complexa e muitas vezes conflituosa da Universidade como uma instituição urbana e seu papel nas práticas imobiliárias. De acordo com os autores, tem sido comum afirmar que o desenvolvimento e expansão de campus universitários são praticados de forma isolada, tendo como principal objetivo os designs do campus e as necessidades de seus programas acadêmicos - mas contra essa lógica interna, existe uma lógica externa em que a Universidade contém as mesmas demandas do que uma igreja ou uma agência pública na cidade:

Pois as universidades estão entre os maiores proprietários de terra e empregadores da cidade, assim como um dos maiores consumidores de bens privados e serviços públicos, eles contêm constituintes externos. Tanto indiretamente, na luz da missão educacional da instituição, quanto diretamente e dramaticamente, em termos da

localização física da Universidade, suas relações econômicas e demandas políticas¹². (2005).

No Brasil, existem cidades como Santa Maria, Viçosa, São Carlos, Rio Paranaíba, Ouro Preto, Diamantina e São João Del Rey, por exemplo, cujas Universidades têm grande destaque e que causam grande influência em seu tecido urbano. A expansão das instituições de ensino superior causa grandes impactos no processo de produção do espaço urbano: a criação de novos cursos, aumento de vagas e a contratação de novos servidores contribuem para a geração de novas demandas por habitação, infraestrutura e serviços, levando ao aquecimento do mercado imobiliário local, gerando ou potencializando a especulação imobiliária e inflacionando os preços. Em um estudo focado no impacto da instalação de uma Universidade Federal na cidade de Viçosa, a professora Karine Almeida Paula descreve sobre como a Universidade é um importante elemento urbanístico, sendo usado como parque urbano pelos habitantes da cidade e também apropriado por promotores imobiliários em suas vendas (2019, p. 69). Mas mesmo com esses impactos, Paula revela que é inexistente, do ponto de vista das ações do Governo Federal, qualquer contrapartida ao município para amenizar ou equacionar os impactos causados pela expansão das IFES no espaço urbano (idem).

Como observou Maciel e Malard, em quase todas as Universidades brasileiras a instalação de campus universitários aconteceram sem nenhum apoio financeiro sólido, tendo se instalado em locais isolados (sejam porque já tinham o terreno, ou porque o receberam) e que permaneceram, por algum tempo, sem infraestrutura básica. No entanto, conforme observa Mahler, para que esse isolamento seja considerado tolerável, é necessário,

que se confira ao território um mínimo de qualidade urbana [...] isso implica que os planejadores incluam nos seus programas todo tipo de equipamentos, como centros de vivência, livrarias, farmácias, cooperativas de consumo, agências bancárias, instalações esportivas, creches etc. Tais equipamentos não são complementares à atividade universitária, mas indispensáveis à atividade urbana (2015, p. 214).

Como observam Rolim e Serra (2009), a educação superior cumpre um papel no desenvolvimento cultural, econômico e social dos países e regiões onde estão

¹² Original em inglês: "Because universities are among the largest landowners and employers in cities, as well as major consumers of private goods and public services, they have a host of external constituents. Both indirectly, in light of the institution's educational mission, but quite directly and dramatically, in terms of the university's physical location, economic relation, and political demands". Tradução da autora.

inseridas. Dessa forma, o local onde ela está inserida contribui na decisão locacional de pessoas e empresas, fazendo com que as Universidades sejam peças-chaves de engajamento onde estão inseridas.

De acordo com Baumgartner, desde a década de 1960 no Brasil o Estado passou a compreender a instalação de Universidades ou campus como uma estratégia de desenvolvimento urbano e regional para áreas "economicamente deprimidas e/ou degradadas do ponto de vista da morfologia/da qualificação do espaço urbano" (2015, p. 93). Nesse sentido, o autor constata uma forte expansão de instituições de educação superior, públicas e privadas, para cidades médias. Baumgartner também descreve que, em muitos casos, a criação de cidades universitárias ou campi periféricos cria um poder de atração, que causa a expansão e crescimento das cidades em direção a esses núcleos universitários (idem, p. 95).

Como observou Nestor Goullart Reis Filho, entre as décadas de 1970 e 1980 em São Paulo, começaram a surgir bairros voltados para as faixas de alta e média renda em áreas então consideradas rurais e isoladas e, a partir disso, é possível concluir duas coisas: existia uma busca maior por segurança, terrenos maiores e mais contato com a natureza por parte dos consumidores, mas também havia uma margem muito maior de lucro para ambos os compradores e os promotores, uma vez que os terrenos eram mais baixos do que os localizados em áreas já urbanizadas (2006, p. 130).

Caldeira (2000) define três padrões de segregação espacial que se desenvolveram no Brasil. O primeiro, do final do século XIX até os anos 1940, comportavam diferentes grupos numa pequena área urbana segregadas por tipos de moradia. No segundo tipo, entre os anos 1940 até 1980, constrói-se uma relação centro-periferia, onde a distância separa os grupos sociais, com a classe média se concentrando em bairros com boa infraestrutura. O terceiro tipo, que acontece a partir dos anos 1980, refere-se à fragmentação das classes sociais no espaço urbano, com o aumento de enclaves fortificados em loteamentos fechados ou horizontais, com a sensação de segurança pela construção de muros e segurança privada.

Embora as entrevistas realizadas sugerem que o bairro Urbanova, em seu início, não era voltado para moradores de alta renda, é bastante claro que havia uma busca por maior segurança e áreas verdes, além de possíveis investimentos.

J.S.L. afirma que, após sua esposa ter visto a propaganda da venda de terrenos na televisão, decidiu comprar um terreno no local para investir:

[...] comprei na época era barato ... eu comprei duas vezes terreno lá. Comprei na época do cruzado em 86 pra 87 e quando foi 90... acho que foi nos anos 90, 91 por aí comprei outro terreno, depois desfazendo também [...] Mas eu comprei mais por investimento mesmo, não foi assim pra morar lá, foi pra investimento, mas eu devia ter esperado mais tempo pra fazer um negócio melhor né (2012, p.4).

O urbanista Campos Filho define a especulação imobiliária como sendo um "ganho privado pelo proprietário de imóveis à custa de um investimento da comunidade". Ou seja, tendo em vista que o valor da terra urbana depende basicamente das vantagens locacionais - como a distribuição de redes de infraestrutura urbana - a sua existência é de grande interesse para os proprietários. Assim sendo, o proprietário deixa de vender suas terras esperando que a infraestrutura chegue até o seu imóvel e aumente seu valor (1992, p. 20). Para o autor, a especulação imobiliária é a forma mais atraente de investimento para os pequenos e médios poupadores, uma vez que alternativas de investimentos necessitam de conhecimentos específicos (como obras de arte) ou são manipuladas por grandes grupos econômicos (como o mercado de pedras preciosas ou ações). Uma vez que o investidor vê por si mesmo para onde as cidades estão crescendo e como os bairros estão se transformando, o mercado imobiliário pode ser mais facilmente compreendido pelos pequenos e médios investidores. Esses investidores primam pela compra de terras vazias, em zonas de expansão urbana ou dentro das cidades, já que é ofertado em grandes volumes e tem pouco controle governamental sobre o montante dos ganhos (CAMPOS FILHO, 1992, p. 40).

Ainda para Campos, as especulações imobiliárias em terrenos urbanos ou quase urbanos em cidades de médio e grande porte no Brasil se avolumaram ao ponto de que quase metade do espaço utilizável para fins de edificação estão vazias. Os investidores não precisavam investir em melhorias urbanas, já que bastava apenas aguardarem a cidade crescer em sua direção e que o governo e outros proprietários invistam e construam em edificações para que seus terrenos sejam valorizados (CAMPOS FILHO, 1992, p. 40). Essa retenção de vazios urbanos nas zonas urbanas das cidades brasileiras para valorização faz com que o poder público dobre seus investimentos e custeio de redes de serviços públicos, que dependem da extensão da cidade, tais como pavimentação e manutenção de ruas e avenidas; implantação e

operação de redes de água e esgoto; iluminação pública; canalização de água da chuva; iluminação pública etc. (idem, 1992, p. 55). Os vazios urbanos também fazem com que o trabalhador tenha que andar, em média, o dobro das distâncias que andaria, já que os vazios urbanos causam um crescimento anormal das cidades.

Dessa forma, o processo de expansão das cidades nem sempre leva em consideração as limitações dos equipamentos urbanos, e se torna responsabilidade do Estado investir na infraestrutura básica. Em relação ao bairro Urbanova, o entrevistado J.O. falou sobre como o bairro era precário no início, e sobre como a chegada da Universidade na década de 1990 causou um grande impacto na malha viária:

o impacto que a Universidade ela [...] não dimensiona, ela vem ela sai lá do Centro, começa a construir sem ninguém estabelecer [...] você vê que são subdimensionada as vias, você vê que a Shishima Hifumi tem uma série de irregularidades, porque ela foi aterrada, foi uma área da várzea do Paraíba aterrada, né e quando ela [a universidade] vai se consolidar ali ela cria essas de deformidades [...] o impacto que ela trouxe pro entorno e a falta de planejamento que é um negócio que que parece que tá no DNA do brasileiro, não planejar principalmente nada, é um negócio que transformou isso aqui num verdadeiro inferno, né, você começa ela traz tem tinha uma época que ela trazia ah diretamente [e] indiretamente né, que assim, pai que vinha buscar, piruero, e quem vai prestar serviço, trazia 11 mil pessoas [...] Então cê imagina o impacto disso em cima de uma malha viária que já era subdimensionada (2016, p.8).

Além do impacto na malha viária, o grande fluxo de alunos para o bairro também trouxe outras questões. Em 1995, ano da inauguração do campus, a dificuldade dos alunos em frequentar a Universidade em um bairro considerado tão afastado era muito comentada. Em fevereiro do mesmo ano isso virou notícia, quando foi publicado em um jornal que diversos alunos iam e voltavam da Universidade até o centro da cidade, a dez quilômetros de distância, a pé, pois não haviam linhas de ônibus suficientes, nem telefones públicos e nem iluminação no trecho final que dava acesso à Universidade; além disso, aqueles que iam de carro à Universidade precisavam pagar R\$2 reais por dia para usar o estacionamento do campus (CHAPIER, 1995). Também foi dito pelos alunos que o grande fluxo de carros logo daria vazão à assaltos. De fato, no ano seguinte, em 1996, após uma residência ter sido assaltada, um grupo de moradores do Urbanova ameaçou bloquear a entrada para o bairro em protesto pela falta de segurança. As cancelas da portaria de entrada do Urbanova seriam fechadas para impedir a passagem de veículos às 18h, horário

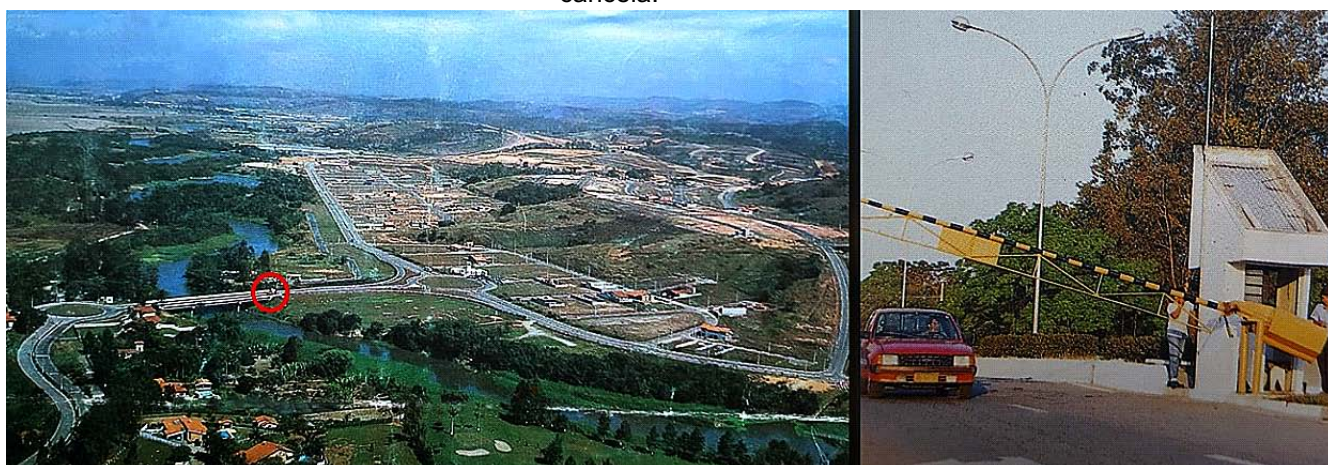
em que os alunos começavam a acessar o bairro para irem à Universidade. Segundo os moradores, o bairro havia se transformado em um ponto de tráfico de drogas e pistas de racha (FOLHA DE SÃO PAULO, 1996).

A cancela de acesso ao bairro existia desde o início do empreendimento. J.S.L. descreveu que para entrar no bairro era necessário apresentar uma documentação nessa cancela:

Tinha uma portaria logo ali em cima depois da ponte do Paraíba [...] era controle de acesso, era tudo... as pessoas que entravam, apresentar o documento que possuía um terreno lá dentro, normalmente eu levava a documentação [...] era um contrato que eu tinha, depois que passou a escritura, eu levava, apresentava e entrava. Aí depois desativaram, aí ficou só condomínio fechado lá dentro (2012, p. 2).

A cancela, localizada no meio da ponte de acesso para o bairro, pode ser vista na fotografia na Figura 25, parte de um banner de venda de lotes:

Figura 25. Destaque da localização da cancela em vermelho à esquerda; à direita, fotografia da cancela.



Fonte: Acervo do Cehvap.

De acordo com J.O., a remoção da cancela aconteceu em consequência da instalação da Universidade:

a gente teve que fechar [o bairro], porque não tinha jeito, não tinha jeito mesmo, [...] lá na ponte tinha uma guarita [...] Quando a Universidade passou a funcionar, o que eles fizeram, eles arrancaram a guarita e tiraram as cancelas, então tudo aqui era aberto (2016, p. 28).

Ainda de acordo com o entrevistado, o fluxo da inauguração do bairro teve um impacto na "forma de violência [...]"

até aí já começou uma série de assalto, entendeu, invasão de casa e aí não teve jeito, teve que ser cercado mesmo [...] aqui foi infernal o negócio, muito muito complicado, é, e tudo porque, tudo por causa das saídas daquela cancela por causa da Universidade, aí o que o que rolou foi isso, a Universidade virou as costas: "isso é problema dos moradores, não tem[os] nada a ver, ver com isso", entendeu, não que ela viesse aqui pra resolver o problema da segurança pública, mas que ela podia ter sido uma aliada [...] e ela pra não atrapalhar o fluxo dos estudantes ela simplesmente pede pros caras arrancarem o negócio e se exime de qualquer responsabilidade (2016, p. 15).

Diversos outros moradores também colocam a UNIVAP como principal motivo da remoção da cancela e, principalmente, do fechamento do bairro em loteamentos fechados. Atualmente, estão registrados no *Facebook* nove grupos voltados para moradores, frequentadores e para venda no bairro Urbanova. Seis desses grupos estão na categoria "privado", ou seja, suas publicações podem ser visualizadas somente por membros e a entrada no grupo só pode ser feita por convite. No entanto, um desses grupos, criado em 2014, era público, e todas suas publicações eram disponíveis para quaisquer pessoas, membros ou não, até o ano de 2018, quando este se tornou privado. Dessa forma, foi possível catalogar diversos comentários e publicações antes do seu "fechamento". Diversos comentários descrevem que a cancela foi removida pelo fluxo de veículos em virtude da inauguração da Universidade e por consequência da violência advinda do grande fluxo de não-moradores.

Uma publicação de abril de 2018, com mais de 30 comentários, descrevia a dificuldade que os moradores sentiam com a contratação de empresas de segurança dentro dos condomínios. De acordo com a autora da publicação, L.S.S.G., moradora do bairro desde 1995, a contratação dessas empresas teve que ser feita após o fechamento do bairro, feito "para nos proteger dos alunos da UNIVAP ". Em resposta, O. J., que também forneceu uma entrevista, disse que o fechamento do Bairro "não foi por causa dos alunos da UNIVAP, mas sim pela bandidagem que encontrou no bairro um lugar fácil para assaltos, furtos e roubos", e que, depois que retiraram a cancela da ponte, o bairro virou "um inferno".

O.Z.L. também se recordou da remoção da cancela devido ao fluxo de carros trazido pela Universidade:

Acho que o projeto original era esse mesmo, não ter cancela ali. Acho que o que motivou só fez isso como segurança, controlar o fluxo daqui de dentro. Você imagina, um lugar longe, largado assim é complicado né. Então, acho que colocaram o guarda lá por isso [...] E aí depois

quando eles informaram todo mundo que iam tirar a cancela, a gente tentou não tirar a cancela de lá, não tem como ter uma cancela, você imagina controlar o fluxo todo aqui é impossível e aí nós trouxemos a cancela pra cá [*para dentro do condomínio*] [...] mas foi bom você tirar a cancela porque fez com que a comunidade aqui se unisse e reagisse a isso e aí a solução foi muito melhor (2016, p.15).

Para Janoschka, os processos de polarização social, o abandono da gestão e controle do desenvolvimento urbano pelo Estado na América Latina e sua apropriação por atores privados refletiram uma nova redistribuição espacial. Nela, os cidadãos passaram a procurar cada vez mais organizações privadas e eficientes em um bairro que fornecesse todos os serviços que antes eram públicos - como escolas, instalações culturais e de lazer, comércios, hospitais e segurança. Isso resultou no aparecimento de novas formas urbanas destinadas aos "vencedores das transformações econômicas", que passaram a residir em áreas suburbanas como parte de uma tendência a uma "habitação segura" (2002, p.12).

Como observam Perry e Wiewel, uma universidade que contém um campus tradicional no modelo de enclave cria o potencial para ter sérios conflitos com a sua vizinhança (2015). Não é incomum que as comunidades critiquem duramente as universidades por suas políticas de desenvolvimento, além de seus impactos no mercado imobiliário. Embora os muros sirvam de obstáculo para os invasores, os muros também podem ser vistos como uma "divisa entre espaços", ou seja, um impedimento de acesso livre ao campus Universitário; e, de forma mais simbólica, os muros das Universidades brasileiras podem ser vistos, conforme analisou Joelma Rodrigues, como

muros culturais, geográficos, financeiros e sexuais: convivemos com padronizações conservadoras justificadas por leis arcaicas que, por serem assim, não acompanham o processo de desenvolvimento criativo d@s agentes pedagógic@s, desrespeitando suas singularidades sócio-culturais; desvalorizamos as demandas específicas de cada região (2006, p. 1).

Em sua entrevista, O.Z.L. mencionou que, com a retirada da cancela como consequência do grande número de pessoas entrando no bairro, a comunidade no bairro se uniu e reagiu e a "solução foi muito melhor" (2016, p.15). A solução ao qual o entrevistado se refere foi a autorização para o fechamento de loteamentos, promulgado em 1999 pela Câmara Municipal na lei nº 5441. A lei autorizou o fechamento de loteamentos, vilas e ruas sem saídas, com acesso controlado de pessoas e veículos que não fossem domiciliados, "desde que estejam os mesmos

registrados e situados em zonas classificadas como predominantemente residencial unifamiliar" (SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, 1999). O fechamento não deveria obstruir ou atrapalhar o fluxo normal de veículos na malha viária, e os únicos obstáculos permitidos de acesso às ruas seriam portões, cancelas, correntes ou similares, e que o acesso a pedestres ou condutores de não-residentes fossem permitidos mediante identificação ou cadastramento, não podendo haver restrições de acesso.

Os diversos conceitos de condomínio fechado são causados pela diferença entre o significado jurídico e urbanístico dos condomínios. Existem diferentes possibilidades para o entendimento das normas legais para o registro e licenciamento dos condomínios, resultado em diversos formatos com poucas casas e grandes conjuntos habitacionais; conjuntos mistos de casas e prédios de apartamentos. As Leis Federais 4.591/64 (BRASIL, 1964) e 6.766/79 (BRASIL, 1979) abordam os condomínios. De acordo com Brasil (1979),

§ 4º No caso de lotes integrantes de condomínio de lotes, poderão ser instituídas limitações administrativas e direitos reais sobre coisa alheia em benefício do poder público, da população em geral e da proteção da paisagem urbana, tais como servidões de passagem, usufrutos e restrições à construção de muros. (NR)

§ 7º O lote poderá ser constituído sob a forma de imóvel autônomo ou de unidade imobiliária integrante de condomínio de lotes.

§ 8º Constitui loteamento de acesso controlado a modalidade de loteamento, definida nos termos do § 1º deste artigo, cujo controle de acesso será regulamentado por ato do poder público Municipal, sendo vedado o impedimento de acesso a pedestres ou a condutores de veículos, não residentes, devidamente identificados ou cadastrados. (NR).

No mesmo ano da compra do terreno Urbanova pelo grupo japonês, em 1973, fundou-se o Alphaville, entre Barueri e Santana de Parnaíba. A construção do Alphaville também é um marco no Brasil no sentido de ser o primeiro empreendimento de *gated community* (comunidade murada) bem-sucedido. Havia um movimento da população rica em se cercar em certos bairros, expressando a divisão espacial e a desintegração social por meio de barreiras físicas e limitações de acesso, formando ilhas funcionais de bem-estar com alto nível de serviços, consumo e vida noturna (idem). Como observa o autor, a falta de ação do Estado possibilita a criação de uma nova "constelação de poderes", quando a gestão do desenvolvimento urbano é transferida para investidores privados e o surgimento de restrição de acesso é um

fenômeno generalizado – uma tendência de habitação que se tornou determinante no crescimento das metrópoles:

Os processos de urbanização privada e a tendência ao isolamento de habitações e complexos comerciais se impuseram na maior parte da metrópole América Latina, e mesmo em cidades de tamanho médio (JANOSCHKA, 2002, p.12-13).

Ao expulsar o estranho de seus lares e comércios, de acordo com Bauman, o "fantasma ameaçador da insegurança" é momentaneamente exorcizado. No entanto, enquanto as variáveis da globalização se assentam no ambiente urbano, sempre haverá a possibilidade do encontro com estranhos se intensificarem, e não se atenuarem (2007, p. 92). A segregação de áreas residenciais e espaços públicos na construção de comunidades fechadas e vigiadas foi uma solução para esses "encontros".

Conforme descreve o antropólogo Damatta (1985), é na rua que vivem, de acordo com o imaginário popular "os malandros, os meliantes, os pilantras e os marginais em geral"; a rua é o local da individualização, luta e malandragem, onde cada um deve zelar por si, um lugar sem ordem, sem hierarquização, sem um controle social rígido - um lugar em que contradições são admitidas (idem, p. 47). O espaço público é concebido como perigoso, e tudo que o representa é em princípio negativo - e, seu ponto crítico, de acordo com o autor, é a impossibilidade de definir ou reconhecer alguém socialmente (idem, p. 50). Ele define que a "casa" e a "rua" são categorias sociológicas fundamentais para a compreensão da sociedade brasileira de uma maneira globalizada, uma vez que essas palavras não designam apenas espaços geográficos ou formas físicas, mas "entidades morais, esferas de ação social, províncias éticas dotadas de positividade, domínios culturais institucionalizados" e são capazes de despertar "emoções, reações, leis, orações, músicas e imagens" (1985, p.12). Como observa o autor,

Até hoje a sociedade parece fiel a sua visão interna do espaço da rua como algo movimentado, propício a desgrças e roubos, local onde as pessoas podem ser confundidas com indigentes e tomadas pelo que não são. Nada pior para cada um de nós do que ser tratado como 'gente comum', como 'zé-povinho sem eira nem beira'. Nada mais dramático para alguém de 'boa família' do que ser tomado como um 'moleque de rua', ou para uma moça ser vista como 'mulher da vida' ou alguém que pertence ao mundo do movimento e do mais pleno anonimato (DAMATTA, 1985, p.49).

São os muros e cercas que protegem as comunidades do perigo e que marcam a divisão entre *nós* e *eles*, marcam a diferença entre a ordem e a confusão, a paz e a guerra: os inimigos são aqueles "deixados do outro lado da cerca e impedidos de atravessá-la" (BAUMAN, 2007, p. 95). Hoje, a cidade passa a ser relacionada com o perigo de segurança, e a vida urbana transformou-se em um estado de natureza dominado pelo medo e o terror. Os perigos se mudaram agora para o coração da cidade: amigos, inimigos e desconhecidos se misturam e se esbarram nas ruas das metrópoles (BAUMAN, 2007, p. 95 e 96). A luta contra a insegurança, perigos e riscos estão agora dentro da cidade, e não fora, como nas guardadas cidades medievais:

Trincheiras e bunkers fortemente blindados destinados a separar os estranhos, mantê-los à distância e barrar sua entrada estão se tornando rapidamente um dos aspectos mais visíveis das aglomerações urbanas contemporâneas (BAUMAN, 2007, p. 96).

Os arquitetos fazem o possível para normalizar essas criações na paisagem, e as formas mais comuns dessas fortalezas defensivas, para Bauman, são as comunidades fechadas, com segurança obrigatória e monitor de vídeo nas entradas. Nessa arquitetura urbana guiada pelo medo, Bauman vê duas tendências: a invisibilidade planejada e a intimidação, em que a aparência de fortaleza das casas e condomínios fica desconcertante devido a "uma profusão de guaritas de verificação e seguranças uniformizados altamente ostensivos" (BAUMAN, 2007, p. 97).

7.2 A universidade no bairro de alto padrão

Entre as décadas de 1970 e 1980, ocorreram diversas mudanças no processo de urbanização no Brasil, com a formação de áreas de urbanização dispersa, alterações nas relações entre espaços públicos e privados e com a adoção de novos modos de vida pela população, que incluíam uma nova modalidade de gestão do espaço urbano, com a criação de loteamentos fechados e empreendimentos imobiliários. Esses novos modos de organização do tecido urbano e sua consequente dispersão têm como uma de suas características, de acordo com Goulart, pelo surgimento de empreendimentos destinados a atender as demandas dos setores de alta renda, que adotam complexas formas condominiais e geram novas centralidades (REIS FILHO, 2006, p. 14).

Como observa Bastos, a partir de 1985 fica claro o processo de transição do uso da terra que era então predominantemente rural para o urbano, no bairro

Urbanova. Em comparação com as décadas anteriores, as áreas de pastagem diminuíram de 32% para 24% da área; a mata ciliar passou a ocupar apenas 8% do total e há uma diminuição de mais de 50% da área ocupada pelo reflorestamento, que hoje se localiza em uma Área de Preservação Ambiental (2016, p. 108).

No Brasil, os loteamentos e condomínios fechados surgem a partir da década de 1970, ocorrendo, na década seguinte, uma intensificação desse tipo de ocupação em cidades como São Paulo, Presidente Prudente, Belo Horizonte e Campinas. Salgueiro (1998) e Caldeira (2000) produziram estudos analisando essa mudança no tecido urbano e chamando essa nova forma de ocupação de "enclaves", caracterizados por serem espaços privatizados, fechados e monitorados e pela ruptura de relações com o tecido urbano que o cerca. Caldeira define os enclaves fortificados como espaço "privatizados, fechados e monitorados, destinados à residência, lazer, trabalho e consumo" - esses enclaves podem ser centros comerciais e empresariais ou condomínios residenciais (2000, p. 12). A autora também descreve que a destruição do espaço para a vida pública mina a diversidade e a possibilidade de coexistência de diferença, promovendo desigualdade com suas ruas projetadas para tráfego de veículos, enclausuramento e destruição dos espaços públicos.

Analisando a distribuição espacial em São José dos Campos, verifica-se que a região oeste é onde, atualmente, ocorre a concentração da classe de mais alta renda. É possível tecer articulações com os aspectos políticos - uma vez que a zona oeste tem sido privilegiada pela atuação do Estado - e pelos aspectos econômicos, especialmente por conta da atividade imobiliária e a formação dos preços da terra.

Para Villaça, a localização é um valor, fruto do trabalho humano, que se materializa no valor da terra urbana, predominando sobre a infraestrutura. Embora o valor dos edifícios, ruas e da infraestrutura em geral também se transfira para o valor, a especificidade da localização "pura", ou seja, da terra urbana, é o valor do *ponto* que mais pesa no valor (1998, p. 77).

Os pontos do espaço intra-urbana condicionam a participação do seu ocupante tanto na força produtiva social representada pela cidade como na absorção, através do consumo, das vantagens da aglomeração. É esse o valor de uso do ponto - sua capacidade de fazer com que se relacionem entre si os diversos elementos da cidade (VILLAÇA, 1998, p. 78).

Para o autor, é o fluxo de consumidores, transporte de mercadorias, força de trabalho e comunicações que tem importância no espaço. No entanto, a estrutura

espacial que advém das transformações dos *pontos*, como seus valores, preços, atributos e usos, decorre, principalmente, da melhoria da acessibilidade, sendo os transportes intra-urbanos os maiores determinantes nas transformações desses pontos (VILLAÇA, 1998, p. 79). Conforme veremos adiante, a acessibilidade ao bairro ainda é tema constante de discussão, dado que o automóvel individual é a principal forma de entrada e saída do bairro – que se faz primordialmente por uma única ponte.

Como observou Villaça (1998), a classe de alta renda pode ocupar terras baratas, de forma que não é verdadeira a afirmação de que o preço da terra determina a distribuição espacial das classes sociais; embora seja mais próximo da verdade afirmar que as camadas de alta renda ocupam os terrenos mais caros, quando se considera que ocupam geralmente terrenos grandes ou grandes quotas de terreno.

Ainda não há um estudo que avalie a taxa de crescimento do preço da terra do Urbanova; no entanto, o fato de que alguns moradores cederam depoimentos dizendo terem comprado o terreno por dez mil ou trocado por carro ou moto na década de 1990 e que agora os terrenos podem ser encontrados à venda de R\$140 mil até R\$5 milhões, conforme os sites de venda, demonstra que houve uma valorização significativa nos últimos vinte anos, e que a maioria dos que compraram o terreno naquela época não esperavam que, no futuro, morariam em um dos bairros mais valorizados da cidade.

De acordo com a Planta Genérica de Valores de São José dos Campos no período de 1998 a 2019, podemos ver um grande aumento de valorização nos conjuntos Urbanova I, II e IV até VII. Os condomínios I e II tiveram o maior aumento de preço, estando localizados na Avenida Shishima Hifumi, enquanto os outros loteamentos, Urbanova III e VII, localizados nas avenidas Papa João Paulo II, Ironman Victor Garrido, Possidônio de Freitas, Antônio Widmer, Jorge de Mesquita, Celuta Barbosa Mendonça, Omar Fonseca, Carlos Alberto Ribeiro de Souza e Maria de Lourdes Friggi tiveram crescimento de preço menor e igual aos dos loteamentos Alphaville, Colinas do Paratehy, Residencial Jaguar e Reserva do Paratehy. Da mesma forma, as Chácaras Serimbura tiveram a mesma valorização que os loteamentos Urbanova I e II. Por essa crescente valorização, essa região tem atraído atenção do mercado imobiliário, surgindo novos empreendimentos de alto padrão.

Tabela 3. Planta Genérica de Valores de São José dos Campos em m², de 1998 a 2019.

Loteamento:	1998	2002	2004	2006	2008	2009	2011	2014	2016	2019
Urbanova I e II	R\$13,65	R\$17,23	R\$21,86	R\$24,41	R\$26,24	R\$288,12	R\$367,04	R\$457,00	R\$539,24	R\$579,09
Urbanova III a VII	R\$10,92	R\$13,78	R\$17,49	R\$19,52	R\$20,99	R\$230,49	R\$245,04	R\$305,00	R\$359,89	R\$386,49
Alphaville, Colinas do Paratehy, Residencial Jaguary, Reserva do Paratehy	x	x	x	x	R\$26,24	R\$230,49		R\$305,00	R\$359,89	R\$386,49
Serimbura	x	x	x	x		R\$288,12	R\$367,04	R\$457,00	R\$539,24	R\$579,09

Fonte: Prefeitura de São José dos Campos

O bairro Urbanova insere-se na região oeste da cidade, região que atualmente está repleta de loteamentos fechados de alto padrão, uma vasta cobertura verde e intensa verticalização em alguns bairros. É possível utilizar da concepção de Villaça de que as cidades têm um 'eixo qualificado' onde existem os melhores comércios, os melhores serviços, enfim, locais onde estão inseridos uma grande parte da camada de alta renda da cidade. De acordo com Villaça, todas as metrópoles desenvolveram uma Área de Grande Concentração das Camadas de Alta Renda e essa camada da sociedade muitas vezes causa o transbordamento de uma área urbana constituída por bairros de alta renda de um município sobre o território de outro, sendo esta, possivelmente, a forma de constituição de um novo tipo de "cidade-subúrbio" (VILLAÇA, 1998).

Para Villaça, a segregação e a concentração de uma classe no espaço urbano não impede a presença ou o crescimento de outras classes no mesmo espaço, não existindo nenhuma região com presença exclusiva das camadas de mais alta renda (1998). Para Villaça, é indispensável a articulação sobre o papel da segregação urbana na produção da dominação social e da desigualdade uma vez que, para o autor, a segregação é uma forma de exclusão e de dominação que tem uma dimensão espacial.

Em uma pesquisa de avaliação do déficit habitacional em São José dos Campos feita pela NEPO (Núcleo de Estudos de População 'Elza Berquó') da Universidade de Campinas e da Prefeitura em 2003, a zona Oeste contava com 56 moradias sem condições básicas para habitação - o menor índice da cidade, contraposto com um total de 2.100 moradias em todas as regiões, sendo a zona Norte

com o maior índice, com 501 habitações (COSTA, 2007, p. 192). Um mapa de vulnerabilidade social do município feito em 2000 pelo IBGE também evidenciou que as zonas Oeste e Sul são as mais favorecidas, com comércio, escolas e condomínios de alto padrão (idem p. 215).

Para Milton Santos, os bairros são organismos urbanos que refletem aspectos particulares e que deveriam ter uma 'vida' relativamente autônoma:

Os bairros refletem na paisagem e estrutura as condições sociais dos moradores; assim, numa mesma cidade, se justapõem bairros dos mais diversos tipos, cada qual levando uma vida até certo ponto característica e autônoma (SANTOS, 1959, p. 20).

Para o urbanista Campos Filho, a autonomia também é uma característica fundamental dos bairros, que deve ser independente da cidade no que se refere a empregos e serviços. Para o autor, a "cidade dentro da grande cidade" pode ser chamado na realidade concreta de 'bairro', com uma população que pode variar de 5 a 80 mil habitantes. O autor alia esse conceito aos termos de 'unidades de vizinhança' e ao das antigas 'cidades-jardins' (1992, p. 114).

O espaço urbano, ao dividir-se em "ilhas" e se tratadas de forma conveniente urbanisticamente, podem ser transformadas em bairros autônomos, reproduzindo tanto quanto possível a qualidade de vida das pequenas cidades (CAMPOS FILHO, 1992, p. 88). De acordo com Campos, é de comum acordo entre a maioria dos urbanistas e planejadores urbanos que um bairro de moradia deve possuir serviços de fácil acesso, aos quais se possa chegar rapidamente, de preferência a pé, além de condições de vida tranquila e atividades sociais, culturais e de lazer (idem, 1992, p. 114).

Ainda para Campos Filho, o tamanho dos bairros de classe média e alta é determinado pelos grandes canais de tráfego situado ao seu redor, por instituições de grande porte (como universidades, hospitais, quartéis etc.), variando entre alguns milhares de moradores até cerca de 50 ou 80 mil. O autor toma como exemplo o bairro Moema, em São Paulo, cujos habitantes discutem a necessidade de conciliar o intenso movimento de ruas de comércio e serviço - dado ao elado nível de renda do bairro - com a desejável tranquilidade de um bairro residencial; além de discussões sobre o problema de controlar e diminuir o tráfego de passagem (1992, p. 113).

A ideia de um bairro concebido do "zero", onde o tráfego, instituições e o comércio pudessem ser previstos e planejados fazia parte do plano da NovaUrbe para

o bairro Urbanova. Quando a imobiliária passou a popularizar a venda de loteamentos no Urbanova no final da década de 1980, além de usar a Universidade como mote de venda, também era vendida a ideia da “cidade dentro da cidade”. Esse era, inclusive, o logo da NovaUrbe que podia ser visto na entrada do bairro nessa época, conforme a figura 26:

Figura 26. Fotografia da placa de entrada do bairro do Urbanova, no final da década de 1980.



Fonte: Acervo pessoal de Eduardo Rezende.

Entrevistados descreveram que foram atraídos pela ideia de um bairro que seria, no futuro, uma nova “cidade”, autônoma e que não dependesse do “centro”. R.B.S. contou em entrevista que se interessou por esse plano de uma nova ‘cidade’ que foi apresentado pelo grupo japonês:

Então tinha o projeto dos japoneses, pra esse tipo de condomínio, da Urbanova, que seria até eles falavam 'uma outra cidade', uma nova cidade, tanto é que se você olhar é além do rio né, que divide dos outros bairros. Eu acho que isso que mostrou pra gente, 'então vamos morar lá' (2016, p.6).

No entanto, apesar de sua propaganda, o bairro Urbanova não se transformaria numa “cidade”. Até meados dos anos dois mil, o bairro dependia do centro da cidade, transformando-o numa periferia, mesmo que repleto de loteamentos de alto padrão. Embora o projeto original do arquiteto Jorge Wilhelm previsse uma zona de comércio e serviço e um centro local, o projeto foi abandonado e sua transformação para um bairro em "periferia/dormitório" tornou-se mais rentável (RIBEIRO-MOREIRA, 2007). Como observou o arquiteto e urbanista Pedro Ribeiro Moreira Neto, a administração municipal tem se tornado refém das imobiliárias e construtoras, fazendo com que a exploração do "boom imobiliário" criasse novos loteamentos fechados por detrás do Urbanova, prolongando ainda mais sua conformação periférica e comprometendo a qualidade de vida em troca do lucro. Ainda para Ribeiro Moreira,

O que diferencia o "caso Urbanova" é que esta é uma periferia rica, habitada por uma classe média influente. A saturação das vias públicas, o adensamento demográfico, a oscilação dos valores no mercado imobiliário e a sobrecarga das redes de infra-estrutura tocam a periferia como um todo, mas, agora ganha destaque e coloca na berlinda a capacidade da administração municipal para tratar tais conflitos (2007).

Como observou Caldeira, entre os anos de 1940 à 1980 no Brasil, a periferia era entendida como espaço para a classe baixa, enquanto o centro era voltado para classe média e alta, por ser caracterizado por concentrar os melhores serviços (2000). No entanto, como notam Baltrusis e D’Otaviano, a partir dos anos de 1980 no Brasil, os loteamentos e condomínios fechados se consolidaram como um fenômeno de segregação socioespacial, onde uma parte da população mais rica se isola da "cidade real", construindo espaços de moradia em locais fechados, "renegando a função pública da cidade, fragmentando o espaço urbano e contribuindo para a consolidação da não-cidade" (2009, p.136).

As consequências provocadas pela destruição dos espaços públicos e enclausuramento notados por Caldeira na cidade de São Paulo também foram alvo da análise de Bauman anos antes, embora o sociólogo tenha analisado o tema de forma geral, sem especificar um país ou região. De acordo com o sociólogo, muitas áreas urbanas existem para “proteger” os habitantes e não integrá-los em suas comunidades: a separação e a manutenção das distâncias tornaram-se uma estratégia comum na luta urbana pela sobrevivência, incorporando-se em *guetos* voluntários e involuntários. Os moradores com recursos compram suas casas em

partes benignas e agradáveis da cidade, porém, em locais afastados, barrando qualquer um que possa lá se estabelecer e fazendo "o possível para desconectar seus mundos cotidianos dos mundos dos demais habitantes da cidade" (BAUMAN, 2011).

A proteção e segurança são temas recorrentes de discussão no bairro Urbanova. A evolução rápida do bairro, acompanhada por um incremento da infraestrutura, não foi acompanhada pela segurança. Em 2003, vários jornais noticiaram ondas de violência no Urbanova, que culminaram em um protesto pacífico feito pelos estudantes, que pediam uma tomada de posição pelas autoridades responsáveis, uma vez que 52 boletins de ocorrência haviam sido registrado em apenas quatro meses, todos ao redor da UNIVAP; além disso, quatro alunos e um professor haviam sido alvos de sequestros-relâmpagos; um estudante desapareceu e outro foi assassinado depois de ter sido perseguido desde a Universidade até sua casa (VALEPARAIBANO, 2003a; VALEPARAIBANO, 2003b).

Com certeza, os estudantes não estão sozinhos. Com certeza, somam-se a eles os professores, os funcionários, e os diretores da UNIVAP, além dos pais de alunos, dos comerciantes do bairro e das centenas e centenas de moradores da região da Urbanova. Mais que correto, afinal, o problema da segurança não aflige apenas os alunos, mas todas as pessoas que vivem, estudam, trabalham ou transitam em uma das áreas que registrou o maior índice de crescimento na cidade nos últimos anos (VALEPARAIBANO, 2003b).

De acordo com o jornal, esse ajuste seria possível através do diálogo entre os grupos e instituições envolvidas com a solução desse problema, onde a Universidade, "como uma instituição peso-pesado da comunidade", teria um grande papel ao lado do Estado e do comando da Polícia Militar para colocar em operação mecanismos eficientes para "devolver a paz e a tranquilidade à Urbanova e às cercanias do campus" (idem). Já no mês seguinte dessa reportagem, a Guarda Civil Municipal passou a fazer "blitzes" em conjunto com as polícias Civil e Militar nas proximidades da Universidade para combater a onda de violência próxima ao campus.

Nos últimos oito dias, a operação resultou no fechamento de três bares e na notificação de outros dois estabelecimentos comerciais próximos ao campus. [...] O objetivo é coibir o funcionamento de bares irregulares que facilitarão a expansão do foco de violência na região (VALEPARAIBANO, 2003).

Fica claro, nessa última notícia, que os agentes de policiamento acreditavam que a onda de violência era uma consequência da atividade no entorno do campus. Um comerciante que não quis se identificar disse ao jornal que não acreditava que os

bares fossem os responsáveis pela onda de violência, mas sim a falta de policiamento constante (VALEPARAIBANO, 2003).

Outra consequência do aumento da taxa de ocupação da área foi analisada por Bastos (2016): a partir do ano de 2005, as áreas que antes eram ocupadas por uma vegetação natural passaram a ser suprimidas para ocupação urbana, conforme descreve o autor, com uma queda de área ocupada por mata densa de 12% em 1985 para apenas 3% em 2005; em comparação, a ocupação urbana da área cresceu mais de 480% em 2005 em relação a 1985 (p.108). Neste período, o número de habitantes em São José dos Campos se elevou de 287.289 habitantes em 1980 para 538.909 em 2000 e para 629.921 habitantes em 2010, no último censo feito pelo IBGE. A estimativa para 2015 era que a população atingisse 688.597 habitantes (SÃO JOSÉ EM DADOS, 2016, p. 49).

Em relação ao bairro Urbanova, o último censo do IBGE de 2010 contou 2.161 domicílios ocupados e 7.069 pessoas residentes. Em 2021, com o apoio dos representantes de 46 núcleos habitacionais do bairro, que se dividem em loteamentos fechados horizontais, verticais e as duas comunidades Beira-Rio e Barrinho, a Revista Urbanova realizou um censo parcial no bairro. A pesquisa realizada constatou um aumento de mais de 100% nos últimos 10 anos com um número de 4.945 domicílios ocupados e 16.318 residentes. A pesquisa foi feita via formulário eletrônico, considerando o limite do bairro como a Avenida Lineu de Moura, e também apontou que pelo menos 12.188 pessoas entram no bairro diariamente para prestar serviços (POPULAÇÃO..., 2021). Na Fig. 27, é possível ver como a expansão ocorreu no bairro entre os anos de 1997 e 2020.

27. Imagens de satélite do bairro Urbanova nos anos de 1997, 2006, 2015 e 2020.



Fonte: Google Earth, editado pela autora

Ao longo dos anos, a Universidade continuou sendo apontada como culpada pelo tráfego, barulhos e violência no bairro. Em 2011, moradores do bairro apoiaram uma investigação do Ministério Público que poderia culminar na proibição de festas e eventos dentro do campus da UNIVAP. De acordo com os moradores, quando aconteciam as festas,

O trânsito fica impossível, os carros param em qualquer lugar fechando a avenida.

A festa parece que está no nosso quarto. É uma barulheira de buzina, gritaria. Isso antes e durante. Depois da festa, tem aqueles que vão embora a pé e passam gritando.

É um barulho de pneu cantando, os carros passam em velocidade altíssima. A avenida não é larga. Então é arriscadíssimo. Seria melhor que acabasse mesmo. Uma universidade não precisa disso. (RODRIGUES, 2011).

Essa temática continuou sendo discutida por anos seguintes, culminando em 2018, quando houve nove publicações no grupo do *Facebook* entre os meses de fevereiro e junho, quando foi montada uma tenda para festividades de formatura de graduação dos alunos e recepção de calouros, dentro do Campus Urbanova. As festividades viraram não só tema de publicações na rede social, mas também na Revista Urbanova. Uma das publicações, com título "Madrugada de Caos no Urbanova", publicada em 8 de fevereiro, descrevia alguns dos relatos recebidos pela Revista:

"Foi o ruído mais alto que tivemos nos últimos 5 anos", "2 horas da manhã e minhas filhas de 4 anos acordaram por conta do barulho. Meu trabalho exige muita concentração. Ficamos pela casa procurando um lugar para dormir onde o ruído estivesse menor", "Foi a pior noite que já tivemos aqui", "O que aconteceu nessa madrugada aqui no bairro foi uma grande falta de respeito com a comunidade" (MADRUGADA..., 2018).

Embora a matéria tenha sido publicada no dia 8, no dia 7 a Revista Urbanova já havia publicado essa matéria no *Facebook*, que teve uma recepção de 257 comentários e 111 "reações". A recepção dessa publicação foi muito maior do que no grupo fechado, pois a página da Revista é aberta a todos os usuários e diversos alunos se "defenderam" dos comentários de moradores. No mesmo dia, uma publicação no grupo fechado do *Facebook* descrevia que o bairro "está absolutamente entregue a contravenção. A UNIVAP omissa apoia essa desordem". Alguns dos comentários desse grupo fazem referência à cancela e a responsabilidade da Universidade:

[J.N.P.]: Tempo bom era quando a cancela do Urbanova era na ponte do rio Paraíba, não entrava esses idiotas que nasceram neste século!
 [A.A.E.]: Chegou a hora da UNIVAP ser colocada na discussão sobre a segurança e o direito ao sossego que o bairro precisa ter.
 [A.A.]: A UNIVAP sempre se eximiu dos problemas do bairro mas é a causadora de grande parte deles, trânsito, baderna e etc.
 [J.O.]: desde que se instalou aqui sempre ignorou o bairro, é como se ele não existisse

A tenda ficou no campus até junho de 2018, quando foram feitas festividades de formatura. Em uma outra publicação, feita em 29 de abril de 2018, os comentários dos membros do grupo começaram a divergir, pois alguns apoiavam as festividades de formatura, e outros não:

[R.Z]: Universidade nunca teve compromisso social com seu entorno, sem se entendeu apartada do bairro. A conversa sobre segurança deveria começar com sua reitoria, que sempre foi omissa quanto aos eventos que ocorrem dentro e fora de seus domínios, mesmo que envolva seus alunos.

[M.G.]: Devia ser mais alto, para todos ouvirem que se formar nesse país de dificuldades é uma vitória, ou seja, festa para comemorar!

[N.D.O.]: Segunda emenda de feriado, deixa os formandos curtirem. Reclamar dos fluxos que tem todo fim de semana é uma coisa. Mas reclamar de festa de formatura? Gente toda faculdade tem isso. Menos né?

[C.R.]: 4 anos morando nesse bairro e nunca ouvi nada parecido com o barulho destes últimos dois dias... com certeza a UNIVAP existe a bastante tempo, mas esse ruído excessivamente alto é novo.

[D.B.]: eu estudei na UNIVAP, e desde que estudei lá, começando em 2011, sempre teve. Eu não entendi o motivo desta vez estar excessivamente alto.

[C.R.]: Deixa os estudantes se divertirem! Maior trabalho para se formarem!!!! Este evento não ocorre o ano inteiro! Muito mimimi!! Tem gente que reclama mais na hora de formar o filho estava lá na festa todo orgulhoso!!!!!!

[A.O.R.]: Concordo totalmente!!!! Se eu estivesse na festa, não me aborreceria com o som, logo, também vou entender que em alguns momentos terei que conviver com barulhos em meu bairro, e daí? Sou capaz de entender e aceitar que viver em sociedade tem seus prós e seus contras... Prefiro compartilhar amor e entendimento a ter que brigar porque alguém fez um ruído maior... Simples assim!!!

Outros comentários ironizavam o fato da Universidade ter se instalado primeiro, e os moradores depois, escrevendo que eventos proporcionados pela Universidade são comuns:

[L.M.]: Vem morar do lado de uma Universidade, reclama de eventos de universidade

[P.R.C.]: Claro que pode reclamar se realmente a Universidade não cumpre leis mínima de convivência, a lei do silêncio é para todos inclusive para UNIVAP, aliás as grandes Universidades europeias ficam dentro das cidades como Bologna, Milano, Sorbonne e etc e

convivem de forma exemplar com o seu entorno, não sendo o caso da famosa UNIVAP

[D.B.]: Acho que o maior problema que o bairro tem passados se deve ao fato do mesmo estar crescendo muito rápido, fato que incomoda principalmente os moradores mais antigos que gostavam do sossego que o bairro proporcionava. Todos os problemas que têm surgido se somam a fatos como este da UNIVAP é as pessoas que já estão chateadas ficam bravas.

Como observa Maciel Malard, os bairros de classe alta não oferecem uma variedade de equipamentos urbanos que possam ser usufruídos por uma universidade que esteja inserida em sua localidade e, também, "os moradores não querem movimento, se isolam e se fecham à cidade" (2012, p.206-2017).

Para Bauman, nas cidades contemporâneas, o entorno urbano deve ser civil para que seus habitantes possam aprender as habilidades da civilidade. Um meio urbano civil significa ter disponibilidade de espaços para que as pessoas possam compartilhar experiências e encontros sem pressão ou indução, onde possam "confessar seus sentimentos íntimos e exibir seus pensamentos, sonhos e angústias", significa ter uma cidade que se apresente a seus residentes como portadora de um bem comum (BAUMAN, 2001, p. 112).

Conforme Bauman, a maioria das cidades contemporâneas tem lugares chamados de espaços públicos, embora a maioria delas não seja idealmente *civil*: o autor cita o exemplo de uma praça em Paris, que embora seja grande, bonita e esplendorosa, carece de hospitalidade - ela não tem bancos nem árvores, os edifícios em volta são envidraçados e fechados, para serem admirados e não acessíveis. Outro exemplo de lugares públicos, mas não civis, são locais que transformam o habitante da cidade em consumidor, onde os espaços físicos de consumo são compartilhados sem qualquer interação social, como pontos turísticos ou centro de compras. Compartilhar um espaço físico com outros não é sinal de interação ou de ação de civilidade. Os breves encontros que acontecem nesses locais vigiados e supervisionados são breves e superficiais, porque é isso que se espera e supõe daqueles que o ocupam: "as pessoas não vão para esses templos para conversar ou socializar" (BAUMAN, 2001, p. 114).

O que acontece dentro desses lugares públicos mas não civis não tem relação com a vida real e o cotidiano. São apenas espaços de tempo em que a vida é transformada antes de cair na rotina - e são espaços muitas vezes preferidos porque são espaços 'purificados', onde a diferença de dentro foi amansada e higienizada,

com garantias contra elementos perigosos e ameaçadores e, por isso, podem ser aproveitadas sem medo: excluído o risco de misturas e contaminações, sobre o divertimento puro, mas não aventureiro (BAUMAN, 2001, p. 116).

Janoschka, estudando a comunidade do Nordelta em Buenos Aires, nota que as vedações de áreas residenciais suburbanas estão diretamente ligadas a uma busca de um ambiente de vida socialmente homogêneo (2002, s.p.). Locais de loteamentos fechados, como nota Bauman, dão o equilíbrio quase perfeito entre a segurança e a liberdade e neles é possível encontrar o sentimento de pertencer, de fazer parte de uma comunidade: com a ausência da diferença, tem-se a sensação de que todos são semelhantes, que não é preciso fazer negociações ou concessões - o que é profundamente contra a ideia de comunidade, que cresce proporcionalmente à pluralidade da vida, que requer confrontos diante da diferença do outro, negociações e acordos. Essa comunidade é uma "versão compacta de estar junto", um estar junto de semelhantes, onde não é necessário esforços ou tarefas (BAUMAN, 2001, p. 116).

Aqui, tem-se um imaginário ideal de comunidade que não envolve negociações, "nem esforço pela empatia, compreensão e concessões":

"Estar dentro" produz uma verdadeira comunidade de crentes, unificados tanto pelos fins quanto pelos meios, tanto pelos valores que estimam quanto pela lógica de conduta que seguem (BAUMAN, 2001, p. 117).

A falta desses lugares civis causa falta de habilidade que vai se tornando não uma falta para o indivíduo mas, pior, torna-se irrelevante e desnecessária "para a prática da arte do viver urbano". (BAUMAN, 2001, p. 120). Para Bauman, a civilidade é a capacidade de interagir com estranhos "sem utilizar essa estranheza contra eles e sem pressioná-los a abandoná-la". Nos lugares públicos mas não civis dispensa-se essa interação: a o estar junto é uma ameaça a encontros significativos, diálogos e interações. Tenta-se diminuir cada vez mais o contato com estranhos, com encontros que podem ser arriscados, com comunicações difíceis, negociações e concessões irritantes (idem, p. 122).

Para Bauman, a capacidade de conviver com a diferença, gostar e beneficiar-se dela não é fácil e não se faz sozinha, é necessário estudo e exercício. O projeto de esconder-se dessas diferenças dos outros provocam impactos urbanos, com comunidades abrigadas na conformidade, monotonia e repetitividade em que a

diferença transforma-se em algo a ser definitivamente evitado (BAUMAN, 2001, p. 123, 124).

Conforme observou Nádía Lorenzoni em seu estudo sobre loteamentos de acesso controlado e a sustentabilidade socioambiental em Linhares/ES, os loteamentos de acesso controlado fazem com que as vias internas e as áreas verdes que deveriam ser livremente acessadas por qualquer pessoa sejam incorporadas ilegalmente ao domínio particular dos moradores, constituindo assim uma forma anômala de parcelamento do solo urbano que privilegia camadas sociais que buscam qualidade de vida, segurança e comodidade (2016, p. 67). No croqui da Figura 28, é possível ver o bairro Urbanova e suas vias, sendo destacadas as vias públicas, de acesso controlado (dentro dos condomínios) e as ruas dentro da Universidade.

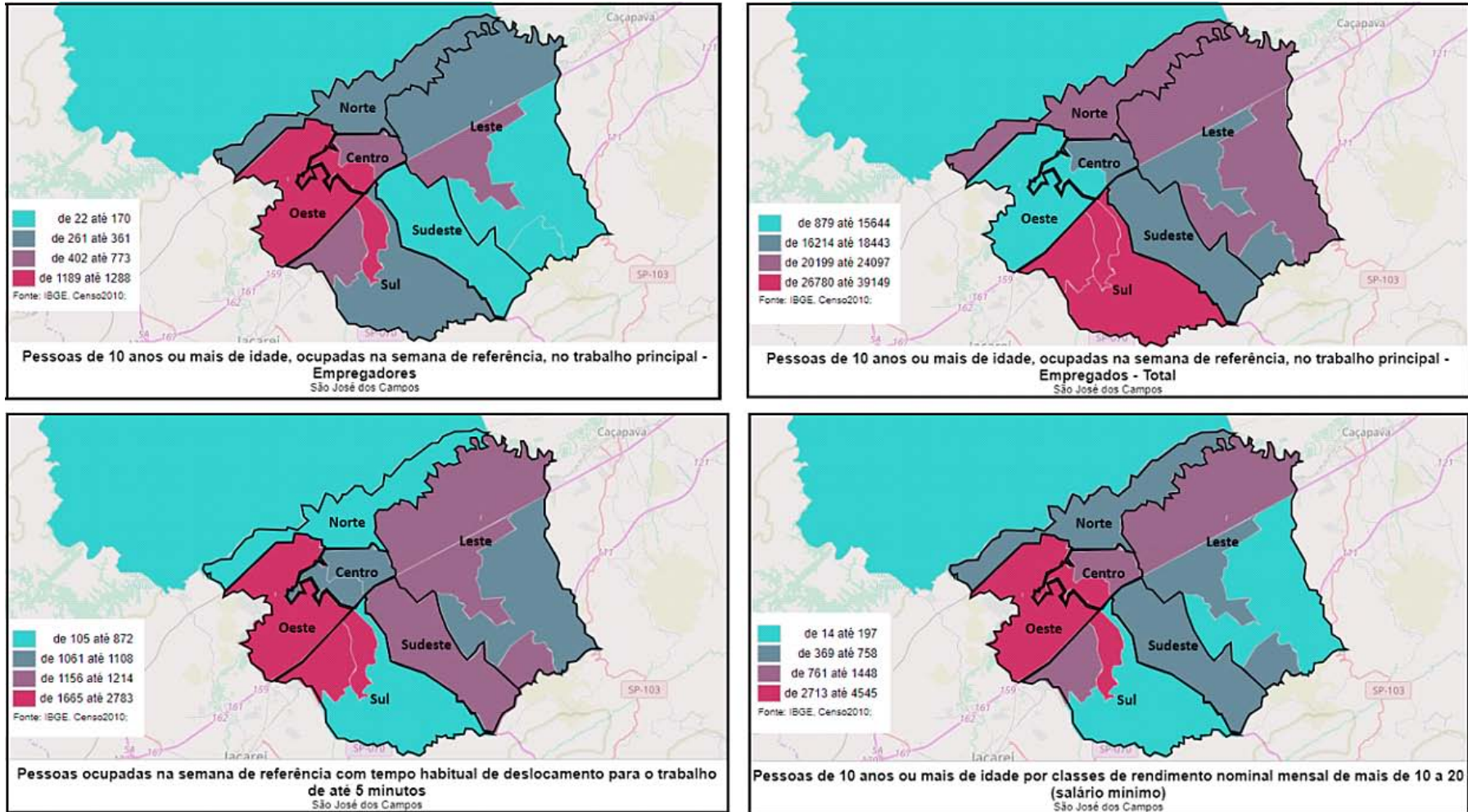
Figura 28. Vias públicas asfaltadas, de acesso controlado e da Universidade no bairro Urbanova. Sem escala.



Fonte: Elaborado pela autora com base em imagem de satélite do Google Earth

Nota-se que as vias públicas servem, em sua grande parte, apenas como caminho para entrada e saída dos loteamentos. De acordo com o IBGE (2012, ilustrados na Figura 29, a zona oeste é a região com maior tempo habitual de deslocamento para o trabalho, sendo também a região com maior número de empregadores - e, em contrapartida, com o menor número de empregados - e também a maior região, junto com a zona sul, com rendimento mensal entre 10 a 20 salários mínimos.

Figura 29. Mapas de áreas de ponderação do IBGE, 2010.



Fonte: IBGE, 2012, editado pela autora.

Os dados do IBGE mostram que muitos moradores do Urbanova continuam frequentando outras áreas da cidade para irem ao trabalho. Como observou Janoschka em seu estudo sobre os condomínios em Buenos Aires, a ida de moradores de condomínios fechados para outras áreas da cidade demonstra uma falta do processo de suburbanização de edifícios de escritórios, além de priorizar o transporte individual como meio de transporte, o que, além de ser insustentável para a malha viária, também afasta a percepção de comunidade pela sociedade, pois a partir do protegido e isolado condomínio,

Você vai para o escritório na rodovia, estaciona o carro em um local seguro e privado, em muitos casos no (ou ao lado) do mesmo prédio de escritórios. O contato com os espaços urbanos de acesso público é reduzido ao mínimo, o que conduz a uma nova forma de perceber o espaço (JANOSCHKA, 2002, s.p.).

Desde a instalação da UNIVAP no bairro Urbanova, os problemas com o transporte coletivo e acesso ao bairro são motivos de disputa entre os moradores e alunos. Durante anos, o Urbanova teve apenas duas linhas (121 e 128), que entravam pela avenida Shishima Hifumi e retornavam pela avenida Possidônio José de Freitas. Apenas em agosto de 2019 inseriu-se uma nova linha, 160, que atenderia à região do Alphaville, Loteamento Santa Isabel, Reserva do Paratehy e o Parque Ribeirão Vermelho. Também foram instalados 19 novos pontos de ônibus. Mesmo assim, as linhas e os horários atendidos são considerados insuficientes pelos frequentadores do bairro. Como observaram Maciel e Malard, os campi universitários no Brasil dependem do transporte coletivo, mas não tem usuários suficientes para manter linhas exclusivas – já os bairros de alta classe não precisam do transporte coletivo e, tendo uma baixa densidade populacional, inviabilizam um sistema de transporte coletivo (2012).

No Urbanova, a nova linha 160 gerou – e ainda gera - diversas reclamações dos usuários, pois ela também implicou na mudança dos horários e rotas das linhas 121 e 128. Uma publicação sobre essa linha na página do Facebook da Revista Urbanova no dia 9 de agosto teve 36 comentários e 75 "reações" e todos os comentários, sem exceções, foram de críticas, vindos de alunos e funcionários da UNIVAP, trabalhadores e moradores do bairro:

[Funcionária da UNIVAP] [S.L.]: Sou usuária da linha 128 no período da tarde. Após a mudança todos os dias o ônibus chega lotado na portaria principal da UNIVAP e sempre com atraso. Antes conseguíamos um lugar para sentar, agora impossível. Essa mudança

beneficiou apenas as pessoas que residem ou trabalham no Paratehy e Jaguary, porque além de terem ganho uma linha exclusiva (160), têm as linhas 121 e 128, para chegar ou sair do bairro. A mudança que parecia ser boa, mostra-se um grande equívoco!

[Aluno da UNIVAP][P.R.]: As mudanças não levaram os estudantes em consideração. Antes, todas as linhas passavam na UNIVAP, mesmo que não fosse na portaria. Agora, só temos a opção do 128, fato que sobrecarregou ainda mais a linha, que vem sempre lotada, com pessoas viajando apertadas e nas escadas, com sua segurança em risco - isso, tanto para ir quanto para voltar da instituição, seja no período da manhã, tarde ou noite. Antes da alteração, eu pegava para ir embora para casa no período noturno a linha 121 e sempre chegava a tempo para integrar. Hoje, devido à lotação, eu embarco no 128 no Urbanova 10 minutos mais cedo e chego no centro 20 minutos mais tarde (pois a linha enche e para muito) perdendo o ônibus para o Galo Branco e tendo que esperar quase meia hora para passar outro.

[Trabalha no bairro] [J.P.]: Gosto pra caramba de trabalhar nesse bairro não é a toa q faz 6 anos q estou aqui mas essa mudança acabou com o pessoal q trabalha a noite chega sábado e domingo chegamos em casa tarde pois a empresa de ônibus não quer saber do trabalhador....

[Moradora do bairro] [M.M.V.M.]: Sou professora e costumo ir de ônibus uns três dias por semana. Mas desisti e estou indo direto de carro!!!! Caso contrário vou chegar depois dos alunos! E ainda tenho que pegar outro ônibus via bacabal porque a escola é Municipal no Parque. To vendendo minha casa e sonhando em morar num bairro mais acessível de logística. Moro no Altos da Serra VI.

Mesmo com as novas linhas, a questão do transporte público fica mais problemática durante os meses de julho, dezembro e janeiro, quando a Universidade entra em recesso escolar e as linhas são diminuídas. No ano de 2019, 33 linhas tiveram alterações no horário e rota, sendo duas delas a 121 e 128, que fazem o transporte para o Urbanova. Em todas as publicações dessas notícias na internet, é possível visualizar diversas reclamações dos usuários, que não acham justo a diminuição de linhas em função das férias escolares. Em uma publicação da Revista Urbanova de 1 de julho de 2019, dois trabalhadores escreveram sobre seu descontentamento:

[N.O.K.]: Acho um absurdo principalmente as linhas 121 e 128! Quase não tem, é um horário difícil e ainda tem redução dessas linhas.

[C.A.]: Acho isso um absurdo. Pois na verdade e recesso escolar. Nao importa o termo. Mas nos trabalhadores. Nao temos ferias. O pior que no final do ano tambem tem o mesmo transtorno. Alteram o horario de onibus pois tem as festas de final de ano e ferias escolares novamente.

Em outra publicação datada de 15 de maio de 2019 sobre os problemas em todas as linhas de ônibus do Urbanova, dois moradores descreveram que deixam de usar o transporte público e optam pelo transporte individual:

[J.J.R.F.]: Devido a todos esses transtornos relatados na reportagem é que temos que levar os filhos, mesmo os maiores, de carro para a escola.

[S.H.]: E se manhã não tem passado o ônibus direto, sem subir, para os alunos, tenho levado meus filhos, senão chegam atrasado

No mês de março de 2017, duas publicações foram feitas no grupo fechado Urbanova que discutia a problemática do trânsito e da utilização do transporte individual:

[R.V.]: Não vi NENHUM ALUNO indo de bicicleta, a pé, de van ou ônibus para as escolas da avenida. TODOS os carros levavam UM passageiro ou DOIS (no caso um adulto e um adolescente). Cruzei com apenas UMA L200 com quatro pessoas. Para quem não sabe, o trânsito somos nós que fazemos. Antes de abrir um post raivoso com foto de tudo parado na via, veja se está fazendo algo para melhorar o fluxo. E não me refiro a ficar cobrando abertura de novas vias com dinheiro do contribuinte.

[R.T.] Estou aqui trabalhando com transporte escolar a 17 anos no urbanova , quanto mais o bairro cresce menos alunos transporto.

[A.A.E.]: Se a escola disponibilizasse um onibus e todas as crianças fossem de bus, talvez esse problema se resolvesse. Mas a comodidade fala mais alto.

[C.Z.]: recentemente conheci uma história aqui do condominio onde duas familias vizinhas iam para a mesma escola levar os filhos mas ninguém tomava a iniciativa de oferecer uma carona!!! Deve haver uma conscientização e colaboração!! Temos que ser mais criativos e menos comodistas.

Embora em ambas as publicações tenha sido sugerido a criação de um grupo para caronas solidárias ou compartilhadas, não foi registrada nenhuma ação nesse sentido.

Além do problema do transporte público, o próprio acesso ao bairro é precário, pois é feito principalmente pela Av. Lineu de Moura, passando pela ponte construída pela NovaUrbe na década de 1980. Embora exista uma segunda entrada para o bairro, de estrada de terra, conectando o bairro com a 'zona norte' da cidade, a principal forma de entrada no bairro é pela ponte. No final do ano de 2020, a duplicação da ponte fez parte da pauta da entrevista feita pela Revista Urbanova com os 11 principais candidatos à Prefeitura de São José dos Campos. Todos concordaram que a Av. Lineu de Moura, que faz o acesso para a ponte e para o bairro, está saturada, e que é necessária à sua duplicação (ESPECIAL..., 2020).

Nos últimos anos, o campus da UNIVAP no Urbanova tem servido como local de encontro para diversos eventos da Prefeitura Municipal, devido à sua infraestrutura. No ano de 2006, foi realizada a 11º Reunião Pública Preparatória do Processo de

Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município, com a arquiteta Eliana Pinheiro Silva como Secretária de Planejamento Urbano. Nessa reunião, diversos moradores da cidade e do bairro Urbanova participaram com suas propostas e ideias em relação a atualização do Plano Diretor. Dos 32 participantes que pediram a fala, 13 citaram o Urbanova, muitos deles discutindo a ampliação do acesso ao bairro, ao trânsito nos horários e muita preocupação em relação a possível mudança no Zoneamento do bairro Urbanova com incentivos a verticalização. Nessa reunião, foi levantada a solicitação de uma ligação viária entre o Altos de Santana (zona norte) e o Urbanova, além de uma ligação entre o Jardim das Indústrias e o bairro Urbanova, além da criação de um anel viário pela Av. Shishima Hifumi e a Av. Possidônio José de Freitas (SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, 2006).

Doze anos depois, 2018, novas discussões foram feitas para a atualização do novo Plano Diretor da cidade. Os documentos de Devolutivas do Fórum Final do Plano de Desenvolvimento Integrado publicado pela Prefeitura mostram que as mesmas sugestões foram feitas em relação ao bairro, especialmente "Integrar a nova via de acesso vindo da Via Norte para o Urbanova com a Região do Jaguari, integrando o bairro com um todo", além de críticas feitas a uma possível ligação com Jacareí (SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, 2018a, p. 24). Para essa revisão do Plano Diretor, o IPPLAN - Instituto de Pesquisa, Administração e Planejamento de São José dos Campos, firmou uma parceria com a UNIVAP, onde quatorze estudantes do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo participaram dos fóruns como equipe de apoio, além de trabalharem na tabulação e captação dos dados. Os fóruns foram organizados como um momento de "participação popular, com uma fase para fazer contribuições orais, debates, discussões e apontamentos acerca do tema exposto" (SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, 2018b, p. 16)

Outra problemática na situação viária do bairro é a entrada pelo Campus Urbanova da UNIVAP atualmente é feita, de carro, apenas pela portaria principal, embora pode-se entrar, a pé, por uma portaria secundária e por uma entrada de pedestres. A dificuldade de acesso tanto do campus quanto do próprio bairro é dobrado quando se leva em consideração as pessoas com deficiência. Centenas de pessoas vêm à Universidade para serem atendidos devido aos atendimentos de enfermagem, nutrição, fisioterapia, serviço social e terapia ocupacional oferecidos pelo CPS – Centro de Práticas Supervisionadas, – no ano de 2017, foram feitos 13.802

atendimentos (UNIVERSIDADE DO VALE DO PARAÍBA, 2018). Conforme um estudo elaborado por Porcé (2009), foi possível concluir que o acesso à UNIVAP pelo transporte coletivo por pessoas com deficiência é "muito sofrível", pois além de não existirem ônibus adaptados para o CPS e a região, os que aqui chegam "circulam lotados nas horas de pico e que deveriam contemplar os usuários que fazem tratamento de saúde na UNIVAP" (p.38). Haja vista que a maioria dos usuários apresentam graves dificuldades de locomoção, o Transporte Adaptado Especial foi imprescindível, mas extremamente burocrático, o que acabava inibindo os atendimentos. O fato de muitos ônibus pararem perto da Universidade, mas não necessariamente na portaria é um dos principais problemas de acesso, fazendo com que algumas pessoas tenham que percorrer uma distância de 781.25 metros, para chegar ao CPS, necessitando subir um morro com declive de 34m (2009, p. 26).

Em nenhum momento desde sua inauguração o Campus Urbanova ficou totalmente aberto. Em outras cidades, a criação da Universidade estimulou o desenvolvimento com a sociedade urbana em geral criando espaço que, embora privados, são voltados ao universo acadêmico com a criação de livrarias, cafés, restaurantes, etc. A rua Maria Antônio em São Paulo, quando ali se reuniam a FFLCH, FAU e a Universidade Mackenzie, era um exemplo disso, embora também tenham acabado se fechando ao longo de sua histórica.

O bairro de Pedra Branca, no município de Palhoça - SC, é um exemplo de organização urbana em torno de uma universidade aberta. De acordo com seu site oficial, desde o início de sua história, na década de 1990, o bairro teve "como grande âncora a Universidade do Sul de Santa Catarina – Unisul, que aqui se instalou, trazendo vida e movimento ao empreendimento" - de fato, o loteamento foi primeiramente registrado como "Cidade Universitária Pedra Branca" (PEDRA BRANCA, 2021). De acordo com um site imobiliário, a criação do bairro utilizou a Universidade como âncora:

Sabendo da necessidade de uma empresa âncora para dar início ao projeto e, ao mesmo tempo, tendo conhecimento que a Unisul procurava um local para instalar seu novo campus em Florianópolis, foi realizada uma parceria entre bairro e universidade, através da qual, a Unisul ganhou um terreno para implantar o Campus Pedra Branca e o bairro encontrou a âncora que precisava para o seu lançamento (MERCADO IMÓVEIS, 2011).

Em outro site imobiliário é possível ver uma foto panorâmica destacando o Bairro Pedra Branca do restante da cidade. Os indicadores em verdade, números 11 à 14, identificam unidades educacionais: Unisul (11), Colégio Visão (12), Instituto Federal de Santa Catarina (13) e o Grupo Escoteiro Pedra Branca (14).

Figura 30. Foto Panorâmica do Bairro Pedra Branca, com destaque para seu limite com a cidade.



Fonte: Pedra Branca, 2021.

De acordo com o site, atualmente Pedra Branca conta com 2.300 lotes (unifamiliares, mistos e comerciais), com 7 mil estudantes, 5 mil habitantes e 5.500 postos de emprego, tendo capacidade para 40 mil moradores, 30 mil empregos e 10 mil estudantes. Levou-se em consideração que para a localização das moradias, comércio, serviços, lazer, trabalho e educação tudo pudesse ser percorridos a pé ou de bicicleta. Embora se trate de um loteamento de iniciativa privada, nenhuma das ruas ou conjuntos habitacionais tem restrição de acesso.

A questão do acesso controlado em loteamentos é diferente da de condomínios. Os loteamentos fechados são locais de acesso públicos cedidos pela municipalidade; enquanto nos condomínios as vidas internas e todo seu terreno são de propriedade privada e uso exclusivo dos condôminos, sem que tenham a obrigação de permitir acesso ao público de seus espaços internos comuns. De acordo com a Prefeitura Municipal de São José dos Campos, todos os conjuntos habitacionais horizontais localizados no Urbanova são loteamentos residenciais e não condomínios, apesar de diversos conjuntos serem intitulados como Condomínio, tais como: "Condomínio Residencial Village Campo Dei Fiori", "Condomínio Portal da Serra", "Condomínio Residencial Monte Carlo", "Condomínio Colinas do Paratehy", entre outros.

Apesar dos loteamentos do Urbanova supostamente deverem ter acesso livre, não é possível entrar em qualquer loteamento residencial sem que se conheça algum dos moradores, ou seja, sem uma autorização interna. J.O., que participou da elaboração da lei do fechamento de loteamentos e sua aplicação no bairro Urbanova, acredita que é um absurdo e um constrangimento que qualquer pessoa tenha que se justificar na portaria para poder ter sua entrada liberada, dando um exemplo que vivenciou em um loteamento:

eu passei várias vezes e via do lado de fora do muro uma fila imensa de pessoa, falei 'pô será que estão procurando trabalho ali? Ou tem alguma coisa aqui?' (risos), e uma fila imensa [...] e aí cara eu vou descobrir começar a perguntar tal não sei o quê, e ... que aquilo era [...] empregados cara, empregadas domésticas, e pedreiros, pessoas que iam prestar serviço, e que eles estavam sendo revistadas pra entrar no lugar, com bolsa e tal, cara isso é o fim de tudo que você pode pensar em termos de princípio, em termos de lei, sabe, é um absurdo, pô um absurdo (2016, p.20).

Como já foi mencionado, diversos moradores reclamam no grupo de Facebook sobre as empresas de monitoramento dos condomínios. Essa temática é discutida em diversos momentos durante os anos de 2014 e 2018, mas teve maior repercussão no ano de 2015, quando foi votada a constitucionalidade da lei municipal de 1999 que autorizou o fechamento de loteamentos, e corria-se o risco de todos os loteamentos do Urbanova serem reabertos. De acordo com diversos comentários, uma das motivações dessa votação seria que diversas pessoas eram impedidas de entrar nos loteamentos, "postura quase de milícia das empresas de segurança, muitas vezes coagindo até moradores". Uma publicação na Revista UNIVAP de 11 de setembro de 2015 descreve que a defesa dos loteamentos seria feita por uma equipe de advogados liderada pelo departamento jurídico do Colinas:

A intenção é conseguir a nulidade da lei e a derrubada de guaritas, muros e outros aparatos de segurança garantidos pela legislação municipal, que acabou por ser modelo para diversos outros municípios paulistas e do país. O MP não leva em consideração nem a decisão superior, ou mesmo as vantagens que a lei trouxe aos municípios e, em particular, a São José dos Campos no aspecto de segurança, já que o Vale do Paraíba está entre as regiões mais violentas do Estado (REVISTA URBANOVA, 2015).

Nessa mesma matéria, descreve-se que a abertura dos loteamentos seria um "retrocesso imenso" não só para o bairro, mas para o país inteiro que tinham esses tipos de empreendimentos imobiliários. A questão principal discutida era a segurança: de acordo com um empresário morador do Altos da Serra 2,

"[...] o Estado mal consegue ter um patrulhamento eficiente para conter a violência e coibir o aumento dos crimes na cidade, isso sem dizer que nem 10% dos casos são resolvidos. Não há motivos para atacar uma lei que partiu da sociedade organizada e que assegura nosso direito, como cidadão, a ter segurança a partir do momento que o governo não atende a isso. Isso sim é constitucional" (REVISTA URBANOVA, 2015).

Além disso, outro ponto crucial destacado na matéria é a desvalorização dos imóveis que ocorreria com a abertura dos loteamentos. Uma moradora do Altos da Serra I, residente no bairro há mais de 20 anos, disse que não teria condições de transformar sua casa "numa fortaleza" na ocasional abertura: "na atual situação econômica não temos como realizar o fechamento que precisará muro e portão automático" (idem).

De fato, a descrição do bairro tem sido comumente associada com "planejamento, alto padrão, organização viária, grande extensão em área verde e uma região com potencial de crescimento" (VILARREAL, 2019).

Como observa Bauman, as cidades hoje se associam mais ao perigo do que a segurança - alguns espaços querem manter-se distantes da insegurança e desordem, para defender alguns contra outros. Bauman cita os termos "espaços traiçoeiros, espinhosos e apavorados", espaços que não podem ser alcançados devido a acessos contorcidos ou demorados, que não são confortavelmente ocupados, pois são defendidos por aspersores instalados e muros ou saliências para inibir o ato de sentar, e que não podem ser utilizados de forma despercebida em função dos patrulhamentos ou postos de segurança. Esses equipamentos, para Bauman, tem um único e complexo propósito: isolar os enclaves extraterritoriais do espaço urbano contíguo. Assim, cria-se pequenas fortalezas onde a elite global supraterritorial pode habitar, tratar, cultivar e saborear sua independência e isolamento em relação à localidade (BAUMAN, 2007, p. 84).

Ainda para o autor, apesar das mudanças em sua estrutura espacial, as cidades foram e são espaços onde estranhos se movimentam em proximidade uns dos outros. A presença desses estranhos permanentes na vida urbana causa sentimento de incerteza a todos os moradores das cidades: eles são impossíveis de serem evitados, e são fonte de ansiedade e agressão, pois não se conhece a natureza de suas ameaças, e a incerteza dos riscos (BAUMAN, 2007, p. 90). Dividir o espaço

com estranhos, viver na incerteza da sua proximidade é uma condição difícil para os habitantes da cidade.

Em "Sociedade e Estado em Transformação", Jorge Wilhelm também descreveu que a incerteza faz com que os indivíduos se regem em um "conservadorismo autopreservativo, traduzido por comportamentos egoístas, corporativistas [...]" multiplicando, assim, os motivos para exclusões e excluindo aqueles estranhos às suas crenças. Para o autor, a banalização do erotismo, sadismo e da violência, gerados e ampliados pela mídia, inibem e imobilizam o processo crítico (2001, p. 21).

Em um lugar do instável mapa-múndi que hoje se esboça, em que ilhas de bem-estar, espalhadas pelo mundo, constituem um arquipélago fortemente conectado; em que privilegiados, fortemente interconectados, vivem segundo hábitos homogêneos, porém cercados por um oceano de excluídos (WILHEIM, 2001, p. 21).

Essa relação de estranheza entre os moradores do bairro e os frequentadores de fora pode ser associada com a relação entre *estabelecidos* e *outsiders* dos sociólogos Norbert Elias e John L. Scotson (2000). De acordo com a sociologia das relações de poder de Norbert Elias, o termo *outsider* é um complemento da relação com o *established*. O *established* - ou os 'estabelecidos' - é um termo que designa um grupo ou indivíduos que ocupam posições de poder e prestígio; é um grupo que se percebe e se reconhece como uma sociedade boa, poderosa e melhor, com tradições e influência, ao contrário dos *outsiders*, que estão fora dessa sociedade. Esse grupo com uma melhor autoimagem (os estabelecidos, com mais tempo de moradia) são superiores, em termos de poder, aos outros grupos, e evitam manter qualquer outro contato (com exceção do profissional) com eles (os *outsiders*).

Bauman usa o termo mixofobia (medo de misturar-se) para caracterizar as manifestações de enclaves extraterritoriais - locais isolados de terreno contínuo na cidade, onde se pode construir pequenas fortalezas para os integrantes da elite global extraterritorial. Nessa paisagem urbana, os espaços fechados assinalam a "desintegração da vida comunitária" (BAUMAN, 2009, p. 43). Os diferentes tipos de humanos e estilos de vida que podem ser encontrados nas ruas da cidade e até nas zonas residências impõe tensões incômodas e desorientadoras, que favorecem as tendências segregacionistas. Para Bauman, a origem da mixofobia é fácil de ser identificada, mas não justificada: é a renúncia de tentar entender e compactuar com a convivência, com as diferenças, que apaga a necessidade de "olhar profundamente

dentro do outro" e expressa o desejo de semelhança, para a formação de uma "comunidade de semelhantes", uma "apólice de seguro contra riscos que caracterizam a vida cotidiana" (BAUMAN, 2009, p. 45).

De acordo com Bauman, com a crescente suspeita em relação a outros, a intolerância à diferença, ressentimentos com estranhos e o desejo de bani-los e isolá-los, aliados com uma preocupação histórica pela lei e pela ordem, atingiram as comunidades locais que queriam ter uma ilusão de igualdade que é garantida pela similaridade de todos dentro do campo visual (BAUMAN, 1999, p. 54).

O geógrafo Milton Santos também escreveu sobre como o medo afeta a vida cotidiana: para o autor, o medo está agora industrializado e a serviço do mercado (SANTOS, 1992, p. 95). O maior medo, para Santos, é o "medo da pobreza e o medo dos pobres", e ele acreditava ser possível supor que as cidades futuramente seriam tão fragmentadas do ponto de vista material e social que levaria à recriação de uma vida coletiva que seria "representativa das condições de vida reinantes em cada fragmento" (SANTOS, 2002).

Esse medo de *estranhos* ao bairro pode ser percebido principalmente no ano de 2016, durante o período de construção do Parque Ribeirão Vermelho, pela Prefeitura Municipal. O Parque seria o primeiro equipamento público no bairro. Quando faltavam seis meses para sua inauguração, foi feita uma publicação, no grupo do *Facebook* Bairro Urbanova em 11 de fevereiro, perguntando se os moradores eram contra ou a favor da sua instalação. A publicação teve uma grande repercussão, com 167 comentários e diversas réplicas e tréplicas. Diversos comentários contra colocam como principal motivo a segurança do bairro; já os a favor colocavam a socialização como um fator positivo. Um membro em específico, identificado aqui como R.Z., fez diversos comentários sobre o motivo de ser contra:

Sou da seguinte opinião: quem quer badalação, bagunça, ver muita gente, mude de lugar. Aqui queremos totalmente sossego, tranquilidade, paz, segurança e não perturbar ninguém. Fica a dica. Quem é de outros bairros não tem nem que dar opinião pois não moram aqui. [...] Não temos estrutura nem pra nos moradores aqui, vocês sabem bem disso, o caos que é na avenida principal. Queremos resolver nossos problemas soluções e não trazer mais problemas. Serão mais assaltos mais trombadinhas pra cá e vivemos muito bem aqui como estamos. Sou contra. Tem parque da cidade Vicentina Aranha. E muitos outros clubes que oferecem também este tipo de modalidades. [...] Vocês sabem que não é esta a realidade. Será um maconhão da vida como é na ladeira. Como é no final do Jaguary, onde milhares de adolescentes bebem, fumam, cheiram a torto e a

direito, e a sociedade fecha aos olhos, pura hipocrisia. Fora o motel a céu aberto que é o Alphaville. Vamos nos arrepender muito disso, pode apostar.

O usuário foi apoiado em diversos momentos por outros membros do grupo. No entanto, outros defendiam o parque como um novo meio de socialização:

[T.V.]: Sou super a favor. O Urbanova e a cidade precisam desse espaço de esporte, lazer e encontro. Aqui vem atletas da cidade toda treinar. O bairro oferecer esse espaço faz todo sentido. Frequento vários parques e praças da cidade e em nenhum deles vejo os possíveis problemas citados aqui. São locais frequentados por famílias, sem drogas ou violência. Por que aqui seria diferente? Já botamos tantos muros e nos apropriamos de tantos espaços públicos (a ponto de acharmos que podemos assassinar os animais que "invadem" esses espaços). Compartilhar um pouco do nosso bairro com os demais moradores da cidade é quase que nosso dever. Bem-vindo parque do Ribeirão Vermelho e todos os seus frequentadores!

No final, a computação de votos resultou em 32 a favor e 14 contra. Ainda sim, as reclamações de festas de grande fluxo de pessoas que eram comentadas no ano de 2003 voltaram novamente nos anos de entre 2015 e 2017. Em entrevista, J.O. fez referência aos comércios ao entorno da Universidade:

[...] o seguinte, pelo fato da Universidade ter sido criada Universidade você tem uma lei que proíbe que num tem um raio, tá, da de tem uma distância que tenha qualquer estabelecimento comercial que venda bebida alcoólica. Aqui se estabeleceu um corredor de bares (*risos*) entendeu, bares, boates, tudo que você puder assim imaginar. Eu cansei de ver aluno totalmente bêbado [...] [*temos que*] parar e apontar a responsabilidade da UNIVAP, tá, porque ela virava as costas tá então ela assim ela achava que esse problema extra ah muro da universidade, que é um problema que na verdade ela gerava, tá, [...] assim escutei várias vezes, 'depois da aula não é mais problema nosso' (2016, p.12).

Nessa publicação, foram feitas algumas referências a "ladeira". Em 2015, um grupo de moradores fez uma reclamação ao Secretário de Defesa do Cidadão em relação à perturbação de sossego, ordem pública e do descumprimento da lei do silêncio na "ladeira do Urbanova", localizada no final da Avenida Shishima Hifumi, na Av. Celuta Barbosa Mendonça; e também na "ladeira do Alphaville". De acordo com a Revista Urbanova, o problema, segundo os moradores, piorava a cada final de semana, com queixas que iam além do lixo acumulado e do som alto, sendo também relatados "consumo de álcool, venda e consumo de drogas, rchas de motos e carros nas madrugadas aos finais de semana" (REVISTA URBANOVA, 2016).

Os estudantes, muitas vezes, eram apontados como causadores dos problemas na ladeira. Embora a NovaUrbe tivesse previsto a criação de moradias estudantis, o edifício nomeado "University" não foi feito. Mas atendendo a essa demanda, diversos apartamentos localizados de frente para a universidade são alugados por alunos, especialmente próximos da "ladeira do Urbanova", o que contribuía para os comentários de que os "fluxos" realizados naquele local tinham a presença dos alunos. Também em sites de aluguéis diversos apartamentos destacam a proximidade com a Universidade. Em entrevista, M.B.S. disse acreditar que as primeiras repúblicas e pousadas se iniciaram após a instalação da Universidade

Eu acho que foi as primeiras repúblicas que tinha na porta da UNIVAP, na primeira portaria ainda, onde estão as pizzaria ali hoje, tinha umas pousadas, uma coisa assim, e começou a vir jovem, mas é ... isso eu não sei, deve ser mais de 90, deve ser uns 95, quase 2000, não sei, começou aparecer, mas antes disso não tinha não se pensava nisso (2016, p.5).

Atualmente, diversos estudantes moram ou alugam apartamentos nos arredores da Universidade. No site imobiliário "livehere", a segunda pesquisa mais feita é "Apartamento perto da UNIVAP" (LIVEHERE, 2021). Além disso, diversos funcionários também adquiriram imóveis próximos da Universidade ao longo dos anos.

Nos sites de aluguéis de imóveis, diversos citam a proximidade com a Universidade. No entanto, existem alguns edifícios mais conhecidos por abrigarem estudantes, por estarem na rua de frente para a portaria principal, terem apartamentos já mobiliados e com preço abaixo da média, ou seja, em torno ou abaixo de mil reais por mês (com base nos dados fornecidos pelos sites de aluguéis).

Na figura 31 é possível ver cinco dos principais prédios de moradia estudantil, localizados na Avenida Shishima Hifumi, de frente para a UNIVAP e para suas portarias, principal e secundária.

Figura 31. As principais repúblicas utilizadas pelos estudantes da Univap, em imagem de satélite



Fonte: Google Maps, 2021. Editado pela autora

Como notam Paula e Baumgartner, as universidades participam ativamente no mercado imobiliário ao criarem demandas por novas áreas, vinculadas à expansão ou renovação das áreas no seu entorno, criando a necessidade de moradia, transporte e serviços pela comunidade acadêmica. Alguns entrevistados discorreram sobre como os primeiros comércios do bairro eram precários na década de 1990, mas melhoraram após a instalação da Universidade:

comércio não tinha nenhum na época e o primeiro comércio que saiu que surgiu foi um barzinho, tinha uma porta só, onde hoje era o posto Bandeirante e ali tinha uma portinha só, era um quarto e uma venda, isso foi em mil novecentos e... noventa e sete, então não tinha nada nada nada. E aí depois eu me lembro quando que surgiu a UNIVAP que aí começou a melhorar as coisas pra gente aqui [O.L.G.]

foi na época daquele condomínio de frente pra faculdade, foi mais ou menos 2000, daí começou a ter ali umas coisinhas, começou, ah era a padaria e a bandeirante, produto de construção, era os dois, tinha uma numa esquina e outra na esquina, só, você ia andando pra lá tinha os dois né, e ali era aberto, não tinha condomínio, não tinha muro nem nada. Tanto é que a gente vinha pelo fundo do condomínio pelo mato e saía na padaria [R.B.S.].

Um levantamento feito pela Revista UNIVAP descreveu que o primeiro ponto comercial do bairro foi da própria Imobiliária NovaUrbe, em 1984. Para M.B.S., a padaria, o posto e as lojas de materiais de construção que existiam na década de 1990 eram voltados para os moradores. Mas depois

começou a aparecer é... questão de xerox essas coisas, livraria, é de refeição né, apareceu alguns restaurantes, estacionamento, isso foi tudo por causa de lá [da Universidade]. Quando eu acho que foi quando saiu um predinho lá na ponta, lá no final mesmo, que levantou o predinho da ladeira, e ali encheu de morador-aluno, aí acho que daí começaram a ver que ia começar a aparecer e aí surgiu as os outros comércios.

De acordo com uma matéria feita pela Revista Urbanova em 2018, os moradores costumavam utilizar apenas o comércio externo para compras e serviços, e muitos comércios abriram e fecharam nas últimas décadas: "falta de público? Aluguel alto? Cobrança de preços elevados? Não se sabe ao certo o motivo", descreve a matéria. Uma entrevista realizada com a moradora do bairro, R.B.S., disse que o preço dos comércios do bairro são mais caros do que de outros locais, já que "tem a história de que o Urbanova é de rico, né, então é.. comércio aqui é um pouquinho mais caro":

Se você fala que é morador da Urbanova em qualquer estabelecimento fora do bairro você é taxado, 'não, é rico, então esse pode pagar mais' (risos). Infelizmente, se você olhar nos grupos da Urbanova todo mundo reclama disso. Compara até os preços daqui em outros lugares a diferença é muito grande. Esse é um lado ruim da gente ter vindo pra cá (2016, p. 3).

A Revista Urbanova tem realizado pesquisas sobre o número de comércios no bairro. Em 2018, eram 158; em 2020, 200 e, em 2021, foram levantados 221 comércios, considerando o início do bairro na Av. Lineu de Moura e sem contabilizar os comércios internos da UNIVAP e do seu Parque Tecnológico.

Em um bairro cercado por muros de condomínios, o comércio e a Universidade têm se constituído como uma forma de interação das pessoas com o bairro Urbanova. Próximos à Universidade, além das moradias estudantis, existem diversos bares, lanchonetes e restaurantes. Especialmente o bar do Pit Stop e o local onde atualmente é o HJ10 Bar foram durante anos motivos de reclamação dos moradores. O HJ10 Bar é localizado onde antes era o "Bar da Ladeira", que havia gerado diversas reclamações no ano de 2015 e 2016, por conta do som alto e consumo de álcool por jovens no local, criando "fluxos". Na Fig. 32 é possível ver a localização de 20 comércios alimentícios, sendo 8 dentro da UNIVAP, ao longo do trecho da Universidade na Av. Shishima Hifumi.

Figura 32. Comércios do ramo alimentício no trecho da Universidade no bairro Urbanova. Imagem de satélite.



Fonte: Google Earth, editado pela autora.

Embora em entrevistas e no grupo do *Facebook* “Bairro Urbanova” a UNIVAP e seus alunos frequentemente são apontados como participantes ou até mesmo culpada dos “fluxos” e festas realizadas no bairro, mas nas notícias publicadas em jornais esse apontamento não acontece, e geralmente os frequentadores são apontados como “adolescentes menores de idade”.

É notável que, ao longo dos anos, a quantidade de alunos que frequenta o campus Urbanova diminuiu, enquanto o número de moradores aumentou. O ano de 2003, em que a reclamação das ondas de violência era associada à UNIVAP, também foi o ano que a Universidade atingiu seu maior número de matrícula já registrado: 11.546 alunos (AQUINO, 2017). Em 2019, o número total de matriculados não passava de 5 mil, e o número total de residentes chegava em 8 mil.

Em 2008, pela lei Nº 353, as áreas situadas nos loteamentos Urbanova I, Urbanova II, Urbanova III, Urbanova IV, Urbanova IVa, Urbanova V, Urbanova VI e Urbanova VII passaram a ser classificadas nas zonas de uso Zona Residencial - ZR e Zona Mista Seis - ZM6. As Zm6 se constituem como

áreas com limitada capacidade de infraestrutura, podendo apresentar tendência à saturação do sistema viário no local e entorno, nas quais é necessário o controle de adensamento, mediante coeficiente de aproveitamento adequados, tamanho mínimo de lotes, bem como a limitação do gabarito de altura máxima permitida.

De acordo com a Lei Nº 353, ao final de qualquer obra de unidades residenciais multifamiliar, na Zona de Uso ZM-6, no bairro Urbanova, o empreendedor deveria doar mudas de árvores para a Prefeitura, em quantidade que seja pelo menos duas vezes o número de apartamentos construídos.

As novas leis, no entanto, não alteram a situação de legalidade dos loteamentos e condomínios no bairro, seguindo uma tendência no país onde há urbanistas e juristas que apoiam a legalidade dos loteamentos com acesso controlado na medida em que estes melhoram a qualidade de vida de seus habitantes, garantem sua segurança e valorizam os espaços urbanos, tendo como base o predomínio do interesse local dos municípios e sua autonomia administrativa. Já outros se contrapõe a esse modelo de ocupação urbana por considerá-los ilegais por promover o uso privativo de bens públicos e perversos do ponto de vista social (LORENZONI, 2016, p.85).

Como notam Rolim e Serra (2009), para que a Universidade atue de forma transformadora e crítica, é necessário que ela tome, para si, os compromissos relacionados com a promoção de ações de desenvolvimento nas diferentes áreas. Dessa forma, a Universidade incitará a atuação de integração no processo de desenvolvimento regional. Uma das formas é a complementação do currículo, de forma a permitir que os alunos atuem de forma direta com a comunidade.

A raiz dos problemas vivenciados pela sociedade é resultado de sua própria ação e, para mudar isso, é fundamental um processo educativo capaz de conscientizar o indivíduo para agir de forma crítica. Para Midlej e Fialho, a Universidade ganha uma importância singular na dinâmica dos processos de desenvolvimento onde se insere, ganhando não apenas contornos socioespaciais ao incorporar o contexto econômico, cultural, político e histórico do seu entorno, mas ao empreender processos de produção e inovação tecnológica, difusão de ciência e cultura e ao qualificar diferentes níveis de ensino no sistema educacional (2005, p.1).

Como observam Rolim e Serra, é necessário que as universidades promovam um melhor intercâmbio com a sociedade civil, para que esta fique ciente não apenas de sua importância e potencial como desenvolvedor regional, mas também para que a própria Universidade tenha novas possibilidades de se integrar com a comunidade (2009, p. 97). É necessário que haja uma sinergia entre as intenções e objetivos da Universidade da localidade onde ela está inserida, pois ela certamente pode

contribuir para a melhoria do patamar de vida de sua região através do que elas têm de melhor a oferecer: a qualidade dos profissionais que elas formam, as pesquisas desenvolvidas em seus campi e a transferência dos seus resultados para a sociedade. Além disso, elas também podem fornecer ao meio que a cerca uma ampla variedade de atividades culturais, que acabam por fazer parte do calendário cultural promovido pela municipalidade (2009, p. 98).

Levando em consideração seu caráter comunitário, desde a década de 1990 a Universidade do Vale do Paraíba tem atuado em diversos projetos voltados para o atendimento da comunidade joseense, com a participação do alunado de diferentes cursos. A UNIVAP tem cinco faculdades e 34 cursos de graduação, na modalidade bacharelado e licenciatura e, ainda, três cursos de tecnólogos.

Tabela 4. Faculdade de Ciências da Saúde

Curso	Bacharelado	Licenciatura	Tecnólogo
Biomedicina	X		
Enfermagem	X		
Estética	X		
Fisioterapia	X		
Medicina Veterinária	X		
Nutrição	X		
Odontologia	X		
Serviço Social	X		

Fonte: UNIVAP

Tabela 5. Faculdade de Engenharias, Arquitetura e Urbanismo

Curso	Bacharelado	Licenciatura	Tecnólogo
Arquitetura e Urbanismo	X		
Engenharia Aeronáutica e Espaço	X		
Engenharia Agrônômica	X		
Engenharia Ambiental e Sanitária	X		
Engenharia Biomédica	X		
Engenharia Civil	X		
Engenharia da Computação	X		
Engenharia da Produção	X		
Engenharia Elétrica	X		
Engenharia Mecânica	X		
Engenharia Química	X		

Fonte: UNIVAP

Tabela 6. Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas e Comunicação

Curso	Bacharelado	Licenciatura	Tecnólogo
Administração	X		
Ciências Contábeis	X		
Design de Moda	X		
Fotografia			X
Gastronomia			X
Jornalismo	X		
Publicidade e Propaganda	X		
Rádio e TV	X		

Fonte: UNIVAP

Tabela 7. Faculdade de Direito

Curso	Bacharelado	Licenciatura	Tecnólogo
Direito	X		

Fonte: UNIVAP

Tabela 8. Faculdade de Educação e Artes

Curso	Bacharelado	Licenciatura	Tecnólogo
Artes Visuais		X	
Artes e Mídias Digitais			X
Ciências Biológicas	X	X	
Educação Física	X	X	
Geografia		X	
História		X	
Pedagogia		X	
Psicologia	X		
Química	X		

Fonte: Univap

Todas as Faculdades têm projetos de pequena à grande escala, com objetivos de curto ou longo prazo, sendo realizados de forma a impactar a cidade de São José dos Campos. Os cursos de licenciatura, por exemplo, têm projetos PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência), em que os alunos nos últimos anos da graduação vão à sala de aula de escolas públicas para realizarem projetos. Diversos trabalhos de conclusão de curso foram publicados na UNIVAP sobre a experiência no PIBID, demonstrando a sua importância na formação docente.

Em 2003, a UNIVAP em parcerias com o Lions Club International Foundation, Lions Clube São José dos Campos, Banco Santander, Pastoral da Saúde e da Criança de São José dos Campos, Taubaté e Caraguatatuba, instituiu o Projeto Social Vale a Pena Viver. Os alunos e professores participantes do projeto iam a zonas de interesse social para oferecerem cursos e serviços gratuitos. Entre os anos 2000 e 2002 a UNIVAP também participou do Projeto Vale Criar, criado pela Instituto General Motors (GM), com parceria com a UNIVAP, Lions Clube e a Breda Turismo, voltado para o atendimento de crianças e adolescentes na zona leste da cidade, com o objetivo de desenvolver atividades extracurriculares durante quatro horas por dia, voltada para as áreas de informática, dança, teatro, música, leitura e construção de texto, esporte, entre outros.

Outros projetos da Universidade que tiveram impacto regional e até mesmo fora dos limites estaduais foi, por exemplo, a participação no programa Universidade Solidária. A UNIVAP passou a participar do programa em 1997, onde alunos e professores iam para as regiões Norte e Nordeste para realizarem trabalhos relacionados com bem-estar e cidadania. A Universidade atuou nas cidades de Atalaia do Norte (AM); Pão de Açúcar (AL); Santa Isabel do Rio Negro (AM); São Francisco Xavier (SP) e Moamba - República de Moçambique (África) (DIÁLOGO S.D.). Desde 2005, a Universidade também faz parte do Projeto Rondon, coordenado pelo

Ministério da Defesa desenvolvendo ações sociais e educacionais pelo país. De 2006 a 2019, alunos e professores da UNIVAP foram para Itaóca, Itapirapuã Paulista e Ribeira (SP), Piraí do Norte (BA); Chuí (RS), Muribeca (SE); Jordão (AC), Madeiro (PI), Curuá (PA), Cerro Branco (RS), Paranaiguara (GO), Itacajá (TO), Presidente Vargas (MA), São João do Sabugi (RN), Luis Domingues (MA), Tracuateua (PA), São Pedro da Cipa (MT), Nova Rosalândia (TO) e Santa Rosa do Piauí (PI).

Além dos atendimentos que faz no campus Urbanova pelo CSC - Centro de Serviço à Comunidade, desde 2017, a UNIVAP também tem uma parceria com a Prefeitura de Monteiro Lobato, para que sejam realizados serviços de atendimento odontológico gratuito aos moradores. Outro atendimento realizado pela UNIVAP é o atendimento jurídico, feito por intermédio do Núcleo de Prática Jurídica da Faculdade de Direito com o Procon de São José dos Campos.

Embora a Universidade realize diversas ações na cidade com parcerias com a Prefeitura Municipal, a Câmara Municipal e a Fundação Cultural Cassiano Ricardo, entre outros, é perceptível no depoimento de diversos entrevistados e comentários na rede social Facebook, que eles sentem falta de um maior relacionamento da Universidade com o bairro onde ela está inserida. As únicas atividades realizadas pela UNIVAP no bairro foram realizadas na comunidade Bairrinho, entre a década de 1990 e início dos anos 2000.

Entre as ações realizadas, se destacam a presença das crianças do Bairrinho que estudavam no colégio de ensino infantil e fundamental "Stephen Boemisch" com bolsas fornecidas pela Universidade; a rede de água e luz elétrica, instalada pelas Prefeituras de Jacareí e São José dos Campos com o apoio da UNIVAP e assistência odontológica para os adultos e crianças do bairro (BOLETIM UNIVAP, 1999). A Universidade também realizava um trabalho com 172 crianças e adolescentes que, durante o tempo em aula, recebiam alimentação e participavam de atividades esportivas de lazer. Também eram levados à comunidade o Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos e o Programa Multiprofissional, para adultos no exercício da profissão autônoma; e o Programa de Educação Ambiental, voltado para a melhoria da qualidade de vida (DIALOGO 55, 2002). No entanto, todas essas atividades executadas no Bairrinho foram encerradas com o fim da escola de ensino infantil e fundamental "Stephen Boemisch", em 2013.

Conforme observou Midlej, a região de influência onde a Universidade está inserida contribui para a sustentação de suas ações, e cabe à Universidade articular o seu saber científico e a realidade (MIDDLEJ, 2004, p. 26). Para o entrevistado J.O., a Universidade precisa se posicionar para servir à comunidade ao seu entorno.

a Universidade dentro da capacidade dela, estar servindo à comunidade [...] poxa tem uma faculdade de arquitetura e urbanismo, você tem uma pós uma pós-graduação em nível de mestrado que é em planejamento urbano, pô, porque que não aplica coisa aqui? [...] Por que que não olha pro entorno? Sabe, se é o entorno que ela está [inserida] (2016, p.12).

Outros depoentes também comentaram sobre como, no início das atividades do campus, se ia mais à Universidade para participar dos cultos ecumênicos e das opções de lazer oferecidas, mas que o contato com o campus diminuiu conforme as opções fora da Universidade foram aumentando:

M.B.S.: O que a UNIVAP tinha de legal antigamente que hoje talvez chamasse [os moradores do bairro], é eles tinham a beira do lago, naquela região mais arrumadinho, limpinho, tinha uns quiosques de churrasco [...] ainda se usou muito antes de ter a Igreja da Urbanova, se usou a Igreja lá dentro da UNIVAP, com a partir do auditório, depois do auditório fizeram a Igreja mesmo lá dentro, aí começou a usar a Igreja até que fizeram a Igreja do bairro né.

R.B.S.: tinham vários projetos né que a UNIVAP além de os alunos envolviam os pais né, dia das mães, por exemplo [...] envolvia a comunidade toda, isso era muito gostoso, era bom a gente ir até a escola né.

O.L.G.: Nós usávamos, nós somos católicos e não tinha aonde fazer... as celebrações e fazia as celebrações numa capela ecumênica que tem na UNIVAP. Então nós íamos todo final de semana lá na Universidade, pena que não tem foto dessa época da gente indo. Mas a comunidade começou a se reunir lá né, da católica aos domingos lá, eu tinha um vizinho aqui que começou a montar um grupo que onde é que surgiu a igreja hoje, começou a construção da igreja e ele começou a chamar a gente pra ir.

Como observou Aquino, embora a Universidade do Vale do Paraíba seja uma instituição comunitária sem fins lucrativos, o parecer do CFE que aprovou a criação da Universidade em 1992, apesar de destacar os princípios comunitários da universidade, não teve um amplo debate com a comunidade, nem expressou, em sua comissão, a participação da comunidade externa (2017, p.79). Para Aquino, a diminuição da participação da comunidade externa na direção da UNIVAP, com a participação em seus Conselhos, passou a aumentar a partir do ano de 2011, com a reformulação de seus Estatutos. No entanto, para o autor, analisando o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da universidade, foi possível concluir que

Não encontramos nesses documentos uma descrição, ainda que superficial, de como e quais setores da comunidade externa interagem com a universidade, sobretudo em suas atividades de extensão e de pesquisa. Tudo indica que essas atividades estão mais voltadas (pensadas, planejadas e construídas) para os interesses internos, sejam de docentes e pesquisadores, individuais ou em grupos, sejam da instituição pela preocupação com sua sustentabilidade econômico-financeira, tudo isso em detrimento dos ou subordinando os interesses comunitários (2017, p. 110).

Para Boaventura de Souza Santos, “só há universidade quando há formação graduada e pós-graduada, pesquisa e extensão” (2013, s.p.) Dessa forma, para o professor, sem pesquisa ou cursos de pós-graduação, as instituições não podem se considerar universidades, mas sim instituições de ensino superior. Também é necessária que suas pesquisas envolvam a comunidade e as organizações sociais populares, que poderão se beneficiar dos resultados das pesquisas universitárias. É necessário articular os interesses sociais com os interesses científicos dos pesquisadores, produzindo conhecimento científico técnico e especializado e colocando-o à disposição desses grupos.

Aquino conclui que é necessário construir uma "compreensão do agir universitário comunitário" na Universidade, pois a não existência de um consenso em relação ao papel comunitário da UNIVAP, assim como a falta de comunicação interna, são fatores que dificultam o cumprimento desse princípio institucional que é proclamado pelos documentos oficiais da instituição (2017, p. 132). Como observam Rolim e Serra, existem diversas barreiras para o engajamento da Universidade no processo de desenvolvimento onde ela está inserida e, em muitos casos as Universidades se preocupam mais com questões de interesse nacional do que as questões voltadas para as questões específicas de suas regiões (2010). Para superar esses obstáculos, é necessário um maior envolvimento com a comunidade local e regional por meio de projetos de extensão e aumentar a participação da comunidade interna e externa, com uma discussão e formulação das políticas de ensino.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme foi possível observar pelo referencial teórico escolhido, as universidades têm uma grande presença na comunidade onde estão inseridas, construindo laços com a comunidade local e, muitas vezes, servindo como "âncora" e atrativo para investimento nos bairros onde se inserem. Dessa forma, as Universidades criam uma territorialidade, impactando o mercado imobiliário onde estão inseridas e se tornando um fator de urbanização.

O tema dessa tese foi escolhido como uma forma de compreender como a criação e instalação da Universidade do Vale do Paraíba impactou o bairro Urbanova, gerando diversas mudanças que, se não fossem pela sua instalação, possivelmente não teriam ocorrido. Os autores utilizados, tais como Araújo, Midlej e Mahler, deixaram claro que a Universidade induz fluxos de crescimento com a formação não apenas de mão de obra para suprir as demandas locais, mas também como indutor de investimento, capital e pessoas que acabam por dinamizar a economia local, servindo como um fator locacional para suas escolhas.

Foi possível concluir que, embora a zona oeste já estivesse prevista como parte da região de expansão da classe de alta renda, a popularização do Urbanova se deu, em grande parte, devido à instalação da Universidade na década de 1990, que também impactou no seu fechamento em loteamentos e condomínios fechados, embora sua legalização ainda seja discutível. A partir dos registros de loteamentos fechados da Prefeitura, nota-se que a maioria dos loteamentos que se estabeleceram na cidade, foram criados a partir do ano de 2005, reforçando a tese de que o fechamento do bairro, no final da década de 1990, foi motivado principalmente pelo grande fluxo de pessoas trazido como consequência da instalação da Universidade, e não como parte característica de um empreendimento de alto padrão.

Os depoimentos colhidos demonstraram que a Universidade foi, para os moradores entrevistados, um dos motivos para a compra do terreno no bairro Urbanova. Assim, foi possível comprovar que a Universidade foi, de fato, um impulsionador em termos de urbanização, aquecendo o mercado imobiliário e pressionando o Poder Público a fazer investimentos no bairro, servindo para intensificar o uso do espaço e fazendo com que a região ganhasse mais atenção, sendo um importante equipamento no bairro. Assim, a UNIVAP, ao ser instalada, provocou mudanças no que se refere ao espaço - ela fez parte do movimento de

expansão da zona oeste, e se colocou como elemento que contribuiu para a configuração do espaço nessa região. Ou seja, a UNIVAP foi um elemento que participou dessa organização do espaço. Utilizando das entrevistas de moradores antigos no bairro, foi possível perceber que a maioria se refere à Universidade como um grande agente catalisador da urbanização e concentração de novos moradores no local. Foi possível compreender que a Universidade também causou uma valorização da terra ao seu entorno, influenciando diretamente na melhoria da infraestrutura urbana trazendo benefícios, mas também, de acordo com os moradores, malefícios, vistos na forma de ondas de violência e trânsito nos horários de entrada e saída de alunos.

Considerando esses impactos, é necessário que a UNIVAP assuma um maior protagonismo no bairro. Aquino (2017) observou que é necessário que a UNIVAP cumpra seu princípio institucional comunitário, tendo um maior engajamento com a comunidade local. As entrevistas e depoimentos utilizados demonstraram que a Universidade poderia ter mais participação no bairro aplicando projetos elaborados pela Universidade, voltando-se para a comunidade ao seu entorno, para as questões ambientais e até mesmo para a segurança, pois são problemas que afetam também o cotidiano universitário.

No seu Plano de Desenvolvimento Institucional 2021-2025, está descrito que a UNIVAP deverá "consolidar seu perfil comunitário" ao estreitar vínculos sociais com diversos atores sociais e instituições locais e regionais, propondo uma formação qualificada e articulada, "visando à compreensão e superação dos problemas do mundo contemporâneo que afetam diretamente a comunidade" (2020, p.2). Embora o conceito de "comunidade" seja utilizado de forma ampla, em nenhum momento é citado o bairro em que a Universidade está inserida.

Tendo em vista todo o envolvimento que a instituição teve com o bairro ao longo de sua história, é necessário que ela pense e aja sobre o seu território, incentivando alunos e professores a realizarem pesquisas sobre o local onde a Universidade está inserida, de modo a contribuir para o melhor entendimento do bairro para planejar ações de maior impacto. Atualmente, a maioria de trabalhos de conclusão de curso de graduação que abordam o bairro são dos cursos de Ciências Biológicas e Biologia que, embora façam parte da FEA (Faculdade de Educação e Artes), trabalham temas voltados para o estudo da fauna e da flora do local. Nos programas de Mestrado e

Doutorado em Planejamento Urbano e Regional, dois trabalhos analisaram os loteamentos fechados em São José dos Campos, com diversas discussões sobre os melhoramentos de infraestrutura por parte do Estado na zona oeste e a especulação imobiliária nos bairros Aquarius e Urbanova (MARIA, 2008; COSTA, 2019); um analisou as transformações da região oeste da cidade (SIQUEIRA, 2007) e outro analisou a comunidade Beira Rio (CARDOSO, 2017)¹³.

Todos os trabalhos descreveram sobre como o bairro Urbanova, com seus condomínios fechados, se tornou um bairro excludente, voltado para a camada de alta renda. Nesse contexto, a Universidade do Vale do Paraíba, tendo tido um grande papel na urbanização do bairro e também sendo considerada o principal fator do fechamento dos loteamentos no bairro, tem a possibilidade de se envolver com o bairro como uma instituição-âncora, com a realização de intervenções locais para estabilizar as condições do bairro com melhorias nas áreas de segurança, socialização e planejamento viário. Estabelecendo contato com o bairro e suas comunidades, a Universidade poderá criar um equilíbrio entre seus próprios objetivos e as necessidades do bairro, criando estratégias e projetos que possam impactar e atender toda a comunidade em seus aspectos físicos, econômicos e sociais, de forma que a Universidade se torne e seja reconhecida como um agente ativo no bairro.

¹³ CARDOSO, Flavia dos Santos. O rio é o nosso quintal: as encruzilhadas de uma comunidade ribeirinha urbana. Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. UNIVAP, 2017.

COSTA, Gislaine Aparecida da. São José dos Campos - cidades de loteamentos fechados e a construção dos muros que segregam. Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. UNIVAP, 2019.

MARIA, Mateus de Godoi. Novas formas de ocupação urbana: os loteamentos fechados em São José dos Campos. Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. UNIVAP, 2008.

SIQUEIRA, Luciane de Menezes. Um setor urbano em transformação: a região oeste de São José dos Campos - SP. Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. UNIVAP, 2007.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGORA. **Bevilacqua**: O Fechamento da Arquitetura é inexplicável. 20/03/1976.

AGORA. **Marcondes não crê em "intranquilidade"**. 23/01/1980.

ALBERTO, Klaus Chaves. **Formalizando o ensino superior na década de 1960**: a cidade universitária da UNB e seu projeto urbanístico. 2008. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

ALMEIDA, Fábio de. Documentação e Comunicação Digital do Patrimônio Arquitetônico Moderno: Centro Técnico de Aeronáutica–CTA. **DHE Patrimônio digital**, p. 219-221, 2009. Disponível em: http://cumincades.scix.net/data/works/att/sigradi2009_890.content.pdf. Acesso em: 05 dez. 2018.

ALVES, Adriana Thaís da Silva. **O bairro planejado Urbanova, São José dos Campos**: transformação de tecido urbano, pelas bordas da cidade, entre 1970 e 2019. Dissertação (Mestrado) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2020.

ARAÚJO, Regina Célia Lopes de. **A Universidade no Contexto Urbano**: As representações presentes na relação socioespacial entre a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e a cidade de Seropédica. 2011. 318f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

AQUINO, Luiz Carlos Andrade de. **O agir comunitário na Univap**: limites e possibilidades. 2017. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2017.

BAHAMON, Pilar Cristina Céspedes. **A dimensão territorial da universidade na América Latina no século XX**: evidências representativas na Colômbia e Brasil. 2010. Dissertação (Mestrado) -Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, 2010.

BALTRUSIS, Nelson; D'OTTAVIANO, Maria Camila Loffredo. Ricos e pobres, cada qual em seu lugar: a desigualdade socio-espacial na metrópole paulistana. **Cad. CRH, Salvador**, v. 22, n. 55, p. 135-149, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792009000100008&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 05 nov. 2021.

BASTOS, Rodrigo Alves de Brito. **Áreas de fragilidade ambiental: uma abordagem metodológica para áreas de expansão urbana com risco potencial à erosão. Estudo de caso**: Bairro Urbanova - São José dos Campos. 2016. 154f. Dissertação (mestrado) - Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, 2016.

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

BAUMAN, Zygmunt; **A Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. **Tempos líquidos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

BAUMAN, Zygmunt. **A ética é possível num mundo de consumidores?**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.

BAUMGARTNER, Wendel Henrique. Universidades públicas como agentes de desenvolvimento urbano e regional de cidades médias e pequenas: uma discussão teórica, metodológica e empírica. **GeoTextos**, v. 11, n. 1, p. 91-111, 2015.

BERTANI, Januária Araújo. A profissionalização do professor de matemática e a fundação da faculdade de filosofia, ciências e letras da Bahia: Contribuições e Controvérsias de Isaías Alves. *In: ESOCITE*, 7., 2008, Rio de Janeiro. **Anais...**, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://www.necso.ufrj.br/esocite2008/trabalhos/36107.doc>. Acesso em: 9 nov. 2017

BOLETIM UNIVAP, 1999. [Acervo do Cehvap].

BRASIL. Lei n. 4591, de 16 de dezembro de 1964. Dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias. **Diário Oficial**, Brasília, 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4591.htm. Acesso em: 26 out. 2020.

BRASIL. Lei nº 6766, de 19 de dezembro de 1979. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências. **Diário Oficial**, 1979. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6766.htm. Acesso em: 26 out. 2020.

BRASIL. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. O Plenário do Conselho Nacional de Saúde em sua Quinquagésima Nona Reunião Extraordinária, realizada nos dias 06 e 07 de abril de 2016, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei n 8.080, de 19 de setembro de 1990, pela Lei n 8.142, de 28 de dezembro de 1990, pelo Decreto n 5.839, de 11 de julho de 2006. **Diário Oficial**, Brasília, 2016. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html#:~:text=Considerando%20a%20import%C3%A2ncia%20de%20se,Art. Acesso em: 09 fev. 2021.

BUFFA, Ester; PINTO, Gelson de Almeida. O território da universidade brasileira: o modelo de campus. **Revista Brasileira de Educação**, v. 21, n. 67, 2016.

CABRAL, Neyde A. Joppert. **A Universidade de São Paulo: Modelos e Projetos**. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo: USP, 2004.

CAIXA 271. Documentos sobre a implantação do campus universitário. [Acervo do Cehvap].

CAIXA 157. Documentos sobre o campus Urbanova, 1984. Fonte: Acervo do Cehvap.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São. Paulo, Editora 34/Edusp, 2000.

CAMPOS FILHO, Cândido Malta. **Cidades brasileiras**: seu controle ou o caos: o que os cidadãos devem fazer para a humanização das cidades no Brasil. São Paulo: Studio Nobel, 1992.

CANIZZA FILHO, José Roberto. **O fenômeno conurbação - a área conurbada de São José dos Campos/Jacareí**. 2009. Dissertação (mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, 2009.

CARDOSO, Flávia dos Santos. **O rio é nosso quintal**: as encruzilhadas de uma comunidade ribeirinha urbana. 2017. 113f. Dissertação (mestrado) - Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, 2017.

CENTRO DE PESQUISA E ESTUDOS URBANÍSTICOS. **Plano Diretor São José dos Campos**: 1961-1964. São Paulo: F.A.U.U.S.P, 1964, v.1. Disponível em: <http://www.camarasjc.sp.gov.br/promemoria/wp-content/uploads/2019/02/Plano-Diretor-SJC-1961-1964-Vol.-1-A.pdf>. Acesso em: 12 set. 2021.

CENTRO DE PESQUISA E ESTUDOS URBANÍSTICOS. **Plano Diretor São José dos Campos**, 1964, v.2.

CHAPIER, Cláudia. Alunos voltam a pé de campus da Univap. **Folha Vale**, 1995.

CIDADEPEDRABRANCA-SC. Disponível em: <http://cidadepedrabranca-sc.blogspot.com/2012/09/dizem-que-o-futuro-e-o-sucesso-se-dara.html>. Acesso em: 09 fev. 2021.

CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO VALE DO PARAÍBA – CODIVAP. **Caracterização do conhecimento do Vale do Paraíba**. 1971. [Acervo do Cehvap]

CORREIO JOSSENSE. A criação da escola de farmácia e odontologia. **Correio Joseense**, n. 1478, 1954. Disponível em: <http://www.camarasjc.sp.gov.br/promemoria/2016/01/28/correio-joseense-1920-1967/>. Acesso em 04 mar. 2020.

COSTA, Gislaine Aparecida da. **São José dos Campos**: cidades de loteamentos fechados e a construção dos muros que segregam. 2019. Dissertação (Mestrado Programa de Planejamento Urbano e Regional) - Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, 2019.

COSTA, Paulo Eduardo Oliveira. **Legislação urbanística e crescimento urbano em São José dos Campos**. 2007. Dissertação (mestrado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

CUNHA, Gilberto Alves da. **Dispersão e fragmentação do crescimento urbano: relação entre a legislação urbanística e produção do espaço urbano de São José dos Campos 1950/2015**. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, 2018.

DAMATTA, Roberto. **A casa e a rua**. São Paulo, Brasiliense, 1985.

DÍALOGO 55, 2002. [Acervo do Cehvap].

DIÁRIO DE JACAREÍ. Clélio Marcondes fala sobre a Fundação Valeparaibana de Ensino. **Diário de Jacareí**, 1978.

DINIZ, Clélio Campolina. **A dinâmica regional recente da economia brasileira e suas perspectivas**. 1995.

DOCUMENTA 119. Ministério da Educação. 1970. [Acervo do Cehvap].

DOCUMENTA 209. Ministério da Educação. 1978. [Acervo do Cehvap].

DOCUMENTA 253. Ministério da Educação. 1981. [Acervo do Cehvap].

DOCUMENTA 348. Ministério da Educação. 1989. [Acervo do Cehvap].

DUARTE, Rosália. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar em revista**, n. 24, p. 213-225, 2004.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

ENOMOTO, Shigetaka. Japoneses projetam cidade em São Paulo. **Jornal do Brasil**, 1977. [Acervo do CEHVAP].

ESPECIAL eleições: o que os candidatos à Prefeitura pensam sobre o Urbanova?. **Revista Urbanova**, 2020. Disponível em: <https://revistaurbanova.com.br/especial-eleicoes-o-que-os-candidatos-a-prefeitura-pensam-sobre-o-urbanova/>. Acesso em: 31 ago. 2021.

FERNANDES, Ari Vicente. Campus e meio urbano universitário. C.J. Arquitetura. **Revista de arquitetura, planejamento e construção**, São Paulo, n. 4 (Educação), p. 72-91, 1974.

FERNANDES, Marilne Thomazello Mendes. **Macrosegregação residencial: o deslocamento das áreas residenciais da classe de alta renda em São José dos Campos**. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano) - Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, 2002.

FOLHA DE SÃO PAULO. Grupo ameaça fechar acesso para Urbanova. **Folha Vale**, 1996.

FRANÇA, Luciano Maciel Galvão de. **Trabalho e poder**: relações de trabalho na Fazenda do Poço - São José dos Campos (1930 - 1950). Trabalho de conclusão de curso (graduação) - Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, 2008.

FREIRE, Leticia de Luna. A Ilha do Fundão e seus moradores: um laboratório de experimentações urbanas na cidade do Rio de Janeiro. *In*: GOMES, Maria de Fátima Cabral Marques et al (Orgs). **Renovação Urbana, mercantilização da cidade e desigualdades socioespaciais**. Mauad: 2013.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 3. ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Record; 1999.

GRUPO Japonês Vai Montar uma Cidade. **O Estado de Mato Grosso**, 1975. [Acervo do CEHVAP].

HARDMAN, Danilo; AMARAL, Flávio Bischoff do; PIMENTEL, José Ricardo de Oliveira. **Estudo Preliminar para o Plano Piloto da Cidade Universitária de São José dos Campos**. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Fundação Valeparaibana de Ensino, São José dos Campos, 1984.

INSTITUTO AGRONÔMICO – IAC. [Acervo Histórico].

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE . **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012

JANOSCHKA, Michael. El nuevo modelo de la ciudad latinoamericana: fragmentación y privatización. **EURE**, v. 28, n. 85, p. 11-20, 2002. Disponível em: https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250-71612002008500002&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 02 fev. 2021.

J.O. Entrevista realizada em 23 de Janeiro de 2016. [Acervo do Cehvap].

J.S.L. Entrevista realizada em 31 de Outubro de 2012. [Acervo do Cehvap].

JORNAL DO VALE. FVE: Protestos por demissões sumárias. **Jornal do Vale**. 03/02/1986. [Acervo CEHVAP].

KARA, Ary. Univale, a Universidade do Vale. **Folha de S. Paulo**. 1990. [Acervo do CEHVAP].

KOGISO, Iara Carolina Friggi; PAGANI, Clóvis (Orgs). **50 anos da Faculdade de Odontologia de São José dos Campos - UNESP**: 1960 - 2010. São Paulo: Imprensa Oficial, 2010.

LEOPOLDO, Eudes. **Financeirização imobiliária e metropolização regional: o Alphaville na implosão-explosão da metrópole**. 2018. Tese (doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

LIVEHERE. **Kitnet para alugar em Urbanova, São José dos Campos, SP.**

Disponível em: <https://www.livehere.com.br/alugar/kitnet/urbanova-sao-jose-dos-campos-sp>. Acesso em: 09 fev. 2021.

LOPES, Débora Tognozzi. **Assentamentos subnormais em situações-limite: uma comunidade na área de conurbação entre Jacareí e São José dos Campos - SP.** 2010. 217f. Dissertação (mestrado) - Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, 2010.

LORENZONI, Nádia. **Loteamentos de acesso controlado e a sustentabilidade socioambiental em Linhares/SE.** Dissertação (mestrado) - Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus, 2016.

M.F.A.G. Entrevista realizada em 06 de Outubro de 2016. [Acervo do Cehvap].

MACIEL, Carlos A., MALARD, Maria Lúcia. **Territórios da universidade: Permanências e transformações.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

MADRUGADA de Caos no Urbanova. **Revista Urbanova**, 2018. Disponível em: <https://revistaurbanova.com.br/madrugada-de-caos-no-urbanova/>. Acesso em: 31 ago. 2021.

MAHLER, Christine Ramos. **Territórios Universitários: tempos, espaços, formas.** 2015. 304 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

MAKSOUUD, Henry. **Projeto de Estruturação e Estudo de Viabilidade Econômica da Universidade de São José dos Campos.** Relatório HE106-R1-770., 1970. [Acervo do CEHVAP].

MARIA, Eloá. FVE ganha status de universidade e anuncia a criação de novos cursos. **Valeparaibano**, 1992. [Acervo CEHVAP].

MARTINS, Carlos Benedito. A Reforma Universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. **Educ. Soc., Campinas**, v. 30, n. 106, p. 15-35, jan./abr. 2009. Acesso e 19 de nov. de 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/RKsKcwfYc6QVFBHy4nvJzHt/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 12 set. 2021.

MATOS, António Miguel Mouton da Costa Martins de. **Evolução do Campus da Caparica: Historial dos Estudos de implantação e caracterização do terreno do Campus e suas implicações para o SGA.** 2009. 138f. Dissertação (mestrado) - Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2009.

MERCADO IMÓVEIS. **Pedra Branca.** 2011. Disponível em: <https://mercadoimoveis.wordpress.com/pedra-branca/>. Acesso em: 09 fev. 2021.

MIDDLEJ, Moema Maria Badaró Cartibani; SERPA, Felipe Peret. **Universidade e região: territorialidade da Universidade Estadual de Santa Cruz–UESC**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

MIDDLEJ, Moema Maria Badaró Cartibani; FIALHO, Nádia Haje. Universidade e região. **Práxis Educacional**, v. 1, p. 171-189, 2005.

MONTEIRO, Antonio Dorival. Faculdade de Medicina Veterinária para São José dos Campos. **Correio Joseense**, 1956. Disponível em: <http://www.camarasjc.sp.gov.br/promemoria/2016/01/28/correio-joseense-1920-1967/>. Acesso em: 16 nov. 2020.

MONTEIRO, Amilton Maciel. **Elementos históricos da Univap e de seu berço**. São José dos Campos: Pró-Reitoria de Cultura e Divulgação, 2002.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Zahar: Rio de Janeiro, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Os olhos do regime militar brasileiro nos campi. As assessorias de segurança e informações das universidades. **Topoi**, v. 9, n. 16, p. 30-67, 2008.

NOVAURBE: **Urbanova, uma cidade Planejada**. [200?]. [Disponível para consulta na Prefeitura Municipal de São José dos Campos].

O ESTADO DE S. PAULO. Partidos unem-se pela FAU-S. José. 18/03/1976.

OLIVEIRA, Nilda Nazaré Pereira. **Entre o criar, o copiar e o comprar pronto: a criação de instituições de ensino e pesquisa para a consolidação da indústria aeronáutica brasileira (1945-1990)**. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

O.Z.L. Entrevista realizada em 27 de Setembro de 2016. [Acervo do Cehvap].

O VALE. E está chegando a S. José dos Campos. **O Vale**, 1977. [Acervo CEHVAP]

O VALE. Faculdade de Direito. **O Vale**, 1978. [Acervo CEHVAP]

PASQUALE, Carlos. Parecer N°42/69. Os projetos de estatutos em face da organização do sistema estadual de ensino. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CEE-SP_PAR_42_452_1969.pdf. Acesso em 09 mar. 2022.

PAVESI, Alessandra. Campi universitários: um compêndio de ideias para seu planejamento. *In*: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 11., 2012. **Anais...**, 2012.

PAULA, Karine Almeida. O processo de verticalização na zona central da cidade de Viçosa-MG: uma análise a partir da expansão da Universidade Federal de Viçosa e

do seu impacto na estruturação do espaço urbano. **GeoTextos**, v. 15, n. 1, p. 65-87, 2019.

PEDRA BRANCA. **Um pouco da história**. Disponível em: <https://www.cidadepedrabranca.com.br/um-pouco-de-historia>. Acesso em: 09 fev. 2021.

PENIDO, Andrea Sundfeld. **O processo de urbanização da Sub-bacia Hidrográfica do Ribeirão Vermelho - São José dos Campos, SP**. 2005. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, 2005.

PEREIRA, Fúlvio Teixeira de Barros. **Exporting progress: os norte-americanos e o planejamento do campus no Brasil**. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

PERILLO, Sonia Regina; ARANHA, Valmir José. Trajetória da Urbanização Paulista. **São Paulo em Perspectiva**, v. 7, n. 3, p. 138-148, 1993.

PERRY, Davic C; WIEWEL, Wim. From Campus to city: the university as developer. *In*: PERRY, Davic C; WIEWEL, Wim. **The University as Urban Developer: Case Studies and Analysis: Case Studies and Analysis**. Routledge, 2015.

PEREIRA, Fúlvio Teixeira de Barros. **Exporting progress: os norte-americanos e o planejamento do campus no Brasil**. 2017. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Rev. Bras. Hist.**, v. 27, n. 53, p. 11-23, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882007000100002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 04 dez. 2018.

PIOVESAN, Susi. No bairro do ano 2000 surge o campus da Univap. **ValeVivo**, 27/08/1995.

PLANO PRELIMINAR, 1961. [Disponível para consulta na Biblioteca da Prefeitura Municipal de São José dos Campos].

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, v. 2, n. 3, 1989.

POPULAÇÃO do Urbanova teve aumento de pelo menos 130% nos últimos 10 anos. **Revista Urbanova**, 2021. Disponível em: <https://revistaurbanova.com.br/populacao-do-urbanova-teve-aumento-de-pelo-menos-130-nos-ultimos-10-anos/>. Acesso em: 18 maio 2021.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 14, 1997.

PORCÉ, Elza Rosa da Silva. **O acesso das pessoas com deficiência ao Centro de Práticas Supervisionadas (CPS) da Universidade do Vale do Paraíba em São José dos Campos - SP.** Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, 2009.

PREDES, Ademir Ribeiro Junior; PREDES, Fabiane da Silva de Lemos. A Participação Na Gestão Universitária: Um Estudo Dos Planos Diretores De Campi Universitários Brasileiros. *In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA – CIGU*, 14., 2014. **Anais...**, Florianópolis, 2014.

R.B.S. Entrevista realizada em 27 de Setembro de 2016. [Acervo do Cehvap].

RAMOS, Waldemar. Educação e Ensino. **Correio Jossense**, ano XXV, n. 1443, 1953. Disponível em: <http://www.camarasjc.sp.gov.br/promemoria/2016/01/28/correio-joseense-1920-1967/>. Acesso em 04 mar. 2020.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Notas sobre urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano.** São Paulo: Via das Artes, 2006.

REVISTA URBANOVA. Constitucionalidade da lei municipal que autorizou o fechamento de loteamentos será votada na próxima quarta. **Revista Urbanova**, 2015. Disponível em: <https://revistaurbanova.com.br/constitucionalidade-da-lei-municipal-que-autorizou-o-fechamento-de-loteamentos-sera-votada-na-proxima-quarta/>. Acesso em: 31 ago. 2021.

REVISTA URBANOVA. Perturbação de Sossego: Ladeira Urbanova. **Revista Urbanova**, 2016. Disponível em: <https://revistaurbanova.com.br/perturbacao-de-sossego-ladeira-urbanova/>. Acesso em: 09 mar. 2021.

RIBEIRO, Darcy. **A universidade necessária.** 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

RIBEIRO, Darcy. Universidade de Brasília. *In: RIBEIRO, Darcy (Org.). **Universidade de Brasília: projeto de organização, pronunciamento de educadores e cientistas e Lei nº3.998 de 15 de dezembro de 1961.*** Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2012.

RIBEIRO, Darcy. **UnB - Invenção e Descaminho.** Rio de Janeiro: Editora Avenir, 1978.

RIBEIRO-MOREIRA, Pedro. Urbanova: planejamento, centro e periferia. **Valeparaibano**, 06/09/2007.

ROCATI, Neide. São Paulo em compasso de espera. **Opinião**. 19/12/1975. [Acervo do CEHVAP].

RODRIGUES, Filipe. Morador do Urbanova é a favor do fim das festas. **O Vale**, 2011.

- RODRIGUES, Joelma. MUROS. **Revista Ártemis**, v. 4, 2006. Disponível em: <https://www.proquest.com/docview/2418943743?pq-origsite=gscholar&fromopenview=true>. Acesso em: 12 ago. 2021.
- ROLIM, C.; SERRA, M. Instituições de ensino superior e desenvolvimento regional: o caso da região Norte do Paraná. **Revista de Economia**, v. 35, n. 3, 2009. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/economia/article/view/16710/11109>. Acesso em: 20 fev. 2021.
- ROLIM, Cássio; SERRA, Maurício. Universidade e Desenvolvimento: ser da região x estar na região. *In: CONGRESSO IBÉRICO DE ESTUDOS AFRICANOS*, 7., 2010. **Anais...**, Lisboa, 2010. Disponível em: https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/2383/1/CIEA7_27_ROLIM%26SERRA_Universidade%20e%20desenvolvimento.pdf. Acesso em: 20 fev. 2021.
- ROQUE, Zuleika Stefânia Sabino. **A educação e cotidiano escolar em São José dos Campos (1889-1930)**. Dissertação (mestrado) -Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.
- SALGUEIRO, Teresa Barata. Cidade pós-moderna: espaço fragmentado. **Revista território**, v. 3, n. 4, p. 39-53, 1998.
- SANTOS, Bibiano dos. Entidades defendem a estadualização do ensino universitário no Vale. *Jornal do Vale*, 1988. [Acervo CEHVAP].
- SANTOS, Benedito Vianna dos. Por uma Universidade. **Notícias Universitárias**, 1977. [Acervo CEHVAP]
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela Mão de Alice: O Social e o Político na Pós-Modernidade**. Portugal: Almedina, 2013.
- SANTOS, Ed Carlos dos. **Percepção do espaço e do meio ambiente por uma comunidade ribeirinha**: estudo de caso da comunidade Beira Rio, São José dos Campos - SP. Trabalho de conclusão de curso (graduação) - Faculdade de Geografia da Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, 2008.
- SANTOS, Milton. 1992: a redescoberta da Natureza. **Estudos Avançados**, v. 14, 1992.
- SANTOS, Milton. Contribuição ao estudo dos centros das cidades: o exemplo da cidade do Salvador. **Boletim Paulista de Geografia**, 1959.
- SANTOS, Milton. O território e o saber local: algumas categorias de análise. **Cadernos Ippur**, v. 2, p. 15-25, 1999.
- SANTOS, Milton. **O país Distorcido**. São Paulo: Publifolha, 2002.
- SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, Moacir José dos; VIEIRA, Edson Trajano. Industrialização e desenvolvimento regional: política do Codivap no Vale do Paraíba na década de 1970. **DRd –Desenvolvimento Regional em debate**, ano 2, n. 2, nov. 2012.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. **Leitura técnica do Município para revisão do Plano Diretor**. Disponível em:
http://planodiretor.sjc.sp.gov.br/resources/uploads/EstudoTecnico/Anexo/PD_VOLU ME_1_C1_HISTORIA.pdf. Acesso em: 03 out. 2018.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. Escritura de Doação. 2º Tabelionato de São José dos Campos. 09/09/1968. [Acervo do Cehvap].

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. Lei n. 1526 de 22 de dezembro de 1969. **Jornal do Município**, 1969. Disponível em:
<http://servicos2.sjc.sp.gov.br/legislacao/Leis/1969/1526.pdf>. Acesso em: 09 fev. 2021.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. Lei n. 1873/77 de 03 de maio de 1977. Dispõe sobre ocupação das áreas descritas no Decreto Municipal n. 1817 e dá outras providências. **Jornal Boletim do Município**, São José dos Campos. [Acervo do Cehvap].

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. Lei n 2089 de 31 de outubro de 1978. Dispõe sobre autorização para o Executivo instituir a Fundação de Ensino e Pesquisa de São José dos Campos e dá outras providências. **Jornal Boletim do Município**, 1978. [Acesso disponível no Acervo do Cehvap].

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. Lei nº 2667/82, de 03 de dezembro de 1982. **Boletim do Município**, São José dos Campos, 1982. Disponível em:
<https://servicos2.sjc.sp.gov.br/legislacao/Leis/1982/2667.pdf>. Acesso em 09 mar. 2022.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. **Fotografia do bairro Urbanova**. 1985. [Acervo do Departamento de Urbanismo e Sustentabilidade].

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. Lei nº 5441 de 04 de agosto de 1999. Autoriza o fechamento normalizado de loteamentos, vilas e ruas sem saída situadas em áreas unicamente residenciais, estabelecendo o acesso controlado à essas áreas e dá outras providências. **Câmara municipal**, São José dos Campos, 1999.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. Prefeitura. **Relatório-Síntese**. São José dos Campos, 2006. Disponível em:
https://servicos2.sjc.sp.gov.br/media/24538/4a%20reuniao_fase2.pdf. Acesso em: 19 nov. 2021.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. Prefeitura. **Plano diretor de desenvolvimento integrado**: diagnóstico. São José dos Campos: Prefeitura Municipal, 2006.

Disponível em: https://www.sjc.sp.gov.br/media/24560/2006_pd_diagnostico.pdf. Acesso em: 19 nov. 2021.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. Prefeitura. **Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de São José dos Campos**: Devolutivas do Fórum Final. São José dos Campos, 2018a. Disponível em: http://planodiretor.sjc.sp.gov.br/resources/uploads/Link/Arquivo/Devolutivas_ForumFinal_relatorio.pdf. Acesso em: 19 de nov. de 2021

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. **Relatório do fórum final de Discussão da Proposta do Plano Diretor**. São José dos Campos: IPPLAN, 2018b. Disponível em: http://planodiretor.sjc.sp.gov.br/resources/uploads/Link/Arquivo/2018%2008%2031%20-%20Relatorio_ForumFinal_PD_R3.pdf. Acesso em: 19 nov. 2021.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. **Mapa interativo**: projeto da lei de zoneamento. Disponível em: <https://www.sjc.sp.gov.br/servicos/urbanismo-e-sustentabilidade/revisao-da-lei-de-zoneamento/mapa-interativo/>. Acesso em: 19 nov. 2021.

SÃO JOSÉ EM DADOS. Disponível em: https://servicos2.sjc.sp.gov.br/media/667370/sjdados_2016.pdf. Acesso em: 07 mar. 2022.

SÃO PAULO. Decreto n 7007, de 12 de março de 1935. Cria, nos termos do decreto nº 6.501, de 19 de junho de 1934, a estância climaterica de São José dos Campos, com a area e os limites do actual municipio do mesmo nome. **Diretoria do Expediente do Palacio do Governo**, 1935.

SÃO PAULO. Lei nº 2.631, de 20 de janeiro de 1954. Dispõe sobre criação de uma faculdade de farmácia e odontologia, em São José dos Campos. **Diário Oficial**, São Paulo, 1954.

SGUISSARDI, Valdemar. Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária. **Educação & Sociedade**, v. 29, n. 105, p. 991-1022, 2008.

SEREMOS uma cidade universitária, com certeza. Jornal não identificado. 1978.

SILVA, Douglas de Almeida. **Planejamento urbano, campo intelectual e sistema simbólico**: a vida no Banhado, cartão postal de São José dos Campos, SP (1937 - 2016). Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, 2020.

SILVA, Maria Helena Alves da. **Elite e Legitimação**: A Criação da Faculdade de Direito em São José dos Campos. Dissertação (mestrado) - Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, 2017.

SOARES, Eduardo Oliveira. Planos e propostas institucionais da Universidade de Brasília sobre o uso e a ocupação do Campus Universitário Darcy Ribeiro. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, n. 21, p. 1-21, 2018.

SOUZA, Virgínio Cândido Tosta de. PARECER Nº 216/92. Reconhecimento da Universidade do Vale do Paraíba, 1992. [Acervo do Cehvap].

SOUZA, Adriane Aparecida Moreira de. **A especialização do lugar**: São José dos Campos como centro da tecnologia aeroespacial no País. 2008. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SOUZA, Adriane Aparecida Moreira de; COSTA, Wanderley Messias da. Atividades industriais no interior do Estado de São Paulo: uma análise da formação do complexo tecnológico-industrial-aeroespacial de São José dos Campos. **INTERFACE**, v.6 – n. 2 - jul./dez. 2009.

TISCHER, Wellington. ST2-797 O Instrumento das leituras comunitárias na implantação dos Campi e o Plano Diretor Da Universidade Federal Da Fronteira Sul. *In*: ENANPUR, 15., 2013. **Anais...**, 2013.

THOMAS Jefferson's Plan for the University of Virginia: Lessons from the Lawn. **National Park Service**. Disponível em: <https://www.nps.gov/articles/thomas-jefferson-s-plan-for-the-university-of-virginia-lessons-from-the-lawn-teaching-with-historic-places.htm>. Acesso em 09/02/2021.

UNIVERSIDADE de S. José: fundação ainda ameaçada. Sem data, sem número de página.

UNIVERSIDADE DO VALE DO PARAÍBA. ATA Nº12 do Conselho Diretor da FVE. 22/08/1967. Fonte: Acervo do Cehvap.

UNIVERSIDADE DO VALE DO PARAÍBA. ATA Nº24 do Conselho Diretor da FVE. 15/10/1968. Fonte: Acervo do Cehvap.

UNIVERSIDADE DO VALE DO PARAÍBA. ATA DE REUNIÃO, 1979. [Acervo do Cehvap].

UNIVERSIDADE DO VALE DO PRAÍBA. **ATA Nº16 da Comissão de Criação**, Organização e Implantação da Universidade de São José dos Campos. 1980. [Acervo do Cehvap].

UNIVERSIDADE DO VALE DO PARAÍBA. **Calendário eventos históricos**: agosto de 1996. Disponível em: https://www.univap.br/intranet/administracao/noticias/20210831091259_cSD1Z64E7c6z.pdf. Acesso em: 31 ago. 2021.

UNIVERSIDADE DO VALE DO PARAÍBA. **Retrospectiva UNIVAP 2018**. Disponível em: https://www1.univap.br/gabinete/Retro2018_1.pdf. Acesso em: 09 fev. 2021.

UNIVERSIDADE DO VALE DO PARAÍBA. **Plano de Desenvolvimento Institucional** - PDI 2021 - 2025. 2020. Disponível em:

https://www.univap.br/intranet/administracao/noticias/20210409085206_ncGOEDAUwuAk.pdf. Acesso em 31 ago. 2021.

URBANOVA. **Um Projeto Urbano**. 1975. [Acervo do Cehvap]

VALEPARAIBANO. A Universidade Brasileira. **Valeparaibano**, 1986. [Acervo do CEHVAP].

VALEPARAIBANO. Alunos denunciam absolutismo na FVE. **Valeparaibano**, 1983. 05/03/1978. [Acervo CEHVAP]

VALEPARAIBANO. Candidato a vereador só vê absurdo na fala de Gargione. **Valeparaibano**, 1988. Acesso em 18/09/1988. [Acervo CEHVAP].

VALEPARAIBANO. Fundação Valeparaibana de ensino: Edital. **Valeparaibano**, 1983. [Acervo CEHVAP]

VALEPARAIBANO. Em defesa do Desenvolvimento do Vale do Paraíba. **Valeparaibano**, 1990. [Acervo CEHVAP].

VALEPARAIBANO. Estudantes unidos contra politicagem na universidade. **Valeparaibano**, 25/09/1988. [Acervo CEHVAP].

VALEPARAIBANO. FVE quer ser universidade. **Valeparaibano**, 1984. [Acervo CEHVAP].

VALEPARAIBANO. Guarda Municipal implanta rondas na área da Urbanova. **Valeparaibano**, 2003a. [Acervo CEHVAP].

VALEPARAIBANO. Robson pede na Assembléia esclarecimentos sobre o fechamento da Fac. de Arquitetura. **Valeparaibano**, 19/03/1976. [Acervo CEHVAP].

VALEPARAIBANO. Segurança para a Urbanova. **Valeparaibano**, 2003b. [Acervo CEHVAP].

VALEPARAIBANO. Presidente da FVE diz que estadualização é desserviço. **Valeparaibano**, 17/09/1988. [Acervo CEHVAP].

VALEPARAIBANO. Quércia confirma Univale mas descarta Taubaté. **Valeparaibano**, 1988a. [Acervo CEHVAP].

VALEPARAIBANO. Universidade, após reunião preliminar, na estaca zero. **Valeparaibano**, 1978. [Acervo CEHVAP].

VILLAÇA, Flavio. Efeitos do espaço sobre o social na metrópole brasileira. *Metrópole e globalização: conhecendo a cidade de São Paulo*. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 7., 1997. **Anais...**, São Paulo, 1997.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio nobel, 1998.

VILLAÇA, Flávio. São Paulo: segregação urbana e desigualdade. **Estudos avançados**, v. 25, p. 37-58, 2011.

VIVAREAL. Imóveis, **Casas e Apartamentos para Compra**. Disponível em: <https://www.vivareal.com.br/>. Acesso em: 19 nov. 2019.

WILHEIM, Jorge. Por que reformar as instituições?. *In*: PEREIRA, Luís Carlos Bresser; WILHEIM, Jorge (Org.). **Sociedade e Estado em transformação**. UNESP, 2001.

WILHEIM, Jorge. **Urbanismo no subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1969.

ZAMPIERI, Renata Venturini. **Campus da Universidade Federal de Santa Maria: um testemunho, um fragmento**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

ZANETTI, Valéria. **Cidade e identidade**: São José dos Campos, do peito e dos ares. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2012.

Imagens de Acervos Pessoais:

Fig. 24. Fotografia aérea do bairro Urbanova no ano de 1997. Sem escala. Acervo Privado de Mário Valério Filho

Figura 26. Fotografia da placa de entrada do bairro do Urbanova, no final da década de 1980. Fonte: Acervo pessoal de Eduardo Rezende.

ANEXO A - JORNAIS

Fundado em 1920	CORREIO JOSE'ENSE	«Leitura Católica de D. Bosco» PUBLICAÇÃO MENSAL	
		Residência Salesiana 12 livrinhos de 120 páginas e um almanaque ilustrado por Cr\$ 30,00 Telef. 2-4-0 Av. João Guilherme, 145	
Ano XXV	Redação R. Sebastião Humel 29	S. JOSÉ DOS CAMPOS, 3 DE MAIO DE 1953	Director Napoleão Monteiro N. 1.443

Educação e Ensino

Waldemar Ramos

Comentando

São José dos Campos, a nossa querida terra, dispõe felizmente de uma aparelhagem educacional quase completa, pois, temos os seguintes cursos: Ginásial, Colegial (Clássicos e Científico) Normal, Básico, Comercial, Engenharia e de Preparatórios para Direito. Desta forma, as classes mais afortunadas, dispõe de escolas para a educação dos filhos, ficando no entretanto as classes desprovidas de recursos, em situação de completo abandono.

Possuímos no ensino Primário, os Grupos Escolares, "Olimpio Caião", "Angelo Siqueira Afonso", Francisco João Leme (Santana do Paraíba), Educandário Padre Fortunato, Externato São José, Escola Evangélica, Curso Primário Anexo ao Colegio Estadual e diversas escolas municipais. Desses estabelecimentos de ensino, dos que possuem o 4º ano Primário, poderemos contar com umas 12 classes, num total de mais de 500 alunos.

Deste total, muito menos da metade, e assim mesmo com sacrifício enorme vão ao Ginásio (Diurno e Noturno), e a grande maioria, os que não possuem recursos, aguardam (Engraxando sapatos pelas esquinas e praças), a idade para ingressarem nas Fábricas, para ajudar no sustento de suas famílias.

Esta é a triste realidade. Compreendendo esta lamentável situação foi que o ex-Deputado Estadual, Dr. Mota Bicudo amigo sincero deste terra, apresentou o Projeto de Lei n.º 609, de 2 de janeiro de 1950, criando um Curso Prático Profissional, em nossa terra, visando sanar esta lacuna em nossa organização educacional. A referida Lei determinava no seu Artigo 2º, que a instalação ficaria condicionada, que a Prefeitura local, construísse o prédio ou oferecesse um imóvel com às comonidades imprescindíveis para o funcionamento da referida escola.

A Diretoria do Colegio Estadual, teve oportunidade de trazer de São Paulo o sr. prof. José Quirino Ribeiro, para debater o assunto, bem como uma planta fornecida pelo Departamento do Ensino Profissional, para a construção de um prédio próprio para esta escola.

Mas o tempo passa, passa... E, infelizmente até hoje, os poderes competentes cruzaram os braços para a solução desse magno problema. Há centenas e centenas de crianças, vão entrando e saindo das escolas primárias, e mesmo que desejam e tenham vocação, não poderão prosseguir nos seus estudos por falta de recursos e da escola profissional. Infeliz destino destas crianças, até quando esperarão elas, pacientemente que os poderes públicos de nossa terra, resolvam encontrar uma solução para este problema? É o nosso mais sincero desejo, que este como os demais problemas de nossa terra, não tenham o triste destino, que está tendo o da construção do prédio para o Colegio Estadual, que apesar das declarações positivas e ordens formais do Exmo. sr. prof. Lucas Nogueira Garcez, eminente Governador de nosso Estado, quando de sua visita oficial em nossa terra, ainda continua incognito para o povo joséense, que aguarda ansiosamente a solução desse angustiante problema. E, se realmente como dizem algumas pessoas, esse problema já está sendo providenciado, por que então não se dá notícia ao povo das coisas que foram dadas e o que de positivo existe realmente com relação a este assunto? Fatos como este devem ser divulgados para que todo o povo acompanhe com entusiasmo e interesse o desenrolar dos acontecimentos. É triste para nós que presenciamos as dificuldades que apresenta o atual prédio para as acomodações de alunos, tornando-se necessário o deslocamento de duas classes primárias para o prédio da Escola Técnica de Comercio, e isto no presente ano, constatar a grande Cortina de indiferentismo ou melior de Ocultismo que paira sobre tão magno e significativo problema? Sinceramente aguardamos o pronunciamento daquelas que de direito têm o dever de esclarecer ao povo sobre problemas desta natureza. E... o tempo passa... e Surgem os Prédios: em Jacarei, em Taubaté, em Mirandópolis....

Fundado em
1920**CORREIO JOSE'ENSE**Redação
R. Sebastião Humel 29

S. JOSÉ DOS CAMPOS, 10 DE JANEIRO DE 1954

Diretor
Napoleão Monteiro N. 1.478**A Criação da Escola de Farmácia e Odontologia**

A notícia da criação da Escola de Farmácia e de Odontologia, como era natural, causou grande contentamento à população que vê nessa escola superior, mais um grande fator em favor da cidade que caminha a passos largos na conquista dos mais levantados elementos de progresso, em todos os setores.

No terreno educacional, a nossa cidade já se pode considerar a vanguardeira desta zona do Vale do Paraíba.

Temos aqui já funcionando com os maiores proveitos varios estabelecimentos de ensino, cujos beneficios nos dispensamos de relatar, por julga-los superfluos, de vez que são do conhecimento de todos.

Temos uma escola normal, um ginasio oficial, uma escola de commercio, para não se falar nas escolas primarias que são inumeras.

Avançando, e ganhando terreno, conquistou agora uma Faculdade de Direito, cuja instalação assistimos ha poucos dias, sob os aplausos e o contentamento da população da cidade e das localidades visinhas.

Vem se juntar a essa corrente, mais um instituto de ensino superior, qual seja a Escola de Farmácia e de Odontologia, recentemente criada por iniciativa do operoso deputado Lincoln Feliciano, que se empenhou a fundo para o bom êxito do seu trabalho que, finalmente, torna-se uma realidade para todos nós.

Projeta-se nesta cidade uma recepção à altura da sua dedicação, ao Dr. Lincoln Feliciano, tendo para esse fim se constituído uma comissão para organizar o programa festivo que será executado no dia 30 do corrente, quando virá a esta cidade

o ilustre deputado e amigo de São José dos Campos.

Afim de convidá-lo para essa visita, estiveram em Santos as seguintes pessoas: Prof. José Vieira de Macedo, Alberto Toledo Santos, Gregorio Gurevich, Dr. Sebastião H. da Cunha Pontes, Benedito Pacheco Salgado, José Nossi, João Borges, João Antunes Cerqueira, Vicente Definis., Miguel de Lima, Dr. Benoit Almeida Victorett, prefeito Sanitário, Dr. Donato Mascarenhas Filho, Prof. Estevam Ferri, Nacib Simão, Lineu de Moura, Napoleão Monteiro, Altino Bondezan, Mario Ottoboni, Prof. Renato Barreto Ramos, Prof. Benedito Z. de Vasconcelos, Prof. Flavio Berling Macedo, Raul Silva, Antenor Pagliolini, João Martins Portela, Prof. Felício Savastano, Prof. Helio Walter Bevilacqua, Sergio Maria Ramos, Isnard Vasconcelos, Ulisses Lobo Viana e Alberto Dias Mendes.

Recebidos pelo Dr. Feliciano, o Prof. José Vieira Macedo em belo improviso, agradeceu em nome da cidade a iniciativa do nobre deputado, convidando-o em nome da comissão para uma visita a nossa terra. Respondendo, e expressando o seu contentamento pela visita e o convite que acabava de receber, ficou deliberado que dia 30 do corrente viria à São José, para atender ao justo apelo da população que o quer homenagear em reconhecimento dos seus trabalhos em favor de nossa terra.

Assim, dia 30, estará em São José, o ilustre Deputado Lincoln Feliciano, para receber as homenagens que lhe são devidas.

Preparemo-nos, pois, para recebê-lo condignamente.

Fundado em
1920**CORREIO JOSE'ENSE**Redação
R. Sebastião Humel, 29

S. JOSÉ DOS CAMPOS, 20 DE MAIO DE 1956

Diretor
Napoleão Monteiro N. 1.592**CORREIO JOSE'ENSE**

O «Correio Joséense» está a venda nas bancas de jornais do Sr. Vicente Seimarela, à Rua 15 de Novembro e Praça Congo Lima.

*Faculdade de Medicina Veterinária para
São José dos Campos*

ANTONIO DORIVAL MONTEIRO

Atualmente São José dos Campos oferece ao visitante uma impressão de encanto e surpresa. É a opinião de todos que a visitam ao contemplarem as belas avenidas, os elegantes passeios, o seu aspecto moderno e o grande centro estudantil e industrial.

Porém o fator principal que mais impressiona a primeira vista mesmo ao observador mais distraído, é o elevado numero de escola primárias, secundarias e superiores, que formam um centro universitário digno de aplausos, obtendo assim uma fama de cultura e saber que vem se alastrando por todo país.

O padrão de vida intelectual desta cidade, equipara-se sem dúvida alguma, ao dos mais avançados centros. A população estudantil cresce dia a dia atingindo uma soma bastante elevada.

Todos os poderes administrativos tem proporcionado a cidade meios de instrução e educação.

Integrando uma perfeita Universidade, já contamos com a Escola de Engenharia cuja importância é superflua destacar. Faculdade de Direito estabelecimento que goza de elevado conceito, numerosos ginásios e outros cursos, que tanto honram e dignificam a cidade. Infelizmente a encantada Faculdade de Farmacia e Odontologia já criada e autorizada a instalar-se, não deu ainda o az de sua graça.

Mesmo assim já contamos como parte integrante da nossa Universidade.

Mas o esforço e trabalho de abnegados joseenses não parou aqui; novas escolas estão incluídas no Plano de Criação.

Atualmente cogita o governador Dr. Janio Quadros de transferir a Faculdade de Medicina Veterinária para o interior do Estado.

Já algumas cidades candidatarão-se para obter esse grande beneficio, oficiando ao governador pedidos e propostas. Entretanto diversas das cidades candidatas são menores e inferiores a São José dos Campos, que não se encontra entre elas.

Ainda é tempo de se promover uma campanha pela imprensa local, e de se discutir em caráter de urgencia, um requerimento de autoria dos nobres vereadores da Camara Municipal, oficiando ao snr. Dr. Janio Quadros, governador do Estado, afim de que sejam procedidos estudos para a instalação nesta cidade da Faculdade de Medicina Veterinária, da Universidade de São Paulo.

Certamente a nossa proposta, merecerá do ilustre governador uma atenção toda especial, visto que São José dos Campos é a capital do Vale do Paraíba, e a transferência dessa Faculdade atenderá toda esta região, uma das maiores do estado em numero de estudantes, e a que oferece melhores recursos no que diz respeito a instalação de estabelecimentos de ensino.

Confiamos que este novo e grande empreendimento de interesse à coletividade, não fique no obscuro, e que a Imprensa e Camara Municipal que tantos beneficios tem proporcionado a esta cidade atendam as justas aspirações deste povo que se orgulha em ostentar uma Cidade Universitária tão admiravel como a nossa.

"O ESTADO DE MATO GROSSO"

Cuiabá, 30 de agosto de 1975

Grupo Japonês Vai Montar Uma Cidade

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, Especial da AE — Uma cidade para cem mil habitantes, com áreas reservadas para a implantação de indústrias não-poluentes e que empreguem preferencialmente mão-de obra feminina será construída entre a margem esquerda do rio Paraiíba e do rio Jaguari, em São José dos Campos. A área, de 13,5 milhões de metros quadrados, tem uma localização considerada privilegiada: fica entre São José e Jacareí, as duas cidades que apresentam o maior crescimento urbano-industrial do trecho paulista do eixo Rio-São Paulo.

A obra será executada pela Urbanova, subsidiária do Fukuoka Sohgo Bank, do Japão, que já gastou 4,5 milhões de cruzeiros somente no anteprojeto da obra. O investimento global previsto para a construção da nova cidade

é de quatro bilhões de cruzeiros, em 20 anos. Para que seja iniciada, falta apenas a transcrição, no Cartório do Registro de Imóveis, da transação feita entre a Urbanova e a Fazenda Sant'Ana do Rio Abaixo S/A, a quem pertencem as terras.

Essas negociações foram iniciadas há dois anos, mas até agora não se conhecem os pormenores da aquisição. Consta que teria sido realizada por 300 milhões de cruzeiros, mas já chegou a ser divulgado que a ser divulgado que a venda da área custou 600 milhões.

Por sua localização, a futura cidade terá condições de absorver, a curto prazo, grandes empreendimentos imobiliários, além de se precaver contra as distorções provocadas por um crescimento urbano que, em outras áreas, é considerado caótico.

ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA

São Paulo em compasso de espera

Se não se pode dizer que o mercado imobiliário, em São Paulo, vai mal, verdade é que ele jamais chegou aos altos índices de 73, quando ocorreu o boom imobiliário nessa cidade. Tão lucrativo e rendoso mercado, que empresas de pequeno e médio porte se transformaram, da noite para o dia, em poderosas incorporadoras. Com capacidade para se autofinanciar e financiarem seus compradores.

A Adolpho Lindenberg, por exemplo, há mais de 20 anos operando no mercado, em construção de residências finas e uma das primeiras a construir edifícios de alto luxo, apontava no seu relatório anual de 1973, distribuído aos acionistas, uma receita que atingia a casa dos Cr\$ 130 milhões, superando em 65% a do ano anterior.

Avalanche - Dia a dia surgiam novos empreendimentos que ostentavam novas marcas. Logotipos que acabaram se tornando famosos em São Paulo. Outros mal estruturados ou sem o *feeling* suficiente para entender o que exigia a demanda, acabaram soterrados na monstruosidade de seus próprios empreendimentos. E a Cia. City, tradicionalmente conhecida por sua preocupação em preservar áreas verdes e traçados racionais em seus loteamentos, acabou sendo uma a mais, entre a avalanche de novas construtoras que invadiu São Paulo.

O negócio se tornou tão promissor que capitais estrangeiros foram incorporados aos nossos, como aconteceu com a Rossi e a Guarantã. O grupo Rockefeller criou a cidade Vista Verde, em São José dos Campos, a uma hora e meia do centro de São Paulo. Um grupo japonês comprou parte da fazenda de Severo Gomes, também em São José, onde vai formar a Urbanova, construindo 40 mil casas de alto padrão.

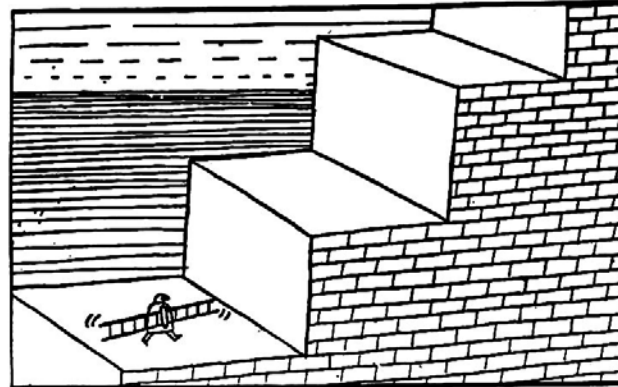
O boom imobiliário exigia uma propaganda agressiva onde se vendia "o verde dos campos", o "canto dos pássaros", a "primeira constante", "um ar mais puro" - slogans que mexiam diretamente com a neurose cinzenta do paulistano. Fórmulas até hoje usadas. As técnicas de venda se tornaram mais sofisticadas e o número de corretores aumentou. No ano passado, a classe em São Paulo reunia 10 800 profissionais.

Paralelamente, uma classe ávida de *status* via nas ofertas tentadoras uma forma de deslogar sua necessidade por tanto tempo reprimida. Em 73 as ofertas eram tantas que, à demanda exigente, chegou-se ao absurdo de oferecer na compra de um imóvel, geladeiras, máquinas de lavar roupa, televisão a cores, cortinas, móveis, tudo enfim que pudesse gerar vendas. Presentes que evidentemente acabavam sendo sutilmente incorporados aos altos preços dos imóveis.

Segundo os especialistas, dois fatores principais desencadearam a especulação imobiliária desencadeada em São Paulo: a queda da Bolsa de Valores e a criação do Banco Nacional da Habitação. Se, por um lado, os programas de cunho social do BNH não foram estruturados de forma a interessar os empresários, por outro lado isso acabou contemplando a classe média de poder aquisitivo acima de cinco salários mínimos que então começou a comprar.

Transação difícil - Até a década de 60, comprar imóvel para a pes-

soal da classe média - que em São Paulo representa 31% da população - era uma transação difícil. A venda dos imóveis obedecia a regras muito rígidas. O comprador tinha que pagar metade do valor do imóvel à vista e metade era financiada em tabela Price. Com a inflação que houve, isso funcionava muito bem no mercado imobiliário, porque os preços eram baixos. Era dada uma entrada e o restante acabava sendo totalmente absorvido pela inflação. Embora o sistema fosse interessante para o comprador, bem poucos tinham condições de formar a poupança dos 50%, o que também não estimulava muito os construtores.



soal da classe média - que em São Paulo representa 31% da população - era uma transação difícil. A venda dos imóveis obedecia a regras muito rígidas. O comprador tinha que pagar metade do valor do imóvel à vista e metade era financiada em tabela Price. Com a inflação que houve, isso funcionava muito bem no mercado imobiliário, porque os preços eram baixos. Era dada uma entrada e o restante acabava sendo totalmente absorvido pela inflação. Embora o sistema fosse interessante para o comprador, bem poucos tinham condições de formar a poupança dos 50%, o que também não estimulava muito os construtores.

Quando surgiu o sistema financeiro da habitação, chegava-se a um denominador comum que satisfazia às duas partes. O fato é que os imóveis, em vez de serem vendidos metade à vista e metade financiados, com juros bastante inferiores à desvalorização monetária, passavam a ser vendidos praticamente à vista. Era a válvula de escape para despremiar a demanda da classe média e, ao mesmo tempo, se criava a possibilidade de ganhos e *status* para o empresário, que via dessa forma o mercado expandir-se.

Com o BNH funcionando dentro de uma estrutura empresarial, atendendo à classe acima de cinco salários mínimos, começava uma nova época no mercado imobiliário. Embora o plano estabelecesse uma quantia de poupança e uma renda familiar compatível com o valor do imóvel, isso foi habilmente contornado pelas próprias construtoras. Através de subterfúgios, como um contrato particular, entre comprador e vendedor, conseguia-se tirar a poupança do próprio valor do financiamento e rendas familiares eram comprovadas por amigos generosos que se diziam futuros moradores do imóvel em questão.

A medida que o BNH estabelecia, exatamente para evitar especulações, a não-transferências dos financiamentos, durante dois anos, por parte de seus beneficia-

Até a década de 60 a classe média tinha dificuldades em adquirir imóveis. Hoje, graças aos recursos criados pelo sistema financeiro de habitação, ela é vítima dos especuladores.

dos, surgiu a classe dos especuladores. Apontados como responsáveis diretos pela inflação imobiliária eles atuam principalmente em lançamentos. Dão um pequeno sinal, e, como existe um prazo razoável para a 2ª parcela, fazem a revenda sem que judicialmente seus nomes apareçam como proprietários do imóvel. Assim, um imóvel chega a passar até por quatro especuladores antes de chegar ao comprador real, o que acaba inflacionando o mercado.

Mesmo que a especialização não consiga revender, ele ainda estará ganhando porque se beneficia dos financiamentos existentes e tem tempo até para esperar a valorização do imóvel. A correção monetária, que seria a maneira de impedir a valorização artificial, não consegue acompanhar a especulação.

Como o negócio era vender, porque, na medida que o empresário vendia, passava, sempre com lucros, a dívida para o comprador, era preciso construir. Isso provocou a corrida das construtoras, na qual muitos cresceram e outros acabaram falidos.

Foi quando mais se construiu em São Paulo, o que provocou um aumento excessivo nos preços dos

terrenos. Há o exemplo do empresário que, tendo comprado um terreno em Higienópolis, o bairro de apartamentos elegantes de São Paulo, por Cr\$ 3.500,00 o m², recebeu oferta, em menos de um mês, de Cr\$ 7 mil. E, se não fosse o fato de possuir toda uma estrutura para a construção, ele teria vendido o terreno.

Valorização irreal - O fato é que começou a haver uma valorização totalmente irreal nos terrenos, gerando aumento do material de construção, produto da história do mercado novo. Muitos envolvidos pela euforia não perceberam que não se tratava de um mercado monolítico, mas sim compartimentado, e que, como tal, era preciso ter um certo *feeling* para acertar. Como havia ofertas específicas, havia procura específicas que acabaram desorientando o empresário desavisado. A regulamentação do uso do solo e alteração no código de obras exigindo maiores recuos e preservações de áreas verdes também vieram atrapalhar os planos de determinados empresários.

Para os que sobreviveram sobrou uma lição. Como todos os mercados, o imobiliário também estava sujeito a saturações, com uma agravante: saturações não simultâneas e compartimentadas. E essas saturações levam a certo risco que faz com que os empresários fiquem poucos meses elevados na venda dos imóveis, colaborando ainda mais para a valorização irreal do mercado.

Isso acabou definindo o empresário paulista, que, cada vez mais, caminha para uma diversificação. Como a Adolpho Lindenberg, por exemplo, que atua em todas as áreas e em todo o Brasil. Constrói residências do BNH, apartamentos de alto padrão, escritórios, indústrias, hotéis, e mais recentemente dedicou-se à criação de gado e compra de terrenos no Paraguai, para uma futura exploração imobiliária.

Apesar disso, o mercado em São Paulo continua bastante ativo. Porque a verdade é que eles li-

dam como uma necessidade real: a de morar, buscando criar estímulos, ainda que indiretos, para fomentar as vendas. Jogar com os valores da classe econômica e de *status* é uma das fórmulas, usadas, aliás, com sucesso. Começaram as explorações em áreas dirigidas ao local onde está concentrada a população de alta renda. Assim, passou a ter um tremendo significado para a classe média alta - que se situa entre cinco e 20 salários mínimos - morar no bairro do Itaim, por exemplo, porque ela estaria morando ao lado do Jardim Europa, ou no Casquin, que está ao lado do Morumbi, embora nem sempre haja um critério racional para se adquirir um imóvel nesses bairros, pois muitas vezes o indivíduo trabalha no outro lado da cidade, as crianças estudam em outros bairros.

Benefícios - Mesmo assim, jogar com esses valores exige certo talento, senão se corre o risco de erros imperdoáveis. Como a Albuquerque-Takaoka, que, pretendendo vender uma nova filosofia de morar, construiu a "Ilha do Sul" um empreendimento vultoso que se acabou tornando num dos maiores fracassos de vendas.

São quatro prédios, com toda uma infra-estrutura para que o morador não precise sair de casa: cinema, teatro, restaurante, um clube com todas as modalidades de esporte, que acarretam um alto condomínio que nem sempre a classe média tem condições de pagar.

Uma das coisas que influenciam muito na valorização do imóvel são também os benefícios que os empresários colocam em seus empreendimentos. Nem sempre a necessidade real tem sido uma fórmula muito aplicada, atualmente em São Paulo. Uma quadra de tênis ou uma cavalaria podem alterar até ao dobro o valor do imóvel. O empresário que trabalha com financiamento próprio também está fadado a ganhar. Porque a valorização máxima de um empreendimento ocorre quando ele está pronto. Então, se o empresário tiver capital para manter o custo, durante a construção, ele terá chance de ganhar até 100% na venda.

Como os terrenos estão praticamente esgotados na capital, os investidores começaram a correr para o interior. Agora, passado, algumas construtoras descobriam que construir apartamentos em São José dos Campos era um verdadeiro maná. Então, a corrida para essa cidade foi desencadeada. Isso porque eles jogavam com um dado muito importante: morar em apartamento numa cidade do interior confere algum *status*. Alguns empreendimentos chegaram a ser totalmente vendidos no próprio lançamento, o que não chega a ser um bom negócio para o empresário, mas o garante não ficar com um estoque imobiliário. E não deu outra coisa. Hoje, há inúmeros prédios em São José que não conseguem ser vendidos nem com os artificios de que são capazes. Mesmo assim, um grupo japonês vai investir em São José dos Campos, na construção de 40 mil casas de alto padrão, acreditando que há uma demanda para esse tipo de negócio. (Nádia Ricca)

notícias universitárias

ÓRGÃO DE COMUNICAÇÃO INTERNA DA FUNDAÇÃO VALEPARAIBANA DE ENSINO

Diretor Responsável: Prof. Cláudio Benedito Gomide de Souza

Diretor de Redação e Arte: Prof. Benedito Vianna dos Santos

Composição: Lucila

Arte: Cândido e Marcos Rezende

São José dos Campos, 25 de novembro de 1977.

POR UMA UNIVERSIDADE

São José dos Campos já tem uma Universidade. Só que não sabe.

Se reunidas apenas duas de suas maiores Instituições de Ensino, a AJE e a FVE, o número resultante dessa somatória de forças apresenta dimensões universitárias.

A FVE anda por volta de 4.000 alunos, a AJE 2.000.

É indiscutível que a qualidade de ensino de ambas nada fica a dever a muitas universidades.

Na realidade o que parece faltar à cidade é um maior entrosamento entre as instituições que compõem seu equipamento educacional. Também parece ser imprescindível um senso de participação comunitária que leve o cidadão daqui a lutar por uma Universidade como já o fizeram os de muitas outras cidades.

Ninguém discute que São José dos Campos reúne condições necessárias e suficientes para a implantação de sua Universidade. Agora que o prefeito Ednardo José de Paula Santos em trabalho de marcante liderança compromete-se a congregar as forças vivas da comunidade em torno de tal ideal, fica evidente que não está longe o dia da realização dessa obra de valor inestimável.

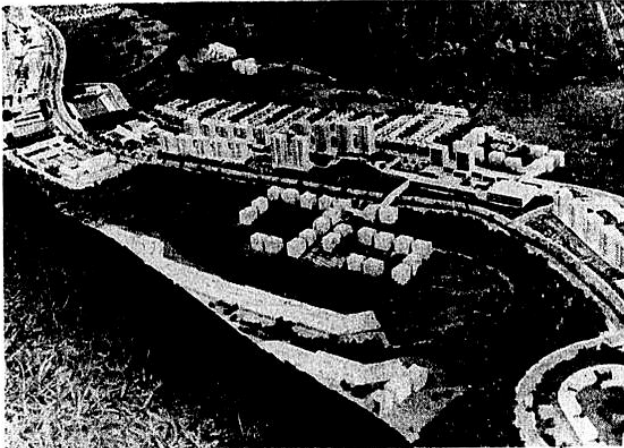
Se é certo que AJE e FVE formam uma infra-estrutura universitária, faltando apenas o nome, parece, à primeira vista, não merecer tal empreendimento os esforços demandados para sua consecução.

Os menos avisados provavelmente pensarão que a condição universitária é dispensável para o progresso do Ensino, da Ciência e da Cultura em geral. Não é. O próprio MEC é quem diz que a escola superior isolada é anomalia.

Uma Universidade tem, entre outras coisas, mais condição para introdução de novos cursos superiores, implantação de programas de pós-graduação, desenvolvimento de pesquisas, captação de recursos, instituição de carreira universitária e melhor colocação de seus alunos no mercado de trabalho.

Uma Universidade não é uma escola. É mais que isso.

É um centro de Ciências, Tecnologia, Arte e Humanismo no mais alto nível.



Em maquete, uma cidade de 120 mil habitantes espera apenas uma ponte para nascer



Shigetaka Enomoto

Japoneses projetam cidade em São Paulo

São Paulo — A cidade perfeita para 120 mil 385 habitantes, confortavelmente instalados em 22 mil 727 unidades residenciais. Este é o plano de um grupo de empresários japoneses para uma área de 16 milhões, 804 mil 471 metros quadrados, a cinco quilômetros de São José dos Campos. Um trabalho que pode consumir, se for integralmente executado o projeto original encomendado pela Urbanova Comércio, Urbanização e Desenvolvimento, cerca de Cr\$ 6 bilhões, ou 400 milhões de dólares.

"Nosso maior sério problema" explica o Sr Shigetaka Enomoto, presidente da Urbanova e representante do capital japonês no Brasil — "é que não entra na cabeça de ninguém que empresários da iniciativa privada possam pretender construir uma cidade completa."

Paciência oriental

Na verdade, o maior problema para o início das obras é a falta de estrada que ligue a nova cidade a São José dos Campos e à Via Dutra. O que existe atualmente é uma estreita estrada de terra na qual mal cabem dois veículos, e que se estende ainda mais numa ponte de madeira insegura e envelhecida, que atravessa o rio Paraíba.

A Urbanova pretende que a Prefeitura de São José dos Campos desaproprie uma área, em determinado ponto do rio Paraíba, para que possa então construir, com seus próprios recursos, uma ponte moderna e com duas mãos de direção. Mas a Prefeitura não faz a desapropriação e a Urbanova não usa seu dinheiro para comprar as terras e construir a ponte. A explicação do engenheiro Enomoto é bem oriental:

— É uma questão de princípio. Uma espécie de lei. Se a Prefeitura vai ficar eternamente contra o projeto de nada adianta começar. Ela tem que estar favorável, pelo menos disposta a ajudar e a apoiar.

Sempre com a ajuda do Sr Shigeru Nishikawa, gerente do projeto, o engenheiro Enomoto, que está há três anos no Brasil e ainda tem certas dificuldades com o idioma, faz algumas contas:

— Estamos até agora pouco mais de Cr\$ 250 milhões, quase 17 milhões de dólares. Cada dia de bloqueio custa, só de juros do capital empatado, Cr\$ 250 mil, ou Cr\$ 7 milhões 500 mil por mês. Nesses seis meses que estamos aguardando a ponte, parados, já perdemos dinheiro para construir três pontes iguais. Mas vamos continuar esperando, é uma questão de princípios.

Áreas de influência

Em 1973 os economistas do Fukuoka Jisho Bank, um dos maiores bancos do Sul do Japão e que tem o nome da província onde fica sua sede, estavam em busca de novos locais e países para fazer investimentos. O banco é uma das empresas do grupo Fukuoka Sojo, propriedade de uma mesma família há 50 anos. Seus depósitos, em janeiro, chegavam a 500 bilhões de ienes, cerca de 2 bilhões de dólares, segundo o engenheiro Shigetaka Enomoto, sobrinho do atual presidente do grupo, Sr Shishima.

"A escolha do Brasil é caso típico dos cuidados que tomam os empresários e investidores japoneses. Lá o mercado está saturado, não há mais opções", explica o engenheiro Enomoto. "Mas há forte financeira, o Brasil era o melhor risco, por suas

ria, técnicas de construção, geomorfologia, sociologia, climatologia, proteção ambiental, geologia, economia e análise de sistema. Ao todo foram 71 especialistas brasileiros. Um ponto que é repetido pelo gerente do projeto e diretor da Urbanova Shigeru Nishikawa:

— Errado era crescer 9% ou 10% ao ano, como vinha acontecendo no Brasil. O certo é um crescimento como agora, de 3% ou 4%. Nosso tipo de investimento no Brasil mostra a disposição do grupo em criar raízes aqui. Nossos planos são a longo prazo, nós viemos para ficar.

Definido o país escolheu-se um Estado: São Paulo. E foram iniciadas as pesquisas para descobrir uma área praticamente virgem em um raio de 100 quilômetros da cidade de São Paulo. São José dos Campos, principal município no projeto do macro-sítio Rio—São Paulo, chamou logo as atenções.

O Sr Shunji Ito, primeiro presidente da Urbanova, que veio especialmente do Japão para a execução do projeto, realizou uma série de voos sobre a região, sempre em companhia do Sr Fábio Yasuda, ex-Ministro da Indústria e do Comércio, e do corretor Luziano Frões. O então Prefeito de São José dos Campos, Brigadeiro Sérgio Sobral de Oliveira, forneceu todas as informações sobre a região e chegou a acompanhar os empresários japoneses em alguns desses voos.

Uma área de 529,11 alqueires, ao Leste da cidade, foi a escolhida. Pertencem à Mantiqueira S.A., Agropecuária e a Fazenda São José S.A., propriedades da família Gomes, que tinha um de seus membros, o Sr Severo Gomes, na direção do Ministério da Indústria e do Comércio. O Brigadeiro Sobral, além de Prefeito, era ainda assessor de direção da Fábrica Parahyba (uma empresa da família Gomes), cargo que ocupa até hoje.

A compra foi legalizada no 3º Cartório de Notas de São José dos Campos, no dia 29 de setembro de 1975. Os Cr\$ 58 milhões 334 100 (Cr\$ 54 milhões 405 mil 840), pela Fazenda Jaguarilina e Cr\$ 3 milhões 928 mil 260 pela Fazenda São José foram pagos à vista.

"A escolha dessas terras obedeceu a um critério fundamental", diz o engenheiro Enomoto. "É terra bruta. Uma nova cidade não se faz em terra trabalhada. E o rio Paraíba salvou o local" (as terras são limitadas pelo rio Paraíba, ao Norte, e pelo rio Jaguarilina, a Leste).

A Urbanova

A primeira firma do grupo japonês no Brasil foi a Consultoria, Consultoria e Assessoria. E o rio Paraíba haviam sido escolhidas e feitas os primeiros contatos com os setores oficiais e que surgiu a Urbanova, Comércio, Urbanização e Desenvolvimento Limitada, sociedade mercantil registrada na Junta Comercial de São Paulo com o número 704 251, em 19 de março de 1974, e no Cadastro Geral do Contribuinte, do Ministério da Fazenda, com o número 44 011 680/0001.

Sete meses depois, a Urbanova contratou um plano-diretor e um completo trabalho de levantamento e planejamento à Jorge Wilhelm Arquitetos Associados, cujo presidente é o arquiteto Jorge Wilhelm, atual Secretário do Planejamento do Estado de São Paulo e, na ocasião, diretor da Comissão de Desenvolvimento do Vale do Paraíba (Codivap).

Participaram dos estudos a Copinsa, Engenharia de Projetos especializada em saneamen-

to, técnicas de construção, geomorfologia, sociologia, climatologia, proteção ambiental, geologia, economia e análise de sistema. Ao todo foram 71 especialistas brasileiros. Um ponto que é repetido pelo gerente do projeto e diretor da Urbanova Shigeru Nishikawa:

— O pessoal, a tecnologia e o projeto, tudo é brasileiro, 100% brasileiro. Chegamos ao requisito de criar viveiros especiais, agora, para manter 20 espécies em vias de extinção que serão plantadas nas nossas áreas verdes. Os brasileiros criaram um parque central de 40 hectares na nossa cidade.

O plano demorou oito meses para ficar pronto. Primeiro foi feito um diagnóstico de toda a região, um completo levantamento físico, socioeconômico e de mercado. Com base nesses dados foram criadas várias alternativas de estrutura urbana, sempre levando-se em consideração o fato de um possível futuro encontro com a zona urbana da cidade de São José dos Campos.

O plano original prevê 515,8 hectares (cada hectare tem 10 mil metros quadrados) para a área residencial, ou seja, 38,7% de todo o terreno. Para as áreas verdes estão reservados 250 hectares, igual a 17,8%. Os equipamentos urbanos — ruas, avenidas, praças e parques — ocupam 535 hectares, ou 38,1%. A área industrial terá somente 6,7% do terreno, com 93 hectares. Há ainda uma reserva de 203,2 hectares, ou 14,5%, para as eventuais necessidades de expansão da cidade.

Quem vai construir

A execução do projeto deve começar logo que as vias de acesso permitirem um razoável volume de tráfego para a região. Os planos são de que em 10 anos a cidade estará praticamente pronta, embora deva ser construída e habitada por fases, todas condicionadas pelas condições do mercado. A Urbanova vai cuidar da parte central e comercial e das residências para consumidores que ganham acima de 14 salários mínimos por mês.

A construção de casas para as faixas sociais baixas serão atendidas por entidades oficiais como a Cecap — Companhia Estadual de Casas Populares Cohab — Companhia de Habitação (municipal) — e Incoop — Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais de São Paulo. Para o Incoop, por exemplo, foi oferecida uma área de 148,49 hectares para a construção de 4 mil 184 unidades residenciais. Esta área deverá ser paga "a preços compatíveis para a implantação de unidades habitacionais destinadas a rendas abaixo de 14 salários mínimos".

A Sabesp — Companhia do Saneamento Básico, será a responsável pela rede de esgotos, com um tronco final de vazão e tanques de oxidação, além de equipamentos de despejo dos esgotos tratados e ainda da rede de água. Os rios Paraíba e Jaguarilina serão os mananciais do abastecimento de água. Tanto que a Cetab — Companhia Estadual de Tecnologia e Saneamento Básico — está fazendo estudos para recuperar o rio Paraíba, que atualmente recebe os esgotos de Jacareí e de todas as grandes indústrias da região.

A Light — Serviços de Eletricidade — será a responsável pe-

A Santa Casa de Misericórdia de São Paulo irá fazer o serviço de assistência médica e hospitalar, com a ajuda do INPS. Para a Fundação Estadual de Construções Escolares ficou a construção das escolas, em terrenos que serão cedidos pela Urbanova.

O dinheiro e os amigos

Apesar de sua ligação com a Fukuoka Jisho Bank, a Urbanova nasceu com um capital de Cr\$ 2 milhões. O dinheiro que usou para comprar as terras e fazer os levantamentos foi captado na Europa, através de bancos franceses e holandeses. O empréstimo foi conseguido com o aval do Fukuoka Jisho Bank e com a garantia das terras compradas. Explicação do gerente do projeto, Sr Shigeru Nishikawa:

— Está tudo legalizado, com a autorização do Banco Central e de acordo com a Lei n.º 4131, que regulamenta a entrada de capital estrangeiro no Brasil.

No começo, as amizades e ligações da Urbanova, eram fortes. Um pouco das parcerias encontradas deve-se à mudança do Prefeito de São José dos Campos, já que em 1975 assumiu o posto indicado pelo Governador Paulo Egydio Martins, o engenheiro Ednardo José de Paula Santos, que ainda não resolveu participar ativamente da instalação da nova cidade, como o prefeito anterior.

O Ministro da Indústria e do Comércio não é mais o Sr Severo Gomes, que em março de 1975 chegou a apresentar os empresários japoneses ao Ministério do Planejamento, conforme está especificado no resumo da Urbanova, elaborado em 1976.

Foi através do Ministério do Planejamento que houve a melhor ajuda. O Departamento de Estradas de Rodagem recebeu Cr\$ 22 milhões para fazer os trabalhos de geo-sondagem da SP-50, a estrada que sai da Via Dutra, passa pelas margens do terreno da Urbanova e liga-se com a estrada São José—Campos do Jordão.

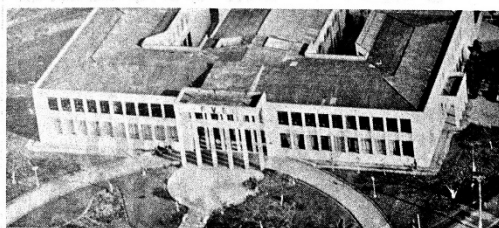
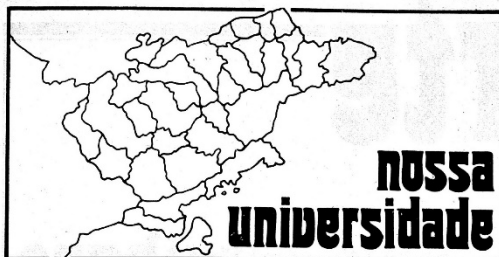
Teoricamente pronta, no papel e na maquete de 1:2.000, a nova cidade planejada é pensada pelos empresários japoneses ainda não tem prazo para nascer. Tudo depende da ponte sobre o rio Paraíba, com ajuda da Prefeitura de São José dos Campos, e da disposição dos diversos organismos federais, estaduais e municipais em começar a trabalhar na infra-estrutura urbana e variá. Um começo que pode demorar ainda dois anos.

— Não faz mal, diz um pouco desanimado o Sr Nishikawa, gerente da Urbanova. Nos vemos para ficar no Brasil e a cidade vai nascer. E todos os participantes do projeto, mesmo os que já voltaram ao Japão, estão contentes com o que já foi possível fazer.

E mostra, para provar que seu otimismo tem bases reais, um dos dados do levantamento realizado na região pela Urbanova: "na projeção demográfica da região, aplicando-se taxas de aumento regressivo de 15 a 5% a partir de 1976, teremos para 1980 uma população estimada de 993 mil 225 habitantes para o conjunto São José dos Campos e Jacareí. Isto corresponde a um aumento populacional de 591 mil 792 habitantes se comparados com os 403 mil 433 habitantes de 1976 e representa uma demanda potencial de cerca de 120 mil habitações nos próximos dez anos".

O Vale 10/12/77

Vale Paraibano



E está chegando a S. José dos Campos

FUNDAÇÃO AVANÇA ENQUANTO AGUARDA A UNIVERSIDADE

O prof. Carvalho Florence prefere não falar de antigas mágoas e nem lembrar problemas que acredita estarem superados. Na verdade, ele parece otimista quanto ao avanço a ser dado pela Fundação no próximo ano em que se confia na instalação da Universidade sonhada. "Não vamos cruzar os braços. Continuarei assistindo a tramitação de nossos projetos e o encaminhamento de nossas solicitações ao Conselho Federal de Educação. Executaremos todos os planos em pauta para receber condignamente mais de 4 mil alunos que tomarão parte em nossos cursos no ano que vem".

Deve-se recordar que, ano passado, quando os cursos da FVE passaram a integrar o unificado do Fuvest foi impressionante o número de alunos que participaram do concurso: 11 155 candidatos para 1 486 vagas, dos quais só 30% vieram da Grande São Paulo, contra 70% de todo o Vale do Paraíba. Em 78 serão oferecidas mais 80 vagas.

No entender da secretária-geral Elilde Lima Duarte, isto se deve também à nova estrutura do ensino na FVE, que resolveu instituir um modelo de avaliação de professores, feito pelos próprios alunos, que podem emitir notas e dizer se aqueles atendem ou não às suas aspirações. "O aluno se torna um autêntico fiscal do trabalho realizado pelo professor e contribui para o próprio aperfeiçoamento de seu curso".

Mantendo cursos de Direito, Economia, Ciências Sociais, Letras, Pedagogia, Serviço Social e Engenharia, além do Colégio Técnico, a Fundação Valeparaibana credenciou-se como uma importante instituição universitária do interior, mesmo enfrentando toda sorte de dificuldades resultante de sua política interna anterior. Serenados os

ânimos, a FVE se aparelha para oferecer serviços cada vez melhores. Um deles será posto em prática no próximo ano, segundo a prof. Elilde Duarte: "Nosso objetivo com as pesquisas de mercado que vamos executar é verificar quanto gasta um profissional, por exemplo, um engenheiro, para se formar; quanto tempo vai levar para recuperar tudo aquilo que investiu em termos financeiros; quais as possibilidades do mercado de trabalho e as melhores ofertas salariais".

O questionário também procurará investigar aspirações da comunidade em termos de novos cursos, para orientar outras áreas de especialização a serem criadas. Um ponto que a própria secretária reconhece como incipiente na FVE é o da participação a nível comunitário. "Essa tarefa é bastante difícil, principalmente numa cidade de formação industrial como esta. Estamos criando um jornalzinho interno, depois pretendemos levar outro órgão às ruas, fomentar o teatro, discutir a arte e oferecer um pouco de cultura à população. Essas coisas, porém, não se fazem da noite para o dia".

Um setor recém-estruturado como a secretaria-geral talvez não tivesse condições de fornecer dados mais precisos sobre a FVE, mas n-ao foi à toa que a Delegacia Regional da 5ª Região, do MEC, considerou a entidade como a segunda mais organizada do interior de São Paulo, perdendo apenas para a Faria Bastos, de São Paulo. Assim não foi difícil obter dados sobre o percentual de procedência do atual corpo docente: São José dos Campos contribui com 70% dos estudantes, ficando 20% por Taubaté, Jacareí, Santa Branca, Sant Isabel, Caraguatuba e Ubatuba, e o restante 10% para a Grande São Paulo.

COORDENADORIA PEDAGÓGICA SOFRE REESTRUTURAÇÃO

Sob a orientação do prof. Cláudio Benedito Gomide de Souza, a Coordenadoria Pedagógica sofreu completa reestruturação, dividindo-se nos setores de Promoção Social (Seprom), de Pesquisa e Avaliação Educacional (Sepae), de Planejamento Educacional (Seplan), de Biblioteca e Banco de Recursos Instrucionais (Sebri) e de Comunicações (Secom).

O prof. Cláudio Gomide ressalta a utilidade do setor a seu cargo, pelo universo de problemas que precisa resolver passo a passo com a vida interna dos alunos. "O atendimento de bolsas de estudos é um desses assuntos que à primeira vista pode parecer simples; na prática, o que se observa são choques de interesses e naturais incompreensões, que exigem soluções rápidas e diretas, para evitar maiores repercussões". Há o caso da cessão de dependências da FVE a terceiros, que requer perfeita coordenação, para que os alunos não se sintam preteridos dentro da própria instituição, como também a supervisão do funcionamento das salas de lazer, cantinas e lanchonetes".

Gomide acresce que "o fornecimento em tempo hábil das informações necessárias a decisões internas, a experiência de fórmulas e materiais de instrução, o perfil psicológico dos alunos, a avaliação da eficiência dos meios de comunicação internos, também são levados na devida conta, porque de cada um desses segmentos pode depender a própria manutenção da entidade".

Por essa razão é que sugeriu à diretoria a criação do Secom, para coordenar toda a divulgação interna e externa, que praticamente funciona à semelhança de uma pequena agência publicitária, contando com o indispensável apoio do serviço Gráfico da FVE. "Com este setor, racionalizamos os custos da propaganda e estimulamos a criatividade dos próprios alunos dentro das diversas faculdades, que podem livremente sugerir ou dar largas à inventiva promocional ou informativa".

A Universidade de São José dos Campos praticamente viabilizou-se com a anunciada fusão entre a Fundação Valeparaibana e a Associação Joseense de Ensino, que contribuiriam com seus equipamentos e corpo docente enquanto a Prefeitura se responsabilizaria pela construção do campus, possivelmente nas cercanias do Banhado. A definição deverá ser dada nos próximos dias pelo Conselho Federal de Educação.

Ao comentar esta informação, o diretor da FVE, José Carvalho Florence, disse que a Universidade local contará com uma organização inédita em todo o País, já que totalmente estruturada em bases empresariais, poderá dispor de recursos em escala suficiente para suas ampliações e permanente atualização pedagógica.

Sem detalhar aspectos técnicos da questão, que por enquanto prefere manter em sigilo, Florence transferiu para o prefeito Ednardo de Paula Santos a solução final já que "ele é o pai da idéia, nós só procuramos colaborar". A forma de participação de cada entidade acionista nos rendimentos da futura instituição universitária ainda não foi convenientemente equacionada.

De qualquer modo, todos os prédios mantidos pela Associação Joseense e pela Fundação Valeparaibana serão conservados como locais de ensino, inclusive o novo prédio da Faculdade de Engenharia. As escolas seriam progressivamente transferidas para o campus à medida que o Município pudesse instalar os diversos departamentos e institutos.

Nesse contexto, deve-se esclarecer que a inclusão da Faculdade de Odontologia integrante da rede de estabelecimentos isolados mantida pela Universidade Júlio de Mesquita é bastante difícil, mas não impossível. Contudo, o Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) não deverá sequer ser cogitado, tendo suas funções específicas desenvolvidas no âmbito do CTA.

O Vale 25/02/74

25/02

Faculdade de Direito

Em 16 de maio de 1952, o vereador Onadir Marcondes apresentou indicação ao presidente da Câmara, no sentido de oficial ao Ministério da Educação, pleiteando a criação da Universidade de São José dos Campos. Esse ideal foi perseguido por muitas pessoas, sem que se tornasse realidade.

A criação da Universidade era meta distante, pois era necessário um certo número de Faculdades, para se pensar em sua implantação. A idéia deve ter partido do pressuposto da cidade já possuir o ITA, um curso de nível universitário. Partiu-se, então, para a criação de Faculdades.

Em 23 de novembro de 1952, foi apresentado um projeto de lei assinado por todos os vereadores, concedendo um milhão de cruzeiros à Associação Mantenedora da Escola Técnica de Comércio "Olavo Bilac", com a finalidade de criar a Faculdade de Direito, verba que deveria ser parcelada em dez exercícios financeiros.

Na sessão seguinte, a Câmara Municipal, através do vereador dr. Pontes, pedia que fosse oficiado ao Ministro da Educação "externando-lhe o acentuado interesse da população joseense na concessão da licença para o funcionamento da Faculdade de Direito do Vale do Paraíba, em São José dos Campos".

Sobre a fundação da Faculdade de Direito, sairá brevemente artigo especial, em ordem cronológica dos fatos ocorridos. Por hora queremos apenas dizer que

sua instalação se deve ao esforço do saudoso prof. Everardo Passos e dr. Luiz de Azevedo Castro.

A Faculdade começou funcionando precariamente em salas de outras escolas, até que se conseguiu alienar o terreno da antiga estação ferroviária, na Praça Almirante Barroso (hoje Praça Cândido Castejon).

A idéia da instalação da Universidade persistiu e a Câmara Municipal não poupou esforços no sentido de apoiar a Fundação Valeparaibana de Ensino, que foi criando outras Faculdades.

A Universidade gorou talvez devido ao bairrismo, pois outras cidades começaram a criar suas Faculdades, não propiciando a concentração de esforços para que surgisse a Universidade do Vale do Paraíba, que seria o ideal.

Muitos esforços foram dispersados e muitos empreendimentos não conseguiram se concretizar, como a Faculdade de Medicina, que a saudosa Madre Teresa quis criar, anexo ao Hospital Nossa Senhora de Fátima, que se vingasse seria um trunfo em favor da Universidade. A Câmara Municipal chegou a votar 150 mil cruzeiros para essa finalidade, importância que nem chegou a ser entregue.

Sobre o assunto há, ainda, a se citar, a promessa do atual prefeito, engº Ednardo José de Paula Santos, de conseguir a Universidade Federal para São José dos Campos.

Diário de Jacaré 27/04/74

Clelio Marcondes fala sobre a Fundação Valeparaibana de Ensino

**PERSPECTIVAS FUTURAS — FUNCIONAMENTO —
UNIVERSIDADE: UM SONHO PRÓXIMO A SE REALIZAR —
ESTAGIO PROFISSIONAL SERIO E FUNCIONAL —
DIREITO PODERA VOLTAR A TER CURSO DE 5 ANOS**

COMO A FUNDAÇÃO FUNCIONA?

A Fundação Valeparaibana de Ensino passou, como todo mundo sabe, uma fase difícil, tendo havido a necessidade até de uma Intervenção Judicial. Felizmente no momento estes problemas já estão superados.

As principais alterações introduzidas no funcionamento da Fundação Valeparaibana de Ensino, acham-se consubstanciadas nos novos Estatutos Sociais, que estão devidamente aprovados pelo dr. Olney Borges, Promotor Público da comarca e Curador de Fundações e registrados como determina a lei. Dentro desse novo esquema temos dois Institutos: O Instituto de Ciências Humanas, composto pelas Faculdades de Direito do Vale do Paraíba, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José dos Campos e Faculdade de Serviço Social "Ministro Tarso Dutra" e, Instituto de Tecnologia, Administração e Economia composto pelas Faculdades de Engenharia de São José dos Campos, Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas do Vale do Paraíba e uma escola de 2º grau, Colégio Técnico Industrial de São José dos Campos.

Dentro de um futuro muito próximo se incorporará a este último Instituto a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo "Elmano Ferreira Veloso" que deve ser reativada.

No Instituto de Tecnologia, Administração e Economia funciona, ainda, um curso de Administração de Empresas, da Fundação Getúlio Vargas, escola sobejamente conhecida.

Essas alterações foram feitas exatamente para possibilitar melhor administração das entidades que compõem a Fundação.

Eram seis unidades, cada uma com a sua diretoria, com a sua secretaria, evidentemente com dispersão de re-

ursos financeiros e humanos.

Temos hoje uma Secretaria Geral que engloba o trabalho de todas as Unidades da Fundação e duas secretarias de atendimento nas áreas de Humanas e de Tecnologia.

Nós pretendemos começar aqui, se possível, o "campus" da nossa futura Universidade. Isto tudo que fizemos é o início de um trabalho de grande envergadura para a criação de uma "Universidade de São José dos Campos". Para isso temos todas as condições, faltando pouca coisa, além de autorização do Ministério da Educação e Cultura e do Conselho Federal de Educação.

A Universidade é importante porque dá exatamente aquela autonomia que nós não temos. Nós dependemos do Conselho Federal de Educação. A Universidade também depende dos órgãos governamentais da área do Ministério da Educação e Cultura, mas tem uma autonomia que evidentemente facilita o trabalho a que nos propomos.

Dentro desse esquema novo, de Institutos, pretendemos, quando tivermos o nosso regimento aprovado, departamentalizar as escolas.

Hoje mantemos os Institutos num nível meramente administrativo, mantendo as escolas e os diretores de todas as escolas. Enquanto não tivermos nosso regimento unificado, trabalharemos com os regimentos das escolas.

Então, temos os diretores dos Institutos, que são pessoas que trabalham na área administrativa, e os diretores das escolas, que são pessoas que trabalham na área acadêmica de suas respectivas escolas.

O QUE O SR. É DENTRO DA ORGANIZAÇÃO?

— Eu sou Diretor Geral da Fundação Valeparaibana de Ensino e Diretor da Faculdade de Direito do Va-

le do Paraíba. O dr. Bráulio Novaes de Castro é o Diretor do Instituto de Ciências Humanas; na área de Tecnologia, Administração e Economia, o Diretor do Instituto é o Prof. Antonio Gomes de Oliveira Filho, que é Diretor da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas do Vale do Paraíba, e seu Vice-Diretor é o Prof. Milton Moreira, da Faculdade de Engenharia de São José dos Campos.

COMO SÃO NOMEADOS ESTES DIRETORES?

— Os Diretores dos Institutos são de livre nomeação do Diretor Geral nesta primeira gestão de 4 anos, exatamente para poder fazer a implantação; os futuros Diretores serão escolhidos pelas Congregações, o que é evidentemente muito melhor. Já para as escolas, as nomeações são de acordo com seus regimentos, ou seja, através de listas triplíce montadas e votadas pelas Congregações. O meu nome para diretor da Faculdade de Direito foi apresentado numa lista triplíce pelo então Diretor, dr. Antonio de Faria Rosa, assim como foi apresentada uma lista triplíce para Vice-Diretor. Fui então nomeado Diretor pelo Presidente da Fundação, bem como o Vice-Diretor dr. Moacir Benedito de Souza, por 4 anos.

Aprovado o regimento interno dos Institutos, na forma que nós propusemos, deixam de existir os Diretores das escolas e os Diretores dos Institutos passam a ser os Diretores das escolas.

A Fundação Valeparaibana de Ensino hoje é dirigida por um Conselho Diretor em que toma parte além do Presidente, Vice-Presidente mais o Diretor Geral, o Diretor Adjunto e os Diretores dos Institutos e seus respectivos vices. Este é o Conselho Diretor que é o órgão que dirige a Fundação.

HA ALGUMA COISA SOBRE A CRIAÇÃO DE CURSOS DE EXTENSÃO?

— Existe, eu tenho interesse em trazer cursos de extensão Universitária. Além disso, a médio prazo pensamos em voltar ao esquema do curso de Direito para cinco anos. Nós entendemos que o curso de quatro anos não é suficiente. Nós não temos hoje carga horária para ministrarmos aulas de Direito Previdenciário, de Ética Profissional, aulas de Português, que inclusive é obrigatório, e outras matérias. Então temos que reformu-

lar o nosso currículo ou aumentarmos o curso para cinco anos.

COMO O SR. VÊ O PROBLEMA DO ESTAGIO PROFISSIONAL E SE TEM EM MENTE ALGUMA SUGESTÃO PARA MELHORAR O SISTEMA DE ESTAGIO

— Tenho. Eu me preocupo muito com os estágios e, logicamente, com os estagiários. Os estágios são fundamentais para a formação do advogado. Estou hoje reformulando o Departamento de Estágio, tendo convidado o dr. Pedro Barbosa Pereira, ex-desembargador do Tribunal de Justiça e magistrado por 42 anos, para coordenador. Ele irá ficar à testa do Departamento de Estágio e orientar os estagiários.

Os alunos inscritos no Departamento, serão orientados pelo dr. Pedro Barbosa Pereira que virá às segundas, terças, quintas e sextas à tarde, no Departamento de Estágio, estamos construindo um novo prédio mais adequado ao Departamento de Estágio. Temos também três advogados de alto gabarito que darão cobertura a estes cursos no Fórum e na Justiça do Trabalho. Pretendemos

fazer um estágio sério sem indispormos os estagiários com os advogados. Vamos realizar um trabalho de triagem feito pelos alunos do nosso curso de Serviço Social. Esta triagem trará a real necessidade do indivíduo que procurou o departamento de Estágio e, em vista disso, será oferecido à Delegacia de Polícia, que dará por sua vez, o atestado de miserabilidade para que a pessoa seja atendida. Desta forma, somente, serão atendidas aquelas pessoas que realmente necessitam, não podendo pagar, portanto, um advogado. Com isso nós aliviarmos o trabalho da assistência jurídica.

Pretendemos realizar o que eu vi na Universidade Federal de Juiz de Fora, ou seja, mantermos professores, em tempo integral, que possam acompanhar os alunos estagiários no Fórum e lá ficar com eles dando toda assistência.

Para finalizarmos quero dizer que ainda pretendo realizar cursos de extensão Universitária nas várias áreas do Direito. Dependo apenas de acertar o local, horário e tudo mais para que possa suprir o nosso curso de, apenas, quatro anos com estes cursos.

TERÇA, 30 MAIO DE 1978

VALEPARAIBANO

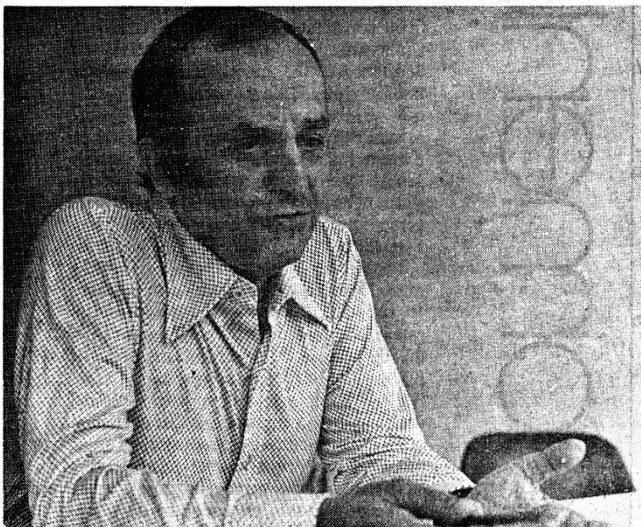
Universidade, após reunião preliminar, na estaca zero

Segundo declarou ontem o diretor da Fundação Valeparaibana de Ensino, professor Clélio Marcondes, a Comissão nomeada pelo prefeito Ednardo de Paula Santos, para implantar a Universidade em São José dos Campos, ainda não definiu como será a Universidade.

Na última quarta-feira, dia 24, a Comissão se reuniu com o prefeito para a primeira discussão do que será feito. Nada foi decidido então, a reunião foi de contatos entre os integrantes da Comissão, pois alguns não se conheciam. Será marcada uma segunda reunião para iniciar realmente os trabalhos, decidindo-se por um local de trabalho, formação de subcomissões, aquisição de equipamentos, requisição de elementos humanos.

Clélio Marcondes afirmou que a Comissão irá estudar ainda qual o tipo de Universidade a ser implantada em São José: municipal, estadual, pelo Conselho Estadual de Educação ou Federal, pelo Conselho Federal de Educação. Ele disse que ainda não tem uma opinião formada sobre qual o tipo de Universidade seria ideal para a cidade; de qualquer forma, afirma que não é sua opinião que vai prevalecer, mas o consenso entre os membros da Comissão.

Depois de decidido a que órgão recorrer, com os devidos estudos da Comissão, será elaborada uma carta consulta ao órgão competente. Nesta, a Comissão solicitará a sistemática a ser adotada para a implantação da Universidade.



Clélio: estamos estudando

Marcondes disse ainda que também o local para a futura Universidade é outro ponto que deve ser discutido, no seu entender como serão aumentados os cursos, a Universidade não poderá funcionar no mesmo local onde funciona hoje a Fundação. "Já temos problema de espaço com os alunos, veja o que está acontecendo com os automóveis dos alunos, assaltos e tudo mais. Já pensou se colocarmos mais mil alunos aqui?

Acabaremos com o trânsito de São José. Vejo a necessidade de sair, mas tudo depende dos estudos que ainda serão realizados", afirma.

A Comissão instituída pelo prefeito, no dia 11 de maio último, é formada pelos professores: Pedro Barbosa Pereira, Marco Antonio Guglielmo Cecchini, Sérgio Antônio dos Reis Vale, Clélio Marcondes e Hugo Benatti Junior.

JORNAL "VALEPARAIBANO"

dia: 09.01.83



FUNDAÇÃO VALEPARAIBANA DE ENSINO

EDITAL

O Presidente da Fundação Valeparaibana de Ensino faz saber às firmas de Topografia que se acha aberta, no Centro de Prestação de Serviços à Comunidade, pelo prazo de 10 (dez) dias, concorrência pública para prestação de serviços de topografia, em área de aproximadamente 500.000m² (quinhentos mil metros quadrados), local da futura Universidade de São José dos Campos (Cidade Universitária). Os interessados deverão retirar no mencionado Centro à Praça Cândido Dias Castejon, nº 75, a respectiva carta-convite. As propostas serão abertas na presença dos interessados no dia 21 de janeiro, às 10:00 horas.

São José dos Campos, 09 de janeiro de 1983

Prof. Dr. Baptista Gargione Filho
Presidente da FVE

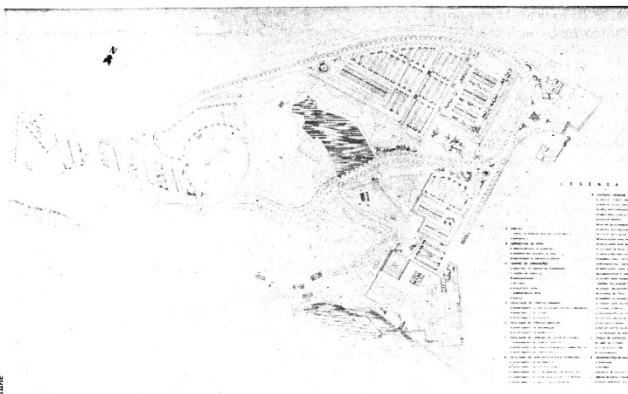
FVE quer ser universidade

As Faculdades Integradas da FVE já têm até projeto pronto para se implantar como universidade em terreno adquirido na Urbanova, iniciativa ousada

Até o dia 23 de dezembro, as Faculdades Integradas de São José dos Campos — Fundação Valeparaibana de Ensino estarão inscrevendo interessados em prestar o vestibular 85 para concorrer às vagas oferecidas pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas (Direito, Ciências Econômicas, e Serviço Social), Faculdade de Ciências Humanas (Ciências Sociais, História, Letras e Pedagogia), e Faculdade de Ciências Exatas e Tecnologia (Engenharia Civil e Elétrica e Arquitetura e Urbanismo). As inscrições poderão ser feitas na Secretaria Geral das Faculdades — Praça Cândido Castejón, 116 e segundo o secretário — Aluísio Machado Margarido Pires, a grande novidade este ano será a reabertura do curso de arquitetura e urbanismo, desativado em 1976, em período integral para uma turma de 80 alunos com todo o corpo docente credenciado pelo Conselho Federal de Educação e com autorização de funcionamento da ministra da Educação — Esther de Figueiredo Ferraz, conforme despacho de 06 de agosto deste ano.

As provas estão marcadas para os dias 13, 14 e 15 de janeiro com exames de comunicação e expressão, redação e língua estrangeira (inglês ou francês), física, química e biologia, estudos sociais e matemática, e a primeira data para divulgação dos resultados está fixada em 03 de fevereiro. No ato da inscrição, o candidato pagará uma taxa de Cr\$ 11.600,00 e receberá um boletim informativo com todas as instruções para as provas, além de uma breve explicação sobre cada curso, opções e vagas.

De acordo com o secretário geral, "o número de candidatos este ano já é maior do que o do ano passado na mesma época, mas a grande expectativa



ESTUDO PRELIMINAR PARA O PLANO PILOTO DA CIDADE UNIVERSITÁRIA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

A FVE tem tudo para ser universidade

está em torno do curso de arquitetura e urbanismo, que pertencerá à Faculdade de Ciências Exatas e Tecnologia provavelmente com o mesmo nome com que funcionou até 76: Elmano Ferreira Veloso", explicou Pires.

Do novo curso à universidade

Os professores Francisco Moral — diretor da Faculdade de Ciências Exatas e Tecnologia, Francisco Alberto Coutinho — chefe do Departamento de Tecnologia da Construção Civil e João Luiz Teixeira Pinto — diretor do Centro de Serviço da Comunidade, apontaram como a principal motivação para a reabertura do curso de Arquitetura e Urbanismo, o fortalecimento da construção da futura universidade de São José dos Campos, oferecendo a essa primeira turma a possibilidade de estudar e desenvolver o plano diretor que já foi iniciado por alunos concluintes do curso de engenharia civil, orientados por

arquitetos, feito com trabalho de pós-graduação e que são estudos preliminares para a implantação da futura universidade.

"A comunidade talvez não esteja informada, mas a Fundação está empenhada para a transformação das Faculdades Integradas em Universidade, já tendo para isso um terreno na Urbanova e o anteprojeto que foi desenvolvido pelos alunos. Acreditamos que essa será uma ótima oportunidade que terão os interessados no novo curso de Arquitetura e Urbanismo que terão o privilégio de terem uma participação efetiva nesse processo", comentaram os professores.

Falando sobre o novo curso eles salientaram que ele terá excelente nível educacional e administrativo, razão pela qual o curso conseguiu ser homologado pelo MEC: "Já está tudo pronto, com todas as salas adequadas, ateliers, laboratórios e salas de aula normais que serão utilizadas por profes-

sores e alunos em tempo integral — todos os professores do 1º ao 6º ano já foram credenciados, com aulas teóricas e práticas com turmas subdivididas", explicaram os responsáveis pela reabertura do curso.

Por essa razão, a Fundação espera um bom número de candidatos ao novo curso para que haja seleção. "Essa turma já começará encontrando 16 professores em tempo integral que pertencem ao curso de engenharia. Além disso, o funcionamento do curso de arquitetura e urbanismo em tempo integral contribuirá para diminuir a ociosidade dos prédios da Fundação durante o período diurno", comentou o secretário geral. Ele acrescentou ainda que além dos candidatos ao curso de arquitetura, todos os interessados em prestar o vestibular 85 devem fazer suas inscrições o mais rápido possível, para que se evite as filas de última hora, que prejudicam os próprios concorrentes.

Vale do Paraíba, domingo, 15 de setembro de 1985

ValeParabiano

Paredão — Por que a Universidade de São José dos Campos é necessária? Em que pé está o processo de sua fundação? Quais são as dificuldades? Planos?

Gargione — Historicamente, a educação em nível superior no FVE teve início em 1954 com a criação da Faculdade de Direito do Vale do Paraíba. Entretanto, foi a partir de 1961 que os sistemas de ensino e pesquisa iniciaram um processo de expansão, com a criação da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas, em 1965 — a Faculdade de Filosofia, 1968 — a Faculdade de Engenharia e, em 1969 as faculdades de Serviço Social e Arquitetura e Urbanismo. Neste decênio, os matriculados cresceram quase 700%, quando as vagas passaram de 200 para 1.350. Como consequência deste brusco crescimento, o sistema FVE de Ensino, que não estava preparado, entrou num "processo de crise" que se manifestava através da excessiva de professores para o ensino e pesquisa, escassez de salas de aulas, de materiais e equipamentos de ensino e pesquisa e principalmente de recursos financeiros para se manter um bom ensino.

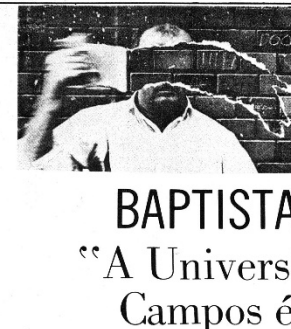
Quando assumi a presidência da FVE procurei avaliar a saúde do sistema FVE de Ensino que ia de mal a pior. Verificamos que para melhorar o seu desempenho e planejar o seu futuro seria necessário examinar, de maneira unificada, as relações entre os componentes internos do nosso sistema FVE de Ensino, notadamente: os verdadeiros objetivos para a orientação das atividades do sistema, os estudantes cujo aprendizado é o principal objetivo do sistema, os conteúdos — a essência daquilo que os estudantes precisam aprender, os professores para ajudarem na aquisição do conteúdo e orientarem o processo de aprendizagem, o material didático — livros, laboratórios, etc., as instalações para abrigar o processo, os controles de qualidade — normas de admissão, notas, exames, padrões, a pesquisa para aperfeiçoar o desenvolvimento do sistema, a administração para coordenação, direção e avaliação do sistema. Além disso, era preciso analisar a interação do sistema FVE de Ensino e seu meio social e seu ambiente de modo a poder preparar melhor os estudantes para servir a si mesmos e à sociedade, como indivíduos e membros da família, como líderes e inovadores, como cidadãos fomentadores da cultura.

Quando estes componentes do sistema FVE de Ensino tiveram sido, em grande parte resolvidos e/ou equacionados adequadamente, podemos dizer que a Universidade de São José dos Campos é uma realidade! Nessa caminhada em direção ao futuro, há, todavia, algumas prioridades: estabelecimento de um plano de aperfeiçoamento de professores nas diferentes áreas do conhecimento; nucleação dos primeiros grupos de pesquisa na própria FVE com o aperfeiçoamento dos nossos estudantes — nosso principal objetivo, com a obtenção de recursos externos para o NAE — Núcleo de Assistência ao Estudante afim de poder proporcionar maior quantidade de oportunidades para estágios remunerados e bolsas de estudos; melhoria das condições de atendimento no Centro de Estágios de Ciências Jurídicas; melhoria do acervo de nossas bibliotecas e sua interação com outras; melhoria das condições físicas da área de lazer e esportes e a habitação no Campus Urbano.

do — Como o sr. vê a falta de trabalho para os jovens que não saíram da universidade? Há muita engenharia ociosa aqui em São Paulo, por exemplo, para sobreviver.

Gargione — Os alunos são as entidades primordiais de qualquer sistema de ensino. Seu aperfeiçoamento é o objetivo principal do sistema FVE de Ensino. O número de estudantes que procuram entrar para nossas escolas ou que procuram nela permanecer para continuar estudando, reflete a demanda social na FVE situa-se em aproximadamente 3.000 alunos/ano. Deste total formam-se cerca de 400 alunos na seguinte proporção: 36% em Direito, 23% em Economia, 4% em Serviço Social, 14% em Pedagogia, 3% em História, 3% em Ciências Sociais, 7% em Engenharia Civil e 10% em Engenharia Elétrica. Destes dados verifica-se que existe uma indiscutível necessidade de o sistema FVE de Ensino melhorar o equilíbrio na produção de formandos, que deve começar com o jovem estudante recebendo segura orientação vocacional, capaz de proporcionar-lhe elementos realísticos que o leve à escolha do curso de acordo com sua vocação e com as possíveis oportunidades de emprego. O ensino e a aprendizagem desempenham um importante papel, responsabilizando-se pela formação de força de trabalho qualificada, capaz de uma maior produtividade que o oferecido pelos trabalhadores não qualificados. É, portanto, que o processo se desenvolve, a educação passa de um "bem escasso" para um "bem abundante", deixa de ser um luxo destinado a poucas para tornar-se uma necessidade básica para todos.

É importante assinalar ainda que o problema do desemprego não foi criado pelo ensino; na verdade, ele só contribuiu para tornar mais visível e mais audível um problema bem antigo. As sociedades sempre tiveram um vasto desemprego oculto e, mais



PAREDÃO

BAPTISTA GARGIONE FILHO

"A Universidade de São José dos Campos é muito necessária"



Dailor Varela

particularmente, um vasto sub-emprego. Esta condição foi agora trazida para a plena luz do dia graças aos meios de comunicação como o **ValeParabiano** e, assim, o **desemprego tornou-se um assunto de interesse público** com suas estatísticas sendo divulgadas diariamente. Nosso problema atual de mais desemprego e sub-emprego é assunto que deve ser tratado do ponto de vista político — um governo poderá manter-se ou cair se não tiver uma boa regra de vida neste particular.

Paredão — O livro didático no Brasil é muito alienado da realidade? Como o sr. vê o livro didático? O que poderia melhorar?

Gargione — O problema do livro didático vem sendo discutido há muito tempo. Em março de 1983 realizou-se um "simpósio sobre o livro didático" em São Paulo sob os auspícios da Fundação Brasileira para o Desenvolvimento do Ensino das Ciências — Funbec e com o apoio da Fapesp — Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo e da CNPq — Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Os principais temas abordados foram os seguintes: Aspectos Tecnológicos na produção do livro didático, aspectos econômicos e políticos na produção do livro didático, aspectos pedagógicos do livro didático, o livro didático na universidade — filosofia do ensino, o livro didático e a linguagem de sua elaboração, experiência didática sobre o livro didático, o uso de quadros nos livros didáticos e o qualidade do livro didático. Estes temas estão no "Memória do Simpósio do Livro Didático" — edição Funbec 1983.

O que se lê e se ouve hoje através dos órgãos de comunicação são desdobramentos destes temas já amplamente discutidos pelos educadores e cujo solução pode ser encontrada e referida estas "memórias".

É pessoalmente acho que a grande maioria das famílias brasileiras não está em condições de arcar com os elevados gastos com os livros didáticos que numa única série pode até ser de 8 a 8 livros. Entretanto, livro deve estar nas bibliotecas das escolas; as bibliotecas na verdade não existem na maioria de nossas escolas, que existe um acervo muito pequeno que não caracteriza a existência de uma biblioteca. Seu contra o livro descartável — um retrocesso no processo educacional. Sou favorável a que os professores em conjunto escrevam suas aulas e que estas sejam impressas pela Rede de Ensino e distribuídas aos alunos — um conceito de paralisar e destruir o instituição na qual estuda, sob o rótulo da democra-

zização do ensino, e do ensino gratuito em todos os níveis, como se o ensino não tivesse custo!

Paredão — Como vê a reorganização do UNE?

Gargione — A UNE é uma entidade necessária e, será importante na medida em que os objetivos por ela definidos espelham os objetivos da grande maioria. Vamos exemplificar. Atualmente a UNE edita um jornal, o jornal da UNE, denominado Universidade. Dos vários assuntos abordados (no nº 1) podemos retirar as afirmações: "Um novo modelo de ensino superior só será real no contexto de um novo modelo de desenvolvimento do país, se preservar nossa soberania e garantir a utilização de nossos recursos em função dos interesses nacionais".

"A universidade existirá com a garantia das mais amplas liberdades, que propiciem e estimulem o questionamento e o crítico de nossos estruturas acadêmicas, políticas e sociais, bem como o livre debate de todas as concepções filosóficas e políticas". Todos nós concordamos com isto e até aplaudimos, não é verdade?

Em outros trechos deste jornal eles afirmam: "Que a falta de verbas tem ocasionado um profundo achatamento dos salários dos docentes e funcionários, resultando em evasão de cérebros e queda da qualidade de ensino, pesquisa e extensão. Outra verdade que apimamos: "A universidade deve preferir a contratação de professores em regime de tempo integral à universidade. Parabéns à UNE.

"É necessário garantir a gratuidade do ensino em todos os níveis". Esta afirmação merece reflexão. Graças a quem? Para o estudante?

Parabéns à UNE. Mas quem paga o custo da educação? O Estado é claro, pois educação é dever do Estado. Então, uma instituição como a FVE, que não tem acionistas, deve receber verbas externas para proporcionar o ensino gratuito. Nós educadores ficariamos felizes se o poder público municipal, o estadual e o federal, destinassem verbas para bolsos de estudos que tornassem o ensino totalmente gratuito.

A UNE ainda defende que é fundamental um volume de verbas que permita a atualização do acervo bi-

bliográfico, o aparelhamento dos laboratórios e condições para manter as instalações escolares. Nós também.

Paredão — O sr. sempre foi um político ligado a Joaquim Bevilacqua. Hoje o sr. tem pretensões políticas?

Gargione — Creio que há um pequeno engano na sua pergunta. Foi um "educador" ligado a Joaquim Bevilacqua e por quem tenho um respeito profundo: encontrei nele um homem com grande sensibilidade para os problemas da educação de nossa cidade — tendo destinado boas verbas à Secretaria de Educação, as

quais possibilitaram implantar o CITE — Centro Integrado de Tecnologia da Educação, as unidades móveis profissionalizantes, expandir enormemente a rede de ensino municipal e melhorar substancialmente os salários dos professores. Além disso, a comunidade da FVE lhe é muito grata, pois foi ele quem nos doou a área para o novo Campus Universitário Urbano. Hoje ele é sobretudo, um bom e leal amigo.

O professor Baptista Gargione Filho, atual presidente da Fundação ValeParabiano de Ensino, professor adjunto do ITA, ex-secretário de Educação do Município e diretor científico da Funbec, é sem dúvida um dos educadores mais sérios e respeitados do Vale do Paraíba. Afinal de contas, ao longo de sua vida, ele não fez outra coisa que não o envolvesse com a problemática da Educação. No "Paredão" de hoje, ele fala da Educação da Universidade de São José, da FVE, do livro didático. Enfim, traça um painel do nosso sistema educacional, com lucidez, bom senso, como se estivesse em plena sala de aula.

Quanto às pretensões políticas creio que vive grandes chances como secretário de Educação merço do trabalho que realizou na Prefeitura. Conseguir afastar estes "instâncias" e permanecer até hoje como educador. Hoje ainda não tenho pretensões políticas mas, se a educação no município estiver ameaçada não me faltarão forças para um forte engajamento na política-partidária.

Paredão — Como vê a Nova República de Sarney?

Gargione — Vejo a Nova República com muita esperança e muito receio.

Paredão — O sr. foi dono de uma fábrica de material didático mas parece que com propostas bem revolucionárias para a época. Por que deixou a fábrica? O que aconteceu?

Gargione — Na minha vida tive algumas experiências interessantes. Pertenci a um grupo de trinta pessoas que fez uma cooperativa de auxílio mútuo para construção de nossas próprias casas, alguns anos antes de se criar o Sistema Financeiro da Habitação e, que deu certo. Pertenci a um outro grupo, também de umas trinta pessoas, que acreditou numa idéia de se ter uma fábrica de material didático à semelhança da Embroer — com tecnologia e educação genuinamente brasileira. Era uma microempresa — ela foi desativada simplesmente porque não encontrou incentivo governamental e os encargos da microempresa eram demasiado pesados.

Paredão — A FVE é muito distante de uma participação, por exemplo, na vida cultural da cidade. Um outro caso que não o envolvesse com a problemática da Educação. No "Paredão" de hoje, ele fala da Educação da Universidade de São José, da FVE, do livro didático. Enfim, traça um painel do nosso sistema educacional, com lucidez, bom senso, como se estivesse em plena sala de aula.

Gargione — É verdade, a FVE está bastante distante de uma participação na vida cultural da cidade. Temos, todavia, feito esforços nesse sentido através da criação do Coral, da Semana de Letras, da Semana da História, da Semana de Ciências Sociais, da Semana de Engenharia e outras atividades. Apesar de tudo isto sinto que a interação é fraca com a vida cultural da cidade. Talvez porque este seja um processo lento e gradual.

Paredão — Que conselhos o sr. daria ao ministro Marco Maciel da Educação, para melhorar a nossa universidade?

Gargione — O ministro Marco Maciel é bem assessorado pelos membros do Conselho Federal de Educação e creio não estar precisando de um novo conselheiro.

Paredão — Como o sr. vê a situação do professor no Brasil? Um professor que ganha mal, pode dar uma boa aula?

Gargione — É fora de dúvida que, entre outras exigências, o atingimento dos objetivos educacionais de um sistema de ensino exige a atuação de um quadro de professores entusiastas e competentes. É primário e acima de tudo uma questão de qualidade, conseguir-se um número suficiente grande daquilo que é considerado de boa qualidade. Em geral, podemos encontrar um número suficiente de indivíduos dispostos a manter a ordem no sala de aula, mas não podemos encontrar um grande número de indivíduos que também possam ensinar. Para se manter bons professores trabalhando com motivação será preciso além de oferecer um padrão salarial compatível com o mercado de trabalho da região, estabelecer adequadas normas de admissão e acesso à carreira universitária, e alocar melhores recursos para o ensino e oportunidades de aperfeiçoamento. Estas condições não existem num grande número de escolas brasileiras, daí resultando aulas de má qualidade.

Jornal "O VALEPARAIBANO"

Dia: 26.02.86

do leitor

A universidade brasileira

Senhor editor:

A partir de 1964, a Universidade Brasileira passou por um processo gradual de privatização. Sabendo-se que dentro do sistema capitalista, o objetivo da iniciativa privada é o lucro a qualquer custo, a educação passou a ser considerada uma mercadoria de consumo que objetiva a dar lucro.

A partir de 1964 começa um processo de ingerência norte-americana na Universidade Brasileira através dos acordos MEC-U-said, formaram a EPES (Equipê de Planejamento de Ensino Superior do MEC) composta de cinco brasileiros e cinco norte-americanos, tendo por finalidade entre outros itens, determinar um sistema ideal de ensino para o Brasil.

Segundo o professor norte-americano Rudolf Atcon, "Os Estados Unidos devem consagrar a máxima atenção, quando não intervir diretamente, nessa instituição social, a Universidade Latino Americana..."

No período de 1965-1983 a parcela do orçamento destinada ao MEC cai de 11,07% para 3,2% e o Brasil para 85º lugar entre as nações.

As vagas em escolas públicas representavam 60% do total até 1964, hoje são apenas 30%. A expansão excessiva da rede privada deu origem a uma situação contraditória: a alta concorrência nos vestibulares das escolas públicas faz com que aí ingressem majori-

tariamente alunos de maior poder aquisitivo egressos de boas escolas secundárias. Resta ao aluno carente, vindo da rede pública do 2º grau a faculdade privada, paga e ruim, de acesso menos concorrido.

Tais instituições acabam tendo por objetivo último a alta rentabilidade, e seus administradores colocam um balanço com lucro como um troféu. E paralelamente relegam a pesquisa e a contratação de bons professores a um segundo plano.

Em São José dos Campos, a Fundação Valeparaibana de Ensino segue esse modelo capitalista lucrativo de Universidade, após uma majoração das mensalidades de Cr\$ 212.000 para Cr\$ 421.000.

Para obter uma declaração de que se é aluno desta instituição é cobrada mais uma taxa de Cr\$ 13.050, assim, uma carteirinha de passes que é fornecida gratuitamente em outras escolas (públicas de 1º e 2º graus), na FVE custa Cr\$ 13.050.

E ainda demitem vários professores arbitrariamente, alguns por motivos políticos, como o prof. Acioli de Engenharia e prof. Alvaro de Direito. E não nos parece que um senador, pouco interessado em assuntos estudantis, e ainda por cima banqueiro como o nobre senador Bornhausen tenha interesse em alterar esse quadro. E lamentável!

**Luiz Carlos = Estudante da FVE -
Humanas**

Entidades defendem estadualização do ensino universitário no Vale

BIBIANO DOS SANTOS

Representantes de diversas entidades classistas de São José dos Campos realizaram na noite da última segunda-feira o primeiro encontro para viabilização do que poderá tornar-se eventualmente a Universidade do Vale do Paraíba.

O encontro foi promovido pela Associação Comercial e Industrial de São José dos Campos em conjunto com a Associação dos Engenheiros e Arquitetos, tendo como referência a proposta do presidente do Diretório Acadêmico de Ciências Exatas e Tecnológica da Fundação Valeparaibana de Ensino, Gabriel Silva Júnior.

Inicialmente, o acadêmico recorreu às lideranças empresariais e profissionais da cidade reivindicando a viabilização de um evento do qual participassem diversos segmentos da sociedade, inclusive dos sindicatos de trabalhadores.

A proposta foi absorvida pelos presidentes de ambas as Associações, Maurício Peneluppi e Eduardo Manuel Bittencourt, respectivamente.

Embora, os sindicatos de trabalhadores, como exemplo, não tivessem comparecido a esta primeira reunião, a maioria das entidades classistas participaram do evento realizado na sede da A.C.I.

ESTADUALIZAÇÃO

Basicamente, todas as discussões abordadas durante o encontro tinham como referência a necessidade da estadualização de pelo menos duas entidades de ensino do Vale do Paraíba. Ou seja, a Fundação Valeparaibana de Ensino de São José dos Campos e a Universidade de Taubaté.

Somente assim, acreditam os idealizadores, grande parte dos estudantes do Vale do Paraíba poderão ser beneficiados com a estadualização do ensino superior.

No caso, é entendido que a universidade pública é inteiramente gratuita permitirá o atendimento da grande demanda de estudantes, a qual — quando em condições — é obrigada até agora à recorrer às instituições particulares e em alguns casos em cidades não muito próximas como Mogi das Cruzes e São Paulo, aumentando ainda mais os custos para o universitário.

Segundo o engenheiro Paulo Trombone, representante na reunião do diretor geral do INPE (Instituto de Pesquisas Espaciais), Marco Antônio Raupp, inicialmente deverá ser constituído um grupo de trabalho para a elaboração de um projeto pormenorizado sobre todas as características da Universidade do Vale do Paraíba.

Entretanto, foi observado que este projeto deverá pressupor um amplo estudo jurídico em relação às entidades cogitadas para a estadualização como a Fundação Valeparaibana de Ensino e a Universidade de Taubaté.

Por su vez, Batista Gargione, presidente da fundação mantenedora da FVE, que fora convidado a participar do evento não esteve presente e não enviou representante.

Ao final das discussões foi decidido que novas reuniões deverão ocorrer visando atingir outros segmentos da Sociedade à medida em que a criação de uma universidade para a região está estreitamente ligada à toda comunidade. Em princípio, o novo encontro deverá ocorrer no próximo dia 21, em local a ser determinado.

Jornal Valeparaibano

Dia: 24/09/88

Vale do Paraíba, sábado, 24 de setembro de 1988

ValeParaibano

93

Ary Kara garante que estadualização sai este ano

Quércia confirma Univale mas descarta Taubaté

Taubaté — "Estivemos com o governador na última quarta-feira, e ele nos autorizou a dizer que será criada no Vale do Paraíba a universidade regional". Esta foi a resposta dada ontem, sexta-feira, pelo secretário de Assuntos Fundiários de São Paulo, deputado estadual Ary Kara José (PMDB), diante da polêmica criada pelas informações anteriores passadas por ele próprio a respeito da estadualização da Unitaú — Universidade de Taubaté.

Segundo Kara, o governador também o autorizou a informar que poderão integrar a chamada Univale — Universidade do Vale do Paraíba, aquelas faculdades ou cursos superiores que o quiserem. O secretário afirmou que Quércia fará o anúncio pessoalmente, numa visita que deverá realizar a Taubaté, no mês de outubro. Kara não disse onde, mas segundo ele, o governador informou que a sede da Univale não deverá ser em Taubaté.

"Eu não vou mais discutir a estadualização da Unitaú", afirmou Kara, para quem, a partir de agora, esta discussão cabe "aos alunos" que, na sua opinião, na maioria apoiam a estadualização. Porém, com relação ao movimento gerado pelos próprios alunos no sentido de se questionar a vinculação do anúncio da medida com o ano eleitoral, Kara disse que isso foi realizado por uma minoria que classificou de "estudantes profissionais, irresponsáveis acadêmicos".

Segundo Kara, o anúncio da criação da universidade regional não está vinculado ao momento político, pela proximidade das eleições municipais. Ele afirmou que os estudos e as suas reivindicações já têm sido feitos estudados pelo governo estadual há pelo menos um ano. Agora, completou, o projeto teria sido incrementado

devido à reforma tributária aprovada na Constituinte, que deverá proporcionar maior arrecadação para o Estado e, assim, "teremos condições de criar mais uma universidade". Este foi o nosso pensamento, sem pensar em política nenhuma", frisou.

Pelo estudo anteriormente encaminhado por Ary à Secretaria de Ciência e Tecnologia, seriam criados cursos espalhados por todo o Vale, como de Mineralogia (em Cruzeiro), Turismo (em Campos do Jordão), Veterinária (em Pindamonhangaba) e Oceanografia (em Ubatuba).

Sede em Taubaté

Apesar de, segundo o próprio secretário, o governador Orestes Quércia ter manifestado que Taubaté não deverá ser a sede da Univale, Kara disse que "vamos continuar lutando" para que isso não aconteça. Ele disse que Taubaté deveria ser a sede, mantendo a reitoria, por ter sido o "berço do ensino" na região e contar atualmente com uma estrutura própria.

Kara disse que pretende continuar discutido com os alunos a questão da estadualização. Segundo ele, até outubro, quando Quércia deverá estar em Taubaté, será encontrada a forma como será implantada a Univale. Porém, completou que isso deverá ocorrer "rapidamente".

Não vale a pena

O reitor da Unitaú, Milton de Freitas Chagas, afirmou ontem ao *ValeParaibano* que se a sede da Univale não for em Taubaté, não valerá a pena a autarquia participar do processo. Segundo Chagas, isso levaria a uma "descharacterização" da Unitaú, indo contra "o esforço de muita gente" para que a universidade existesse hoje, segundo ele, "andando tão bem". Porém, disse que a discussão maior "caberá à comunidade".

EM DEFESA DO DESENVOLVIMENTO DO VALE DO PARAÍBA.

Estagnação e Crise da Economia Valeparaibana nos últimos anos: sugestões para romper os bloqueios.

1. Após duas décadas e meia de rápido crescimento econômico com implantação de unidades fabris novas e significativa ampliação do emprego industrial (anos 60/70 e até meados dos anos 80 com o desempenho do complexo de indústrias bélicas de exportação) a economia valeparaibana mergulhou numa problemática fase de estagnação econômica e profundo agravamento das tensões sociais.

2. O desemprego já havia atingido duramente a estrutura industrial do Vale do Paraíba durante a recessão de 1981/84, especialmente nas indústrias mecânicas, químicas e automobilísticas, produzindo visíveis efeitos negativos sobre as condições de vida da população. Posteriormente, ocorreu uma recuperação parcial do crescimento industrial (1985/86), seguido de oscilações na produção (retração em 1987, fraco desempenho em 1988 e 1989), sem que o volume do emprego industrial apresentasse incremento apreciável.

3. Nos últimos 4 anos, portanto, a economia valeparaibana vem se defrontando com um preocupante estado de estagnação que se agravou sobretudo nos últimos dois anos em função da crise da indústria bélica de exportação e, mais recentemente, com o grave colapso que atingiu o complexo aeronáutico liderado pela EMBRAER. A situação de estagnação se reflete sobre o comércio e sobre os serviços em geral sobrecarregando o cenário urbano do Vale do Paraíba com tensões sociais crescentes.

4. Entretanto, a crise em que se encontra a economia Valeparaibana não resulta apenas de fatores conjunturais decorrentes do conjunto da economia brasileira e da forte instabilidade inerente à indústria bélica. No caso do Vale do Paraíba outros fatores específicos vêm colaborando para agravar ainda mais a estagnação, desestimulando o investimento industrial na região.

5. O componente principal deste processo de deterioração da base econômica do Vale do Paraíba resulta da significativa depressão dos investimentos públicos em infra-estrutura econômica e social na região em toda a década dos anos 80. A retração dos investimentos públicos, tanto federais quanto estaduais, implicou fortes efeitos deletérios sobre a atratividade da região como opção locacional para novos investimentos, em flagrante contraste com o dinamismo de outras regiões do interior do Estado beneficiadas pela expansão e modernização da estrutura viária, energética e de abastecimento de água industrial.

6. A deterioração da infra-estrutura básica e de serviços sociais do Vale do Paraíba nos anos 80 atingiu todas as áreas:

a. o estado de abandono da rede viária e especialmente a degradação e risco de acidentes na via Dutra dispensam comentários;

b. a poluição e degradação do Rio Paraíba aprontou-se continuamente;

c. a oferta de energia elétrica na região está sobrecarregada e

exibe oscilações perigosas no abastecimento prejudicando o desempenho fabril;

d. a produção agrícola não foi estimulada pela implantação de uma rede de estradas vicinais, em contraste com outras regiões do Estado, e nem por um aproveitamento mais racional dos 45 mil hectares de várzeas do Rio Paraíba;

e. a infra-estrutura educacional deteriorou-se em todos os níveis: piorou o ensino no 1º e 2º graus e, especialmente, pioraram as condições de custo e qualidade do ensino superior na região, reduzindo-se a oferta e a qualidade dos profissionais universitários;

f. paralelamente, a forte redução observada nos investimentos federais atingiu seriamente os complexos científico-tecnológicos do Vale do Paraíba, semeando insatisfação e mal-estar nas instituições;

g. degradou-se também de forma expressiva a situação do sistema de saúde pública na região.

7. A despeito das tendências negativas acima expostas, o Vale do Paraíba luta no sentido de que o processo de industrialização resolva os problemas que ele próprio criou para o que é indispensável a retomada do seu desenvolvimento. Com este objetivo, entre outros compromissos com os interesses populares, nacionais democráticos, o Vale do Paraíba apresenta aos candidatos a Governador e Vice-Governador do Estado, Luiz Antônio Fleury Filho e Aloysio Nunes Ferreira, as seguintes reivindicações prioritárias:

a. Ampliar fortemente os investimentos públicos em infra-estrutura econômica e social na região;

b. Promover a "estadualização" da Via Dutra com programa especial no qual o Governo Federal assumira a sua responsabilidade de manter em bom estado de tráfego as atuais pistas e o Governo do Estado responsabilize-se pelas marginais que liguem as cidades da região, garantindo-lhes acessos e pistas de acomodação para as áreas urbano-industriais;

c. Criação da Universidade Estadual do Vale do Paraíba com a encampação da Fundação Valeparaibana de Ensino e a implantação de "campus" universitários nas sub-regiões de acordo com suas potencialidades;

d. Programa de despoluição do Rio Paraíba e de aproveitamento agrícola dos 45 mil hectares de suas várzeas;

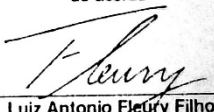
e. Programas específicos para recuperação e ampliação das redes escolar e de saúde pública;

f. Dar continuidade à construção da Rodovia Carvalho Pinto com respeito ao meio-ambiente;

g. Programa de habitação popular para suprir o déficit habitacional da região.

São José dos Campos, 21 de novembro de 1990.

de acordo


Luiz Antonio Fleury Filho

(Xerox 6)

OPINIÃO

As opiniões contidas nos artigos desta página são de inteira responsabilidade de seus autores, não refletindo necessariamente a posição da Folha

Univale, a Universidade do Vale

ARY KARA

Ao longo de nosso mandato parlamentar, levantamos a questão da necessidade de se instalar na região uma Universidade Estadual ou Federal. Temos nos pautado por esse objetivo e acreditamos que o ideal possa vir a ser alcançado. Hoje existe uma corrente muito positiva nesse sentido, englobando as comunidades acadêmicas, autoridades e a população.

Em sua recente visita ao Vale do Paraíba, pouco antes das eleições, o governador eleito de São Paulo, Luiz Antônio Fleury Filho, reunido com estudantes e lideranças comunitárias, garantiu que em seu governo uma das prioridades será a criação e instalação da Univale - Universidade do Vale do Paraíba.

O que se pode facilmente perceber é o total esquecimento do Governo Federal para com o Estado de São Paulo. Nosso Estado conta com apenas uma Universidade Federal, com sede em São Carlos, ao passo que o Rio de Janeiro possui quatro universidades, o Rio Grande do Sul, também quatro, Minas Gerais seis. Inegável que São Paulo hoje, em todos os setores, inclusive educação e pesquisa, lidera o país. Por ser o Estado mais populoso e mais importante do Brasil, obrigatoriamente teria que contar com outras Universidades Federais. Entretanto, essa postura discriminatória do Governo Federal para com São Paulo vem se repetindo ao longo dos anos.

Por outro lado o Governo do Estado preocupou-se com suas Universidades Estaduais - USP, Unesp, Unicamp - ignorando todo o remanescente do Estado.

O Vale do Paraíba aparece na nossa História como o grande reduto sustentador do Estado, outrora como região agropecuária e hoje como centro industrial. O próprio crescimento da região valeparaibana já exigiria maiores investimentos no setor educacional, inclusive a nível de terceiro grau, para formação de profissionais nas mais diversas áreas de atividade humana.

Em discurso que proferimos da tribuna

da Assembléia Legislativa de São Paulo no dia 1º de dezembro de 1987, onde defendíamos a criação da Univale, chamávamos a atenção para o interior, que reclamava para ser ouvido. Nascer na Capital ou no Interior do Estado é mero acidente. Viver na grande metrópole ou no Interior é opção. Mas inteligência e oportunidade de absorção de conhecimentos são resultantes da vontade e da obstinação, independente do local do nascimento ou de residência.

A "Folha de S. Paulo" soube, como poucas instituições, captar esse espírito, ao implantar as suas edições regionais.

O ensino e a pesquisa são indissociáveis para o bem e o futuro da humanidade, mas não podem e não devem ser privilégio de alguns. Impõe-se a descentralização. E o Vale do Paraíba reclama de há muito a sua Universidade pública, federal ou estadual.

A proposta, que temos defendido, prevê a constituição da Univale como órgão direto do Governo ou pessoa jurídica de Direito Público, ou seja, Autarquia ou Fundação. Criada e mantida pelo Estado.

A Univale abrangeria, pelo processo de encampação, as instituições públicas da região, como a Universidade de Taubaté e cursos da Unesp existentes em municípios da região.

Para completar o universo do saber, os novos cursos que viessem a ser criados se localizariam praticamente em todas as cidades da região, aproveitando as condições já existentes e as características de cada cidade. Como exemplo, a criação de um curso de Hotelaria e Turismo em Campos do Jordão, Oceanografia em Ubatuba e Caraguatatuba, Veterinária em Pindamonhangaba, Mineralogia em Cruzeiro.

A Univale, constituída como órgão direto do Governo ou sob a forma de autarquia, seria por ele mantida, oferecendo consequentemente ensino universitário gratuito a todos os seus alunos. Sob

a forma de Fundação, poderiam ser chamados a dela participar, além do Governo do Estado, o Governo Federal, bem como os Governos Municipais e a própria iniciativa privada que gozaria, em contrapartida, de incentivos fiscais.

A nossa proposta inicial prevê que essa Universidade seria administrada por uma reitoria (Reitor, vice-reitor e seis pró-reitores) e os Conselhos Universitários, de Ensino, Pesquisa e Extensão e Administrativo. Sua sede seria em Taubaté, por ser a única cidade da região que já mantém uma Universidade há mais de dez anos.

Formariam ainda o corpo administrativo da Univale Coordenadorias Regionais, inicialmente em número de quatro, com sede em São José dos Campos, Guaratinguetá, Ubatuba e Campos do Jordão.

Nossa proposta para criação da Univale já vem sendo discutida e apoiada pelas comunidades acadêmicas. No entanto, nosso objetivo não é que ela nasça de uma forma autoritária, como algo imposto à região. A questão precisa ser mais discutida, inclusive através de seminários envolvendo as autoridades educacionais da região, assim como os prefeitos e vereadores.

A verdade é que nunca estivemos tão próximos dessa conquista como agora. A manifestação do governador eleito, nosso companheiro Fleury Filho, favorável à idéia, foi muito positiva. O atual governador, Orestes Quéricia, também se mostra sensível a ela, haja vista a recente estadualização da Faenquil - Faculdade de Engenharia Química de Lorena.

A Univale poderá tornar-se realidade. Mas para tanto precisamos da união de todos em torno desse ideal, que representaria uma verdadeira redenção para o Vale do Paraíba e o Litoral Norte e um gesto de justiça do governo para com São Paulo que, repetimos, conta com apenas uma Universidade Federal, ao passo que Minas Gerais possui seis.

ARY KARA, 48, deputado federal eleito e decano em Direito formado pela Unifaz - Universidade de Taubaté.

FVE ganha status de universidade e anuncia a criação de novos cursos

Eloá Maria

DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

O Ministério da Educação reconheceu a Universidade do Vale do Paraíba (Univap), mantida pela Fundação Valeparaibana de Ensino (FVE), aprovando seu Estatuto e o Regimento Geral. A concessão foi anunciada ontem pelo prefeito Pedro Yves durante a reunião de prestação de contas dos dois anos de governo (veja matéria nesta página). O anúncio foi confirmado pelo presidente da FVE, Baptista Gargione, que recebeu na última quarta-feira, a Portaria 510/92, assinada pelo ministro do Estado Interino da Educação, Antonio da Souza Teixeira Júnior. Com isso, a Univap tem autonomia para criar novos cursos, que serão semestrais e Gargione já planeja realizar concurso vestibular antes do segundo semestre. Os cursos de física e matemática serão introduzidos ainda em 1992 e a partir do ano que vem, diversos outros cursos serão instalados.

A Univap terá seu campus numa área de mais de 500 mil metros quadrados, localizada dentro do condomínio NovaUrbe, região oeste de São José dos Campos. A área útil ocupará 18.923 metros



A Univap será erguida numa área de 500 mil metros quadrados, que abrigará, além das instalações acadêmicas, um dos Ciacs de São José dos Campos

quadrados, divididos em salas de aula, anfiteatro, biblioteca, laboratórios, quadras esportivas e administração. Sem previsão para início dessas obras, a Univap funcionará nas instalações da FVE, que até fevereiro de 1992 terá mais 30 salas de aula e conta com 6.500 alunos.

Até o dia 1º de julho, Gargione será o reitor da Universidade, após o que o Conselho Deliberativo da Univap elegerá um novo reitor e vice-reitor que atualmente é João Luiz Teixeira Pinto. O chefe do departamento de direito, Francisco Pimentel, afirma que "Gargione é o candidato mais in-

dicado para ocupar a reitoria da Univap".

Além da criação da Univap, Gargione anunciou também a implantação de um Centro Integrado de Assistência à Criança (Ciac), dentro do Campus da nova universidade. Este Ciac é um projeto que reúne os esforços da Prefeitura, Fundação Hélio

Augusto de Souza (Fundhas) e a Universidade do Vale do Paraíba e a princípio abrigará 250 menores. Gargione segue terça-feira para Brasília, levando o projeto do Ciac, após a assinatura da escritura definitiva do terreno da Univap, pelo prefeito Pedro Yves, na segunda-feira, dia 6.

Reitor revela as mudanças

"Ainda este ano a Univap deverá abrir 60 vagas para os novos cursos de matemática e física, que terão exame vestibular antes do início do segundo semestre", garante Gargione. A partir de 1993 cursos na área de ciências biológicas serão instalados, abrindo 60 vagas para a cadeira de biologia, 60 vagas para a cadeira de terapia ocupacional, 60 vagas para química, 60 vagas para fisioterapia, 60 vagas para odontologia, 60 vagas para farmácia, 60 vagas para educação física e 60 vagas para estatística.

Ainda novos cursos de 3º grau estão no planejamento da Univap, com 80 vagas para os cursos de administração de empresas e ciências contábeis, 60 vagas para engenharia cartográfica, 60 vagas para enfermagem, engenharia de materiais com 60 vagas, meteorologia com 60 vagas e tecnologia em aviação com 60 vagas.



Gargione: autonomia para criar cursos

"Sendo uma universidade privada, a Univap terá autonomia para criar os cursos que pretender, de acordo com a vocação da região", explica o professor Gargione. Ele disse também que demais cursos a serem criados dependerão de uma programação dos conselhos da universidade e que todos os currículos dos cursos já existentes serão revistos. Atualmente existem os cursos de direito, pedagogia, letras, geografia, história, ciências sociais, arquitetura, engenharia civil e elétrica, economia, serviço social, computação e processamento de dados.

Faculdades dão lugar a institutos específicos

A Universidade do Vale do Paraíba (Univap) será regida por um Conselho Universitário e um Conselho de Ensino, Pesquisas e Extensão (serviços à comunidade). A Reitoria será responsável pelas pro-reitorias de graduação, pesquisa e pós-graduação, planejamento, administração e finanças e extensão. Com a extinção das faculdades, serão quatro instituições: ciências exatas e tecnologia, ciências humanas, ciências sociais aplica-

das e ciências biológicas e da saúde.

O Conselho Universitário será formado por membros da comunidade, como o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, presidente da Câmara, Prefeito, presidente da Associação Comercial e Industrial, presidente da Associação de Engenheiros e Arquitetos, presidente da associação dos economistas, governadores do Rotary Clube e Lions Clube, representantes do instituto Tec-

nológico de Aeronáutica e Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão é o órgão responsável pela política, planejamento e normatização e o Conselho dos Departamentos é o colegiado responsável pela coordenação do Ensino, Pesquisa e Extensão ao nível de Instituto, que congregam os departamentos e administram as atividades do ensino.

Cidades brigam por ensino superior estadual

A criação da Universidade do Vale do Paraíba em São José dos Campos (Univap) aumenta ainda mais a polêmica gerada em torno da implantação de uma universidade estadual no Vale. Tanto a população de São José dos Campos quanto a de Taubaté disputam a localização da universidade estadual. O deputado Bernardo Ortiz defende a transformação da Universidade de Taubaté (Unitau) em ensino público estadual enquanto o

presidente da Fundação Pedroso Horta, Luiz Carlos Miranda, defende a instalação de uma universidade estadual em São José dos Campos.

O deputado Bernardo Ortiz criou o Projeto de Lei 193/91, de 25 de abril de 1991, que foi aprovado no último dia 26 de março, autorizando o governo do Estado a criar a Universidade do Vale do Paraíba. O projeto foi aprovado pela Co-

missão de Constituição e Justiça da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo.

Ortiz justifica a transformação da Unitau baseado no fato de que ela já é hoje uma universidade, com dezenas de faculdades e cursos em pleno funcionamento. Sua justificativa baseia-se nas reduções sofridas pelo crédito educativo, que impediram o acesso de um grande número de estudantes aos cursos.

folha vale

Segunda-Feira, 20 de fevereiro de 1995 |

Alunos voltam a pé de campus da Univap

Novo prédio fica a 10 km do centro de S. José e é servido por apenas 4 horários de ônibus à noite

Empresa faz linha especial

Da Reportagem Local

O diretor de operações das empresas de transporte coletivo, César Tadeu Teixeira, afirmou que a Univap inaugurou o campus sem planejamento.

Ele afirmou que a universidade teria que ter feito um comunicado nas férias para a Secretaria Municipal de Transportes e para as empresas de ônibus avisando do início das aulas.

Teixeira afirmou que as empresas improvisaram de forma precária uma extensão de linha de ônibus até o campus para não deixar os alunos sem transporte.

O departamento de Comunicação Social da Telesp informou que a universidade só enviou um pedido para instalação de telefones públicos no local no último dia 7, quando as aulas já haviam começado.

Segundo o departamento, a Telesp está tentando antecipar o prazo de instalação dos aparelhos de março para este mês.

CLAUDIA CHAPIER
Da Reportagem Local

Alunos de 17 cursos da Univap (Universidade do Vale do Paraíba), em São José dos Campos, estão voltando a pé do campus da Urbanova por falta de ônibus.

O campus fica a dez quilômetros do centro da cidade. As aulas são noturnas.

A Univap tem 1.380 alunos matriculados nos cursos noturnos no campus da Urbanova.

Não há linhas de ônibus que passem regularmente pelo local, não há telefones públicos instalados próximos ao prédio e o trecho final de um quilômetro que dá acesso à universidade está sem iluminação.

As empresas de transporte e telefonia culpam a universidade por não ter comunicado com antecedência o funcionamento do campus (leia texto ao lado).

O assessor de imprensa da Eletropaulo na cidade, René Vernee, não foi localizado.

O secretário-geral da Univap, Alberto Eugênio Canhoto, afirmou que várias correspondências foram enviadas à Telesp, empresas de transporte São Bento, Real e Capital do Vale na tentativa de resolver o problema.

Espera

A estudante Roxana Cardoso afirmou que apenas quatro ônibus servem a volta dos estudantes, das 21h15 às 23h.

"Ninguém consegue entrar nos ônibus por causa do tumulto."

Roxana disse que paga R\$ 170 de mensalidade para o curso de pedagogia e se arrisca a frequentar as aulas sem o mínimo de segurança.

Para chegar às aulas no horário, às 19h, Luciano dos Santos, 19, sai de sua casa, no bairro Santa Inês, às 17h.

O estudante de ciências econômicas Ricardo Portela, 17, disse que, além da demora dos ônibus, os alunos se sujeitam a ir pendurados na porta porque não podem perder o último carro.

Os estudantes que passaram a ir de carro para a Univap são obrigados a pagar R\$ 2 por dia para usar o estacionamento do prédio.

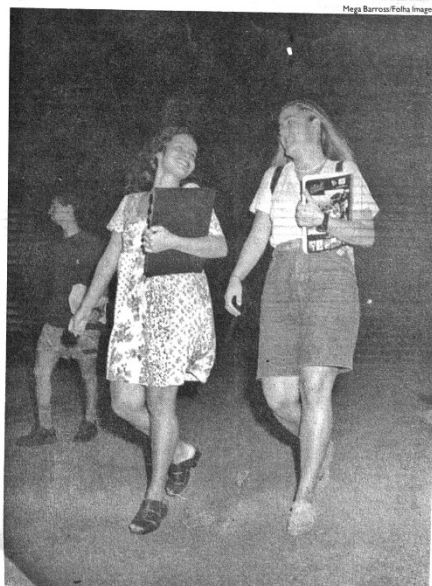
Na noite de sexta-feira, os alunos colheram 800 assinaturas em um documento que irão entregar à Univap em protesto contra a cobrança.

A estudante de educação física Gabriela Virgínia, 20, afirmou que a maioria dos alunos está optando por deixar o carro estacionado na rua.

"Não vai demorar para surgirem ladrões de carro."

Alexandre Lima, 21, que também faz educação física, disse que passou a ir de carro na faculdade porque trabalha de dia e não há como chegar na hora da aula usando ônibus.

Para ele, a falta de estrutura no prédio causa tumulto.



Gabrielle Virgínia (esq.) e Daniela Veneziane voltam da Urbanova

folha vale

FOLHA DE S. PAULO - Quarta-Feira, 13 de março de 1996

Grupo ameaça fechar acesso para Urbanova

Da Reportagem Local

Os moradores do loteamento Urbanova, em São José, pretendem bloquear hoje a entrada para o condomínio em protesto pela falta de segurança no bairro.

Durante o protesto, serão fechadas as cancelas da portaria de entrada do Urbanova para impedir a passagem de veículos.

O protesto deve começar 18h, no horário de acesso dos alunos da Univap (Universidade do Vale do Paraíba), que estudam em prédios instalados na Urbanova.

No último sábado, uma resi-

dência foi assaltada no Urbanova. As cinco pessoas que estavam na casa foram amarradas e fotografadas pelos assaltantes.

Até as 17h, a diretoria da Univap não havia informado o que seria feito para tentar garantir a entrada hoje dos 3.000 alunos que estudam na Urbanova.

Segundo os moradores, o bairro se transformou em ponto de tráfico de drogas. "As avenidas viraram pistas de racha", disse Amadeu Cuenca.

A Novaurbe, responsável pelo loteamento, informou que não vai tentar impedir o protesto.

Segurança

Guarda Municipal impalnta rondas na área da Urbanova

Equipe apóia polícia em operações de combate à violência em S. José

São José dos Campos

A Guarda Civil Municipal de São José dos Campos entrou na "guerra" para combater a onda de violência que atinge a área próxima ao campus da Univap (Universidade do Vale do Paraíba), no bairro Urbanova, zona oeste da cidade.

Os agentes da guarda estão realizando blitzes em conjunto com as polícias Civil e Militar nas proximidades da universidade.

A força-tarefa conta ainda com a fiscalização de Posturas, Trânsito, Vigilância Sanitária e Comissariado de Menores da prefeitura.

Nos últimos oito dias, a operação resultou no fechamento de três bares e na notificação de outros dois estabelecimentos comerciais próximos ao campus. Segundo a Guarda Civil, as interdições ocorreram por irregularidades no alvará de funcionamento desses locais.

A estratégia da Guarda Civil em relação à Univap é a mesma utilizada nas proximidades das escolas públicas. O objetivo é cobrir o funcionamento de bares irregulares que facilitariam a expansão do foco de violência na região.

Nos primeiros cinco meses deste ano, a Polícia Civil registrou 54 roubos e furtos no bairro Urbanova. A maioria dos crimes ocorreu nas imediações da Univap, segundo a polícia.

Num período de cinco dias seguidos no mês maio, quatro alunos e um professor da universidade foram vítimas de sequestros-relâmpagos, um estudante de engenharia desapareceu e outro foi assassinado depois de ser perseguido desde a Univap até sua casa (leia texto nesta página).

Segundo o diretor da Guarda Civil de São José, Antônio Carlos Monteiro, a presença da força-tarefa reforça a segurança na região.

"O fechamento dos bares irregulares é uma outra forma de combater a violência nas imediações da universidade", disse Monteiro.



Movimento em frente à lanchonete perto da Univap, no bairro Urbanova, em São José; segurança foi reforçada

REAÇÃO - Estudantes da Univap ainda "desconfiam" da segurança na área da universidade. "Não me sinto muito segura porque tem dia que a polícia está aqui.

Mas tem dia que a gente não vê nenhum policiamento", disse a estudante de engenharia Letícia Vaz Andrade, 21 anos.

O comerciante R.T., 29 anos, que preferiu não se identificar, disse que não acredita que os bares sejam um dos responsáveis pela a onda de violência próxima a Univap. Ele mantém um trailer de lanche próximo à universidade.

"O que falta é policiamento. Por isso que os criminosos estão agindo aqui", disse o comerciante ao *ValeParaibano*.

Nenhum representante da Univap retornou as ligações do *ValeParaibano* ontem para comentar o assunto.

Ato pediu mais ação da polícia

São José dos Campos

No mês passado cerca de 300 alunos da Univap fizeram um protesto pedindo mais segurança no campus do bairro Urbanova, na zona oeste de São José. A manifestação aconteceu após o assassinato de um estudante que foi seguido por assaltantes ao deixar a universidade.

O aluno de engenharia Arnaldo Tosi Júnior, 35 anos, foi assassinado perto de sua casa no

Jardim Alvorada, também na zona oeste da cidade. Segundo testemunhas, Júnior teria sido seguido por dois ladrões ao sair da Univap em companhia da esposa, a atriz do SBT Luciana Rocha, 32 anos.

Quando o casal estava chegando próximo à residência onde moravam, os assaltantes tentaram levar a moto de Júnior. O estudante foi assassinado na frente na esposa, mesmo sem reagir ao assalto.

Na mesma semana, o desaparecimento do estudante de engenharia de materiais Adilson Batista Lopes, 34 anos, chocou os estudantes da Univap. Lopes foi visto pela última no dia 15 de maio, quando saía do Campus da Univap. A família e a polícia não haviam encontrado o estudante até ontem.

Matéria Publicada Journal Vale Paraibano - 24/05/2003

Segurança para a Urbanova

Com um protesto pacífico na noite da última quinta-feira, os estudantes da Univap marcaram posição: eles pedem, com urgência, uma tomada de posição das autoridades responsáveis pela área da segurança em São José em relação à onda de violência que atinge o bairro da Urbanova e as cercanias do campus da universidade.

Com certeza, os estudantes não estão sozinhos.

Com certeza, somam-se a eles os professores, os funcionários e os diretores da Univap, além dos pais de alunos, dos comerciantes do bairro e das centenas e centenas de moradores da região da Urbanova. Mais que correto, afinal, o problema da segurança não aflige apenas os alunos, mas todas as pessoas que vivem, estudam, trabalham ou transitam em uma das áreas que registrou o maior índice de crescimento na cidade nos últimos anos. E, segundo atestam os números, o problema da segurança é sério. Segundo estimativa da Polícia Civil, 52 casos policiais foram registrados naquela região nos quatro primeiros meses do ano.

O crescimento da Urbanova foi acompanhado por um incremento da infra-estrutura urbana, de modo especial na área de transportes. O acesso ao bairro, por exemplo, está mais fácil graças a obras a partir da Marginal do Vidoca. A área da segurança, no entanto, parece não ter acompanhado essa evolução rápida. É lamentável, por exemplo, que o bairro, com todo esse fluxo de pessoas, não tenha um posto fixo da Polícia Militar. Esses ajustes se fazem necessário para evitar novos casos trágicos, novos crimes nascidos a partir do bairro, novas manifestações pela paz marcadas pela dor, pelo medo, pela sensação de perda.

Como conseguir isso?

Através do diálogo aberto, franco e positivo travado entre os grupos e instituições envolvidas com a solução desse problema. Nesse diálogo, a Univap, como uma instituição peso-pesado da comunidade, tem um papel importante. Do lado do Estado, o comando da Polícia Militar de São José é experiente e preparado para colocar em operação mecanismos eficientes para devolver a paz e a tranquilidade à Urbanova e às cercanias do campus, seja através de operações especiais, seja (tomara!) pela fixação de uma base da corporação naquela área.

Os estudantes estão de parabéns por levantarem um problema que não aflige apenas eles. Agora, cabe a todos trabalharem juntos para desatar o nó da insegurança.

Impasse

Bairrinho reclama de abandono

Confusão atrasa chegada de serviços essenciais à localidade, que tem lixo e esgoto a céu aberto

Bairrinho

Na divisa entre São José dos Campos e Jacareí, a comunidade do Bairrinho enfrenta, há tempos, problemas como a falta de coleta de lixo, saneamento básico e asfaltamento de vias.

São cerca de 70 famílias que moram às margens do rio Paraíba e aprenderam a conviver com o lixo na porta de suas casas. Somente recentemente — e sem alarde — ficou definido que o local está sob jurisdição de Jacareí.

Isso confunde os moradores, uma vez que parte dos serviços — como o fornecimento de energia elétrica, por exemplo, é feito por São José.

A Prefeitura de Jacareí admite que estuda um plano de melhorias para o local. A entrada do bairro, porém, continua sendo por São José.



A auxiliar de enfermagem Patrícia Teixeira observa local onde são depositados sacos de lixo: mau cheiro



A contabilista Mônica Arruda e seu filho Leonardo: 'esgoto a céu aberto'

Jardim Pinheirinho ou Bairrinho?

O Jardim Pinheirinho, como é conhecido em São José, ou Bairrinho, como é chamado em Jacareí, é foco de uma disputa de fronteira entre os dois municípios;

- 70 famílias moram no local;

- O bairro é carente de infraestrutura. As ruas são de terra e não há rede de esgoto e nem transporte público. O ponto de ônibus mais próximo fica próximo à portaria da Univap, há cerca de dois quilômetros;

- A luz chegou ao local há poucos anos, levada por São José;

- Os moradores também dispõem de água tratada, fornecida pelo SAAE (Serviço Autônomo de Água e Esgoto), de Jacareí;

- Na área de Saúde, os moradores afirmam que hora aparece agentes de saúde de Jacareí, ora de São José. Não há linha telefônica;

- A Polícia Militar de São José também presta segurança ao bairro. O acesso a localidade só é possível somente por São José.

Prefeitura faz plano de melhoria

Bairrinho

A prefeitura de Jacareí informou que estuda uma solução para a questão do lixo no Bairrinho, que poderá ser realizada em parceria com instituições que atuam em São José dos Campos.

Em São José, a prefeitura informou que, em razão da área legalmente pertencer à Jacareí, não pode realizar os serviços de coleta no local. Mas, que poder

fazer um convênio com a cidade vizinha para prestar serviços à comunidade.

Responsável pela coleta de lixo em São José a Urbam (Urbanizadora Municipal) confirmou que não realiza a coleta no bairro por ele não estar contemplado no contrato firmado com São José.

AJUDA - A Secretaria de Meio Ambiente de São José também

se mostrou disposta a amenizar o problema. Segundo o secretário de Meio Ambiente André Miragaia, embora o mapa apontasse que o bairro pertence à Jacareí, o meio ambiente não tem fronteiras. Ele disse que vai vistoriar a área com a Polícia Ambiental do Estado.

"Não iremos nos esquivar do problema. Se São José não puder atuar, a polícia ambiental poderá notificar o responsável."

► Independentemente disso, o lixo aumenta a cada dia nas ruas e gera mau cheiro e infestação de pernilongos. A avenida I concentra montanhas de entulho misturadas a lixo doméstico, garrafas pet e sacos plásticos.

A área faz fundos com os muros da Univap e frente com a casa da técnica em enfermagem Patrícia Teixeira, 29. "O que mais me incomoda é ver as crianças brincando nesse lixo. O lixo também recebe a água de esgoto que desce rua afora."

CONFUSÃO — Há dois anos e meio no local, a contabilista Mônica Arruda Silva, 35, disse que a confusão sobre qual cidade é detentora do bairro, faz com que os moradores sofram com a falta de serviços simples.

"Estamos em uma área monitorada, ninguém pode cortar uma árvore sob o risco de ser multado. Mas, o lixo se prolifera e ninguém assume o problema."

Mônica afirmou que um grupo de moradores propôs pagar caçambas para recolher o lixo, mas o custo para levá-las até a Urbam (Urbanizadora Municipal), de São José, é incompatível. Para transportar o lixo do bairro até o local onde a Urbam faz a coleta é preciso percorrer cerca de dois quilômetros.

O pecuarista Milton Oliveira Sene, 60, ainda luta para preservar a área. "Tentamos assumir a limpeza, pagamos, distribuímos sacos plásticos, mas não existe acordo."

Valparaíso, 6 de Setembro de 2007.

Página 2 - Opinião

Bruno



Urbanova: planejamento, centro e periferia

Pedro Ribeiro Moreira Neto

São José dos Campos foi sempre paradigma de planejamento urbano para as outras cidades da região. Enquanto instrumentos como planos diretores eram restritos aos grandes centros nacionais ou elaborados superficialmente, apenas para cumprir obrigações legais, São José já desenvolvia planos concretos, construía uma verdadeira cultura na área. Infelizmente, não é mais assim. O obsoleto e pobre Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (2006), parece feito apenas para a manutenção do status quo, entrega o território do município ao capital imobiliário que, em última análise, tem sido o responsável pela conformação do espaço urbano joseense. A indispensável intervenção do poder público constitui, também no planejamento do território, um desafio permanente às doutrinas liberais e suas teorias fundadas na "racionalidade" automática das leis de mercado. Fossem estas racionais, como se pretende, nossas cidades não teriam favelas, não se construiria em encostas instáveis nem em áreas de proteção de mananciais. Também não teríamos problemas de carência de infra-estrutura e saturação do sistema viário.

O crescimento das cidades não obedece

a um formato único. É dinâmico. E a concepção atual de planejamento implica necessariamente na compreensão e prospecção desse dinamismo. Em São José dos Campos, a omissão tem desviado a função do poder público e feito da administração municipal refém de construtores e imobiliárias. Neste quadro, as discussões sobre a pressão pela verticalização de áreas como a Urbanova, apesar legítimas, desviam o foco da questão.

Urbanova é um problema de periferia, onde o bairro é dependente de um centro externo a ele (não acreditamos que a maioria de seus moradores trabalha na Univap). Este é o conceito de periferia, em oposição ao de centro, onde estaria a geração de emprego. Seu projeto original, do arquiteto Jorge Wilhelm, previa uma zona de comércio e serviços, um centro local que foi abandonado. A transformação do bairro em periferia / dormitório foi mais rentável. Cabia ao poder público criticar e exigir a obediência ao projeto original, que não se concretizou. Agora, o interesse do capital imobiliário volta à região, ávido por maiores taxas de ocupação por meio da verticalização. Tem que explorar ao máximo o boom imobiliário do momento. É a lógica do capital que na ânsia de verticalização de áreas já consolidadas dá as cos-

tas a seus antigos clientes e "empurrar" novas áreas de expansão mais adiante. Assim se criam, por detrás da Urbanova, novos loteamentos fechados, prolongando ainda mais a conformação periférica. O que diferencia o "caso Urbanova" é que esta é uma periferia rica, habitada por uma classe média influente. A saturação das vias públicas, o adensamento demográfico, a oscilação dos valores no mercado imobiliário e a sobrecarga das redes de infra-estrutura tocam a periferia como um todo, mas, agora ganha destaque e coloca na berlinda a capacidade da administração municipal para tratar tais conflitos. A provação por que passam os moradores da Urbanova é reveladora da perversão suicida do capital imobiliário, comprometendo definitivamente a qualidade de vida na cidade em troca do lucro rápido. A situação do bairro não vai revelar a seus moradores a complexidade das carências de outras zonas periféricas, as pobres, mas a sensação de terem sido ludibriados na disputa com o capital imobiliário os coloca, ainda que por breve instante, no mesmo prato da balança.

Pedro Ribeiro Moreira Neto é arquiteto e urbanista, atualmente consultor da Fundação para a Pesquisa Ambiental

cidades

QUALIDADE DE VIDA BAIRRO RECLAMA DE BARULHO E TRÂNSITO CAÓTICO

Morador do Urbanova é a favor do fim das festas

Comunidade apoia investigações do Ministério Público, que quer proibir festas e eventos na Univap

FILIPERDRIGUES
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Moradores do Urbanova, na zona oeste de São José dos Campos, apoiam as investigações do Ministério Público que podem culminar na proibição de festas e eventos dentro do campus da Univap (Universidade do Vale do Paraíba).

Ontem, O VALE percorreu o bairro e ouviu dos moradores que, além do trânsito com menores e bebidas, os eventos também causam barulho e dificultam o trânsito na região.

"Quando tem festa, o trânsito fica impossível, os carros param em qualquer lugar fechando a avenida", disse a estudante Alexandra Barros, 33 anos.

Questionada sobre a reclamação dos moradores, a Univap afirmou que a instituição apenas aluga o espaço e a responsabilidade pelo evento é do locador.

Investigação. O Ministério Público apura denúncias de que menores de 18 anos têm livre acesso às festas e liberdade para a compra de bebidas alcoólicas nos eventos realizados em um espaço que pertence à Univap.

Segundo a promotora Silvia Máximo afirmou a O VALE, por ser uma instituição de ensino, a FVE (Fundação Valeparaibana de Ensino), que gerencia a Univap, deveria saber os tipos de festas que acontecem no local.

A OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e o Conselho Tutelar defenderam que



"Quando tem festa, o trânsito fica impossível, os carros param em qualquer lugar fechando a avenida"

ALEXANDRA BARROS, 33 ANOS,
ESTUDANTE

a instituição designasse, ao menos, fiscais para acompanhar se a festa obedecia ao ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Reclamações. Segundo a professora Jamille Torres, 30 anos, em dias de festa, é impossível dormir à noite.

"A festa parece que está no nosso quarto. É uma barulheira de buzina, gritaria. Isso antes e durante. Depois da festa, tem aqueles que vão embora a pé e passam gritando."

A comerciante Gilmara Gomes, 35 anos, mora no Urbanova há 15 anos. O principal problema das festas para ela são os rachas entre carros que saem das festas.

"É um barulho de pneu cantando, os carros passam em velocidade altíssima. A avenida não é larga. Então é arriscadíssimo. Seria melhor que acabasse mesmo. Uma universidade não precisa disso." ●



Casas próximas à Univap, no Urbanova, zona oeste de São José; moradores reivindicam sossego

OCORRÊNCIA

Menor foi espancado em festa

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

O imbróglio sobre a presença de menores em festas na Univap começou após a família de um jovem de 17 anos acusar seguranças de espancaram o adolescente.

O evento aconteceu entre a noite de sábado e a manhã do último domingo. A festa foi organizada pela KF Eventos e

a presença de menores de idade era proibida.

O advogado da família do jovem, Flávio Ricardo França Garcia, afirmou que irá protocolar junto ao Ministério Público, uma acusação contra a empresa e a Univap, que comprova que menores consumiam bebida alcoólica sem nenhuma fiscalização.

"Também haverá um proce-

dimento penal pela agressão covarde dos seguranças ao adolescente e pediremos uma indenização devido aos transtornos causados", disse.

A KF nega qualquer agressão e afirma que o jovem foi expulso da festa enquanto tentava furta bebidas alcoólicas no bar. A empresa também afirma que checka RGs para evitar entrada de menores. ●

Seremos uma cidade universitária, com certeza

Já não é de hoje que há esforços para que se efetivem as gestões para a criação da Universidade de São José dos Campos.

A administração municipal, houve por bem formalizar a celebração de um convênio, firmado sexta-feira última para forçar a concretização de um sonho que poderá dentro de mais alguns meses chegar a termos práticos.

Quantos alunos terminam seus cursos técnicos, científicos e ao tentarem seguir carreiras universitárias encontram impecilhos.

Então perdem-se vocações. A mocidade sequiosa de novas opções dado ao custo sempre fora do limite de suas bolsas, fica sem poder seguir em seus estudos.

Enquanto em outros países, há incentivo aos estudos, mesmo naqueles de baixa rentabilidade per capita, nós infelizmente, defrontamos com o ensino cheio de mazelas e feridas a impedir-lhes um perfeito entrosamento, que traga lenitivo para os estudantes.

As escolhas dos alunos que querem atingir a Universidade não encontram apoio, porque as autoridades não procuram ajudá-los no que poderiam, por força de legislação nesse sentido.

Para se criar universidades, há que se ter um certo número de condições indispensáveis que possam dar sentido prático para que não se formem um exército de doutores. Por esse motivo é que foi criada em São José uma comissão de alto nível, constituída por desembargadores, professores de grande gabarito, perfeitamente dominadores do assunto.

Eles têm uma difícil, mas feliz incumbência: a de propiciar a criação de um «campus» universitário em que abrangerá cursos superiores para o necessário atendimento das vocações estudantinas.

Uma que desistem, infelizmente quase no meio do caminho, por se verem impossibilitadas de prosseguirem em carreiras que demandam um custo inacessível às suas pretensões.

Assim é que alunos que concluem cursos de madureza, seguindo cursos regulares, fazem os vestibulares mas não podem seguir aquilo que estão em mente querendo fazer.

As indisposições financeiras, os contratemplos, tudo contribui para que o estudante tenha entremetida sua carreira, criando-lhe obstáculos.

Por isso é com invulgar satisfação que já sente em âmbito de concretização aquilo que no passado não passava de mero sonho.

Como diz o prefeito Paula Santos: «Em 19 anos, quando a Ford queria instalar no Vale eram diferentes as necessidades do município. Naqueles tempos precisávamos nós do concurso de indústrias. Hoje, o panorama da cidade é bem outro. Há grandes investimentos em muitos setores.

Há uma multiplicidade de aspirações. Sente-se que tudo muda, a medida em que o tempo vai passando. O futuro vai se descortinando nas portas do presente.

Para que a Universidade seja um fato real é que existem mães e pais perfeitamente conscientizados das facilidades que encontrarão doravante seus filhos no tocante à continuação dos estudos. Não é possível que São José dos Campos, ainda não vive aquele ar saudável de cidade universitária, sabendo-se que uma Taubaté a poucos quilômetros daqui, tem sua universidade, embora municipal.

A realidade, entretanto, aí se despoeta.

Há um mercado de trabalho à espera das novas mãos de obras especializadas, há um campo vastíssimo para o trabalho organizado, dentro daqueles ditames que proporcionarão dentro em pouco, o aproveitamento de grande parte dos formandos no próprio polo onde estudem.

Já existem meios de aspirações universitárias a dominar os nossos jovens.

O amanhã tem que ser ardentemente preparado já.

A universidade de São José dos Campos, está com seus dias contados para início de seu funcionamento, podem crer os leitores.

Se nada de impeditivo atrapalhar as gestões, se tudo for levado pelo lado prático, haverá, seguramente, a certeza de que dentro de um ano no mais tardar, os estudantes locais em fase de ingressar na universidade já não precisarão fazer longas viagens, gastando combustível, ou onerando suas bolsas.

A Universidade Joseense está assim, mais que nunca caminhando a largos passos para que venha a ser uma realidade.

SÃO JOSÉ

Terá uma nova Universidade

Através do Decreto nº 2.588 de 8 de maio de 1978, o Prefeito Paula Santos, decidiu instituir a Comissão de Criação, Organização e Implantação da Universidade de São José dos Campos.

Para tanto, o chefe do Executivo designou os professores Pedro Barbosa Pereira, Marco Antonio Guglielmo Cecchini, Sérgio Antonio dos Reis Valle, Clélio Marcondes e Hugo Benatti Júnior para comporem essa Comissão.

De há muito, estudantes de vários cursos, elementos ligados ao ensino, tanto de nossa cidade como de outros municípios, estão vendo com bons olhos, a tentativa de implantação de uma Universidade que tenha como centro nevrálgico, São José dos Campos, pelas suas condições excepcionais no que tange aos currículos e pela facilidade de que é dotada como município que vem desfrutando de uma situação privilegiada em todos os setores de atividade.

ANEXO B - LEIS E DECRETOS MUNICIPAIS



Prefeitura da Estância de S. José dos Campos
 PUBLICADA NO JORNAL
 Vale paraibano
 N.º 3700, de 03/03/1968, em de de 19

Estado de São Paulo

3.3.01-R
 3.3.02-R
 3.4.01-R

LEI Nº 1434

de 21 de fevereiro de 1968

A Câmara Municipal de São José dos Campos aprova e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Artigo 1º - Fica a Prefeitura da Estância de São José dos Campos autorizada a alienar mediante doação, à Fundação Valeparaibana de Ensino, o imóvel abaixo descrito e caracterizado, destinado à instalação e funcionamento das Faculdades de Engenharia e Medicina e outros cursos de nível superior a serem mantidos por essa Fundação e que venham a integrar a Universidade do Vale do Paraíba, a saber:

"Um terreno, todo cercado por muro, de forma irregular contendo uma área construída de 2.458,00m² (dois mil, quatrocentos e cinquenta e oito metros quadrados), sob nº 75, da Rua Paraíba, desta cidade e circunscrição imobiliária de São José dos Campos, medindo dito terreno, 95,75m (noventa e cinco metros e setenta e cinco centímetros), mais 7,25m (sete metros e vinte e cinco centímetros) em linha quebrada de frente para a Rua Paraíba de sua situação; pelo lado direito segue uma extensão de 114,50m (cento e quatorze metros e cinquenta centímetros) para defletir a esquerda numa extensão de 5,65m (cinco metros e sessenta e cinco centímetros), e, finalmente, defletindo a direita e percorrendo por linha curva uma extensão de 173,00m (cento e setenta e oito metros), tudo em divisas respectivamente com o Tiro de Guerra nº 45, desta cidade antigo-leito da Estrada de Ferro Central do Brasil; pelo lado esquerdo, medindo 251,00 (duzentos e cinquenta e um metros) em divisas com Benedito Antonio de Freitas e, afinal, 152,00m (cento e cinquenta e dois metros) pelo lado dos fundos dividindo com o loteamento denominado Jardim Vale Paraíso. O terreno assim descrito, circunscreve a área total de 30.254,00 m² (trinta mil, duzentos e cinquenta e quatro metros quadrados)."

Artigo 2º - Se no prazo de 5 (cinco) anos, a contar da data da lavratura do respectivo instrumento de doação não vierem a se instalar e funcionar as Faculdades de Engenharia e Medicina, o imóvel referido e descrito no artigo anterior reverterá ao Patrimônio Municipal, com tôdas as suas benfeitorias e mais aquelas que ali venham a ser executadas, sem direito de retenção por parte da donatária ou qualquer indenização por

./....



Prefeitura da Estância de S. José dos Campos

Estado de São Paulo

Em de de 19

Continuação da Lei nº 1434 - 2 -
retenção por parte da donatária ou qualquer indenização por
parte do Poder Público doador.

Artigo 3º - O imóvel referido e descrito no artigo 1º
desta lei, igualmente reverterá ao Patrimônio Municipal com tô
das as suas benfeitorias, de quaisquer naturezas, independente
de indenização, ocorrendo a dissolução ou extinção da Fundação
Valeparaibana de Ensino.

Artigo 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua
publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura da Estância de São José dos Campos, 21 de
fevereiro de 1968.

Elmano Ferreira Veloso

Prefeito Municipal

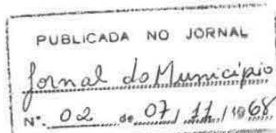
Registrada e publicada no Departamento de Administração
aos vinte e um dias do mês de fevereiro do ano de mil novecentos
e sessenta e oito.-

Darcy de Oliveira

Director do Departamento de Administração



Prefeitura da Estância de São José dos Campos



Estado de São Paulo

Em de 1-2-06 de 19

LEI Nº 1485
de 04 de novembro de 1.968

1.405-R
2.5.03-R

A Câmara Municipal de São José dos Campos aprova e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Artigo 1º - O Município de São José dos Campos, em harmonia com a política educacional adotada pelo Governo da República no campo do ensino superior, passa a colaborar na solução dos problemas universitários do País emprestando aos / institutos superiores, sediados na área de sua ação administrativa, ajuda e incentivos oficiais, administrativos e financeiros, com o objetivo de integrar a futura Universidade / do Vale do Paraíba, no conjunto das atividades sociais, econômica, financeiras, tecnológicas, agrônômicas, assistenciais e políticas da Região do Vale do Paraíba, de maneira que possibilite a necessária adequação do funcionamento da Universidade, com as contínuas exigências da vida comunitária, / em todos os seus setores.

Artigo 2º - Os institutos superiores, que receberem as assistência prevista nesta lei, prestarão cooperação técnica, / nos vários campos de sua especialidade, ao Executivo e ao Legislativo, quando solicitados a colaborar em planos específicos, como forma complementar de aplicação do ensino, e estimularão a experiência e a pesquisa voltadas para a solução / dos problemas locais e desenvolvimento da Região do Vale do Paraíba, sem prejuízo das atividades normais, relativas ao / ensino geral e sistematizado, a que estão obrigados pela própria natureza de suas funções.

Artigo 3º - A Fundação Valeparaibana de Ensino, como / executora dos serviços previstos nesta lei, adotará as providências necessárias, no sentido de se encaminhar, até o término do corrente ano letivo, ao Ministério da Educação e Cultura, o estudo completo relativo à reestruturação dos seus / institutos, sob forma de Universidade do Vale do Paraíba.

Parágrafo Único - Para o fim previsto neste artigo constituir-se-á Comissão Especial, integrada por professores, por um representante da Câmara Municipal e outro do Executivo, /



Prefeitura da Estância de São José dos Campos

Estado de São Paulo

Em de de 19

Fôlha 2

com a incumbência de ultimar o estudo da matéria, bem como o escôpo de implantar a nova estrutura jurídica-administrativa da Fundação Valeparaibana de Ensino e acompanhar a execução das obras da Universidade.

Artigo 4º - A Fundação Valeparaibana de Ensino, ou sua sucessora, como pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, encaminhará ao Executivo "Ato de Adesão" concordando expressamente com as condições e obrigações estabelecidas nesta lei.

Parágrafo Primeiro- Recebido o "Ato de Adesão", o Executivo expedirá Decreto, que servirá para formalizar e aprovar as obrigações mútuas estabelecidas nesta lei, com caráter contratual, irrevogável e irretroatável, cujos efeitos - subsistirão, independentemente da legislação que as aprovou, por período de 10 (dez) anos, contados do exercício de 1970 até 1979, na qualidade de "acôrdo de vontades" de caráter público.

Parágrafo Segundo- No silêncio das partes, o prazo referido neste artigo considerar-se-á renovado, independentemente de qualquer outra providência, por outro período de igual duração.

Artigo 5º - Para a execução do disposto nesta lei, fica constituído o "Fundo Universitário", com vigência por 10 (dez) anos, contados a partir do exercício de 1970, ficando o Poder Executivo autorizado a incluir nos orçamentos correspondentes aos exercícios de 1970 a 1979 uma subvenção no valor total de NCR\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros novos), destinado a auxiliar a Fundação Valeparaibana de Ensino ou sua sucessora, distribuída por exercício da seguinte forma:

Exercício de 1970	NCR\$	1.600.000,00
Exercício de 1971	NCR\$	1.450.000,00
Exercício de 1972	NCR\$	1.250.000,00
Exercício de 1973	NCR\$	1.150.000,00
Exercício de 1974	NCR\$	1.050.000,00
Exercício de 1975	NCR\$	900.000,00



Prefeitura da Estância de São José dos Campos

Estado de São Paulo

Em _____ de _____ de 19 _____

Fôlha 3

Exercício de 1976.....NCR\$	800.000,00
Exercício de 1977NCR\$	700.000,00
Exercício de 1978NCR\$	600.000,00
Exercício de 1979NCR\$	500.000,00
TOTAL.....NCR\$	10.000.000,00

Parágrafo 1º - A subvenção a que se refere êste artigo será paga anualmente em 5 (cinco) parcelas iguais com vencimentos nos meses de fevereiro, abril, junho, agosto, outubro e dezembro de cada ano.

Parágrafo 2º - Somente será entregue à Fundação a parcela subsequente, se a prestação de contas, relativa a anterior, fôr apresentada e regularmente aprovada.

Parágrafo 3º - A Fundação empregará os recursos do "Fundo Universitário", prioritariamente em investimentos, na construção dos prédios necessários ao funcionamento da Universidade.

Parágrafo 4º - A Fundação poderá aplicar, no máximo 0,5% (meio por cento) da parcela originária de recursos prevista neste artigo, em custeio ou manutenção dos equipamentos e, no mínimo, 2% (dois por cento) em construções ou investimentos, de maneira que se assegure, sobre o total de recursos do "Fundo Universitário", uma aplicação igual ou superior a 80% (oitenta por cento) para execução de obras ou investimentos.

Artigo 6º - Independentemente da prestação de contas ao Ministério Público, na forma prevista no Código Civil, a Fundação prestará contas ao Executivo e ao Legislativo, mensalmente, no que toca aos recursos recebidos do "Fundo Universitário", consolidando os balancetes mensais em outros, necessários à Prefeitura por força das normas contábeis, adotadas nos termos da Lei Orgânica dos Municípios e da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Parágrafo Único - No que fôr aplicável, o Executivo poderá estabelecer em Regulamento, nos termos do disposto no parágrafo 1º, artigo 4º, desta lei, normas suplementares para a prestação de contas pela Fundação, com observân-



Prefeitura da Estância de São José dos Campos

Estado de São Paulo

Em de de 19

Fôlha 4

cia dos princípios adotados pela legislação, referida no -
"caput" dêste artigo.

Artigo 7º - Na hipótese da extinção da Fundação Valeparaibana de Ensino, ou sua sucessora, e da Universidade os bens já doados pelo Município, os adquiridos ou construídos com os recursos do "Fundo Universitário" retornarão, independentemente de citação judicial ou de qualquer outra providência extra-judicial, ao pleno uso, gôso e domínio do Município de São José dos Campos.

Artigo 8º - Bica criado, diretamente subordinado ao Chefe do Poder Executivo, um cargo de "Coordenador de Assuntos Universitários", que será provido em comissão, por especialista na matéria, portador de título universitário.

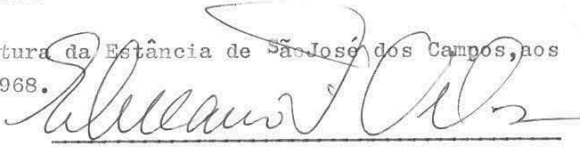
Parágrafo 1º - O cargo referido neste artigo - será provido "pro-honorem", sem nenhuma retribuição direta ou indireta, considerado o serviço de natureza relevante.

Parágrafo 2º - Poder-se-á nomear pessoa de outra esfera administrativa, sem prejuízo da percepção de vencimentos e das demais vantagens do cargo de que fôr titular na repartição de origem.

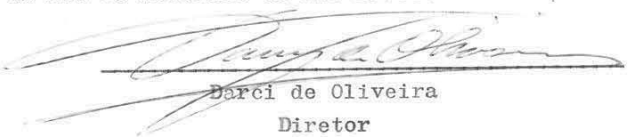
Artigo 9º - Esta lei entrará em vigor na data - de sua publicação, ressalvado o disposto no parágrafo 1º do artigo 4º desta lei.

Artigo 10 - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura da Estância de São José dos Campos, aos
04 de Novembro de 1968.


Elmano Ferreira Veloso
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no Departamento de Negócios internos da Prefeitura da Estância de São José dos Campos aos quatro dias do mês de novembro de mil novecentos e sessenta e oito.


Darci de Oliveira
Diretor

L E I Nº 1485/68
de 04 de novembro de 1968

- 1) Alterado o "caput" do artigo 5º, pela lei nº 1526/69



2214

1205

Prefeitura da Estância de São José dos Campos

Estado de São Paulo

Em de de 19

PUBL. CADA Nº 4712

Journal de Município
038 24 01 70

L E I Nº 1526

14 05 R

[Handwritten signature]

de 22 de dezembro de 1969

A Câmara Municipal de São José dos Campos aprova e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

ARTIGO 1º - Passa a vigorar com a seguinte redação o "caput" do artigo 5º da Lei nº 1485, de 04 de novembro de 1968:

"ARTIGO 5º - Para execução do disposto nesta Lei, fica constituído o "Fundo Universitário" com vigência por dez anos, contados a partir do exercício de 1972 até 1981, ficando o Executivo Municipal autorizado a incluir nos orçamentos correspondentes aos exercícios de 1972 a 1981 uma subvenção no valor total de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros novos), destinado a auxiliar a Fundação Valeparaibana de Ensino ou sua sucessora, distribuída por exercício da seguinte forma:

Exercício de 1972	R\$	1 600 000,00
Exercício de 1973	R\$	1 450 000,00
Exercício de 1974	R\$	1 250 000,00
Exercício de 1975	R\$	1 150 000,00
Exercício de 1976	R\$	1 050 000,00
Exercício de 1977	R\$	900 000,00
Exercício de 1978	R\$	800 000,00
Exercício de 1979	R\$	700 000,00
Exercício de 1980	R\$	600 000,00
Exercício de 1981	R\$	500 000,00
TOTAL	R\$	10 000 000,00"

ARTIGO 2º - Fica formalmente aprovado o "Ato de Adesão", da Fundação Valeparaibana de Ensino, publicado em anexo e firmado nos termos do disposto na Lei nº 1485, de 04 de novembro de 1968, com caráter contratual, irrevogável e irretroatável, cujos efeitos subsistirão, de forma autônoma, independentemente da legislação que o aprovou, na qualidade de "acôrd de vontades" de caráter público, como ato jurídico perfeito e acabado.

R



Prefeitura da Estância de São José dos Campos

2215

Estado de São Paulo

Em de de 19

Lei nº 1526

Fôlha 2

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data |
de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura da Estância de São José dos Campos ,
22 de dezembro de 1969.

Elmano Ferreira Veloso
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no Departamento de Negó -
cios Internos da Prefeitura da Estância de São José dos Campos,
aos vinte e dois dias do mês de dezembro de mil novecentos e
sessenta e nove.

Mário Campos

Resp. p/exp. do D.N. I.

2216



Prefeitura da Estância de São José dos Campos

Estado de São Paulo

Em de de 19

A T O D E A D E S Ã O

A FUNDAÇÃO VALEPARAIBANA DE ENSINO, pessoa jurídica de direito privado, instituída nos termos do Código Civil, sem fins lucrativos, com sede e fôro nesta cidade e Comarca de São José dos Campos, representada, neste ato, pelo seu Presidente, Professor Ernesto Basile, devidamente autorizado pelo Conselho Diretor da Fundação, tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 1485, de 4 de novembro de 1968, e

1º) Considerando que os institutos de ensino da Fundação estão em fase de integração, sob forma de Universidade;

2º) Considerando que a "Fundação Valeparaibana de Ensino" transformar-se-á em "Fundação Universidade Vale do Paraíba";

3º) Considerando que o "planejamento global" da nova Universidade já se encontra em execução;

4º) Considerando que a parte relativa ao projeto de engenharia, dentro do planejamento global, deve contar com fontes de recursos definidas e claras;

5º) Considerando que os demais investimentos da Universidade, principalmente no tocante a equipamentos, deverão atingir importâncias elevadas, para que o rendimento do ensino e o "benefício social" correspondente permitam, a curto prazo, a compatibilização dos institutos de ensino superior, com as necessidades socio-econômicas da região do Vale do Paraíba, representada por São José dos Campos, como pólo de convergência e centro de decisão, dentro da logística de desenvolvimento da área;

6º) Considerando que o planejamento global da Universidade do Vale do Paraíba compreende estudos, previsões e projeções a curto, médio e longo prazo, atingindo a expansão e o desenvolvimento de suas atividades, em muitos casos, um período aproximado de vinte anos, até o ano de 1990;

7º) Considerando que, dentro desta perspectiva, a Fundação já iniciou a fase chamada de "negociações", para levantamento de empréstimos no estrangeiro, com prazo de carência de dois anos e resgate a longo prazo, tendo já recebido a visita de uma missão e de representantes de agências financeiras internacionais, respectivamente da Alemanha Oriental e da Noruega, |

2217



Prefeitura da Estância de São José dos Campos

Estado de São Paulo

Em de de 19 fôlha 2

sem prejuízo de outros entendimentos no plano interno e externo;

8º) Considerando que o vultoso equipamento da Faculdade de Engenharia da Fundação em grande parte já em fase de instalação, mediante convênio com o Ministério da Educação e Cultura, é o mais moderno do país;

9º) Considerando que a Fundação, além dos serviços que poderá prestar futuramente à comunidade e à Prefeitura, já se encontra em condições de prestar, de imediato, gratuitamente, inúmeros serviços à Prefeitura Municipal, sem maiores ônus para os cofres públicos, tais como, os relativos a:

- a) laboratório de microfilmagem;
 - b) laboratório de máquinas;
 - c) topografia e outros serviços de engenharia;
 - d) pesquisas na área de Serviços Sociais;
 - e) pesquisas na área de Economia e Administração;
 - f) treinamento de professores; na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras;
 - g) assessoramento e consultoria, nos vários setores das respectivas Faculdades, especialmente na Faculdade de Direito;
 - h) arquitetura, urbanismo e paisagismo, com a instalação da respectiva Faculdade;
 - i) computação eletrônica de dados, com a instalação do Centro de Processamento de dados;
 - j) impressão gráfica, com a instalação do Centro de Imprensa Universitária;
- 10º) Considerando que um dos subprogramas da Universidade, a ser desenvolvido a curto e médio prazos, prevê a utilização do circuito fechado de televisão, para cursos próprios de instrução de massa, integrada, com alternativas de transmissão ou retransmissão educativa, de caráter local ou regional e conjugação harmônica e complementar da educação regular em escolas municipais, estaduais e no setor da alfabetização, com a instalação do Centro Áudio-Visual da Universidade;

2218



Prefeitura da Estância de São José dos Campos

Estado de São Paulo

Em de de 19 Fôlha 3

11) Considerando que a organização da nova Universidade obedece à filosofia da integração imediata e constante do ensino com a empresa, administração pública e comunidade;

12) Considerando que os serviços da Universidade não objetivam qualquer finalidade lucrativa, como o próprio serviço público;

13) Considerando que as despesas de educação, como forma de preparação dos recursos humanos necessários à coletividade e ao processo produtivo, são hoje equacionadas pelos economistas e demais pesquisadores em termos de investimento, como forma indispensável ao progresso social e econômico;

14) Considerando a qualificação, capacidade e eficiência da equipe de técnicos e professores da Fundação;

15) Considerando que à Universidade em São José dos Campos, está reservado um papel preponderante no desenvolvimento do Município e da região;

16) Considerando que a Fundação deseja cumprir rigorosamente todos os seus compromissos técnico-profissionais e morais com a Prefeitura de São José dos Campos;

17) Considerando que a Universidade está apta a colocar todas as suas potencialidades a serviço do Município e, especialmente, da Prefeitura Municipal;

18) Considerando que a Universidade em São José dos Campos não é mais uma idéia, mas uma obra em plena realização;

19) Considerando que a Universidade, atuante, renovadora, integrada, produtiva, agora, é irreversível e que, de qualquer maneira, em virtude dos cursos em funcionamento e em fase de instalação, não há como retroceder ou estancar, sem ferir a política de aumento de vagas, de criação de novas oportunidades para a juventude, de desenvolvimento do ensino superior, incentivada e determinada pelo Ministério da Educação e Cultura;

20) Considerando as previsões e os cronogramas, especialmente de investimentos, que deverão constar do planejamento global da Universidade;

21) Considerando os entendimentos mantidos com as Autoridades Municipais, visando a dar integral cumprimento aos objetivos previstos na Lei nº 1485, de 4 de novembro de 1968,

DECLARA EXPRESSAMENTE



Prefeitura da Estância de São José dos Campos

2219

Estado de São Paulo

Em de de 19

Fôlha 4

DECLARA EXPRESSAMENTE

A) que adere e aprova formalmente as obrigações mútuas estabelecidas na mencionada Lei Municipal, com caráter contratual, irrevogável e irrestratável, passando os artigos da Lei Municipal nº 1485, de 4 de novembro de 1968, a fazer parte integrante do presente, como cláusulas contratuais autônomas da lei, cujos efeitos subsistirão, independentemente da legislação que as aprovou, por período de 10 (dez) anos, contados do exercício de 1972 até 1981, na qualidade de "acôrdo de vontades" de caráter público;

B) que no silêncio das partes, o acôrdo considerará-se renovado, independentemente de qualquer outra providência, por outro período de igual duração, prevalecendo os mesmos direitos e obrigações estabelecidos contratualmente;

C) que fica exposto também que a Fundação cumprirá as disposições atinentes à organização da Universidade, nos limites, condições e normas previstas na legislação federal e, especialmente, subordinando-se à integral orientação do Ministério da Educação e Cultura, principalmente, no que diz respeito a requisitos, épocas e prazos para aprovação definitiva da Universidade em São José dos Campos;

D) que a redação do "caput" do artigo 5º, da Lei nº 1485, de 4 de novembro de 1968, levando em conta os prazos de carência, poderá ser reformulada, no sentido dos recursos serem distribuídos, na mesma proporção e com idênticas condições, entre 1972 e 1981;

E) que o presente "Ato de Adesão" poderá ser aprovado por Decreto ou Lei;

F) que a Fundação assume o compromisso, desde já, de prestar os serviços à Administração Municipal, na conformidade da "consideranda" de Ato, gratuitamente e sem ônus para



2220

Prefeitura da Estância de São José dos Campos

Estado de São Paulo

Em de de 19 Fôlha 5

para os cofres públicos.

São José dos Campos, 22 de Dezembro de 1969.

Prof. Ernesto Basile
Presidente

DE ACÓRDO:

ELMANO FERREIRA VELOSO
Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

Estância de São José dos Campos
 Prefeitura
 Estado de São Paulo

LIVRO N.º

FLS. N.º

PUBLICADO (A) NO JORNAL

BOLETIM DO MUNICÍPIO

N.º 208 de 01/09/1978

DECRETO Nº 2588/78

de 08 de maio de 1978

DECRETO Nº 3032/79

Institui a Comissão de Criação, Organização e Implantação da Universidade de São José dos Campos.

O Prefeito Municipal de São José dos Campos, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

Artigo 1º - Fica instituída a Comissão de Criação, Organização e Implantação da Universidade de São José dos Campos, vinculada ao Gabinete do Prefeito Municipal.

Artigo 2º - São objetivos da Comissão:

- I - promover os estudos relativos à criação, organização, aprovação e implantação da Universidade de São José dos Campos;
- II - propor as diretrizes e as bases da estruturação da Universidade, nos aspectos da personalidade jurídico-formal, educacional, patrimonial e da responsabilidade dada a cada instituição integrante do núcleo organizacional;
- III- elaborar plano diretor para a implantação da Universidade;
- IV - indicar a localização do campus universitário;
- V - propor as medidas de ordem política e administrativa ao Prefeito Municipal, visando a consecução do objetivo comum.

Artigo 3º - A comissão será composta de 5 (cinco) membros, sendo seu Presidente escolhido por maioria dentre eles.

Artigo 4º - A eleição se fará no prazo de 10 (dez) dias a contar da data de publicação do presente decreto.

Artigo 5º - O regimento interno do funcionamento da Comissão deverá estar aprovado no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de publicação do presente decreto.

/...

--:segue:--

Estância de São José dos Campos
Prefeitura
Estado de São Paulo

LIVRO N.º

FLS. N.º

Decreto nº 2588/78 - Institui a Comis. p/Universidade de S.José Campos-
fls. 2-

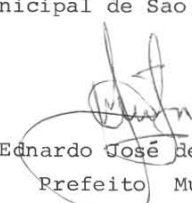
/...

Artigo 6º - O projeto de implantação da Universidade deverá estar aprovado pela Comissão no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de publicação do presente decreto.

Artigo 7º - A Comissão poderá ter sua sede e secretaria no edifício do Gabinete do Prefeito, ficando à disposição todos os recursos requisitados pelo seu Presidente, correndo as despesas - por verba orçamentária do Gabinete do Prefeito.


Artigo 8º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de São José dos Campos,
08 de maio de 1978.



Ednardo José de Paula Santos
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Gabinete do Prefeito, aos oito dias do mês de maio do ano de mil novecentos e setenta e oito.



Délvio Buffulin
Chefe de Gabinete

DA/fjr.

Prefeitura Municipal de São José dos Campos
Estado de São Paulo

LIVRO Nº

FLS. Nº

PUBLICADO (A) NO JORNAL
BOLETIM DO MUNICÍPIO
Nº 212 de 30.11.1978

RENOVA PRAZO - LEI Nº 2262/79

LEI Nº 2089/79
de 31 de outubro de 1979

Dispõe sobre autorização para o Executivo instituir a Fundação de Ensino e Pesquisa de São José dos Campos e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São José dos Campos, faz saber que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

Artigo 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a instituir a Fundação denominada "Fundação de Ensino e Pesquisa de São José dos Campos," com a finalidade de manter estabelecimentos de ensino superior, e outros, reunindo-os em Federação de Escolas como degrau para a Universidade de São José dos Campos.

Artigo 2º - Para a realização dos objetivos do artigo 1º, fica o Prefeito autorizado a receber, a qualquer título, o acervo educacional, e todos os imóveis, móveis, máquinas, equipamentos e instrumentos de ensino de entidades educacionais que se incorporarem na Fundação, praticando todos os atos necessários à efetivação das transferências dos mesmos, diretamente, ou por representante, compondo-se ainda com as instituições a respeito de suas obrigações e direitos, inclusive dos seus empregados, dos corpos docente e discente.

Artigo 3º - A Fundação de Ensino e Pesquisa de São José dos Campos, que terá a sua sede e foro na cidade de São José dos Campos, é fundação de interesse público que se rege pelos princípios do Direito Privado, goza de autonomia administrativa e financeira, competindo-lhe a gestão de seus bens, direitos e rendimentos e tem prazo indeterminado de duração.

Artigo 4º - A Fundação será administrada - pelos seguintes órgãos:

- I - Conselho Deliberativo
- II - Diretoria Executiva
- III - Presidência; e
- IV - Conselho Fiscal

Artigo 5º - O estatuto da Fundação, que deverá ser aprovado pelo representante do Ministério Público e por Decreto do Executivo, fixará a composição e atribuições dos órgãos da administração e, bem assim, os requisitos para a investidura de seus dirigentes, devendo fazer parte do seu Conselho Deliberativo, além dos representantes das escolas reunidas em Federação ou em Universidade, representantes de outras entidades de ensino e de instituições de utilidade pública.

Continuação da Lei nº 2089/78 - fls. 02.

Artigo 6º - A primeira Diretoria Executiva da Fundação, com a incumbência também de elaborar o seu Estatuto, será constituída pelos membros da Comissão instituída pelo Decreto do Executivo Municipal nº 2582, de 08 de maio de 1978, e Portaria nº 16/78, com as atribuições que lhe deu dito Decreto e com mandato até a vigência do Estatuto.

Artigo 7º - O patrimônio da Fundação de Ensino e Pesquisa de São José dos Campos será constituído:

a) por área adequada à instalação do "Campus" da Universidade, ou da Federação de Escolas, e com imóvel e instalações para a sede da Fundação;

b) de dotação anual concedida pelo Município, ficando o Prefeito, para esse fim, autorizado a abrir um crédito especial na importância de Cr\$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) necessários no presente exercício financeiro, que correrá por conta do excesso de arrecadação verificado no corrente ano;

c) bens e direitos que forem incorporados e transferidos nos termos do artigo 2º.

Artigo 8º - Constituirão receita da Fundação:

a) anuidades, taxas e emolumentos escolares;

b) auxílios e subvenções concedidas pelos Poderes Públicos;

c) doações e legados;

d) receitas oriundas de suas atividades e da gestão de seus bens patrimoniais;

e) saldos dos exercícios findos;

f) receitas eventuais.

Artigo 9º - Serão transferidos à Fundação os serviços, empregados e verbas destinados às instituições de ensino que nela se incorporarem, respeitados os direitos adquiridos e vantagens de docentes e empregados das mesmas.

Artigo 10º - Todos os empregados da Fundação estarão sujeitos ao regime da legislação trabalhista.

Artigo 11º - A Fundação gozará de imunidade de todos os tributos municipais.

Artigo 12º - As contas da Fundação de Ensino e Pesquisa de São José dos Campos estarão sujeitas à apreciação do Ministério Público e do Tribunal de Contas do Estado, e esses órgãos encaminhados nas épocas legais.

Artigo 13º - No caso de extinção da Fundação, por qualquer motivo, seus bens oriundos das instituições que a ela se incorporarem, com suas benfeitorias, retornarão às respectivas insti-

Prefeitura Municipal de São José dos Campos
Estado de São Paulo

LIVRO N.º

FLS. N.º


Continuação da Lei nº 2089/73 - fls. 03.

tuições; os demais bens reverterão ao patrimônio do Município de São José dos Campos.


Artigo 14 - Decorrido o prazo de doze meses, a partir da promulgação desta lei, perde ela a sua eficácia se não - se efetivar, por qualquer motivo, a autorização que a ela confere ao Prefeito no seu artigo 2º.

Artigo 15º - Esta lei entrará em vigor em 1º de fevereiro de 1979, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de São José dos Campos, 31 de outubro de 1978.


Ednardo José de Paula Santos
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no Gabinete do Prefeito, aos trinta e um dias do mês de outubro de mil novecentos e setenta e oito.


Délvio Buffulin
Chefe do Gabinete

DA/amtr.

Prefeitura Municipal de São José dos Campos
Estado de São Paulo

LIVRO Nº

FLS. Nº

PUBLICADO (A) NO JORNAL

BOLETIM DO MUNICÍPIO

Nº 218 de 03/04/1979

DECRETO Nº 2865/79
de 22 de março de 1979

Dispõe sobre nomeação de membros para compor a Comissão de Criação, Organização e Implantação da Universidade de São José dos Campos, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São José dos Campos, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

Artigo 1º - A Comissão de Criação, Organização, e Implantação da Universidade de São José dos Campos, criada pelo Decreto nº 2588/78, de 08 de maio de 1978, será constituída de 6(seis) membros, e pelos seguintes professores:

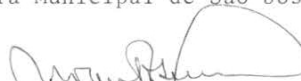
Marco Antonio Guglielmo Cecchini
Clélio Marcondes
Baptista Gargione Filho
João Alfredo Mendes Filho
Darvin Bacci
Sérgio de Oliveira Miguel

Parágrafo único - O Presidente da Comissão de que trata este artigo, será escolhido por maioria dentre eles.

Artigo 2º - Os prazos estabelecidos nos artigos 4º, 5º e 6º do Decreto nº 2588/78, de 08 de maio de 1978, passarão a vigorar a contar da data de publicação do presente decreto.

Artigo 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de São José dos Campos, 22 de março de 1979.


Joaquim Bevilacqua
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Departamento de Administração, aos vinte e dois dias do mês de março do ano de mil novecentos e setenta e nove.


Ahdé Said Amim
Diretor do Deptº de Administração

PUBLICADO (A) NO JORNAL
BOLETIM DO MUNICÍPIO

N.º 319 de 15/06/1982

L E I Nº 2623/82

de 02 de junho de 1982

MODIFICADO A REDAÇÃO DO ART.
1º PELA LEI Nº 4130/92

Autoriza a Prefeitura Municipal a doar área de terra de domínio público municipal à Fundação Valeparaibana de Ensino e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São José dos Campos, faz saber que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona e promulga a seguinte lei,

Artigo 1º - Fica a Prefeitura Municipal de São José dos Campos autorizada a doar à Fundação Valeparaibana de Ensino, área de terra de domínio público municipal, assim descrita e caracterizada:

- I - Imóvel : Gleba de Terreno
- II - Propriedade : Domínio Público Municipal
- III - Localização : Avenida C-1 - Bairro do

Jaguari.

IV - Situação : O terreno está situado entre o alinhamento da Avenida C-1, área de propriedade da Mantiqueira Agropecuária, área remanescente de propriedade da Urbanova e alinhamento do Rio Paraíba.

V - Características do Terreno : Forma irregular, vegetação densa, banhado pelo rio Paraíba do Sul, montanhoso, com declividade média de 55% (cinquenta e cinco por cento) e tendo também parte de área plana.

VI - Medidas e Confrontações : Partindo do ponto situado no alinhamento da Avenida "C-1", na divisa com a propriedade de de Mantiqueira S/A Agro-Pecuária, segue pelo alinhamento da referida Avenida, em segmentos de reta e curva, com as seguintes distâncias: em reta, com AZ de 62º27'16", numa distância de 147,17m (cento e quarenta e sete metros e dezessete centímetros); em curva de AC 45º00'02" com raio de 490,75m (quatrocentos e noventa metros e setenta e cinco centímetros), desenvolvimento de 385,43m (trezentos e oitenta e cinco metros e quarenta e três centímetros) em reta, com AZ de 107º27'16", numa distância de 150,00m (cento e cinquenta metros), até o ponto situado na divisa com a propriedade da Urbanova-Comércio, Urbanização e Desenvolvimento Ltda, daí defletindo à direita segue pela divisa, em linha reta e seca, confrontando com a propriedade da Urbanova-Comércio, Urbanização e Desenvolvimento Ltda, com o AZ de 207º28'40", numa distância de 468,77m (quatrocentos e sessenta e oito metros e setenta e sete centímetros), até o ponto situado na divisa com a propriedade da Mantiqueira S/A - Agro-Pecuária; daí, defletindo à esquerda, segue pela divisa, em linha reta e seca, confrontando com a propriedade da Mantiqueira S/A - Agro-Pecuária, com AZ de 163º18'46" numa distância de 200,00m (duzentos metros), até o ponto situado na

cont. da lei nº 2623/82 - fls. 02

./...

margem esquerda do Rio Paraíba; daí segue pela margem esquerda do Rio Paraíba, a montante, numa extensão de 256,75m (duzentos e cinquenta e seis metros e setenta e cinco centímetros), até o ponto situado na divisa com a propriedade da Mantiqueira S/A Agro Pecuária; daí, defletindo à direita, segue pela divisa, em dois segmentos de reta, confrontando com a propriedade da Mantiqueira S/A - Agro Pecuária, com os seguintes azimutes e distâncias: Az de 330º03'59" - 500,00m (quinhentos metros); Az de 339º28'03" - 17,14m (dezesete metros e quatorze centímetros), até o ponto de partida, encerrando assim a descrição do perímetro.

VII - Área : O perímetro acima descrito perfaz uma área de 237.305,19m² (duzentos e trinta e sete mil, trezentos e cinco metros quadrados e dezenove decímetros quadrados).

Artigo 2º - O imóvel objeto desta lei, destina-se à construção, instalação e funcionamento pela Fundação Valeparaibana de Ensino, de unidade escolar por ela mantidas.

Artigo 3º - Da escritura de doação, constarão as seguintes condições:

a) não poder o imóvel ser utilizado para finalidade diversa da prevista no artigo 2º da presente lei;

b) obrigatoriedade da donatária dar início às obras no prazo de 5 (cinco) anos, contados da data da assinatura da escritura de doação;


c) obrigatoriedade da donatária concluir as obras no prazo de 10 (dez) anos, a partir da data de seu início, de forma a possibilitar o funcionamento de no mínimo três cursos por ela mantidos.

Parágrafo Único - No caso de descumprimento pela donatária do disposto neste artigo, a área em questão reverterá ao patrimônio público, com todas as benfeitorias a ela incorporadas, sem exceções e independentemente de quaisquer indenizações.

Artigo 4º - O imóvel referido e descrito no artigo 1º desta lei, igualmente reverterá ao Patrimônio Municipal com todas as suas benfeitorias, de quaisquer naturezas, independente de indenização, ocorrendo a dissolução ou extinção da Fundação Valeparaibana de Ensino.

Artigo 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de São José dos Campos,
02 de junho de 1982.


José Luiz Carvalho de Almeida
Prefeito Municipal

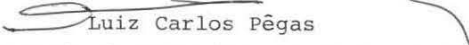
Prefeitura de São José dos Campos
Estado de São Paulo

LIVRO N.º

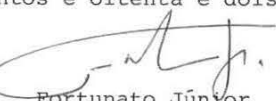
FLS. N.º

cont. da lei nº 2623/82 - fls. 03

./...


Luiz Carlos Pêgas
Secretaria de Assuntos Internos e Jurídicos

Registrada e publicada no Setor de Formalização de Atos, Secretaria de Assuntos Internos e Jurídicos, aos dois dias do mês de junho do ano de mil novecentos e oitenta e dois.


Fortunato Júnior
Formalização de Atos

SI/DJ/igs.

PUBLICADO (A) NO JORNAL
OFICIAL DO MUNICÍPIO

L E I Nº 2667/82

N.º 333 04.12.1982

de 03 de dezembro de 1982

Autoriza a Prefeitura Municipal a doar direitos possessórios sobre área de terra à Fundação Valeparaibana de Ensino e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São José dos Campos, faz saber que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona e promulga a seguinte lei,

Artigo 1º - Fica a Prefeitura Municipal de São José dos Campos autorizada a doar à Fundação Valeparaibana de Ensino com a anuência da URBANOVA - Comércio, Urbanização e Desenvolvimento Ltda. os direitos possessórios sobre área de terra assim descrita e caracterizada:

I - IMÓVEL - Gleba de Terreno

II - POSSE - Poder Público Municipal

III - LOCALIZAÇÃO - Avenida C-1, do "Projeto Urbanova", no Bairro do Jaguari.

IV - SITUAÇÃO - O terreno está situado entre o alinhamento da Avenida C-1 do "Projeto Urbanova", área remanescente de posse e propriedade da Mantiqueira S/A - Agro-Pecuária, alinhamento do Rio Paraíba e área de propriedade da Fundação Valeparaibana de Ensino.

V - MEDIDAS E CONFRONTAÇÕES - Partindo do ponto à margem esquerda do Rio Paraíba, junto às terras anteriormente objeto de doação à PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - SP, segue pelas linhas divisórias das terras pertencentes ao poder público, com rumo N.O., azimute aproximado de 330º, aproximadamente 500,00m, daí, defletindo à direita, aproximadamente 10º, segue-se pelas mesmas linhas divisórias, aproximadamente 17,00m, até o alinhamento da Av. C-1 do PROJETO URBANOVA, daí defletindo à esquerda, segue-se confrontando com o alinhamento da mesma Avenida, acompanhando toda a sua sinuosidade, aproximadamente 675,00m, até as linhas divisórias da FAZENDA DO POSSO, de propriedade da MANTIQUEIRA S/A - AGRO PECUÁRIA, daí defletindo à esquerda, segue-se pelas mesmas linhas divisórias com aproximadamente 493,00m daí, defletindo à esquerda, aproximadamente 101º, segue-se confrontando com as terras remanescentes da Gleba 1 posse mantida pela MANTIQUEIRA S/A - AGRO-PECUÁRIA, aproximadamente 125,00m, daí segue-se em linhas quebradas, confrontando com a vila, com as seguintes deflexões e distâncias aproximadas: à esquerda, 107º - 53,00 m ; à direita, 43º - 50,00m ; à direita, 30º - 117,00m; à esquerda 25º - 104,00m ; à direita, 72º - 60,00m; à esquerda, 64º - 155,00m; à direita, 78º - 73,00m; à direita, 90º - 264,00m; à direita, 9º - 52,00m ; à esquerda, 14º - 24,00m ; à esquerda, 90º - 120,00m; à esquerda, 20º - 68,00m; à direita, 24º - 47,00 m ; à direita, 30º - 11,00m ; à esquerda, 81º - 55,00

cont. da L E I nº 2667/82 -fls. 02

./...

m; à direita, 34º - 34,00m; à direita, 80º -49,00m; até a margem esquerda do Rio Paraíba, daí, defletindo à esquerda segue-se pelo referido rio a - baixo, numa distância aproximada 131,00m, até o ponto de partida; encer - rando-se assim uma área de aproximadamente 263.000,00 metros quadrados.

VI - ÁREA - O perímetro acima descrito encerra uma área aproximada de 263.000,00 m² (duzentos e sessenta e três mil metros quadrados).

Parágrafo Único - Esta gleba formará um todo uniforme com a área doada pela Prefeitura à mesma donatária, através da escritura de doação de 10 de setembro de 1982, lavrada no livro 550,fls. 88,do 2º Cartório de Notas local, autorizada pela Lei nº 2623, de 2 de ju - nho de 1982.

Artigo 2º - O imóvel objeto desta lei desti - na-se à construção, instalação e funcionamento, pela Fundação Valeparaiba na de Ensino, de unidades escolares por ela mantidas.

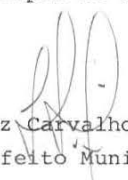
Artigo 3º - Ficam mantidos para a donatária, com a anexação das áreas, os mesmos encargos, prazos e condições constan - tes dos arts. 3º e 4º da lei nº 2623/82, que constarão obrigatoriamente ' da escritura de cessão e transferência de direitos possessórios e da es - critura de propriedade.

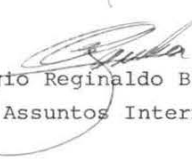
Artigo 4º - Além do descumprimento do que pre - ceitua o parágrafo único do artigo 3º do precitado diploma legal, o imó - vel referido e descrito no artigo 1º desta lei, igualmente reverterá ao patrimônio municipal, com todas as suas benfeitorias, de quaisquer natu - rezas, independentemente de indenização, ocorrendo a dissolução ou extin - ção da Fundação Valeparaibana de Ensino.

Artigo 5º - A Fundação Valeparaibana de Ensi - no fica autorizada a promover todas as medidas necessárias à regulariza - ção da propriedade, bem como a receber as escrituras definitivas de domí - nio.

Artigo 6º - Esta lei entrará em vigor na da - ta de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de São José dos Campos,
03 de dezembro de 1982.


José Luiz Carvalho de Almeida
Prefeito Municipal


Sérgio Reginaldo Bacha
Secretaria de Assuntos Internos e Jurídicos

Registrada e publicada no Setor de Formaliza - ção de Atos, Secretaria de Assuntos Internos e Jurídicos, aos três dias ' do mês de dezembro do ano de mil novecentos e oitenta e dois.

Prefeitura de São José dos Campos
Estado de São Paulo

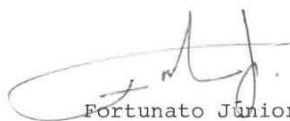
LIVRO Nº

FLS. Nº

cont. da lei nº 2667/82 -fls. 03

./...

Registrada e publicada no Setor de Formali -
zação de Atos, Secretaria de Assuntos Internos e Jurídicos, aos três dias
do mês de dezembro do ano de mil novecentos e oitenta e dois.



Fortunato Júnior
Formalização de Atos

L E I Nº 4130/92
de 02 de janeiro de 1992

PUBLICADO (A) NO JORNAL
BOLETIM DO MUNICÍPIO

N.º 861 de 09/03/1992

Modifica a redação do Artigo 1º da
Lei nº 2623/82 e dá outras provi
dências.

O Prefeito Municipal de São José dos Campos ,
faz saber que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona e promulga a se
guinte lei:

Art. 1º - O Artigo 1º da Lei nº 2623/82, de
02 de junho de 1982, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 1º - Fica a Prefeitura Municipal de
São José dos Campos autorizada a doar à Fundação Valeparaibana de Ensino
área de terra, de domínio público municipal, assim descrita e caracteri
zada:

- I - Imóvel: Gleba de terreno, sem benfeitorias;
- II - Propriedade: Domínio Público Municipal;
- III - Localização: Avenida C-1 - Bairro do Jaguari;
- IV - Situação: Terreno sem benfeitorias, situado nos Bairros do
Jaguari e Pinheiros.
- V - Medidas e Confrontações: Partindo do ponto AR, situado a
507,96 metros da margem esquerda do Rio Paraíba, segue pe
la divisa confrontando com a área do remanescente da Nova
urbe S/A, sucessora da Urbanova - Comércio, Urbanização e
Desenvolvimento Ltda., em reta com azimute magnético de
62º31'28", numa distância de 179,19m; daí, segue em curva
com raio de 490,50m, num desenvolvimento de 373,29m; daí se
gue em reta, com azimute magnético de 16º06'42", numa dis
tância de 1,50m., onde confronta, até aqui, com área rema
nescente da Novaurbe S/A, sucessora da Urbanova - Comércio
Urbanização e Desenvolvimento Ltda; daí deflete à direita,
segue confrontando com o loteamento Urbanova II, de pro
priedade da Novaurbe S/A, sucessora da Urbanova - Comércio
Urbanização e Desenvolvimento Ltda., em curva com raio de
490,75m e distância de 11,50m, azimute magnético de 107º
27'16", numa distância de 149,94m; daí defletindo à direi
ta, segue pela cerca de arame, confrontando com a área re
manescente de propriedade da Urbanova - Comércio, Urbaniza
ção e Desenvolvimento Ltda., com o azimute magnético 207º
30'23" numa distância de 460,75m; daí defletindo à esquer
da, segue ainda pela cerca, confrontando com a área rema
nescente da Urbanova - Comércio, Urbanização e Desenvolvi
mento Ltda., com azimute magnético de 158º24'51", numa dis

cont. da Lei nº 4130/92 - fls.02

tância de 237,82m, até a margem esquerda do Rio Paraíba; daí, defletindo à direita, segue-se pela margem do Rio Paraíba acima, numa distância de 204,48m; daí defletindo à direita, segue-se pela linha divisória do terreno de Pedro Gabriel Pereira, José Matheus de Barros e sua mulher, Zulmira de Barros Gonçalves, numa distância de 507,96m, onde atinge o ponto inicial da descrição do perímetro, encerrando-se assim uma área de 237.816,62 metros quadrados.

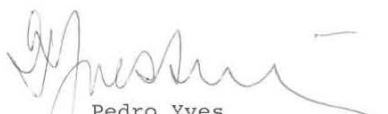
VI - Área: O perímetro acima descrito perfaz uma área de 1.836,4 hectares.

Art. 2º - Fica a Prefeitura Municipal de São José dos Campos autorizada a re-ratificar a Escritura Pública de doação à Fundação Valeparaibana de Ensino, lavrada no 2º Cartório de Notas desta Comarca de São José dos Campos, livro 550, páginas 88 a 89, no que tange ao descritivo da área doada, nos termos do disposto no Artigo anterior.

Art. 3º - Fica revigorado o prazo de que trata o Artigo 3º - letra "b" da Lei nº 2623, de 02 de junho de 1982, que será contado a partir da data da Escritura de Re-Ratificação a que se refere o Artigo anterior.

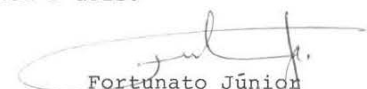
Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de São José dos Campos ,
02 de janeiro de 1992.


Pedro Yves
Prefeito Municipal


Salim Saab
Secretário de Assuntos Jurídicos

Registrado na Divisão de Formalização e Atos da Secretaria de Assuntos Jurídicos, aos dois dias do mês de janeiro do ano de mil novecentos e noventa e dois.


Fortunato Júnior
Divisão de Formalização e Atos

Palácio Juscelino Kubitschek - Praça Afonso Pena, 29
 Fone.: (012) 341-6566 - Fax: (012) 321-0293 - Caixa Postal 233
 CEP 12210-090 - São José dos Campos - SP
 E-mail: camara@camarasjc.sp.gov.br

PUBLICADO NO JORNAL
 BOLETA DO MUNICÍPIO
 Nº 1345 de 20 de 08 de 99

LEI n.º 5441/99
 De 04 de agosto de 1999

Autoriza o fechamento normalizado de loteamentos, vilas e ruas sem saída situadas em áreas unicamente residenciais, estabelecendo o acesso controlado à essas áreas e dá outras providências.

Alterada pela Lei n. 8.098/10.
 Regulamentada pelo Decreto n. 15.812/14.
 Ver Decreto n. 17.155/16.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, no uso de suas atribuições legais, e em especial o disposto no parágrafo único do art. 77 e parágrafo 6º do artigo 78, ambos da Lei Orgânica do Município, PROMULGA a seguinte lei complementar:

Art. 1º. É autorizado o fechamento, a critério da Administração Municipal, dos loteamentos, vilas e ruas sem saída, desde que estejam os mesmos registrados e situados em zona classificada como predominantemente residencial unifamiliar - ZR, com acesso controlado de veículos e pessoas não domiciliadas no local.

Art. 2º. O pedido para fechamento deverá ser formulado por no mínimo 50% (cinquenta por cento) mais um dos proprietários dos imóveis existentes na área, através de requerimento, o qual deverá ser acompanhado obrigatoriamente de:

- I - planta da qual conste as divisas da mesma, a indicação das vias existentes e os locais a serem fechados;
- II - relação pormenorizada e quantitativa dos imóveis existentes;
- III - identificação através dos números do R.G. e CPF de cada um dos requerentes, bem como o número de inscrição imobiliária municipal do imóvel respectivo;
- IV - prova de constituição de entidade jurídica representativa dos proprietários da área que terá obrigatoriedade entre suas finalidades a de ser a responsável pelas despesas com a instalação e manutenção dos elementos de fechamento da respectiva área.

Art. 3º. O fechamento das divisas da área poderá ser feito com cerca viva, muro de alvenaria ou alambrado em tela, com altura máxima de quatro metros, sem prejuízo da fiação aérea e iluminação pública porventura existentes.

Palácio Juscelino Kubitschek - Praça Afonso Pena, 29
 Telefone: (012) 341-6566 - Fax: (012) 321-0293 - Caixa Postal 233
 CEP 12210-090 - São José dos Campos - SP
 e-mail: camara@camarasjc.sp.gov.br

Lei n.º 5441/99

FL2

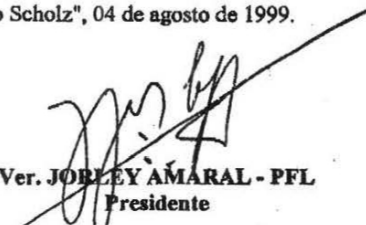
Parágrafo Único. O fechamento de que trata este artigo não pode obstruir ou arapalhar o fluxo normal de veículos na malha viária existente.

Art. 4º. As ruas deverão ficar livres em seus leitos, sem a existência de qualquer obstáculo de efeito permanente, podendo apenas conter portão, cancela, corrente ou similares em sua extensão que permita o trânsito de veículos e, obrigatoriamente, acesso diferenciado para pedestres.

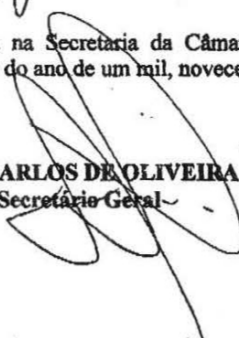
Art. 5º. O acesso de pedestres ou condutores de veículos não residentes nas respectivas áreas fechadas é garantido mediante simples identificação ou cadastramento, não podendo, em nenhuma hipótese, ocorrer restrição ao mesmo.

Art. 6º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Plenário "Mário Scholz", 04 de agosto de 1999.


Ver. JORLEY AMARAL - PFL
 Presidente

Registrada e publicada na Secretaria da Câmara Municipal de São José dos Campos aos quatro dias do mês de agosto do ano de um mil, novecentos e noventa e nove.


OSÉ CARLOS DE OLIVEIRA
 Secretário Geral

Processo n.º 7831/99

Projeto de Lei n.º 118/99

Autoria: Vereadores Jorley Amaral, Florivaldo Rocha e Itamar Coppio